

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Luceleide de Freitas Queiroz

**Memórias e experiências sociais de trabalhadores técnico-
administrativo(a)s na UFU (1978-1990)**

Uberlândia
Dezembro-2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Luceleide de Freitas Queiroz

**Memórias e experiências sociais de trabalhadores técnico-
administrativo(a)s na UFU (1978-1990)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial de avaliação para obtenção do título de mestre.

Linha de pesquisa: Trabalho e Movimentos
Sociais

Orientação: Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida

Uberlândia
2017



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ACADÊMICO, n.º 345, PPGHI.
Junto ao Programa de Pós-graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia.

DATA: 15 de dezembro de 2017. Horário: início: 9:00 encerramento: 10:30
LOCAL: Sala 1H247, *Campus Santa Mônica*, Universidade Federal de Uberlândia.
DISCENTE: **Luceleide de Freitas Queiroz** – matrícula n. **11512HIS021**
TÍTULO DO TRABALHO: Memórias e experiências sociais de trabalhadores técnico-administrativo(a)s na UFU (1978-1990).
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: História Social.
LINHA DE PESQUISA: Trabalho e Movimentos Sociais.
PROJETO DE PESQUISA DE VINCULAÇÃO: Olhares sobre a cidade: culturas, memórias e histórias.

Reuniu-se a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professores Doutores:

Célia Rocha Calvo – Docente – UFU

Juliana Lemes Inácio – Docente – SEE-MG

Paulo Roberto de Almeida – UFU – orientador e presidente da Banca.

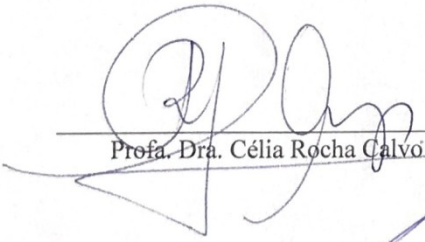
Iniciando os trabalhos o presidente da mesa apresentou à Banca Examinadora a candidata e agradeceu a presença do público, concedendo à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

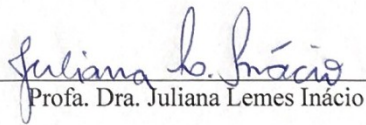
A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Concluída a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, emitiu parecer final.

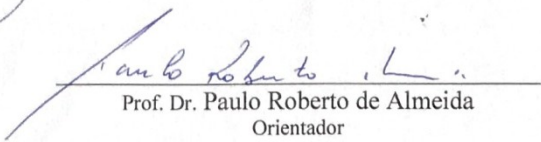
Em face do resultado obtido, a Banca Examinadora considerou a candidata A PROVADA.

Esta defesa de Dissertação de Mestrado Acadêmico é parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre. O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, legislação e regulamentação internas da UFU.

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, foi assinada pela Banca Examinadora.


Profa. Dra. Célia Rocha Calvo


Profa. Dra. Juliana Lemes Inácio


Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida
Orientador

Agradecimentos

A Deus:

Por ter me capacitado e iluminado meus caminhos em cada batalha da vida;

À Universidade Federal de Uberlândia:

Pela formação recebida em especial ao Programa de Pós-graduação em História do Instituto de História que possibilitou a realização deste trabalho;

Aos professores e professoras:

O Dr. Paulo Roberto de Almeida que gentilmente, despertou o início deste percurso, a minha eterna gratidão;

A Dra. Regina Ilka de Vasconcelos que humanamente me recebeu como ouvinte no começo desta trajetória, sou cordialmente grata;

As Doutoradas Célia Rocha Calvo e Marta Emília dos Santos, os Doutores Sérgio Paulo de Moraes, Deivy Carneiro pelos ensinamentos nas disciplinas, meus sinceros agradecimentos;

A todos os professores da linha de pesquisa pelos aconselhamentos sobre os desafios acadêmicos;

Especialmente a minha orientadora Profa. Dra. Célia Rocha Calvo por me acolher como orientada mesmo com a pouca experiência na pesquisa em História Social. Agradeço imensamente por me ajudar a vencer esta etapa desafiadora e aprendizado de vida;

Ao Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida, meu orientador no desfecho deste percurso pela gentileza e atenção precisa. MUITÍSSIMO obrigada!

A Profa. Dra. Dalva de Oliveira e Dra. Juliana Lemes pelas observações na banca de qualificação.

Aos alunos que me acolheram desde o início desta caminhada, Jéssica, Flaviano, Rosana, Diacísio, Luciane, Cíntia, Cássia, Fabiano, Cátia, Rosângela, Arthur, aos quais sou eternamente grata pelas conversas nos diversos momentos descontraídos;

Em especial aos doutorandos Auricharme e Cátia pelo apoio dos materiais, críticas e atenção recebida, apontamentos e ensinamentos dos quais vejo a importância da formação para o futuro deste país.

A Josiane e Stênio, secretário(a)s do Programa pela atenção dada.

A minha colega de trabalho Lucélia que humanamente me amparou com sua incansável gentileza e atenção, muito obrigada pela proteção e apoio indispensável.

E a todos os amigos e amigas, colegas que compreenderam a minha ausência, mas não desistiram de mim.

Aos companheiros Paulo Henrique, Silnando e Marco Túlio pela disponibilização de materiais e atenção dada sempre que precisei.

Ao Sindicato SINTET-UFU que abriu as portas pelo apoio e atenção na disponibilização de materiais.

À Diretoria de Administração de Pessoal da UFU pela disponibilização de dados.

E aos técnico-administrativos entrevistados e entrevistadas que gentilmente aceitaram colaborar para a realização deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

A toda a minha família que me fortaleceu, em especial a minha mãe mesmo sem compreender o motivo de tanto esforço, dedicação e privação de vida rezou por mim.

Enfim, a todos e todas que direta ou indiretamente ajudaram e torceram por mim.

“O desacordo entre os sonhos e a realidade nada tem de nocivo, sempre que a pessoa que sonha acredite seriamente no seu sonho, observe atentamente a vida, compare suas observações com seus castelos no ar e trabalhe sistematicamente na realização de suas fantasias”. (Lenin)

RESUMO

A dissertação analisou a experiência de trabalhadores e trabalhadoras técnico-administrativa(o)s a partir de suas próprias memórias e como interpretam as mudanças nas relações sociais de trabalho e de vida com o ingresso na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) no período de 1978-1990. O período de análise significou uma trajetória de transformações nas relações de trabalho no contexto analisado. No decorrer dos capítulos produzidos a fim de expor as reflexões de pesquisa desenvolvida, nesta dissertação buscou-se refletir sobre o que mudou na compreensão da experiência vivida de trabalhadores e trabalhadoras frente à perspectiva do passado-presente nos modos de viver e trabalhar, bem como quais são as questões cotidianas enfrentadas por estes/as trabalhadores/as, além das reivindicações por melhores condições de trabalho para compreensão das concepções dessa relação histórico-social de vida. São trabalhador(a)s do quadro de ativos/as que trazem perspectivas diversas sobre o significado das contradições e disputas que ocorreram pela organização das relações de trabalho na UFU. Para este estudo, utilizou-se o procedimento de fonte oral com intuito de analisar dois grupos de trabalhadores que viveram esse processo de transição, sendo cinco entrevistas realizadas para esta pesquisa e cinco entrevistados do acervo do “Projeto Memória”(1986-2001) do Sindicato-(SINTET-UFU). Com isso, foram analisadas fontes escritas trazidas como suporte das memórias, edições do jornal “ligeirinho”, revista entre outras que a partir das questões que foram surgindo no decorrer da pesquisa novas fontes foram trabalhadas. A dissertação traz como reflexão as memórias e experiências sociais de trabalhadores técnico-administrativo(a)s para verificarmos como se constituíram enquanto sujeitos nessa trajetória histórica.

Palavras-chave: História e memória; trabalho; servidores; técnico-administrativo(a)s; UFU.

ABSTRACT

The dissertation analyzed the experience of technical and administrative workers from their own memories and how they interpret the changes in social relations of work and life with the joining the *Universidade Federal de Uberlândia (UFU)* in the period of 1978-1990. The period of analysis meant a trajectory of transformations in labor relations in the analyzed context. In the course of the chapters produced in order to expose the reflections of the developed research, this dissertation sought to reflect on what changed in the understanding of the lived experience of workers and workes in front of the past-present perspective in the ways of living and working, as well as what are the daily issues faced by these workers, beside the demands for better working conditions to understand the conceptions of this historical-social relationship of life. They are workers of the asset framework who bring different perspectives on the meaning of the contradictions and disputes that occurred by the organization of labor relations in *UFU*. For this study, the oral source procedure was used to analyze two groups of workers who lived through this process of transition, being five interviews that were performed for this research and five interviewees of the "*Projeto Memória*" (1986-2001) collection of the Union- (*SINTET-UFU*). This way, written sources brought as support of the memories, editions of the newspaper "*ligeirinho*", magazine among others that from the questions that arose in the course of the research new sources were worked and analyzed. The dissertation brings reflection as the memories and social experiences of technical and administrative workers (a) s in order to verify as constituted as subjects in this historical trajectory.

Keywords: History and memory; work; servers; technical-administrative; UFU.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
-----------------	----

Capítulo 1:

Trabalhar na UFU como projetos de vida: expectativas e mudanças.....	27
--	----

Capítulo 2:

Experiências no/do trabalho: Memórias sobre o contrato e jornada de trabalho.....	80
---	----

Capítulo 3:

Memórias e lutas pelos direitos: da Comissão dos servidores à criação do Sindicato como força política	131
--	-----

Considerações Finais.....	167
---------------------------	-----

Relação de Fontes.....	171
------------------------	-----

Bibliografias.....	177
--------------------	-----

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação proponho analisar a trajetória de experiências dos trabalhadores técnico(a)-administrativo(a)s e como interpretam as memórias das histórias do passado e as mudanças nas relações sociais de trabalho e de vida com o ingresso na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), nas décadas de 1978 até 1990.

A partir do exercício da pesquisa percebi como a investigação histórica é engenhosa e difícil, além de ser incomparável às outras áreas de conhecimento das Ciências Humanas. Falo do papel de intermediação do pesquisador no diálogo historiográfico e da “relação dialógica” entre as muitas fontes e experiências sociais em diferentes suportes (oral, jornais, revistas, panfletos, documentos, fotos), destacando a difícil missão de interpretar tantas vozes, umas evidenciadas, outras silenciadas pelo caráter metodológico e político da pesquisa histórica.

Um segundo desafio foi filtrar e selecionar as experiências que coletei por meio dos materiais. No diálogo com as fontes pesquisadas, sentia-me expectadora impotente frente à força das narrativas dos entrevistados, dos documentos escritos e das imagens, afinal, eu tinha o desafio de interpretá-los. Portanto, estabelecer filtros para ler esta vasta “experiência histórica” não é uma tarefa fácil, menos ainda se levarmos em consideração a expressão que memorizo de Máximo Gorki (1868-1936): “o escritor é o olho, o ouvido e a voz de sua classe”. Como finalidade social da pesquisa, busquei reativar a voz dos trabalhadores técnico(a)-administrativo(a)s, reinserindo-os na História, lhes atribuindo a visibilidade da experiência de sujeitos entrevistados no campo da história social, área com a qual me identifico, tanto no sentido da prática de pesquisa, como da temática.

A relação próxima, como sujeito que partilha das memórias dos trabalhadores, oportunizou-me, por diversas vezes, ouvir testemunhos que revelavam a bagagem de experiência que eles traziam. Isso aumentou o interesse pelo tema, mas também a consciência do desafio de recontar esse passado para a compreensão das mudanças desse processo histórico.

Busquei compreender as histórias de vida e as expectativas de morar na cidade, e analisar como a UFU surge como oportunidade de emprego em dado momento da

vida deles, pois alguns vieram de outras cidades e região, enquanto outros moravam em Uberlândia. De igual modo, procurei entender os projetos de vida desses profissionais, as formas de acesso e as ações e práticas no espaço de trabalho em tempos de atividade manual; mas também, os desafios cotidianos, as mudanças de estrutura social da Universidade, a relação com os colegas, a hierarquia, jornada de trabalho e controle social também foram dimensões trazidas nos testemunhos. Além do engajamento de forças quando, aspirando por transformações sócio-políticas, assumem o projeto de organização do(a)s trabalhadore(a)s.

A pesquisa revela ações e práticas de resistência no interior da UFU e fora dela, na cidade e na comunidade, quando, movidos por melhores condições de vida e de trabalho, clamavam por democracia na década de 1980, marco dos movimentos. Assim, a pesquisa problematiza os diversos significados da experiência social de trabalhadores na formação da UFU, para verificar como elas e eles se constituíram enquanto sujeitos sociais, visando compreender como se percebem nessa trajetória histórica.

Pretende-se abordar o processo de constituição dos trabalhadores e da UFU nos modos de compartilhar e de vivenciar a responsabilidade social no/do trabalho, construindo melhores condições de vida, afirmando, no espaço de trabalho, as formas de ver e viver o cotidiano para além da relação de execução de tarefas. Assim, analiso as formas de valorizar suas práticas e saberes frente à multiplicidade de funções em diversos setores, ou seja, o que fazem na relação cotidiana de trabalho, revelando assim, a pluralidade de memórias a partir das diversas experiências narradas. Neste sentido, foram analisadas lembranças que ultrapassam os significados sociais e culturais, expressões de identidade pessoal e de vida e de valores afetivos, atribuindo sentido à constatação de que a vida e o trabalho são dimensões que andam juntas.

A cidade de Uberlândia, nas décadas de 1950, 60 e 70, passou por diversas mudanças urbanas que afetaram o padrão da cidade devido à evolução comercial, industrial e localização favorável para o escoamento de mercadorias para outras regiões. No imaginário social, a cidade simbolicamente é reconhecida como portal de desenvolvimento e modernidade pelo local geográfico estratégico, situado na região do Triângulo Mineiro, Estado de Minas Gerais - entre os Estados de São Paulo, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Bahia.

A expressão da cidade, reconhecida como “símbolo de progresso”, ficou famosa no Brasil, acarretando grande crescimento demográfico decorrente do processo de migração de trabalhadores de outras cidades e regiões, em busca de oportunidade de emprego e de moradia, atraídos, sobretudo, pela força da imagem da cidade construída pelos usos ideológicos dos “projetos vencedores”, os grandes feitos do poder público e empresarial. Assim, a expectativa construída em relação à cidade, especialmente no final da década de 1970, era de trabalho como oportunidade e melhoria de vida.

Desde o período de migração do campo para cidade nas décadas de 1950/70, o crescimento urbano se tornou significativo em todo país, pois, os trabalhadores aspiravam por melhores condições de vida. Nesse período, muitos vieram do campo, passando a trabalhar na construção civil em Uberlândia, outros no comércio e na indústria, o mesmo aconteceu com os moradores da cidade. Assim como, alguns deram continuidade a sua formação e outros não tiveram acesso ao estudo.

Dos trabalhadores entrevistados que chegaram no final da década de 1970 e início dos anos 1980, motivados pela cidade “famosa”, alimentando a expectativa de trabalhar na indústria, um deles manifestou que demorou para conseguir emprego e, desolado pela morosidade, resolveu trabalhar na construção civil como servente de pedreiro; outras narrativas referem-se às experiências de trabalho em supermercado, às habilidades conquistadas na indústria nas funções de eletricista e cozinheira. Enfim, o primeiro interesse destes trabalhadores, neste princípio de crescimento urbano, era a cidade, portanto, a Universidade, enquanto oportunidade de trabalho, surgiu depois na vida deles. Muitos nem a conheciam (o nome e o sentido social), aparecendo nas narrativas a “medicina” como referência na cidade e região.

Sobre os entrevistados que buscaram emprego na Universidade neste período, depois de outras atividades de trabalho exercidas anteriormente, um fator atrativo foi a construção de suas diversas edificações, pois naquele momento havia um processo de expansão das universidades combinado à “imagem de progresso” do período militar brasileiro.

Os trabalhadores que desejavam inserção no mercado de trabalho buscaram emprego na UFU - hoje alguns já se aposentaram. O salário considerado “muito bom” passa a ser outro fator atrativo nas narrativas de todos os entrevistados, tanto

daqueles que vieram de fora, quanto dos que já moravam em Uberlândia. A noção do salário “muito bom mesmo” está ligada à expectativa de estabilidade pela garantia de melhor condição de vida num período de desemprego, “arrocho salarial”, inflação e alto custo de vida, como foi a década de 1980. Os trabalhadores da Universidade eram bem vistos pelo comércio e pela comunidade da cidade, como consta dos relatos ao se referirem ao “status” social pelo vínculo de emprego, que depois passou a ser almejado por outros trabalhadores da cidade.

Outro aspecto do vínculo de emprego neste período, via Consolidação das leis do Trabalho (CLT), trata-se do acesso sem concurso público, com seleção por meio de “teste”, “entrevistas”, sendo que uns foram “indicados por amigo” e alguns com parâmetro mínimo de formação. O concurso surge em 1987 incorporado à realidade dos entrevistados, porém, fez parte das transformações que alteraram a relação dos trabalhadores do serviço público federal com o Estado e as relações no local de trabalho, isso somado às conquistas resultantes da Constituição Federal de 1988.

Nesta dissertação analisamos diversos aspectos do cotidiano de trabalhadoras e trabalhadores técnico-administrativa(o)s, compreendendo como experimentaram e vivenciaram estas mudanças nas relações sociais de trabalho sem estabilidade, as incertezas pelo temor da demissão, bem como os modos de trabalhar nos tempos em que não havia muitos recursos tecnológicos e que os processos de trabalho eram realizados de forma manual, entretanto, como dizem as narrativas, no aprendizado do “saber-fazer” havia o “corria atrás” construído cotidianamente pelos trabalhadore(a)s. Sobre as dificuldades encontradas, relatam que enfrentaram desafios quando chegaram os computadores no final da década de 1980 e princípio dos anos 90, pois precisavam se integrar numa experiência que não conheciam e tiveram que “operar” uma nova linguagem de trabalho, modificando a rotina de vida.

As transformações na vida dos trabalhadores se deram com as novas experiências relacionadas à rotina, “muitas vezes assimilada” de formas diversas nas diferentes realidades dos entrevistados, devido à multiplicidade de funções e das maneiras de ver e de se relacionar com as pessoas no ambiente de trabalho. As narrativas sobre como os trabalhadores percebem o ambiente social de trabalho aparecem com maior ênfase quando ligadas ao significado das “festas”, comuns no passado. O sentido das festas para o grupo de entrevistados do “Projeto Memória” do

sindicato passa a compreensão de “formas mudas” de “controle social” e para o grupo de entrevistados pela pesquisadora, elas são consideradas como oportunidades de socialização, sendo que estes lamentam a ausência de aproximação social no ambiente de trabalho como parte das mudanças vividas e sentidas no cotidiano.

Nas décadas analisadas, os trabalhadores não se conheciam, pois estavam desconectados uns dos outros pela “atomização” dos *campi*, mas passaram a se conhecer por meio das atividades de lazer na ASUFUB - Associação dos trabalhadores da Universidade Federal de Uberlândia. A socialização e aproximação de trabalhadores acompanha um processo de construção social a partir do protagonismo da “Comissão em Defesa do Servidor” (1985), que emerge como organização social e política dos trabalhadores num período em que ainda não havia sindicato. Neste cenário, a “Comissão” assume as disputas por melhores condições de trabalho, no período de repressão social e política no país, como “passaporte” para a consolidação do sindicato em 1990.

A pesquisa das transformações sociais de trabalho procura refletir sobre como os próprios trabalhadores e trabalhadoras entendem as mudanças e disputas que ocorreram, alterando os “modos de vida de pessoas” nas divisões, setores e departamento, as relações de poder, os desafios da tecnologia e o compromisso social que os constituíram como sujeitos junto a gestão da organização do trabalho. Assim, estes trabalhadores são considerados não “apenas como um mero expectador”, mas enquanto protagonistas dessas histórias e de muitas outras.

Nesse sentido, analisei como eles se organizaram para movimentar ações de resistência no campo das disputas que ocorreram dentro e fora dos espaços de trabalho. A estratégia envolve desde reuniões “às escondidas na igreja” até manifestação pública na cidade, com o apoio e solidariedade da “pastoral da terra” a de outras associações de trabalhadores e sindicatos, formando redes articuladas e solidárias de comunicação por telex, boletins, cartas, entre outros. Essa dimensão, faz parte da história de trabalhadore(a)s, entre outras questões reveladas no diálogo com as narrativas orais que compõem o desenvolvimento da pesquisa.

Por outro lado, as disciplinas assistidas na linha de pesquisa “Trabalho e movimentos sociais” contribuíram para o desenvolvimento da investigação, reforçando o aporte teórico que possibilitou conhecer o operariado na historiografia a

fim de fundamentar a compreensão e a análise do problema desta pesquisa de mestrado no campo da História Social e do trabalho. Neste sentido, a obra de E. P. Thompson, “A formação da classe operária inglesa”¹, é importante para entendermos “classe” como consciência e experiência histórica. Os conceitos de experiência na abordagem historiográfica de Thompson serão utilizados no aporte teórico desta dissertação.

Para o autor a experiência é determinada dentro do grupo socioeconômico, uma vez que, ao longo da vida, inúmeras experiências deixam marcas (de opressão) na consciência, nas dinâmicas entre grupo dominante e dominado. Thompson trata a movimentação empírica das relações sociais a partir da luta que faz emergir a consciência de classe. Para ele, primeiro há o conflito, depois a luta de classe, na relação entre o ser e a experiência, ou seja, primeiro ele focaliza o conflito (percebe a exploração) para, então, emergir a consciência, sendo que o sujeito da classe operária é aqui entendido como o coletivo dos trabalhadores.

Outro grande historiador inglês, Raymond Willians, na obra “Marxismo e literatura”², discute os conceitos vividos como problemas que se transformam de acordo com a época; são movimentos históricos, pois, considera que os conceitos se desenvolvem através das contradições, dos avanços e discontinuidades, enfim, tudo muda na conjuntura das relações sociais. O autor entende que um conceito é um processo de evolução histórica, formado pelos processos de cultura, e, na medida em que abarca novos conceitos, aparecem novos problemas, isto é, o sentido de cultura carrega experiências e tendência diferentes. Sendo assim, é preciso problematizar os problemas como supostos teóricos no diálogo com conceitos que evoluem no processo cultural concretizado na experiência.

Raymond Willians nos ajuda a compreender e a relacionar conceitos substanciais para a investigação histórica. No capítulo sobre hegemonia, Willians afirma que “[...] a definição tradicional de `hegemonia` é poder ou domínio político, especialmente nas relações entre Estados”³ e que depois, esta definição foi ampliada pelo marxismo “para as relações entre as classes sociais”, diz o autor :

¹ Thompson, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. v.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

² WILLIANS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

³ Ibidem, p. 111.

A hegemonia é então não apenas o nível articulado superior de 'ideologia', nem são as suas formas de controle apenas as vistas habitualmente como 'manipulação' ou 'doutrinação'. É um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituidor – que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. [...] É no sentido mais forte uma 'cultura', mas uma cultura que tem também de ser considerada como o domínio e subordinação vividos de determinadas classes⁴.

O conceito de hegemonia como processo é de grande relevância para esta pesquisa no sentido de pensar a experiência social como lutas e disputas no processo social dos sujeitos pesquisados e de restabelecer o equilíbrio, tendo em vista o emergir da “contra hegemonia” nas formas de interpretar a sua própria história e, sobretudo, nas formas de compreender a história enquanto processo. Portanto, problematizar os problemas vividos pelos trabalhadores, torna-os sujeitos envolvidos diretamente no processo social, “entre novos desafios” e práticas cotidianas, junto às ações de resistência dos movimentos engajados na luta “contra a hegemonia estabelecida”, objetivando a construção de um novo projeto para o futuro.

Outro livro que muito contribuiu é “Quando novos personagens entraram em cena” de Eder Sader⁵. O autor investiga ações dos movimentos sociais da década de 1970, que irromperam contra a ordem social vigente do país. Para ele, as reações dos movimentos sociais, constituídos por diversos grupos sem tradição grevista, configuraram outra história do país.

O livro de Déa R. Fenelon, “Muitas memórias, outras histórias”⁶, é relevante para a compreensão dos trabalhadores entrevistados pelo enfoque da cultura e da experiência social no contexto histórico e da memória. A autora entende a cultura em toda a dimensão da vida.

A categoria cultura, melhor dizendo culturas, é aqui tomada como expressão de todas as dimensões da vida, incluindo valores,

⁴ Ibidem, p. 113.

⁵ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁶ FENELON, Déa R. et al. *Muitas memórias, outras histórias*. In: FENELON; MACIEL; ALMEIDA; KHOURY (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'água, 2004, p. 5-13.

sentimentos, emoções, hábitos, costumes e, portanto, associada a diferentes tipos de realidade⁷.

Fenelon nos ajuda a compreender como dialogar com os movimentos (as tensões vividas) no campo da História Social; além de inserir a problemática num contexto mais amplo como o “[...] desafio de relacionar-se politicamente com o tempo presente”⁸.

Já o livro de Telma Bessa Sales, “Trabalho e reestruturação produtiva” sinaliza uma identificação dos significados políticos da conjuntura do país com a experiência histórica do “operariado brasileiro na fábrica” refletidas nas universidades públicas, escreve a autora: “[...] é importante dizer que o estudo sobre os trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista está presente nas universidades sob os mais variados aspectos”⁹. Neste período, ocorreram mudanças semelhantes, em diferentes graus, nos processos tecnológicos de qualificação e desqualificação do trabalho e do trabalhador, apesar da diferença entre instituição pública e privada. Havia o sentido de “romper silêncio” nas práticas dos movimentos.

Para compreensão das narrativas, o autor italiano Alessandro Portelli, em seu artigo “A filosofia e os fatos”¹⁰, nos oferece suporte para a análise das experiências em estudos de memória e história oral, pois trata a oralidade como referencial histórico ao buscar significado e sentido na interpretação e compreensão da ação dos sujeitos nas diversas classes sociais.

Segundo o autor, o sujeito histórico é colocado em evidência a partir de sua narrativa produzida na experiência vivida e compartilhada com diversos sujeitos, visando a transformação da própria realidade, das condições sociais e de vida. Portelli também aborda a subjetividade na interpretação das narrativas orais, pois, para ele, há subjetividade em qualquer fonte analisada e entende a história oral como uma técnica que valoriza as subjetividades dos sujeitos, trazendo um “elemento precioso” e incomparável a outra fonte de pesquisa.

⁷ Ibidem, p. 9.

⁸ Ibidem, p. 12.

⁹ SALES, Telma Bessa. *Trabalho e reestruturação produtiva: o caso da Volkswagen em São Bernardo do Campo*. São Paulo: Annablume. Fapesp, 2002, p. 131

¹⁰ PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF. Rio de Janeiro: UFF, v. 1, n. 2, 1996.

A historiadora Célia Rocha Calvo em sua tese de doutorado - “Muitas memórias e história de uma cidade”¹¹ - analisa as imagens da cidade de Uberlândia referenciadas nas memórias dos sujeitos. A historiadora traz a memória social, “passado-presente”, e o trabalho do historiador que pensa o “lugar social”, colaborando tanto na compreensão das “narrativas orais”, das “dimensões da história”, do “terreno vivido”, da “diversidade de experiências”, quanto da abordagem teórica e metodológica.

Entre diversos aportes teóricos e metodológicos, as fontes orais compõem a investigação dos sujeitos sociais numa perspectiva da história também como prática social. Assim, é possível dialogar com as fontes orais conectadas com outros materiais, construindo problemáticas que tecem explicações históricas, sendo este o papel do pesquisador, conforme Yara Khoury:

O uso da história oral como um meio de aproximação de modos específicos como as pessoas vivem e interpretam os processos sociais [...] nos coloca diante da problemática do sujeito e da consciência social na história, levando-nos a retomar e ampliar leituras e aprofundar pesquisas e reflexões, sempre dentro da perspectiva de construir um conhecimento histórico que incorpore toda a experiência humana e no qual todos possam se reconhecer como sujeitos sociais¹².

A narrativa oral é de fundamental importância para compreendermos os fenômenos particulares dos sujeitos pesquisados, assumidos como “fonte histórica”, para que sejam evidenciadas as questões reclamadas, as expectativas, os anseios, os sentimentos, enfim, as dimensões vividas dos trabalhadores analisados, buscando perceber as mudanças sociais a partir do espaço de trabalho e para além de meramente executar tarefas.

Sobre os encaminhamentos dos materiais analisados, o primeiro contato com o “Projeto Memória” do sindicato foi a partir do catálogo emprestado pelo técnico-administrativo Marco Túlio Rosa. O catálogo encadernado com capa vermelha e 158 páginas, produzido em comemoração aos 10 anos de sindicato (em 2000) sob o título “Projeto Memória: organizar a memória para discutir a história - acervo 1986-2001”,

¹¹ CALVO, Célia Rocha. *Muitas Memórias e Histórias de uma Cidade*. Experiências e lembranças de Viveres Urbanos, Uberlândia (1938-1990). 2001. Tese (Doutorado). Programa de Estudos Pós-graduados em História Social, PUC/SP, 2001.

¹² KHOURY, Y. A. *Muitas Memórias, Outras Histórias: Cultura e o Sujeito na História*. In: FENELON; MACIEL; ALMEIDA; KHOURY (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D’água, 2004. p. 117-118.

nos ofereceu uma orientação. Depois, tivemos acesso aos materiais na sede do sindicato, no final do ano 2015 e alternadamente em 2016, para consulta e seleção dos materiais.

A organização do “Projeto-Pró-Memória” do Sindicato SINTET-UFU¹³ foi realizada sob a coordenação da Profa. Dra. Célia Rocha Calvo e pesquisadores estagiários do Instituto de História da UFU. O acervo de documentação e memória, financiado pela coordenação colegiada do sindicato gestão (2000-2002), está localizado na sede do sindicato e disponível para consulta e pesquisa.

O “Projeto-Pró-Memória” é constituído de múltiplos registros documentais de arquivos organizados por caixa numerada e nominada por assunto, que resgatam a construção histórica de diversas “práticas” e desafios experimentados no período. Portanto, o “Pró-Memória” é uma atitude frente ao cenário político e cultural brasileiro, e a presente dissertação de mestrado dialoga com a perspectiva do projeto, no período de 1986 a 2001.

O catálogo do “Projeto-Memória” ajuda a localização do número das pastas do acervo. Das fontes orais foram selecionadas as fitas de n. 04 e 36 e a entrevista coletiva em quatro fitas n. 42 a 45 (Fita cassete - tipo type, sony, basf, tdk) nominadas com o registro do entrevistado e do entrevistador, data, local e tempo de duração. Como as pastas com as entrevistas impressas não foram encontradas no acervo, a gravação do áudio foi a única opção. De modo que as condições precárias do material demandaram tempo e geraram dificuldades ilimitadas para a transcrição manual.

Do mesmo acervo foi analisado o “Jornal Ligeirinho” de circulação interna, editado e divulgado pelo sindicato entre os anos 1991 e 1996, produzido em formato de boletins semanais, tipo “panfleto tamanho ofício, frente e verso”, denominado “Órgão do Sindicato Regional dos Trabalhadores em Educação do 3º Grau - Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba”, com a numeração da edição n. 001 de 04 de janeiro de 1991 (até a edição n. 122 de 29 de novembro de 1993 foi impresso em papel jornal). Este caminho, analisar as expressões e as formas de dialogar dos trabalhadores no jornal do acervo, foi abortado porque, inicialmente, a periodicidade pretendida nesta pesquisa era até o ano de 2005 e, por razões de abordagem metodológica, o recorte

¹³ Projeto Memória – Sintet-UFU (catálogo). CALVO, Célia Rocha (Org.). Uberlândia: SINTET-UFU.

temporal para o uso desta fonte retrocedeu para 1990. Entretanto, o jornal deu suporte às narrativas, que foram analisadas aleatoriamente e sem critérios estabelecidos em edições que se reportavam ao período investigado, mesmo que em outra conjuntura. Por exemplo, a edição do jornal n. 448 de 26 de novembro de 2012 menciona os materiais do acervo do “Projeto Memória” como lembrança do passado, e na edição nº 465 de 11 de agosto de 2014, há um trabalhador que dialoga e compartilha as memórias analisadas no período pesquisado. Estes exemplares possuem formato papel “duplo ofício” de 8 a 12 páginas, frente e verso, em papel sulfite, a capa possui um padrão nas cores vermelho e branco de circulação mensal.

O “Jornal Ligeirinho” desde a sua fundação encampa o projeto de construção das lutas e reforça o processo de comunicação com os trabalhadores técnico-administrativo(a)s. Tornou-se um “jornal” de circulação mensal “tamanho duplo ofício”, financiado e editado exclusivamente pela Coordenação de Imprensa e Assessoria de Comunicação do Sindicato (SINTET-UFU), com circulação interna e distribuição gratuita aos trabalhadores técnico-administrativos da Universidade e realizado pelos membros da coordenação colegiada e de imprensa do Sindicato (SINTET-UFU).

Outra fonte escrita desta pesquisa é a revista “Lutas e Conquistas” de novembro de 1996, edição em comemoração aos 6 anos de Sindicato (SINTET-UFU), que retrata o “Projeto-Memória” a partir do registro das “entrevistas” (incluindo um historiador) e “depoimentos” e também na coluna “os servidores falam”, que traz algumas memórias e o modo de ver o movimento histórico dos trabalhadores em seu próprio mundo.

Para dar sustentação à problemática investigada, outros materiais foram incorporados. Foram disponibilizadas pelo técnico-administrativo Silnando Silvério a cópia impressa da entrevista que concedeu a Ylana Carolina Nunes para o “Projeto Memória”; uma cópia do projeto “SINTET-UFU: o sindicato e a função social”, trabalho apresentado na disciplina “Didática” do curso de História, em 2003; e a monografia de conclusão de curso (1º sem/2004). “A organização dos trabalhadores técnico-administrativos(a)s da Universidade Federal de Uberlândia: a construção do SINTET-UFU”. Estas fontes foram muito importantes pelo valor significativo do material no contexto da pesquisa.

Sobre a constituição da memória social da Universidade, foi analisado o livro “Projeto Memória: A UFU no imaginário social” de Coraly Caetano e Miriam M. Dib (1988), no qual estão transcritas as narrativas de dois técnico-administrativos, um presidente da ASUFUB e do Pró-reitor. Este material oferece a reprodução das fotos do campus Santa Mônica, Umuarama, Educação Física e da sede campestre da ASUFUB, cenários das lembranças dos entrevistados. Por fim, o exemplar de publicação comemorativa: “Fragmentos, imagens, memórias: 25 anos de federalização da Universidade Federal de Uberlândia”, organizado por Aguinaldo Gomes e outros, cuja entrevista com um ex-reitor da UFU subsidia nossas considerações finais.

A Diretoria de Administração de Pessoal da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Uberlândia nos forneceu, após solicitação formal, documento com dados do quantitativo de trabalhadores ativos nos princípios da federalização. Este material nos ofereceu um parâmetro da realidade da admissão no quadro de ativos permanentes da UFU. Nestes dados, foram levantadas informações relativas ao período de 1972 a 1980, quando ainda não havia base de dados para registro de informação.

Os critérios para a seleção de entrevistados do “Projeto Memória” se deu a partir de minha convivência com trabalhadores militantes, os quais compartilharam suas memórias ao longo de anos, meus colegas e companheiros, e também com pessoas que conheciam o engajamento deles junto à militância na organização dos trabalhadores.

Sobre as fontes orais produzidas pelo “Projeto Memória” do sindicato (SINTET-UFU), os critérios estabelecidos para a escolha dos entrevistados foram que além de possuírem maior tempo de trabalho na UFU, deveriam ter tido participação na luta pela valorização e reconhecimento dos trabalhadores. Para a presente pesquisa, foram selecionadas cinco entrevistas (3 homens e 2 mulheres) produzidas em 2000 e 2001, em que os sujeitos apresentam suas concepções sobre a Universidade no período analisado. Os entrevistados, nos termos da entrevista, autorizam a utilização deste material para nosso estudo e serão referenciados com “Projeto Memória” (P/M) identificado em seus nomes. O material do acervo está disponível na sede do sindicato para pesquisas históricas.

Em relação à definição dos entrevistados desta pesquisa, primeiramente, nos concentraríamos nos trabalhadora(e)s técnico-administrativa(o)s das coordenações dos cursos de graduação do Campus Santa Mônica da Universidade, priorizando trabalhadores do quadro efetivo, que possuíssem mais tempo na trajetória de trabalho, que viveram e ainda vivem suas experiências. Entretanto, ao me deparar com os trabalhadores previamente pensados para as entrevistas, descobri que na realidade trabalhavam nas diretorias das Unidades Acadêmicas.

Em um segundo momento, ainda sem definição das especificidades do trabalho e prevendo a multiplicidade de experiências dos trabalhadores, o critério para realização das entrevistas passa a ser a diversidade funcional entre secretaria de curso de graduação, diretoria de unidade, divisão, e serviços gerais (com um aposentado). Com este recorte pretendeu-se compreender as dimensões de experiência social em diferentes espaços e apreender a percepção dos entrevistados balizadas pela trajetória de vida e de ingresso na UFU.

A pesquisa é composta de 11 entrevistas, entre ativos e aposentados, sendo oito mulheres e três homens do quadro efetivo de trabalhadora(a)s técnico-administrativo(a)s. As entrevistas foram realizadas no ano de 2015, gravadas e transcritas pela própria pesquisadora, processo que proporcionou contato direto com o sujeito pesquisado que muito contribuiu para percepção das subjetividades. O recorte final foi dado pelo critério de maior tempo de trabalho na UFU, assim, foram analisadas cinco entrevistas com 3 homens e 2 mulheres. Todos os entrevistados autorizaram previamente a gravação e a publicação de trechos das entrevistas. A transcrição das falas selecionadas segue a gravação original, sem correção e preservados os vícios de linguagem.

A participação dos entrevistados se deu por meio de convites da pesquisadora sendo que alguns nomes foram sugeridos pelos próprios entrevistados. De forma geral, as pessoas que aceitaram participar demonstraram estar gratificadas, se sentindo ao mesmo tempo lembrados e valorizados, duplamente reconhecidos por pertencerem à Instituição e ao coletivo de trabalhadora(a)s técnico-administrativo(a)s. Sentiram-se honrados pela satisfação de compartilhar as experiências vividas, reconhecendo a importância da pesquisa.

As entrevistas tiveram por base o roteiro de perguntas do “Projeto Memória”, mas naturalmente os depoimentos seguiram a “vontade” de expressar e a escolha do que “era importante ser dito” sobre os sentidos e significados da experiência dos entrevistados. No intuito de investigar essas diferentes dimensões, a abordagem das experiências de vida e de trabalho também se deu para além dos espaços de convivência laboral, visando compreender como lidavam com as vivências cotidianas como práticas de organização. Os depoimentos mostraram uma identificação com a dedicação ao trabalho, minimizando outras dimensões; uma forma imbricada de interação que evidencia o trabalho enquanto um lugar social e central da vida dessas pessoas. Neste sentido, o significado da Universidade presente nas memórias ultrapassa o de um espaço de vínculo social e de trabalho, aparecendo como um espaço de valor social e afetivo, onde vida e trabalho se confundem.

Analisar as entrevistas dos trabalhadore(a)s técnico-administrativo(a)s no campo da história social e do trabalho é o desafio da pesquisa, até no enfrentando da resistência e do silenciamento voluntário de alguns sujeitos.

Alguns dos convidados não aceitaram participar deste estudo porque as entrevistas eram gravadas, queriam conhecer previamente o teor das perguntas, e assim, o silêncio que antecedeu a recusa de fato foi o critério de gravação, portanto, silenciaram (curiosamente, alguns contaram suas histórias, mas não para fins de registro). Agentes sociais que silenciam geram prejuízo para a pesquisa e alguns efeitos limitadores de experiência no processo da história oral enquanto fonte para a investigação histórica. Thompson em “A formação da classe operária inglesa”¹⁴ alerta que silenciar ou deixar de lado agentes sociais e lugares significa perder de vista ou “varrer para longe” a oportunidade do conhecimento histórico.

Gostaria ainda de destacar que a presente dissertação foi motivada pelas atividades realizadas nas disciplinas da Linha de Pesquisa - “História e Movimentos Sociais”. A leitura da dissertação de Mônica Xavier de Medeiros, “Bom mesmo é ser metalúrgico: Vivências de trabalhadores metalúrgicos na cidade de São José dos

¹⁴ THOMPSON, E. P. *Op.Cit.*

Campos-SP”¹⁵, muito me inspirou pelo seu enredo que fez com que me sentisse, enquanto trabalhadora pública, uma metalúrgica. Mais do que coletivo, nos problemas vividos pelos operários da fábrica prevaleceu o sentimento de classe trabalhadora, afinal, são transformações do sistema de trabalho não apenas nas Universidades públicas, mas para a maioria dos trabalhadores do Brasil e do mundo que se organizam em relação a capital, trabalho e Estado.

Construir uma reflexão sobre a problemática presente nas experiências de um dado coletivo de trabalhadores, localizados em determinado momento e período histórico específicos, não pode deixar de lado sua inserção nas mudanças do conjunto da vida em sociedade e do mundo do trabalho. Portanto, interessa-me buscar a consciência social destes trabalhadores sobre o significado das relações de trabalho nesse universo de mudanças. Assim, a pesquisa analisou a experiência de trabalhadores e trabalhadoras técnico-administrativo(a)s a partir de suas memórias, visando entender como interpretam as transições nas relações sociais de trabalho e de vida a partir do ingresso na Universidade Federal de Uberlândia. Como vivenciaram a expansão dos espaços, das relações sociais e dos modos de ver a hierarquia, os processos de trabalho e a demanda cotidiana por direitos.

Outra questão de nosso interesse é saber como percebem suas expectativas a partir dessas transformações, enfim, o sentido dado a elas nos modos de vida e de trabalho no cotidiano da relação com trabalho, atividades, jornada, salário, colegas, chefias, bem como a percepção dos direitos na representação dos entrevistados. A pergunta norteadora indaga como perceberam o significado dessas mudanças e como interpretam esse processo de construção enquanto sujeitos.

Trabalhar com a história oral não significa abarcar todo o conhecimento que a realidade oferta por meio das fontes. Em se tratando dos limites metodológicos da história oral, não há uma suposta totalidade de memórias do sujeito, afinal, a problemática do pesquisador estabelece filtros, recortes do mundo real, como pressupostos para conhecer a experiência dos agentes sociais a partir da realidade vivida. Por outro lado, para a micro história, o local da pesquisa é uma “fração” da

¹⁵ MEDEIROS, Mônica Xavier de. *“Bom mesmo é ser metalúrgico”*: vivências de trabalhadores metalúrgicos na cidade de São José dos Campos-SP. 2006. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em História. Uberlândia, 2006. p. 120.

realidade, como propõe o historiador inglês Samuel Raphael¹⁶, ao dizer que o fragmento da realidade deve ser visto como uma janela para o mundo, porque aquela pequena fração do real aprofunda o conhecimento das estruturas da realidade e do mundo.

Como dito antes, inicialmente a periodicidade pretendida nesta pesquisa era até 2005, com o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, Lei n. 11.091, por isso a escrita trabalhou com diversas abordagens da realidade do movimento histórico e de outras conjunturas do período. Entretanto, por critérios metodológicos, o recorte temporal retrocede para 1990, ano da fundação do sindicato. Portanto, para compreender a problemática deste estudo, busquei considerar a baliza temporal da experiência trazida pelos trabalhadores a partir das memórias, assim, as narrativas ora antecedem ora ultrapassam o recorte temporal de referência.

Os materiais analisados e incorporados como fontes de diálogo com o período e com o “Projeto Memória” ajudaram a perceber os sentidos das narrativas dos trabalhadores, por exemplo, os já citados “Jornal Ligeirinho” (n. 448 e 465), o “projeto de curso” e “monografia” e a revista “Lutas e conquistas” do sindicato, única edição, que retrata a história da “Comissão em defesa dos servidores” por alguns protagonistas trazidos nos depoimentos e entrevistas, e a coluna “os servidores falam”, onde trabalhadores que viveram e participaram da história deste período, em que ainda não conheciam os seus direitos, falam da importância e do sentido de organização coletiva.

Os dois exemplares sobre a história da Universidade, “A UFU no Imaginário social” e “Fragmentos, imagens e memórias: 25 anos de federalização da UFU”, trazem a dimensão da estrutura da instituição e os sentidos de organização social e política no período investigado. As entrevistas que selecionamos destas edições dão suporte às questões trazidas pelas narrativas dos trabalhadores entrevistados, somando-se aos materiais e documentos analisados. São décadas de memórias e mudanças (re)vividas pelos sujeitos que trazem nas lembranças a dimensão das mudanças históricas no período.

¹⁶ SAMUEL, Raphael. Teatros de memórias. In: *Projeto, História* - Revista do programa de estudos pós-graduados de História, PUC, São Paulo, (14), fev. 1997.

Para melhor apresentar o desenvolvimento da pesquisa, a dissertação está organizada em três capítulos:

No primeiro capítulo busquei analisar o sentido de trabalhar na UFU como projeto de vida, as expectativas e mudanças, articuladas à chegada de trabalhadores na cidade e ao processo de federalização da Universidade, localizada nas áreas vazias da cidade, quando inicia o surgimento de novos bairros. E para desenvolver este objetivo foram analisadas entrevistas do “Projeto Memória” do Sindicato (SINTET-UFU) e também do grupo da pesquisadora, além dos materiais do “Imaginário social da UFU”, com registro de imagens, marco das transformações e a percepção de trabalhadores sobre a realidade vivida e as histórias de acesso à universidade.

O segundo capítulo analisei as experiências no/do trabalho a partir dos relatos sobre o contrato e a jornada de trabalho, das experiências de controle das relações sociais, dos sentidos atribuídos à realidade cotidiana. Interessa saber como esses trabalhadores perceberam os processos laborais e as novas práticas, as dificuldades, o convívio com os colegas e a hierarquia num período que não estavam organizados. Neste capítulo, apresentamos as formas de ação coletiva que ocorreram a partir da interação social dos trabalhadores por meio das narrativas de dois grupos de entrevistados, que indicam a percepção das disputas dessas relações devido à necessidade de mudanças.

O terceiro capítulo acompanha as memórias e as lutas por direitos do(a)s técnico-administrativo(a)s, desde a Comissão dos Servidores até a criação do Sindicato como forças políticas. Trata-se de compreender os sentidos das práticas e ações dentro e fora do local de trabalho e as formas de solidariedade que foram construídas em rede de comunicação local e nacional. Portanto, busca-se o protagonismo da luta, os sentidos dos movimentos e a força do coletivo, mostrando os trabalhadores organizados no “fazer-se” sujeitos. E como suporte dessas memórias, temos as narrativas com os dois grupos de entrevistados, os materiais do “projeto Memória”, “cartas”, “informativo”, “telex”, “revista”, “nota impressa”, o “Jornal Ligeirinho”, e a “UFU no Imaginário Social”.

CAPÍTULO 1

Trabalhar na UFU como projetos de vida: expectativas e mudanças

Mas sempre, sempre a gente pensava em vencê na vida, né, e vim pra cá. (Júlio Onório)

O primeiro capítulo tem por objetivo analisar a trajetória dos funcionários técnico-administrativos da Universidade Federal de Uberlândia, explorando a trajetória e a memória deles e delas no processo histórico de constituição da Universidade, a partir da análise de suas narrativas. Nosso caminho busca apreender as memórias construídas com a chegada à cidade e as relações de trabalho, tendo como suporte de análise o significado e o modo como o trabalho e o ingresso na Universidade foram vividos e contados a partir de suas experiências enquanto sujeitos dessas histórias.

Neste capítulo trazemos a reflexão sobre a análise de dois grupos de investigação: as entrevistas realizadas pela pesquisadora em 2015 e as realizadas pelo “projeto Pró-memória do SINTET-UFU”¹⁷. Os trabalhadores foram entrevistados nos anos de 2000-2001, quando participaram do projeto Pró-memória, com foco na organização do acervo e também na produção de memórias que garantissem a visibilidade de suas ações nos processos de luta pela democracia e a concomitante organização do sindicato da categoria.

Foram analisadas cinco entrevistas do acervo do projeto Pró-Memória (P/M), que trazem significados referentes ao momento em que foram produzidas, além de verificado o jornal Ligeirinho do mesmo acervo, compondo assim as memórias e as histórias que referenciam a UFU no sujeito social dos entrevistados, bem como o fazer dos trabalhadores técnico-administrativos que lutaram pela construção de seu espaço na Universidade, a fim de se tornarem visíveis nesse processo histórico.

Dos cinco trabalhadores técnico-administrativos entrevistados pela pesquisadora, Júlio Onório e Silvino Correa migraram de outras regiões do Triângulo Mineiro e Lúcia Helena, de Ituiutaba. Luiz Humberto e Idê Santos residiam e são

¹⁷ Projeto Memória – Sintet-UFU (catálogo). CALVO, Célia Rocha (ORG.). Uberlândia: SINTET-UFU, 2002.

naturais de Uberlândia, mas todos rodaram a cidade em busca de emprego. Destes entrevistados, quatro ingressaram em 1977/78 e Lúcia em 1987, todos abrigados pela diversidade funcional da função técnico-administrativo. Por mais de três décadas viveram, e ainda vivem, experiências como sujeitos da história, participando das mudanças que ocorreram.

Os dois grupos de trabalhadores técnico-administrativos entrevistados, a maioria chegou à cidade no final da década de 1970 e 80, quando ingressaram na universidade trazendo em suas narrativas os significados destas mudanças e os modos de trabalhar e viver na cidade. Algumas das questões que nortearam a análise: que significou trabalhar na UFU nos anos finais da década de 70 seria esta experiência.

O ponto de partida dessa trajetória são as memórias da construção da cidade e do ingresso no processo de fundação da Universidade Federal de Uberlândia. A maioria dos entrevistados ingressou antes do processo de federalização da UFU, com exceção de dois deles do “Projeto Memória” e de Lúcia Helena, que entrou como “datilógrafa” no final da década de 80. Os diálogos produzidos nas entrevistas mostram as trajetórias vividas e as experiências nas relações de trabalho na Universidade, bem como os projetos e expectativas de vida e de mudanças, enquanto sujeitos dessas histórias.

Buscarei apreender, por meio dessas memórias, os sentidos e significados de se fazerem sujeitos na maneira como relataram o processo de ingresso, o contrato e a jornada de trabalho. Além dos relatos sobre os protagonistas da cidade e da Universidade, que lhes oportunizou um trabalho e renda salarial, informações presentes nas descrições sobre as experiências vividas por meio das relações constituídas pela organização da Universidade como uma instituição pública. Portanto, a questão inicial da análise neste capítulo é: *Como os trabalhadores falaram das mudanças do e no trabalho?*

O contexto histórico de criação da UFU ocorreu nas décadas de 1960 e 70, articulado a um projeto de expansão do ensino público superior desde a era Vargas, na década de 50. A UFU foi criada junto com outras universidades federais no Brasil como parte de um projeto nacional, bastante estimulado naquele momento histórico, conduzido pelos apoiadores dos governos da ditadura militar/civil, apesar da repressão às instituições universitárias. Neste período, no Estado de Minas Gerais foram criadas

outras duas universidades: a Federal de Ouro Preto (1969) e a Faculdade Federal de Engenharia (1961), embrião da Universidade Federal de Uberlândia (1978), uma vez que havia a Universidade Federal de Minas Gerais e a Federal de Viçosa, desde a segunda década do século XX.

A maior expansão se deu na década de 1970. A criação da Universidade de Brasília (UnB), em 1961, culminou com o aumento do número das Universidades Federais no contexto da ditadura, compondo o paradoxo das dimensões construtivas e destrutivas como parte das experiências e ações ambíguas sob o regime militar brasileiro. Nesse contexto, o ensino superior nacional estava marcado pelas contradições do cenário político: ao mesmo tempo em que havia repressão político-ideológica os *campi* universitários foram edificadas e ampliadas.

A cidade estava alinhada aos interesses políticos do período, como afirma a historiadora Célia Rocha Calvo¹⁸:

Uberlândia ia se desenhando de modo a se integrar às diretrizes dos projetos de desenvolvimento econômico do Estado, que ganharam ainda mais força na cidade, depois da ascensão de Rondon Pacheco aos cargos de alto comando do regime militar, principalmente, depois de sua nomeação a governador do Estado de Minas Gerais em 1972¹⁹.

Assim, no bojo deste contexto, houve a criação e federalização da Universidade Federal de Uberlândia em 1978, gerada pela incorporação de diversas faculdades privadas isoladas e também pela criação da única faculdade federal de Engenharia²⁰. A criação da UFU fortaleceu as mudanças na vida social e econômica da cidade e região,

¹⁸ CALVO, Célia Rocha. *Muitas Memórias e Histórias de uma Cidade*. Experiências e lembranças de Viveres Urbanos, Uberlândia (1938-1990). 2001. Tese (Doutorado). Programa de Estudos Pós-graduados em História Social, PUC/SP, 2001.

¹⁹ Idem. p. 45. Sobre o favorecimento político que a cidade recebeu com a nomeação desse quadro orgânico do regime militar ver: OLIVEIRA, Selmane F. *Crescimento urbano e ideologia burguesa*. Estudo do desenvolvimento capitalista de médio porte: Uberlândia 1950/1985. 1992. Dissertação (Mestrado). UFF, Niterói: Rio de Janeiro, 1992.

²⁰ Sobre as memórias no projeto de criação da Universidade e a participação de Rondon Pacheco ver: CAETANO, Coraly; DIB, Miriam M. Cury (Orgs.). *A UFU no imaginário social*. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 1988. p. 92-121. Transformada em universidade pública no Governo do ex-presidente Ernesto Geisel, a gratuidade do ensino eliminou o pagamento de anuidade em 1979, a partir do governo do ex-presidente João Batista de Oliveira Figueiredo (promessa política) e do Governador do Estado Aureliano Chaves. O Projeto era “(...) o ensino pago, como queria o ministro Golbery. Então, essa Universidade, embora federalizada, continuar cobrando dos alunos porque era o que deveria acontecer nas outras universidades posteriormente”. Houve uma greve em 1979 contra o ensino pago. Idem. p. 122; 132.

atraindo a chegada de diversos trabalhadores que tiveram como opção de emprego a instituição pública, a indústria e a construção civil.

Pela memória dominante, a construção de universidades elevaria o Brasil a um novo patamar: a era do progresso. Contudo, ressalta Rondon Pacheco como protagonista, homenageiam-se apenas alguns políticos e empresários vistos como construtores da cidade e negligencia-se a memória dos trabalhadores neste processo histórico.

No contexto maior, os trabalhadores foram protagonistas, percorrendo caminhos anteriores, circulando e construindo a cidade, tornando a Universidade uma página na história de vida deles. Porque eles tinham como primeiro desejo, garantir a sobrevivência, as necessidades básicas do ser humano. E foi assim que, em algum momento, a UFU atravessou suas vidas como parte dos sonhos e das expectativas desses trabalhadores.

1.1 Como era a Universidade sob a ótica dessas experiências? Como era a relação de contratação no ingresso?

Nas memórias dos trabalhadores foram comuns relatos sobre o momento do ingresso diante das várias possibilidades postas pelo mercado de trabalho. Assim, falam das mudanças que aconteciam em suas vidas ao mesmo tempo em que relatam como era trabalhar neste tempo.

Julio Onório, trabalhador rural, sem estudo, fala de sua vida e esperanças antes da chegada à cidade, na década de 70:

Cumo eu tinha vindo da roça, da cidade de Arco (MG), eu trabaia lá no cabo da enxada! Entendeu? Eu num estudei não, aprendi a ler foi o mundo que me ensinou, num entrei em sala de aula não pra podê estudá não. Mas sempre, sempre a gente pensava em vencê na vida, né, e vim pra cá²¹.

²¹ ONÓRIO, Julio. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Umuarama [antessala do audiovisual, bloco 4K], 28/09/2015.

A frase de Julio Onório, “eu num estudei não, aprendi a ler foi o mundo que me ensinou”, faz parte de um aprender constante presente nos desafios vividos em diferentes ofícios de trabalho.

O aposentado Julio Onório, em Arcos, Minas Gerais, 62 anos, narra sua percepção e expectativas na chegada em Uberlândia, na década de 70, com a esposa e quatro filhos menores, em busca de melhores condições de vida. Ingressou na Universidade pela segunda vez em 18 de dezembro de 1978; sem concurso, começou como servente de pedreiro no setor de obras e, após três anos, passa a trabalhar no setor de limpeza, recolhendo lixo hospitalar por 10 anos e, por último, na jardinagem, permanecendo até se aposentar. Fez cursos ofertados pela Universidade sobre os ofícios do jardim, técnicas de iniciação para falar em público, e sobre preparação para aposentadoria.

Silvino Correa, outro entrevistado, também fala da vinda de uma cidade pequena para trabalhar em Uberlândia na UFU:

Eu sou de Lagamar. Lagamar Minas Gerais, fica próximo de Patos de Minas, Vazante, a referência mais próxima pra quem não conhece Lagamar é Vazante. [...] Eu comecei trabalhar na UFU com 18 anos. [...] Eu no final do ano de 1976, trabalhei como servente de pedreiro bastante tempo, eu me candidatei à UFU e tava fazendo seleção, naquela época.²²

Silvino, nascido em Lagamar Minas Gerais, 56 anos, chegou em Uberlândia no final de 1976, com 16 anos, e trabalha de servente de pedreiro na Universidade no ano de 1978, quando fez “teste” para o setor administrativo da Universidade, aguardando a vaga em Lagamar. Em março de 1979 foi convocado e começou a trabalhar na secretaria da Faculdade de Engenharia, na função à época chamada “bedel”. Em 1980 foi promovido para a função de “auxiliar de escritório” e, em 1982, passou a trabalhar como secretário do departamento da faculdade. Na década de 90 foi liberado para exercer, por uma gestão, a função de assessor direto do Reitor e, ao retomar às atividades na faculdade, foi secretário na pós-graduação por mais de 10 anos. Atualmente é secretário da diretoria da mesma faculdade.

²² CORREA, Silvino. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Santa Mônica [Engenharia Química], 30/11/2015.

Lúcia Helena, de Ituiutaba-MG, 57 anos, ingressou na Universidade por “concurso público” em 1987. Começou na Escola de Educação Básica, a ESEBA, como auxiliar administrativo, depois cobriu vagas na “Filosofia” e “procuradoria” e, em seguida, no Instituto de Geografia (“pro Departamento, porque na época num era Instituto, era Departamento”, relata), de 1990 até a data da entrevista. Lúcia fez recentemente cursos de incentivo para qualificação e capacitação em nível de graduação e especialização. Antes do ingresso trabalhou como professora das séries iniciais do Estado e na empresa Brasmix, que ainda hoje existe na cidade.

Diversas faces do cotidiano e das histórias aparecem nos relatos de Julio Onório, Silvino e Lúcia. Homens e mulheres que vieram de outras cidades, assim como muitos outros, em busca de oportunidade de trabalho, revivem suas histórias, seu engajamento e expectativas desde o ingresso. Júlio e Silvino, ao ingressaram na UFU, tiveram a mesma função e depois trilharam campos funcionais diferentes, de modo que suas noções da experiência do trabalho diferem pela diversificação das atividades. Cada um deles tinha uma função (artesanal), algo próprio à multiplicidade de atividades do técnico-administrativo. São trabalhadores que construíram mais de três décadas de trajetória de vida e trabalho: Júlio com 32 anos, Silvino com 36 anos, e Lúcia com 27 anos de UFU.

Luis Humberto é natural de Uberlândia, ingressou em 1977 com 19 anos de idade. Entre 1974 e 75 trabalhou na “indústria que fabricava barcos pra retirar areia”, que se chamava Eftel. Aí em seguida, dedicou-se aos estudos “ginásio” e por opção pela cidade de Uberlândia, ingressou na Universidade. Luis recorda o seu passado: “Eu pra dizer a verdade, eu fiz um, tinha um concurso do correio que eu passei tá, só que era pra trabalhar lá em Uberaba [...], então, eu num queria ir pra lá surgiu aqui na UFU”²³.

Luiz Humberto, ao ingressar, foi “office boy e atendente” na DIARE por um mês, recorda-se: “extinta DIARE, que hoje (data da entrevista) é DIVRE, Divisão de Registro Escolar”. Depois foi fundado, em 1978, a atual Divisão de Controle Acadêmico, DICOA, onde trabalha no cargo de gerente até hoje. Com entusiasmo fala de sua identificação com a cidade: “[...] gosto muito de Uberlândia, mas sou apaixonado por essa cidade,

²³ SILVA, Luiz Humberto. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Santa Mônica [Bloco 3P], 02/0/2015. Duração 1h13min.

quando eu saio daqui [...] eu sinto falta daqui, adoro isso aqui, sou filho da terra né”. E adverte: “[...] tem gente que não gosta de Uberlândia né, vem pra cá, se vai estudar ou trabalhar”.

Idê Santos, 68 anos, nascida em Uberlândia, há 36 anos trabalha na Universidade, iniciou em 1979. Antes, trabalhou onze meses na Souza Cruz como auxiliar de cozinha de uma empresa terceirizada e procurou serviço na UFU, sem concurso na época, pela necessidade de trabalhar à noite porque tinha filhos menores de idade. Trabalhou à noite na limpeza por quase 19 anos, cumprindo o horário das 13h às 22h, mas como diz “aí eu não aguentei mais”, “deu problema de coluna”, passando então para o turno diurno. Depois foi transferida para a copa, onde fazia a atividade que mais gostava, o café. Começou nos blocos 2E e 2A e, por último, no refeitório do setor de obras no Campus Umuarama. Hoje (data da entrevista), ocupa a função de Auxiliar de Secretaria na divisão de limpeza e não se aposentou ainda em solidariedade à colega e também para não se “sentir só em casa”, pois é “viúva. Idê Santos fala das dificuldades da própria condição social e de vida quando ingressou:

É, porque a gente era uma pobreza danada né, então isso aqui foi um apoio pra gente né, como diz, trabalhava muito, mas valeu a pena. [...] vale a pena, que até hoje eu não fui embora. É, foi fácil não, mas nós venceu, graças a Deus²⁴.

Ela relata uma melhora de expectativa e os significados das mudanças nesses anos trabalhados, em relação ao vivido antes e depois da chegada à UFU, os contrastes das experiências vividas e os valores afetivos de reconhecimento de uma trajetória de 36 anos de trabalho na instituição.

A historiadora Yara Khoury²⁵, ao enfatizar os escritos de Stuart Hall sobre a “cultura popular” e a “tradição”, diz que, a perspectiva do autor “[...] não dissocia vida material da cultura e da consciência”. Segundo a autora: “Hall alerta para a cultura popular e para tradição como elemento vital da cultura, entendida como forma de vida e de luta”. Assim, a autora considera que as necessidades materiais identificam as

²⁴ SANTOS, Idê. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Umuarama [bloco 2X], 30/11/2015.

²⁵ KHOURY, Yara Aun. *A problemática da memória como linguagem social e prática política: A experiência de trabalhadores da empresa Thyssenkrupp do Brasil*. Revista História e Perspectivas. Uberlândia: EDUFU (46), jan/jun.2012, p. 34-35.

motivações e situações que os sujeitos vivem, pelas quais adquirem consciência a partir da experiência, se tornando agentes sociais de sua realidade e da própria história.

Júlio Onório antes de ingressar na Universidade trabalhou em outras frentes, pois “ser trabalhador” do campo e da cidade é mais amplo do que “ser trabalhador na UFU”. Júlio Onório, trabalhador rural, traz em suas lembranças a expectativa do emprego e o significado de ir para a cidade para “vencê na vida”. Julio Onório, 62 anos, recorda-se de seu passado, das experiências vividas e de quando chegou à cidade: “a gente chegou aqui novo né”. Trabalhou 5 anos na construção civil em Uberlândia, ajudou a construir a Souza Cruz, a Dawa, ABC (antiga Fijewara, hoje ALGAR). Após 5 anos nestas “firmas”, passou a trabalhar na UFU, em 1976, como servente de pedreiro e depois de onze meses, saiu - “Saí do emprego, então eu achava que ganhava pouco” - retornando no ano seguinte para a mesma função, em 18 de dezembro de 1978.

A prática e o saber carregam o sentimento de cidadão do campo, que chegou numa época de transformações e do sujeito ativo, que marcou presença na constituição do crescimento da cidade, colaborando na edificação de uma das multinacionais e de outras grandes empresas comerciais na cidade. O final da década de 1970 e início dos anos 80 foi um período de desenvolvimento comercial e industrial nos grandes centros urbanos brasileiros, época denominada “milagre econômico”²⁶, que favoreceu vultosos investimentos de infraestrutura.

O sonho de “vencer na vida” atraía outras famílias para morar e trabalhar na cidade, os chamados “uberlandinos”²⁷, denominação criada para representar os imigrantes das cidades da região e de outros estados. O período marcou profundas mudanças devido à “pluralidade de pessoas” que migraram do campo para a cidade em todo o Brasil, alterando a população rural e urbana. O livro de Eder Sader, “Quando novos personagens entraram em cena”²⁸, representa a cidade desse período (1979/1980), particularmente São Paulo, como cenário de expectativas trazidas do

²⁶ CHAUÍ, M. *Conformismo e resistência: aspectos da Cultura Popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

²⁷ O jornalista Luis Fernando Quirino criou o termo “uberlandino” para representar pessoas que como ele (chegou em Uberlândia em 1971) adotaram a cidade para viver. Acesso em <https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia>. Acesso em 12.09.2017

²⁸ SADER, Eder. *Quando Novos Personagens entram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro.1988.

campo pelos migrantes. Eles conseguiram, de forma autônoma, defender interesses e necessidades imediatas em busca de formação de identidade, espaço e democracia, constituindo uma representatividade coletiva que fazia frente ao poder público no período de transição política do país. Portanto, trabalhadores de diversas origens migraram, a convite ou voluntariamente, para Uberlândia em busca de uma vida melhor, atraídos pela força da imagem da cidade²⁹ naquele período.

A historiadora Célia Rocha Calvo desenvolveu em sua tese de doutorado³⁰ importante pesquisa sobre as imagens de Uberlândia a partir das memórias de poder da história local, buscando outros significados dessas dimensões na memória dos agentes silenciados no processo. Para a pesquisadora, os imigrantes chegavam à cidade seduzidos pelas imagens positivas construídas pelo discurso “homogeneizado” do poder público local, como símbolo de oportunidades. Para ela, o enredo construído da proposta de pesquisa foi:

Por um lado, pensar a fabricação de um passado que mitifica a cidade, ancorando-se os usos ideológicos que demarcam-na nos projetos vencedores. Por outro, considere os modos como outros sujeitos compunham outras dimensões da história, no diálogo sobre os viveres urbanos, na tentativa de compreender essa cidade, significada nessas memórias, compostas nas lembranças das ações, sentimentos, significados, que se constituíam no diálogo, explicitado outros sentidos, que permanecem nela, como memórias de um tempo lembrado e esquecido, marcado pela desocupação e pela segregação imposta nos projetos desenvolvidos na cidade. Memórias e histórias de uma cidade que não foram publicitadas e nem escritas³¹.

A análise de Célia Calvo ajuda-nos a compreender as transformações que ocorreram no período em que a Universidade é o espaço onde se realiza a história, mas ao lado e no interior dela, desenvolvem-se múltiplas relações de trabalho em diversas práticas e experiências dos trabalhadores, sujeitos não estáticos, que compõem o mesmo projeto não hegemônico de mudanças na Universidade.

²⁹ No imaginário social, a cidade de Uberlândia simboliza historicamente a “Paris brasileira”, “portal do cerrado”, “cidade polo”, “cidade jardim”, “polo industrial”, reconhecida como portal de desenvolvimento, progresso e modernidade por sua localização estratégica.

³⁰ CALVO, Célia Rocha. *Op. Cit.*

³¹ Idem. p. 21.

As aspirações de migrar, trabalhar e morar em Uberlândia em busca de oportunidades e melhoria de vida, demarcam períodos diversificados do crescimento urbano, desde as décadas de 50/60 no “[...] período nacional desenvolvimentista brasileiro”, marco acentuado da mencionada migração populacional e da rápida expansão das cidades como também do crescimento comercial e industrial, até a formação de novas classes populares.

Os trabalhadores(a)s entrevistado(a)s, quando chegaram à cidade e ingressaram na UFU, traziam sonhos relativos à cidade “grande”, a perspectiva de estabilidade e salário, a conquista da casa própria etc.. além das dificuldades vividas em diversos contextos, o orgulho, reconhecimento, gratidão e saudade, marcados por diversas lutas. São imagens e perspectivas construídas nas memórias e trajetórias dessas pessoas que constituem o encontro das histórias que se projetam no trabalho e na vida.

Nas décadas de 1970-80 a população de Uberlândia dobra, passando em 10 de 124.706 para 240.180 habitantes³². A população cresceu não apenas devido à UFU, mas também com a chegada do comércio, indústrias etc. Assim, a cidade e a Universidade cresceram em suas dimensões, passaram por modificações e os próprios trabalhadores foram mudando com a dinâmica das experiências. As imagens não são as mesmas do passado: referências e paisagens trazidas pelos trabalhadores foram transformadas em mais de três décadas de mudanças, aumentando a quantidade de espaços e prédios, mas também do contingente populacional.

Luis Humberto, que se considera “apaixonado” pela cidade e pela universidade, disse que muitos permanecem nela pela perspectiva de “vencer profissionalmente” ao referenciar àqueles que “foi obrigado a vir” por necessidade motivada pela busca de estudo ou emprego. Um processo vivenciado por muitos que chegaram pretendendo permanecer temporariamente, mas que acabaram adquirindo “raízes”, agregando-se à população de migrantes, com significativa representação na cidade.

³² Memórias da cidade de Uberlândia. In: GOMES, Aguinaldo Rodrigues; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes; NETTO, Miguel Rodrigues de S. (Orgs.). *Fragmentos, imagens, memórias: 25 anos de federalização da Universidade Federal de Uberlândia*. Memória da cidade. Uberlândia: EDUFU, 2003. p. 21.

Nesta trajetória, diversos significados foram mencionados entre as relações sociais nos depoimentos de Luiz Humberto e Silvino Correa sobre os sentidos da cidade e do trabalho. Embora tratem das transformações e dos trabalhadores, mostram também os impactos das políticas públicas na vida das pessoas, ao discutirem o ambiente de trabalho por meio de experiências pessoais e em sintonia com as mudanças históricas. Lembrando que naquele tempo o perfil da função na atividade administrativa, “bedel”, “office boy”, “atendente”, não era o mesmo de hoje, com diversidade na tematização das funcionalidades de trabalho.

As experiências e mudanças narradas por Luiz Humberto e Silvino Correa afetam todos e todas, pois não são trazidas de forma isolada pelos trabalhadores, uma vez que acontecem também com as (novas) tecnologias. Silvino menciona as impressões e experiências vividas e sentidas no seu cotidiano devido às dificuldades do período: “[...] tivemos muitas, muitas dificuldades, é naquela época, é nós não tínhamos a tecnologia que temos nós hoje, certo”. Falando de si mesmo nesta fase, relata: “[...] eu fui crescendo, eu procurava sempre me envolver, sempre buscando mais e saber mais um pouco daquilo que [...] era necessário”. Ele mostra os modos de viver a experiência constituída na prática, articulando formas e construindo saberes nas formas de apreender e de realizar o trabalho e mostra como ele percebe o passado e a identificação de “ser” técnico, pois, “Um bom trabalhador é gostar do que faz né, e isso me ajudou bastante”.

Os trabalhadores entrevistados narram que, no período de ingresso e de fundação e organização da UFU, buscaram habilidades desenvolvendo o aprendizado e construindo saberes em contrapartida às demandas. Essas experiências são parte dos desafios cotidianos inseridos nas diferentes características funcionais das atividades de trabalho. No contexto da organização da Universidade, a participação e a produção de si mesmos destes trabalhadores constitui-se pela diversidade de experiências e engajamento como agentes, que construíram o seu crescimento profissional em tempos de mudanças na vida e nas formas de trabalhar.

Entre as fontes analisadas, diversos espaços foram localizados no município a partir da dimensão da própria da estrutura da Universidade. No princípio da federalização eram 3 *campi* (Umuarama, Santa Monica e Educação Física), a Faculdade de Odontologia, localizada na Av. Engenheiro Diniz, que agregou a Reitoria (antes

localizada no Campus Umuarama, depois dividindo suas instalações na Av. Duque de Caxias e Av. Engenheiro Diniz) nas décadas seguintes, além das estruturas administrativas da Av. João Pinheiro, o Departamento Jurídico e a Assistência Judiciária. Na década de 1980 havia também cinco fazendas (3 fazendas experimentais e 2 reservas florestais) no município. Das cinco unidades de atendimento ambulatoriais (UFU) nos diferentes bairros da cidade, quatro foram extintas nas décadas seguintes a partir da implantação e gestão das Unidades de Atendimento Intensivas (UAI) pelo poder público municipal da cidade³³.

As diversas mudanças na Universidade começaram com a federalização, ato divisório de sua evolução institucional, que aconteceu em 24 de maio de 1978 (Lei n. 6.532), a partir do empenho social iniciados no período desenvolvimentista, pois havia uma aspiração pela Universidade pública para a cidade e região. No final da década de 1970 foi estruturada a integração de diversas faculdades isoladas: Filosofia, Ciências e Letras, Direito, Ciências Econômicas, Federal de Engenharia, Artes, Odontologia, Medicina Veterinária, Educação Física, Escola de Medicina e Cirurgia.

A integração dos cursos superiores das faculdades isoladas foi à base da estrutura da Universidade no período da federalização, que teve início a partir das agremiações por área de conhecimento, assim, passaram a participar da estrutura organizacional da Universidade no seguinte formato: o Centro de Ciências Humanas e Artes - CEHAR, o Centro de Ciências Exatas e Tecnologia - CETEC, localizados no campus do bairro Santa Mônica e o Centro de Ciências Biomédicas - CEBIM, localizado no campus do bairro Umuarama.

As mudanças e expansão dos espaços tiveram início em 1977 com a instalação física das diversas Faculdades. A “Faculdade de Filosofia Ciências e Letras se instalou nos *Campi* Santa Mônica e Umuarama”, onde os cursos de “Pedagogia, Letras, Estudos Sociais, História, Geografia, Artes, Música e Psicologia passaram a pertencer ao Centro de Ciências Humanas e Artes”; e os cursos de Ciências, Matemática, ao Centro de Ciências Exatas e Tecnologia. Da mesma forma, com o processo de federalização, a faculdade de Direito e a Faculdade de Ciências Econômicas passaram ao CEHAR e a

³³ Sendo responsabilidade do município o atendimento básico de saúde, por isso, a UFU fecha os ambulatorios periféricos, e mantém o Ambulatório Central e a Unidade do Bairro Jaraguá. Estes são fatores de ordem econômica identificados pelo corte de verbas da UFU e de financiamento do SUS.

Faculdade de Engenharia ao CETEC. Os Cursos de Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia e Educação Física tornam-se responsabilidade do Centro de Ciências Biomédicas³⁴. No princípio da federalização, a Faculdade de Engenharia, estabelecida no campus Santa Mônica desde as décadas de 1960/70, agregou diversos cursos que se incorporaram à Universidade, tanto de Bacharelado como as Licenciaturas.

Ao referenciar o “plano da cidade” dos espaços e demarcações entre “zonas urbanas” e “suburbanas”, a historiadora Célia Calvo define que:

No leste, no local onde funcionava um dos estabelecimentos educacionais da Igreja, foi construído o Campus Santa Mônica. O prédio onde funcionava o Colégio da ordem Salesiana foi federalizado e transformado na Faculdade de Engenharia, a primeira instituição pública que deu início ao processo de federalização das demais faculdades privadas que existiam na cidade³⁵.

A Faculdade Federal de Engenharia reuniu, entre outros, o curso de Licenciatura em História, que não tinha prédio próprio, cedendo também o espaço para as aulas noturnas. Depois, também foi cedido temporariamente salas do bloco “A” para o curso de História, que recebeu espaço físico com estrutura básica, segundo os padrões de organização administrativa dos departamentos, a sala de reuniões, a secretaria e as salas de professores e da chefia. Nos princípios da década de 1980, com as novas edificações, o curso ganhou instalações no bloco H, onde permanece até hoje. Em 1986, o curso de Estudos Sociais passa a ser denominado Ciências Sociais. Nesta época, o curso de História fazia parte do departamento de Ciências Sociais, ambos congregados à extinta Faculdade de Filosofia, Ciências Sociais e Letras. Mas, a partir da criação do bacharelado em História, em 1991, houve a separação destes dois cursos³⁶.

³⁴ GOMES, Aguinaldo Rodrigues; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes; NETTO, Miguel Rodrigues de S. (Orgs.). *Op. cit.* p. 25-26.

³⁵ CALVO, Célia Rocha. *Muitas Memórias e Histórias de uma Cidade*. Experiências e lembranças de Viveres Urbanos, Uberlândia (1938-1990). Tese de doutorado. Programa de Estudos Pós-graduados em História Social. PUC/SP, 2001.p.45

³⁶ PEREIRA, Rosa Maria Alves, Professora do Departamento de Ciências Sociais e História. Entrevista concedida em 1988. In: A UFU no Imaginário Social. CAETANO, Coraly; DIB, Miriam M. Cury (Orgs.). *Op. cit.*, p. 308. No período militar brasileiro (1964-1985), os cursos de história foram alvo de repressão, sendo abolidos do currículo escolar (Ensino Médio) e os conteúdos de História “diluídos” nas disciplinas de Educação Moral e Cívica e Estudos Sociais. Neste período, com a formação das Licenciaturas curtas e

A pós-graduação na UFU chegou depois, expandindo-se nas décadas seguintes. Nos anos 80 havia três cursos de pós-graduação: os cursos de mestrado em Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica, que tiveram início em 1985, e o mestrado em Educação com início em 1989.

As lembranças de Júlio Onório mostram os modos de ver e de perceber os espaços e trazem outras perspectivas da cidade e da Universidade:

A UFU tá cada vez desenvolvendo mais né, construindo, quando eu cheguei aqui a UFU era do tamanho de um ovo de galinha [risos]. UFU hoje tá cada vez evoluindo entendeu, a universidade hoje é um estorço e graças a Uberlândia se num fosse a UFU, se num fosse a Universidade já pensou o dinheiro que gira na cidade através de funcionários da UFU? É o que tá trabalhando, aposentado, ce trabalha aqui, ce tem a sua despesa vai na cidade ce faz compra, tudo através do seu dinheiro, do seu salário, se num [fosse] a Universidade, Uberlândia era pititinha, a força do comércio da, de Uberlândia, através do funcionário da UFU, tá na ativa e dos aposentado. Deus me livre se essa Universidade aqui fechar, acabou Uberlândia, acabou Uberlândia, isso aqui é uma coisa louca do comércio dentro de Uberlândia, se você trabalha aqui, seu filho, seu esposo compra, seu filho compra na cidade. O dinheiro vem da onde, vem do seu trabalho vem do governo federal, olha a cidade que num tem universidade, o tanto que ela é atrasada, é o braço direito, tem problema tem, que as vezes o dinheiro num chega na hora certa³⁷.

Hoje aposentado, Júlio Onório ao recordar a UFU dos anos finais da década de 70, se vale de uma metáfora típica da linguagem do homem do campo, que diz ela “era do tamanho de um ovo de galinha”. Em sua narrativa nota-se a importância das memórias como força ativa sobre a imagem positiva do presente, que enfatiza diversas faces do cotidiano da Universidade. Júlio alerta para os antagonismos da prática política sobre os direitos sociais, dimensionando a responsabilidade social e constitucional do Estado em relação ao financiamento público da Universidade. Esse investimento se torna “força política” e econômica para a educação, um direito social; o financiamento é o que materializa a condição do direito, tendo o Estado como

a demanda pela “reestruturação do Ensino superior”, ficam permitidas as habilitações profissionais no Ensino Superior. História volta a integrar o currículo a partir da resistência dos historiadores e da sociedade no período de (re)democratização do país.

³⁷ ONÓRIO, Júlio. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Umuarama [antessala de audiovisual, bloco 4K], 28/09/2015.

mediador principal desse direito. Reconhece que a educação não está desvinculada do mundo do trabalho, com grande relevância social, formativa e emancipatória, questão central para a sociedade. E, ao mesmo tempo, reconhece a educação como um componente fundamental para a democracia.

Portanto, a análise histórica da narrativa aponta diversos olhares e sentidos sobre o que significa e significou a expansão da Universidade, não somente em relação à estrutura e organização institucional, mas articulada a diversas perspectivas de relevância social como bens, salário e o investimento na cidade. Júlio Onório expressa com entusiasmo e admiração o que sente, o que viu e viveu nessas décadas de mudanças e expectativas, destacando o giro financeiro que acontece por meio dos salários e da renda dos funcionários, professores e alunos no comércio e na cidade. A narrativa reforça o investimento da “força” de trabalho dos ativos, dos aposentados e de seus familiares, incorporando a importância dos sujeitos como cidadãos no processo de constituição da cidade e da trajetória histórica da UFU, algo distinto do que ocorre em outras regiões ou até superior a muitas Universidades das capitais do país. A esse contexto soma-se a indústria e o comércio na geração de emprego e recursos financeiros para o fortalecimento social, além da perspectiva futura para o desenvolvimento da cidade e região.

Júlio Onório, a partir das memórias e experiências deste passado, recompõe as origens de seu vínculo de trabalho:

Naquela época [1977/78], aqui na UFU num existia banco né, eles recebia, é, é, o setor de obra, vinha no envelopim amarelo o dinheiro [...] com o nome das pessoa. Ce assinava e eles passava o dinheiro pra você, [...] as hora extra tudo. Num existia banco não, naquela época, [...] aqui na obra pagava toda sexta feira [...]³⁸.

Ao dizer “aqui na UFU num existia banco”, ele explica como se dava o pagamento semanal no tempo em que a intermediação bancária era inacessível para quem não tivesse conta bancária.

Outras referências de Júlio Onório mostram espaços apagados das memórias da cidade, mas que fazem parte destas lembranças. Rememora eventos que eram

³⁸ ONÓRIO, Júlio. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Umuarama [antessala de audiovisual, bloco 4K], 28/09/2015.

estendidos para fora da estrutura da Universidade, revivendo um período em que o vestibular era realizado nas escolas estaduais, em diversos espaços da cidade e a formatura, no cine regente: “[...] a Universidade não tinha anfiteatro, aí é alugava lá em baixo o cine regente pra fazê as formatura”. Júlio Onório também relata, por meio das imagens da memória, as “madrugadas” de “sábado” levando e trazendo “mesas”, “cadeiras” e as “bandeiras” para a organização dos eventos de formatura, revelando espaços que não existem mais e que hoje compõem o imaginário da cidade moderna.

Sua narrativa sobre as relações cotidianas “na obra” mostra a dimensão da cidade entre a vivência doméstica e o trabalho. Nas lembranças de Júlio Onório, havia pouca opção de “mercado” e como seu horário no setor de obras era muito difícil, não tinha tempo para fazer compras, assim, quando precisava, comprava no “armazém”, pois, “[...] só existia o Alô Brasil em Uberlândia, não tinha mais, tinha que comprá no primeiro armazém perto de casa, mais caro”. Apesar da dura jornada de trabalho e das dificuldades da vida cotidiana, quando se refere às formas de pagamento semanal, Júlio menciona “as hora extra tudo”, que indica que havia compensação integral do excedente das horas trabalhadas.

No processo de fundação da Universidade, Júlio Onório narra que quando ingressou “era medicina”:

Quando eu entrei era medicina [...], era medicina, num era Universidade não; depois que passou a universidade, tão eu trabaia na medicina. Quando eu recebia o pagamento na obra que eu te falei, que era sexta-feira, num existia no contra cheque escrito UFU não, era medicina. [risos] Lá na obra, em 78 no começo³⁹.

Na entrevista, ele menciona que a contratação e o pagamento dos trabalhadores, antes da federalização, ocorria via fundação, pela FEMECIU. Essas lembranças também são trazidas por Silnando Silvério, 42 anos, natural de Coromandel-MG, chegou em Uberlândia em 1973, ingressou em 1979, ao descrever em sua monografia as transformações vividas no “tempo histórico”, diz-nos que, por meio da FEMECIU, atuava um setor de “Assessoria de recursos humanos”, responsável pelo “recrutamento” dos trabalhadores:

³⁹ ONÓRIO, Júlio. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Umuarama [antessala de audiovisual, bloco 4K], 28/09/2015.

Também não se tinha institucionalizado na Universidade a área política de Recursos Humanos, havia no Campus Umuarama um setor [...], que recrutavam em nome da FEMECIU, por meio de testes e entrevistas para toda a instituição⁴⁰.

Sobre as lembranças da contratação, num período que não havia pró-reitoria na área de Recursos Humanos, a narrativa menciona a “medicina”, enquanto perspectiva de vínculo de emprego, o que nos possibilita entender a dimensão social da saúde pública inserida no núcleo do grande projeto de criação da Universidade, com grande visibilidade e referência social de identidade pública na cidade e região⁴¹.

Os diferentes significados culturais de trabalhar na UFU no final da década de 1970 foram trazidos pelos sujeitos das entrevistas do “Projeto-Memória do SINTET - UFU”. Silnando (P/M)⁴², trabalhou antes na construção civil, supermercado e outros, por exemplo, relembrando o tempo de ingresso na Universidade, afirma que “[...] na

⁴⁰ FERREIRA, Silnando Silvério. *A organização dos trabalhadores técnico-administrativos da UFU: a construção do SINTET/UFU*. Monografia. Instituto de História - UFU, 2004.

⁴¹ O processo de criação da antiga “Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia”, a EMECIU, teve início em 1966/67 e seu funcionamento autorizado em 1968. A partir da federalização da Universidade em 1978, a EMECIU passou a se chamar “Curso Médico do Centro de Ciências Biomédicas da UFU” e, com a alteração do Estatuto da UFU, desde 1999 passa a se chamar “Curso de Medicina”. A “medicina” era conhecida como referência de atendimento à saúde da população, sendo o principal hospital universitário e público da região (convênio com o antigo INPS e FUNRURAL). Antes, havia o segurado do INPS e FUNRURAL, mas a partir da CF de 1988, reconhece-se o direito pleno à saúde da população dentro da Seguridade Social (Assistência Social, Assistência à Saúde e Previdência). Antes de 1978, o governo federal, via Ministério da Educação e Cultura - MEC, mantinha exclusivamente a “Faculdade de Engenharia”, as demais faculdades dependiam de financiamento próprio e da anuidade paga pelos alunos. Antes da federalização, a FEMECIU (Fundação Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia) foi a primeira fundação mantenedora, possibilitando os recursos necessários para o funcionamento administrativo da EMECIU. A partir de 1980, a FEMECIU passa a se chamar FAEPU - Fundação de Assistência ao Estudo e Pesquisa de Uberlândia. Em 1978, já federalizada, a Universidade foi incorporada ao orçamento da União. In: CAETANO, Coraly; DIB, Miriam M. Cury (Orgs.). *Op. cit.*, p. 130-131.

⁴² Projeto Pró-Memória - SINTET-UFU. Entrevista concedida a Ylana Carolina Nunes. Na sede do sindicato, 8/01/2001, [Fita n. 23] (entrevista impressa). Silnando Silvério, 42 anos, nascido em Coromandel-MG, chegou em Uberlândia em 1973, trabalhou na construção civil e como entregador de mercadoria das “bicicletas cargueira” nos “armazéns” da cidade. Depois disso, atuou na “rodoviária, na empresa nacional expresso” e poucas vezes na “área de marcenaria”. Ingressou em 1977 “na antiga Faculdade de Economia”, onde hoje é o “Colégio Doutor Duarte”, no centro da cidade. Ele narra como chegou na UFU: “Bom, através de meu primo, meu tio que já trabalhava na Escola Federal de Engenharia, que é no Santa Mônica né. [...] Naquela época, é, meu tio soube de uma vaga lá na Faculdade de Economia e eu fui trabalhar lá, eu comecei no serviço de varrer pátio [...], mas como eu já tinha o primeiro grau, surgiu uma vaga na biblioteca né, e no terceiro dia, eu fui transferido para a biblioteca [...] Nessa federalização de 79, eu trabalhava na biblioteca, ajudei a mudar a biblioteca para o Santa Mônica. Foi na época da federalização, quando a Faculdade de Artes, Economia e outras mudou para o Santa Mônica né. E juntou outras também com o Umuarama que era Direito na época, Psicologia e tal, Veterinária [...]” (p. 2-3).

época não existia concurso né. Não existia concurso e mais tarde é que surgiu o concurso” e, ao falar de si mesmo, relata “[...] a gente que veio do interior né”, se referindo o que significou a vinda para a cidade, a busca de “sustento”.

Assim, como muitos trabalhadores, Silnando Silvério também saiu de sua cidade à procura de melhores condições de vida e, nesta busca, em algum momento a UFU atravessou sua vida, mas isso não foi automático, foram muitas páginas vividas até este encontro. Silnando (P/M) conta que chegou à Universidade a partir da agregação da Faculdade de Economia, onde trabalhava na “[...] biblioteca, e aí consegui nessa mudança para Engenharia, eu trabalhei lá, quer dizer, de 77 e 79 na Faculdade de Economia e Universidade”. Mas a narrativa indica também a consciência da interação trabalho e Universidade, quando ele diz: “[...] você sabia [...] era uma escola que ensinava alguma coisa”, isto mostra sua importante influência, a curto ou longo prazo, para muitos trabalhadores que ingressaram junto ao processo de federalização e que aprendiam cotidianamente seu ofício, na interação da atividade com professores e estudantes. Silnando, sintetizando sua perspectiva de trabalho na UFU, diz:

[...] Eu convivi muito com estudantes de Economia, Engenharia e outras na Artes e tal [...], naquela época, o que a gente via era apenas o sustento né, então você não tinha uma perspectiva, você sabia que aquilo era um escola que ensinava alguma coisa, mais você se sentia tão, tão embaixo que você vem preparado para trabalhar os seus trinta dias e receber o seu salário, exclusivamente para ajudar o seu pai e sua mãe a tratar dos seus irmãos, como no meu caso. Assim [...], a perspectiva na época era só de trabalho⁴³.

Recompondo suas memórias, Silnando narra que a base circunstancial da relação de trabalho era o sustento da família, a qual assume “forte elo”, responsabilidade e compromisso, numa época em que a formação qualificada não era parâmetro na relação de emprego na Universidade. O sentimento que expressa “você se sentia tão, tão embaixo”, indica que no período havia pouca perspectiva para a formação continuada, mostrando que a relação era “só de trabalho”, devido às necessidades da vida, em função da manutenção financeira prioritária da família.

⁴³ FERREIRA, Silnando Silvério. Projeto Memória - SINTET-UFU. Entrevista concedida a Ylana Carolina Nunes. Na sede do sindicato, 8/01/2001. [Fita n. 23], p. 3-4 (entrevista impressa).

Silnando sinaliza a condição de trabalhador com menor incentivo e pouco qualificado, que se insere na realidade social do período. Para muitos deles a prioridade era o trabalho, até por falta de opção, pois, neste contexto, não se tinha a oportunidade de permanecer na escola, favorecendo o baixo índice de frequência escolar para muitos.

Da mesma forma, o entrevistado Paulo Henrique (P/M), 42 anos, chega em 1970 e trabalhou de eletricista na cidade, fala do significado da sua experiência e dos desafios de aprendizado vividos a partir do seu ingresso em 1977, na Faculdade de Engenharia, na função de “auxiliar de laboratório” e depois em “técnico em eletrotécnica”:

A gente tinha também como novidade aqui de estar participando, assistindo aquelas aulas, eu montava os laboratórios, e depois montava as aulas de laboratório e os professores vinham dar aula. Então, muita coisa que eu tinha curiosidade, não tinha acesso a livro, não tinha feito curso, eu aprendia aquilo vendo né, os professores lá. Na época (1977), a universidade adotava um sistema de monitoria, tão tinha alguns monitores [...] que eram os alunos dos próprios cursos que já estavam no período mais avançado, vinham fazendo monitoria nos períodos iniciais, e depois, nas horas vagas quando eles iam montar o laboratório para preparar as aulas seguintes a gente acompanhava e depois começava a especular também, ajudava a montar e fazia as nossas próprias montagem [...], as aulas de laboratório eram muito poucas [...]. Você ia adquirindo esse conhecimento e você nesse entusiasmo ficava até feliz, a gente chegava a substituir o professor que ia dá aula prática [...] até que depois também eu dei o breque e mudou um pouco a característica desse serviço, hoje tá totalmente diferente. Hoje (2000), no Departamento de Engenharia Elétrica, o técnico de laboratório não são mais técnico de laboratório são almoxarifes, porque os laboratórios ficam agora noutra dinâmica, nas mãos dos alunos e aí eles se viram por lá, não tem mais essa assistência⁴⁴.

Paulo Henrique (P/M) recorda as habilidades desenvolvidas e a própria noção de apreender com o trabalho e no trabalho: “[...] eu tinha curiosidade, não tinha

⁴⁴ SANTOS, Paulo Henrique R. dos. Projeto Memória SINTET-UFU. Entrevista concedida a Célia Rocha Calvo, sede do Sindicato - SINTET-UFU, 26/10/2000, [Fita n. 42]. Paulo Henrique dos Santos Rodrigues, 42 anos, natural de Araguari, veio para Uberlândia em 1970. Trabalhou no supermercado Alô Brasil em 72/73, depois no Cajubá Clube e na construção civil. Ingressou na Faculdade de Engenharia em 1977 por meio da indicação de um amigo e foi contratado pela FEMECIU como Auxiliar de Laboratório na Engenharia Elétrica e, mais tarde como Técnico em Eletrotécnica. Foi membro fundador da “Comissão de Defesa do Servidor” e do SINTET - UFU, presidente da “associação” da ASUFUB por duas gestões, diretor do sindicato em 4 gestões (90-93; 98-200; 2000-2002 e 2002-2004), e coordenador geral da FASUBRA no período de junho de 2002 a maio de 2015.

acesso a livro, não tinha feito curso, eu aprendia aquilo vendo né”. Em sua concepção do momento, diz que “[...] não tinha aquele negócio de ficar pensando em futuro”, entretanto, trabalhar na Universidade significou mudanças em sua vida, como mostra este trecho da entrevista: “[...] só de tá participando numa instituição de ensino fez com que eu voltasse a estudar, pensar inclusive em fazer faculdade, eu não tinha esse pensamento de fazer faculdade, vou prestar vestibular, não tinha isso”. Assim, fica evidente a partir de sua experiência, que trabalhar na Universidade mudou sua perspectiva de vida: “Eu voltei a estudar no Messias Pedreiro” (1978).

Portanto, a superação de si mesmo, não era só trabalhar na UFU, mas retornar aos estudos, percebendo que novas perspectivas e horizontes foram se abrindo quando: “Você ia adquirindo esse conhecimento e você, nesse entusiasmo, ficava até feliz, agente chegava a substituir o professor que ia dá aula prática [...] até que depois também eu dei o breque e mudou um pouco a característica desse serviço, hoje tá totalmente diferente.” De modo que, a manifestação de otimismo assinala novo sentido mais “significativo e instrutivo”, mas houve mudanças e “eu dei o breque”, mostrando a noção de gestão funcional.

Neste movimento histórico e nas diversas memórias constituídas nessa pluralidade de relações dos trabalhadores que vieram de outras localidades e da própria cidade, marcou-se a dinâmica das experiências vividas de modo diferente por cada entrevistado; não enquanto experiência isolada, mas da realidade vivida pelos trabalhadores do período. Fazer parte da cidade de Uberlândia e da Universidade como lugar social para viver e trabalhar significa para eles realizar sonhos e perspectivas de vida.

Mas é importante levar em consideração que, antes do ingresso na UFU, os trabalhadores têm trajetórias, memórias e histórias como cidadãos ativos na vida e no trabalho, pessoas que vieram de diferentes lugares em busca de emprego na cidade. São trabalhadores que contam o que significou a vinda para Uberlândia, trazendo para nós o sentido de pensar a experiência como luta e disputa no processo social dos sujeitos que vivenciam suas experiências e, sobretudo, compreender a história como um processo.

Assim como Júlio Onório, temos a narrativa de Carlos Humberto Corrêia⁴⁵ (P/M), 41 anos (2000), natural de Estrela do Sul, que aos 7 anos de idade foi para o Norte de Goiás com os pais e trabalhou como agricultor até os 17 anos. Depois que rompeu o noivado e sem estímulo para permanecer no campo, o irmão do cunhado convidou-lhe a vir para Uberlândia:

Naquela época [1978], de revolução [crescimento] industrial, era expansão da cidade, tava famosa no Brasil inteiro. [...] A gente sabia que emprego era fácil naquela época e a maior fábrica de emprego era a Souza Cruz, todo mundo tinha o sonho de trabalhar na Souza Cruz. Chegamos aqui, a irmã dele [cunhado] trabalhava na Souza Cruz e disse “olha, lá não tem vaga”. E a gente sentiu um pouco frustrado porque a gente achou que chegando aqui ia trabalhar na Souza Cruz⁴⁶.

A consciência social de Carlos Humberto, presente em sua narrativa, mostra o que o foco de expectativa na cidade não era a UFU, mas a possibilidade de trabalho e de oportunidade; trabalhar na UFU foi uma perspectiva que surgiu depois, uma vez que as pessoas não têm o futuro predeterminado, assim, chegavam e trabalhavam onde lhes fosse possível e nessas buscas por emprego, a universidade surge como opção para eles. Porém, desanimado com a chegada, Carlos Humberto, “sem dinheiro” e “sem emprego”, residiu por um tempo na casa da irmã do cunhado, recebendo apoio do casal, algo próprio aos laços de proximidade familiar.

Carlos, meio desconsolado com a chegada em Uberlândia e com muitas lembranças da sua vida no campo, junto aos sentimentos e vínculos com a família, revive a memória na paisagem imaginária do passado: “[...] tinha dia que a gente ficava triste na parte da tarde que a gente olhava no momento que o sol vai baixando né, tão tem uma diferença enorme é da tarde no campo e da tarde na cidade né, então eles [casal que o acolheu] conversavam com a gente no momento que a gente começava a sentir falta ‘não precisa preocupar que vai arrumar emprego’”. No diálogo explica: “E a gente começou a procurar serviço de obra”, na construção de prédios na cidade.

⁴⁵ CORRÊIA, Carlos Humberto. Projeto Memória SINTET/UFU-2002. Entrevista coletiva concedida a Célia Rocha. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 27/10/2000, [Fita n. 42]. Carlos Humberto “[...] participou ativamente da luta dos trabalhadores dentro da UFU, questionando a política implantada na Universidade. Juntou-se ao grupo que formou a Comissão de Defesa dos Servidores e fez parte da diretoria do SINTET - UFU em 2000-2002” (Catálogo do acervo: Fontes orais, p. 79).

⁴⁶ Idem. [Fita n. 43].

Carlos Humberto, trabalhou 4 anos e 11 meses na construção civil, em 3 construtoras da cidade.

O historiador Paulo Roberto de Almeida no artigo “Encantos e desencantos da cidade: trajetórias, cultura e memórias de trabalhadores pobres de Uberlândia, 1970-2000”⁴⁷ discute como foi sendo criada uma memória de Uberlândia como a terra das oportunidades, onde todos se dão bem na vida, fato esse que atraiu e atrai milhares de pessoas para este município devido à propaganda de elevada oferta de trabalho. De modo que, na fala de Carlos Humberto percebe-se que ele estava passando por dificuldades no meio rural, o mesmo ocorreu com outros entrevistados também atraídos pelo discurso de que Uberlândia era a terra das oportunidades. E sob a perspectiva do autor, muitos quando chegam à cidade, veem que a realidade é diferente.

O exemplo de Silvino, que retornou para Lagamar, aguardando a vaga de emprego, é semelhante ao de Carlos Humberto que também não conseguiu trabalho imediato, não realizando “o sonho de trabalhar na Souza Cruz”, vendo-se obrigado a procurar outros caminhos e melhores oportunidades, podendo vir a trabalhar nas periferias, etc. Estas adversidades, na perspectiva do historiador Paulo Roberto de Almeida, são os desencantos da cidade. É neste sentido que Carlos Humberto fala de sua experiência de trabalho no campo e de sua vivência das transformações entre o campo e a cidade:

Eu trabalhei com trator, eu preparava agricultura, muitos hectares, começava 6 da manhã até 10 da noite, ganhando apenas um dia, dobrando, eu tinha revolta, era essas condições ou saía da fazenda. [...] Era um regime semiescravo, e eu carreguei essa revolta, quando cheguei à cidade, tinha esperança de romper com o regime escravagista e chega na cidade e depara com a mesma forma⁴⁸.

Carlos relata que presenciou uma grande injustiça, quando trabalhava na construção de obras na cidade, no dia em que um senhor de idade foi demitido depois de trabalhar exaustivamente o dia todo, cavando manualmente extensas valas na rua

⁴⁷ ALMEIDA, Paulo Roberto de. Encantos e desencantos da cidade: trajetórias, cultura e memórias de trabalhadores pobres de Uberlândia. 1970-2000. In: FENELON, Déa Ribeiro et. al. (Orgs.). *Muitas memórias. Outras histórias*. São Paulo: Olho d'água, 2005.

⁴⁸ CORRÊIA, Carlos Humberto. Projeto Memória SINTET/UFU-2002. Entrevista coletiva concedida a Célia Rocha. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 27/10/2000, [Fita n. 42].

em obras, diz: “[...] o engenheiro demitiu ele parado”. Carlos conta que foi o único momento que este senhor, “morto de cansado”, parou para um breve descanso no final da tarde. Carlos, inconformado com o ocorrido, “pediu a conta”, em suas palavras: “Isso marcou, ficou na história. O sentimento de revolta da roça, para mim, ficou marcado nesse pedido de demissão. [...] Vem para a cidade e se depara com o autoritarismo, a ditadura”. Carlos Humberto (P/M), ao associar os tempos de “autoritarismo, a ditadura”, leva em conta que o significado da ditadura não representa somente “golpe de Estado” ou “Regime político do Estado”, mas, a partir da reprodução dominante conservadora, se apresenta nas relações sociais e de trabalho.

A expectativa de Carlos de relações sociais humanizadas na cidade, “distinta de civilização”, sinaliza o sonho de realização de vida em contrapartida às dificuldades das condições vividas no campo. Carlos acreditou que havia transformação dessas relações entre a vida do campo e a da cidade, mas se depara com a “proletarização” do trabalhador nos atos legitimadores das relações de dominação e subordinação de natureza e significado cultural, como uma cultura comum nas diversas formas de vida. Sobre sua chegada à Universidade, diz:

A gente tinha amigos que ingressou na Universidade e através deles teve a informação de que a Universidade tava contratando, mas a gente deparou que era a FAEPU, e a gente tinha esperança que através da FAEPU a gente tinha esperança de chegar até a Universidade⁴⁹.

Carlos, trabalhou 2 anos na FAEPU (Fundação de Assistências, Estudo e Pesquisa da UFU) e em 1987 “[...] passou para o quadro da UFU no Setor de Obras do Campus Santa Mônica”, onde permanece até hoje. Lembra-se: “E para mim houve uma mudança importante esse ingresso na FAEPU e posteriormente na Universidade [...] a gente começou a ganhar mais do que ganhava antes, deu uma estabilizada [...] alimentar melhor e tal [...]”. Portanto, Carlos reconhece a mudança na sua condição de vida, “deu uma estabilizada” quando ingressou na UFU.

⁴⁹ Idem. [Fitas n. 42].

A narrativa de Carlos Humberto (P/M) esclarece que “[...] o pessoal da obra, 80% é originário da fazenda, filhos de pequeno agricultor”. O saber e o fazer foram as estratégias que constituíram o processamento técnico e prático para a atividade exercida no período, pois ainda não havia “processos tecnológicos”. Seu relato nos ajuda a refletir sobre o que era solicitado pela hierarquia naquele momento histórico, em que os trabalhadores do setor de obras tiveram que passar a ler os projetos dos engenheiros, mostrando como foi sentida a dificuldade de aprender o trabalho, e ainda, como era a participação dos profissionais qualificados da área para acompanhamento e orientação da construção civil na organização institucional de trabalho.

As chegadas de Carlos Humberto e Júlio Onório contrastam com o desenvolvimento industrial da cidade nas décadas de 1970/80, que atraíram trabalhadores para a construção civil. Foi a partir deste período que teve início a expansão das edificações nos diversos espaços da Universidade.

Este período de expansão está vinculado à chegada de trabalhadores e trabalhadoras, um contexto que fez parte da vida e das lembranças de Lúcia Helena, que trabalhou no Estado e no comércio quando ingressou em 1987:

Eu estava assim muito ansiosa pra trabalhar na Universidade era um sonho que eu tinha e o meu primeiro dia eu, foi na, eu fui ser datilógrafa na Escola de Educação Básica da UFU, a ESEBA. Aí, quando eu cheguei lá, eu fui pra uma salinha que era, trabalhava eu e uma outra moça e eu, e a partir daquele momento eu senti uma alegria tão grande de falá assim que eu era uma funcionária da Universidade, fiquei muito feliz, e me lembro direitinho, num esqueço, e até hoje eu sou amiga dessa pessoa, ela já se aposentou mas a gente ainda continua sendo amiga⁵⁰.

Para Lúcia, “trabalhar na Universidade era um sonho”, assim como para muitos dos entrevistados, que tinham igual expectativa e sentiam satisfação de terem um trabalho melhor remunerado, que atendesse suas necessidades numa instituição representativa na sociedade. Lúcia, ao dizer “eu senti uma alegria tão grande”, demonstra orgulho com sua nova situação e também por ser uma experiência única, que releva o seu vínculo, ela diz: “fiquei muito feliz”, “eu era uma funcionária da

⁵⁰ Lúcia Helena. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Santa Mônica [Bloco H], 28/09/2015. Duração 30min.

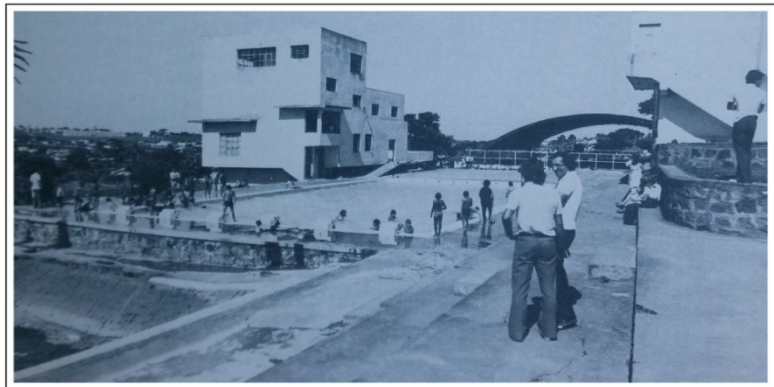
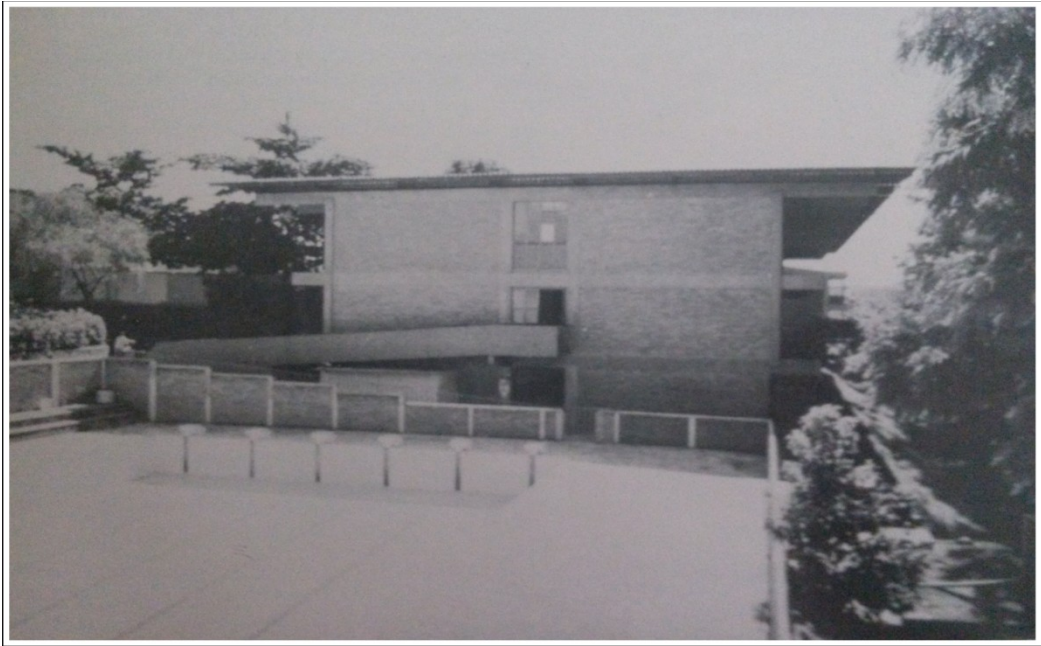
universidade”. Uma nova história, um novo trabalho com novas experiências. Lúcia fez cursos de capacitação ofertados pela Universidade, retomando os estudos de nível superior em fase tardia de sua vida. Sua lembrança possui forte significado no presente, narrando as relações de amizade desde o primeiro dia de trabalho. Lúcia realizou um sonho, materializado em sua conquista e opção de trabalho no espaço de reconhecimento social e nele constituiu valores, fortalecendo laços de amizade para além das relações sociais de trabalho, que perduraram por toda a sua vida.

1. 2. Espaços e relações de trabalho.

A ESEBA, edificada no Campus da Educação Física desde 1983, compõe o cenário das memórias, marcando as relações construídas nas experiências vividas por Lúcia. As imagens do local assumem a importância de suas lembranças ou reatualizam seu passado como parte integrante das transformações históricas. Neste sentido, a imagem incorpora formas de apreender as memórias e trajetórias trazidas pelos entrevistados sob a visibilidade do registro e do diálogo construído a partir do olhar como linguagem. Para a entrevistada, suas memórias se remetem às imagens de um lugar que lhe ajudou a construir melhores expectativas de vida, num espaço que foi se transformando com o crescimento da Universidade e da cidade⁵¹.

⁵¹ Inicialmente a Escola Básica chamava-se “Escola Pré-fundamental Nossa Casinha”, no campus Umarama, onde hoje é o hospital psiquiátrico. Em 1980, passou a se chamar “Centro Educacional Nossa Casinha I” e “Nossa Casinha”, em outra unidade no Campus Santa Mônica. Em 1981 foram unificadas as duas unidades no campus Santa Mônica com o nome de “Pré-escola e 1º grau”. Em 1983, foi transferida para o prédio do campus Educação Física, onde está até hoje.

Escola de Educação Básica da UFU localizada no campus da Escola de Educação Física (1988)



Vista às piscinas e ao prédio da administração da Escola de Educação Física. Década de 1970.
Fonte: Projeto Pró-memória, UFU, 1988.

Lúcia Helena e Silvino Correa, ponderando o passado e o presente, recordam-se das atividades das secretarias no período analisado. Mas cabe indagar como foram vividas as experiências da obsolescência do trabalho manual, por exemplo o “mimeógrafo” e a “datilografia”, e como foram substituídos por novas formas de trabalhar diante dos desafios de outras experiências e da qualificação dos trabalhadores técnico-administrativos frente às exigência de formação de mão de obra crescente para atender a demanda de trabalho.

As experiências e sentimentos em relação ao ingresso emergiram, foram várias histórias contadas pelos entrevistados e diferentes experiências vividas nas relações de

trabalho, que são múltiplas dentro de um mesmo contexto um mesmo processo não homogeneizado, várias lembranças a partir do primeiro dia de trabalho são narradas, o técnico-administrativo Silvino conta um pouco de sua experiência:

Eu comecei a trabalhar numa função chamada na época Bedel [...], Bedel, o Bedel corresponde hoje ao assistente, ao auxiliar administrativo, era aquele que ia na xerox, levava documento, trazia documento, tirava xerox, é, redigia, é, mimeografava prova, então, essa era a minha função naquela época. Em 80, 1980 o meu chefe me promoveu a auxiliar de escritório sabe, seria alguma coisa acima, o auxiliar⁵².

Silvino Correa fala dos modos de trabalhar da Universidade, traz na lembrança a experiência vivida “naquela época”, 1979, e o significado de trabalhar na função de Bedel. A narrativa expressa o cotidiano, como buscar e levar papéis; o trabalho era muito manual - “levava documento”, “trazia documento”, “redigia”, “mimeografava prova” -, não havia tecnologia para estes serviços, que dependiam totalmente das pessoas para serem executados. Esta função demandava saber fazer de “tudo” para poder estar capacitado para o exercício da atividade administrativa. Portanto, o “fazer tudo” fez parte do universo da experiência e da cultura como paradigma das competências do(a)s trabalhadore(a)s técnico-administrativos que ingressaram no período da federalização. Silvino, narrou a função de “auxiliar de escritório”, outra especificação sobre a dinâmica de trabalho (manual) que passou a exercer em 1980.

Entre múltiplas atividades funcionais, para muitos eram exigidas habilidades “técnicas” como datilografia, como expressa Lúcia, que trabalhava numa sala “reservada” e “só entrava lá professor na hora que ia pedir o serviço né”. Em conformidade com a função exercida, Lúcia conta que: “[...] na época, quando eu entrei [1987] na, na Universidade, assim, a gente via que era os mimeógrafos, a gente datilografava, num existia nem computador naquela época né”. Lúcia Helena relatou com detalhes as provas que eram datilografadas e reproduzidas no mimeógrafo, posteriormente modernizado a partir do corretivo de tinta: “[...] a gente achava super chique né, tinha um corretivo de tinta, era laranjado, você errava aquilo, cê batia ele corrigia”; a máquina de datilografia também era moderna: “[...] você trocava as

⁵² CORREA, Silvino. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Santa Mônica [Engenharia Química], 30/11/2015. Duração: 1h.

esferas, cê escolhia a letra, tinha, na época tinha umas cinco esferas, aí a gente trocava conforme o texto, o modelo de letra, e conforme o texto cê poderia por itálico, tinha a esfera que era uma margarida que era itálico, aí cê ia trocava aquilo, também a máquina apagava, achava aquilo o máximo”⁵³. Os equipamentos e otimizações de trabalho adquirem outro significado a partir das (novas) tecnologias, pressupondo que para os trabalhadores semianalfabetos oriundos da zona rural, foi uma mistura de desafios e oportunidades.

As transformações também ocorreram a partir das formas de organização do trabalho institucional. O entrevistado Luiz Humberto lembra-se com entusiasmo do seu primeiro dia de trabalho: “[...] como se fosse hoje [...] é, primeiro lugar eu fiquei muito satisfeito de ter oportunidade e trabalhar, na época [1977] não era federal era fundação”.

Eu tinha opções de ir pro almoxarifado ou pra área acadêmica né, eu preferi área acadêmica e me orgulho muito disso [...], comecei na segunda a todo vapor, [inaudível], como hoje seria um *office boy* né, e a minha responsabilidade sempre foi muito grande, tanto é que dentro de um mês, é, o nosso gerente da área me passou pra ser responsável direto pelo controle de ponto dos docentes, que é uma responsabilidade e tanto né. [...] Corria atrás, ia na sala de aula e pegava [os horários], então, e era atendente também, que era na DIARE, extinta DIARE, que hoje [data da entrevista] é DIVRE, Divisão de Registro Escolar, então, trabalhava como atendente no balcão é...

[...] no início [77/78]. Aí, isso lá no Umuarama, aí o professor [inaudível], hoje professor da Engenharia Elétrica, ele e o professor Júlio, é, decidiram, é, me dar o controle acadêmico e me chamou, talvez pela, eu tão novo com dezenove anos fazeno um serviço tão responsável e deu certo, é o controle de ponto de professor, eles me trouxeram aqui pro Santa Mônica tá, aí fundou-se o controle acadêmico é... [DICOA].

[...] Então, eu participei desde o início da fundação do controle acadêmico, éramos em três⁵⁴.

No decorrer da pesquisa percebe-se, nos relatos dos trabalhadores, o destaque à participação da construção da Universidade como sujeitos. Se a memória dominante protagoniza os militares como construtores da UFU, as narrativas abrem caminho para

⁵³ Lúcia Helena. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Santa Mônica [Bloco H] 28/09/2015. Duração 30min.

⁵⁴ SILVA, Luiz Humberto. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Santa Mônica [Bloco 3P], 02/0/2015. Duração 1h13min.

se pensar como os trabalhadores foram se constituindo naquele processo e ajudando a construí-la. Suas vozes mostram como se superaram e se sentem partícipes da história da UFU, algo nem sempre presente no debate público.

O diálogo com Luiz Humberto nos leva a pensar sobre os reflexos das mudanças da população acadêmica e a proporcionalidade de trabalhadores, quando ele diz “eramos em três” no início, e de que forma o Estado se ocupou ou não com a recuperação da capacidade da força de trabalho no serviço público brasileiro. A narrativa de Luiz explica como era “o controle de ponto dos professores”: “[...] era assim: você pegava os horários da aula de cada curso, é, passava para um papel rascunho e o professor quando saía o papel [inaudível] o professor assinava”, essa era a forma de gerir o controle do comportamento no trabalho ou a disciplina padrão-empregado.

Luiz Humberto, identificado com a “responsabilidade” recebida, ao mencionar o “controle de ponto de professor”, entendeu como um desafio pessoal, que exigia confiança, e sente orgulho por ser responsável pelo “controle acadêmico”. Ao mesmo tempo, sente-se integrado aos princípios da instituição ao ser incorporado às expectativas em relação à dinâmica cultural do período, cumprindo os objetivos organizacionais nas relações de trabalho e nas formas de relacionamento das pessoas articuladas aos processos das disputas sociais e políticas.

Embora, havia controle e concessões. Na trajetória de Júlio Onório, as lembranças da admissão, quando retornou pela segunda vez para trabalhar na Universidade em 1978, são memórias localizadas nas relações de gestão interna, circunscritas à relação de trabalho no contexto daquele período, pois isso se modificou depois:

Eu comecei de servente de pedreiro [...] o encarregado chegou e falou “vem todo mundo recebe o décimo terceiro e décimo quarto, só ocê que não, que ocê tá cum treis dia de serviço”, que era eu, [risos], foi aqui ó! no D (bloco) em baixo ali ó, [risos], desse jeito! quando eu entrei 18 de dezembro de 78. [...] Foi o último décimo quarto é, que eu tava lá veno eles chamano e eu...⁵⁵

⁵⁵ Idem. Ibidem.

“Foi o último décimo quarto”. A memória da experiência de Júlio Onório naquele contexto social específico resgata um passado de práticas que se inserem numa sistemática de ação. A singularidade da narrativa sobre o benefício compensatório recebido fora do contrato de trabalho e de regulamentação, pouco oculta os problemas vividos por esses trabalhadores, porque eles enfrentaram as contradições do período. Mas, em outras situações e lugares possivelmente não teriam “direito” ao décimo quarto salário.

Entre outras circunstâncias vividas ou percebidas no contexto social de trabalho, de narrativas que recordam ações que mostravam tanto a solidariedade entre os trabalhadores técnico-administrativo(a)s, quanto de outras lembranças quando a presença nova era uma “ameaça” e “boicotou” a informação quem não queria ensinar o serviço. Coexistindo, assim, as armadilhas da competição entre as pessoas no espaço institucional e o comprometimento nas relações humanas no clima organizacional. O “boicote” ou sabotagem do colega, nem sempre visto ou percebido no espaço social representado por “formas mudas” de exclusão do outro e individualização do mundo do trabalho. Sobre essa realidade, Dona Idê, fala de seu primeiro dia de trabalho no setor de limpeza:

No primeiro dia me jogaram no banheiro, lavar banheiro, [risos] aí as colega mais velha, quando entrava um funcionário, elas aproveitava [...] quando era novata [...] elas jogavam água no banheiro até mesmo, num tê jeito, aí menina, primeiro dia né, aí eu custava a sair daquele banheiro, eu perdia dentro do prédio⁵⁶.

Chegar e não se sentir bem recepcionada. As relações de trabalho e as ambiguidades, entre o compromisso social da função e os conflitos ao mesmo tempo releva a atitude de uma ou um colega mais velho(a), em relação ao tempo no trabalho, salientando situações organizacionais que criam tensões e também um clima de comprometimento. Algo que nos leva a indagar sobre o que a(o)s nova(o)s trabalhadora(e)s técnico(a)-administrativo(a)s, a partir do seu ingresso, têm a dizer sobre as dimensões da experiência de ser novato na UFU.

⁵⁶ SANTOS, Idê. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Campus Umuarama, [Bloco 2X], 28/09/2015.

Os trabalhadores enfrentaram a contradição: ao mesmo tempo em que o sonho de muitas pessoas era ingressar na UFU, quando chegaram lá sofreram por serem novatas, sendo que eram os próprios colegas que impunham desafios aos novatos. Situações que mostram uma parte das contradições do mundo do trabalho e dos trabalhadores e, simultaneamente, das relações sociais. As reflexões dos entrevistados sobre como foram construídas as relações de trabalho a partir das memórias emergem significando as experiências vividas no ingresso, de forma que “resgata[m] o passado e a memória”, e dimensionam a relação de contratação sobre como eram antes, as formas de ingresso na universidade.

Até o final da década de 1980 não havia concurso público, pois eram outras as formas de contrato de trabalho. Dos cinco trabalhadores técnico-administrativo(a)s entrevistados, quatro participaram de “teste”, “exame de seleção”, ou vieram “procurar o serviço”, ou foram indicados por amigos que já trabalhavam na UFU. Nas expressões dos entrevistados:

Eu fiz é, me candidatei à UFU e tava fazendo seleção, naquela época não era bem um concurso público era exame de seleção (1978 - Silvino).

Na época num era necessário concurso, então, foi através de um amigo da família que já trabalhava algum tempo, indicou meu nome e deu tudo certo, fiz uns teste, uma entrevista [...] (1977 - Luiz Humberto).

Aí eu vim aqui, pra entrar aqui né, não precisava de concurso né. [...] Não, não tinha concurso (1979 - Idê).

Ser funcionário da UFU por concurso público nas décadas seguintes significou uma nova situação nas relações de trabalho, mas não foi um ganho gratuito, houve luta protagonizada pelos trabalhadores e conquista no campo social e político. Entrar por concurso público é diferente de entrar por outros meios, pela perspectiva de estabilidade, *status*, salário, que significaram uma nova configuração social nas relações de trabalho com garantia de direitos. Embora os ganhos sob estas formas de trabalho sejam intrínsecos ao processo de mudanças, como ocorreu com sua valorização e desvalorização ao longo do tempo.

Na voz do servente de pedreiro, Júlio Onório (aposentado):

Em 76 que eu entrei, naquela época [...], quando eu vim procurar o serviço eles falou pra mim “ó, o horário aqui é das 6 da manhã às 9 da noite, segunda a sexta, domingo até as 5 hora, se quis é, o horário é esse, entendeu?” Aí eu precisava demais do emprego, eu tinha, tem 4 filhos na época de menor, pá podê criar né, precisava do emprego, aceitei o acordo deles e , então, comecei a trabaiá na obra.

Já o servente de pedreiro Júlio Onório (aposentado), comentando a forma de ingresso antes da federalização, diz “eu vim procurar o serviço”, assim, ser aceito ou chamado para trabalhar no “setor de obras” foi modalidade de ingresso neste período (1976). Mas ele retornou depois, porque “eles me chamou de vorta era o setor de obras”, “[...] eu voltei, entrei em 78”, permanecendo por três anos nesta atividade.

Júlio Onório traz na memória lembranças das edificações dos prédios no campus Umuarama, que ajudou a construir desde 1976. Narra com orgulho sua trajetória de trabalho:

Eu trabalhei na UFU a primeira vez em 76, mais ou meno, setor de obra, entrei de servente de pedreiro, trabalhei 11 meses, ajudei construi 2C que hoje é a Psicologia né, hoje é a Psicologia, ajudei a construi o D.

[...] 2 D da veterinária, ajudei a construí uma parte da clínica médica, entendeu, é ajudei a construí uma parte do ambulatório, ambulatório eu fiz o ambulatório, naquela época num tinha terminado o ambulatório não, eu ajudei a construí na obra⁵⁷.

As edificações do campus Umuarama fizeram parte do início da trajetória vivida por Júlio Onório, que ainda permanece no imaginário e na memória, atravessando décadas e mostrando que o início no campus Umuarama começou “com muito orgulho”.

A paisagem do campus Umuarama (na foto), suporte das memórias e do espaço que se transforma no tempo, se insere na história como parte do crescimento da cidade e da Universidade. Portanto, foram décadas de mudanças nos espaços do campus Umuarama, a paisagem urbana do lugar foi alterada em relação a essas imagens das décadas de 1970 e 80. “Toda imagem é histórica” porque representa épocas, marcas produzidas no seu tempo, e também são fontes significativas para a compreensão das mudanças produzidas historicamente.

⁵⁷ ONÓRIO, Júlio. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Campus Umuarama [antessala do audiovisual, bloco 4K], 28/09/2015.

Escola de medicina, 1972.



Prédios construídos: biotério, cantina, cadeiras básicas, ambulatórios, hospital infantil, hospital de clínicas, IML e quadra de esportes.



Campus Umuarama. 1982.

Fonte: Projeto Pró-Memória, UFU, 1988.

Nas reflexões de Luiz e de Júlio Onório sobre o campus Umuarama, espaço de suas memórias lembradas e vividas, dimensiona-se uma significativa identificação com o lugar que começou nas áreas vazias do cerrado e ruas de terra, cenário de reconhecimento do campus Umuarama. Neste espaço, os trabalhadores narram as mudanças na vida e no trabalho. Luiz expressou as dificuldades sentidas sobre as mudanças de estrutura acadêmica e organização institucional e administrativa como parte das transformações vividas na sua própria trajetória, segundo ele:

[...] A maior dificuldade que eu encontrei aqui foi a minha transferência pra cá [...] pro Santa Mônica.

[...] Porque foi assim, eu trabalhei, eu comecei, comecei um ano, fiquei de 77 a 78 no Umuarama, vim pá cá (Santa Monica) e fiquei 10 anos, depois voltei pro Umuarama, nós somos, é porque lá precisava de uma pessoa é pra representá a DICOA lá, pra tratar dos problemas dos cursos de, é, Biomédicas, tá, trabalhava lá com a Suzana [...].

[...] Então, montou uma filial lá e eu fui pra lá, desde de 1987 até [...], acho que fiquei lá vinte anos, quase vinte anos, então é, eu tenho aversão à mudanças assim, sabe eu tenho dificuldade⁵⁸.

Luiz traz o passado e o impacto vivido no presente, pois havia construído uma identificação com o lugar; mostra o sentimento e o significado do trabalho realizado “por quase vinte anos”. Localiza-se no bairro da cidade onde espaço e tempo se misturavam ao forte vínculo afetivo com o lugar: “[...] mas o que marcou foi o Umuarama”, “[...] eu gostava mais do Umuarama”. Luiz expressa seu percurso entre frustração e conformação, sempre revigorando seu presente, afirmando “mas tô feliz”. A narrativa entrelaça o passado e o presente, ora retrocede e ora ultrapassa a dimensão temporal balizada, pois esse movimento depende da escolha do narrador, de acordo com Alessandro Portelli: “a memória como um fato da história”. O processo de transferência (década 2000) indica como o trabalhador não vive o trabalho da forma como gostaria, partindo do chão da experiência, afinal, trabalhar na UFU era um sonho, mas existem imposições, a subordinação do e no trabalho.

Inconformado com as modificações, Luiz Humberto indica os laços sociais e afetivos do passado: “[...] formamos uma família lá na realidade, formamos uma família”, e é na maneira de se identificar e de se localizar no passado que se revelam características de relações que constituem laços de “harmonia social”. Lembrando-se da colega, diz “trabalhava lá com a Suzana”, reconhecendo em si a identidade estabelecida e consolidada com o local.

Outros entrevistados lembram que a UFU ficava em áreas pouco habitadas, com ausência de vias asfaltadas, de transporte coletivo e numa localização distante do

⁵⁸ Idem. Ibidem.

centro da cidade. Os trabalhadores moravam longe da UFU, algo bastante diferente da vida no campo, em que a terra era local de trabalho e moradia.

Nas memórias de Paulo Henrique (P/M)⁵⁹, os lugares são trazidos nas referências vividas no passado: “[...] toda redondeza do Santa Mônica era deserto, o Santa Mônica estava começando”. Em sua narrativa revelam-se as imagens do passado que permanecem no imaginário das lembranças sobre as experiências vividas no ingresso na Universidade:

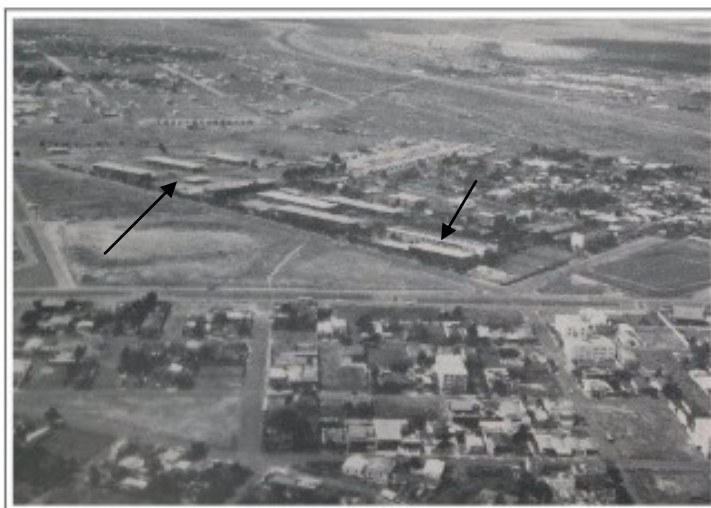
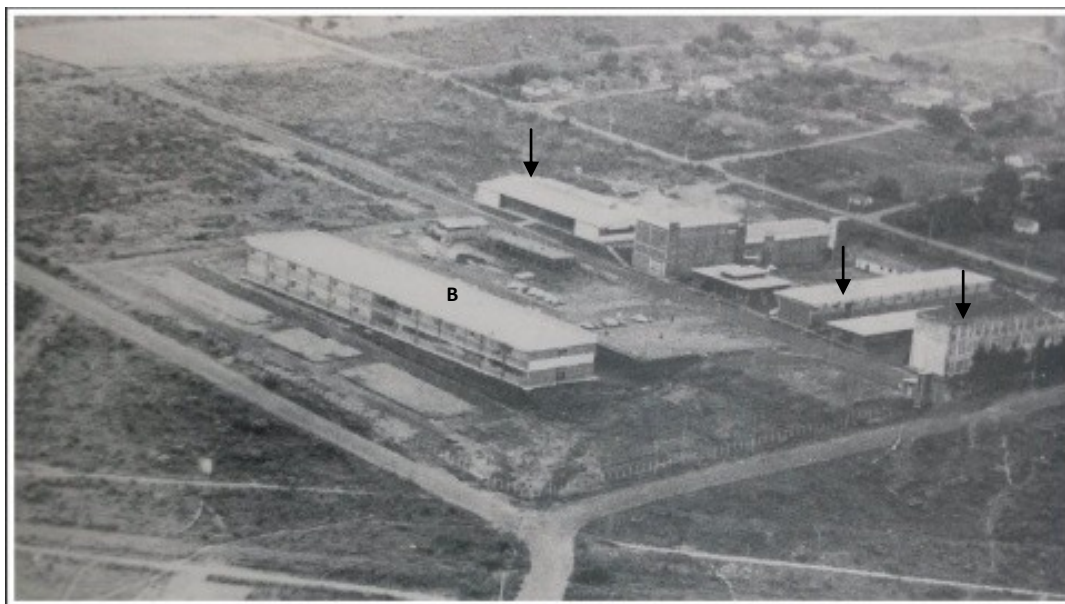
Foi em 77 quando eu entrei e depois na década de 80 é que começou a expansão, quer dizer o campus Santa Mônica, quando nós entramos ali, até 82 ele se resumia no bloco B, que é o básico⁶⁰ né, e o chamado “Mineirão” onde funcionava a Química e até o bloco da Civil, depois da Elétrica, o campus morria ali. Então, onde a gente vê hoje primeiro bloco ali, [...] do bloco A [...] até o final do campus não tinha edificação nenhuma [...] aí era depois do mato, porque era mato puro mesmo [...] era mato, tinha lá um trieirinho (caminho estreito) você chegava na quadra de futebol que tá lá ao lado hoje [2000], é ao lado do bloco G.

São lembranças nas quais se reconhecem as imagens históricas do passado; expressam a mesma Universidade já diferente das memórias da paisagem do lugar. Neste momento histórico, décadas de 1970/80, havia poucos trabalhadores e prédios, os espaços eram esvaziados nos *campi*. As fotos do Campus Santa Mônica, nas forma de reconhecer como linguagem de um tempo e suporte das memórias das “vozes do passado”, expressam as seguintes imagens das edificações que começou no cerrado:

⁵⁹ Projeto Pró-Memória - SINTET/UFU. Entrevista coletiva concedida a Célia Rocha Calvo, Sede do Sindicato [SINTET-UFU], 27/10/2000, [Fita n. 42].

⁶⁰ Prestava-se vestibular para Engenharia e o curso se dava em 2 ciclos: 1º o básico (2 anos de disciplinas comuns) e depois, para o 2º ciclo, que é o profissional (o específico), por exemplo, na Engenharia Elétrica havia dois cursos, a Eletrotécnica e Eletrônica. Antes era ciclo, hoje é período.

Vista aérea do campus Santa Mônica na década de 1970.



Vista aérea do campus Santa Mônica. 1982
Fonte: Projeto Pró-Memória, UFU, 1988.

Na foto da década de 1970, visualiza-se a Universidade em terreno vazio com as ruas de terra e “mato puro”, e os prédios do Bloco B e da Engenharia. O campus Santa Mônica foi se modernizando, a partir da década de 1980, com diversas edificações, rodeado pelos bairros da cidade, em seu entorno o asfalto das ruas, as casas próximas são do bairro “Santa Maria”, que não existia na década anterior. Como observa-se nas imagens, não havia delimitação entre o campus e as vias de trânsito, que faziam parte da circulação de ônibus urbano no cotidiano da cidade. Uberlândia na década da federalização também estava em construção e as fotos são o suporte documental de análise das memórias.

Para o entrevistado Paulo Henrique, relatar sobre os espaços do campus e da cidade significou apontar as referências sobre a localidade e as distâncias e direções: “a quadra era lá em cima”, mas na foto da década de 70 não aparece o local e o espaço da “quadra” porque era longe, mas como ele diz: “tá lá ao lado hoje, é ao lado do bloco G”. Na foto da década de 1980, visualiza-se a “quadra” e a avenida que “partia o campus atual”, caracterizando a separação “onde a parte de cima era o campus” e a parte de baixo (área vazia) ainda era “área pública do Estado e da Prefeitura”. Posteriormente houve uma “permuta” e a Universidade absorveu o espaço nas décadas seguintes, com novas edificações. Paulo Henrique (P/M) recorda que “Naquela época [final da década de 1970] só tinha o Santa Mônica e a Avenida Segismundo Pereira era de terra”.

Sobre esse tempo, Silnando Silvério⁶¹ (P/M), reitera como era a localização dos espaços no período do ingresso e o reconhecimento de um tempo consagrado de passado que não expressa mais a paisagem do presente nos espaços que historicamente foram se alterando na cidade e na Universidade:

[...] eu tenho saudade até do espaço físico né, do cerrado que tinha na Universidade. [...] mais eu tenho saudades dos locais onde tinha um bloco. [...] Mesmo que não tinha um banco para as pessoas sentarem né, não tinha essa humanização, essa, essa arquitetura é, essa condição de trabalho né [...]⁶².

A Universidade teve início nas áreas do cerrado vazio. Nos espaços do campus Santa Mônica na década de 1960, havia um prédio e alguns sitiantes nos arredores do prédio “Mineirão”. Entre muitos trabalhadores que ingressaram no final da década de 70, Silnando diz “eu sou muito saudosista”, lembrando o passado no imaginário marcado pelas imagens pregressas dos espaços da Universidade, onde havia “um bloco” (Engenharia) entre a paisagem vazia, o céu e o “cerrado” (foto); usa a expressão “vou à Engenharia” como referência de lugar, a mesma utilizada no processo histórico ativo, que expressa no presente o cenário distante do passado de quando ingressou com o processo de federalização.

⁶¹ FERREIRA, Silnando Silvério. Projeto Pró-Memória - SINTET-UFU. Entrevista concedida a Ylana Carolina Nunes. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 8/01/2001, [Fita n. 23], p. 2 (entrevista impressa).

⁶² Idem. p. 22 (entrevista impressa).

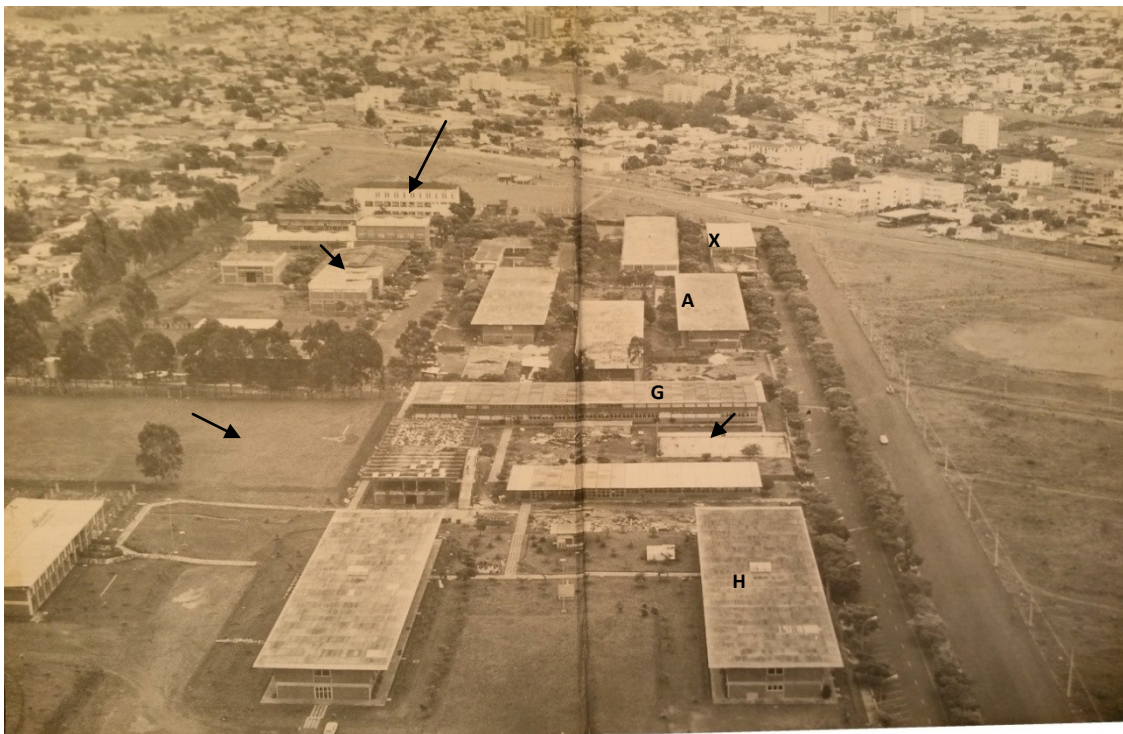
O “Mineirão”, marco histórico no imaginário social e a expansão da cidade e da Universidade nas décadas de 1970 e 80, retratado nas duas imagens abaixo:

Faculdade de Engenharia no bairro Santa Mônica, Prédio “Mineirão”. Década de 1960



Fonte: Projeto memória – UFU, 1988.

Vista aérea do Campus Santa Mônica.



Fonte: Projeto Pró-Memória, UFU, 1988.

Foto (dupla) reduzida da contracapa

Na imagem do campus Santa Mônica dos anos 1980, não há muro e nenhum tipo de cerca. Na foto, suporte da memória e da linguagem dos entrevistados, visualiza-se do lado esquerdo (acima) os prédios da Engenharia, o “Mineirão” e o campo de futebol e do lado direito, a “quadra ao lado do bloco G” (que está na horizontal), a “rua” que separa as edificações da UFU e a parte de “terra vazia”, ainda sem prédio naquela década. Onde houvesse “um bloco” ou “um prédio”, esses trabalhadores participaram como construtores do lugar nas diversas fases: “[...] a universidade estava lá, à espera do que vai acontecer”.

As lembranças de trabalhadoras e trabalhadores técnico-administrativo(a)s dão visibilidade às expressões e imagens que não são mais reconhecidas na forma como mostram as referências dos espaços, pois tudo mudou deste então. Na lembrança dos entrevistados: “era uma rua”; “ali tinha a Avenida que passava em frente a Universidade na época né, frente ao campus” (referindo-se à Av. Hermógenes Chaves, descaracterizada com o fechamento do campus). Nas mediações dos blocos A, X e H transitavam ônibus urbano antes da delimitação do Campus Santa Mônica.

Paulo Henrique (P/M) narra memórias e experiências vividas no lugar onde morava na década de 1970, descrevendo um cenário da cidade e da Universidade:

Eu morava perto do SESC no final da Rua Prata, o pedaço era despovoado até a Benjamin Constant [Rua], era de propriedade particular, do senhor Elias que trabalhava no congado. Onde era o conjunto Bandeirantes não tinha casa. O Carrefour era uma chácara abandonada. A João Naves de Ávila [Avenida], o único módulo de trânsito ali era a pé, nos trilhos [da antiga ferrovia], as pessoas usavam os trilhos de ferro pra chegar no início do Santa Mônica [bairro]. Só aquela parte perto da prefeitura, que era antes o Santa Mônica, tinha um armazém lá, o Santa Ceia e o Santa Maria [bairro] não existia, então era mato puro⁶³.

Nas palavras do entrevistado, no entorno do campus da Educação Física também não havia casas “o pedaço era despovoado até a Benjamin Constant” - rua em frente às duas quadras (parte superior da foto) do campus da Educação Física, geograficamente próximo ao campus do bairro Santa Mônica.

⁶³ SANTOS, Paulo Henrique R. dos. Projeto Pró-Memória-SINTET-UFU. Entrevista concedida a Célia Rocha Calvo. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 26/10/2000, [Fita n. 42].

Vista aérea do campus Educação Física. Década de 1980.



Fonte: Projeto Memória, UFU, 1988.

Na década de 1980, no campus da Educação Física, já havia três quadras cobertas e o prédio da ESEBA (à direita na foto). O entorno do campus cercado de casas, mas ainda não havia o alargamento das vias da Avenida Governador Rondon Pacheco. Na parte inferior da foto visualiza-se o começo da “chácara abandonada”, porque não existia o Carrefour, nem o Shopping Center, até a primeira metade da década de 1980. Neste mesmo período, no Campus Santa Mônica também não existiam as edificações da Prefeitura Municipal de Uberlândia; a transferência para o “Centro Administrativo” ocorreu em 1993.

Paulo Henrique (P/M) faz referência à Av. João Naves de Ávila, que antes era um traçado dos “trilhos” da “ferrovia”; relata que andar a pé pelos “trilhos de ferro” até o campus (Santa Mônica), o local de trabalho, fazia parte do cotidiano dos trabalhadores de seu tempo, porque não havia ônibus urbano até a “Faculdade de Engenharia” no final da década de 1970. As avenidas de terra e sem transporte coletivo para acesso ao campus Santa Mônica, que ficava distante do centro da cidade, a despeito da insuficiência de infraestrutura urbana em local não integrado à cidade na época. A locomoção cotidiana dos trabalhadores era muito diferente e difícil nos períodos chuvosos, se levar em conta o lamaçal e erosão das vias, seja para o

deslocamento a pé ou não, até a chegada (nas décadas seguintes) de pavimentação do asfalto com a construção e crescimento dos bairros.

O cenário da narrativa não pode mais ser reconhecido, desapareceu com a modernidade, mas é parte da história que se reconhece hoje; os espaços foram se transformando com a nova configuração das ruas, do comércio, dos bairros e da cidade. A narrativa traz também a construção social do espaço e a construção social de memórias, pois, espaço e memórias são feitos\desfeitos\refeitos ao longo do processo histórico. O espaço não tomado como algo dado e acabado, mas como algo vivido e transformado pelas relações sociais e produtivas.

Assim, a dinâmica histórica de transformações dos espaços e da cidade analisados pelos dois grupos de entrevistados foram consideradas por meio de manifestações “elogiosas” de pertencimento do sujeito social na construção da Universidade. Luiz Humberto, é parte dessa dinâmica, sente orgulho de ser técnico e não esconde sua grande satisfação quando diz “[...] eu me orgulho muito de fazer parte dessa história da Universidade, eu me orgulho mesmo! É, eu tenho amor a universidade tá”⁶⁴.

Mas, por outro lado, existiam dificuldades e por isso trabalhadoras e trabalhadores técnico-administrativos lutaram pela significação do próprio trabalho e pela construção e organização das relações de trabalho, políticas e salariais. Portanto, ingressar na Universidade teve vários significados. Sua edificação e a construção política das relações sociais de trabalho foram constituídas com muito sacrifício, luta e organização para estes trabalhadore(a)s, o que significa que trabalhar na Universidade foi também a fundação das relações desde o espaço físico ao espaço social e político.

As narrativas retratam a dureza da realidade, os limites para aqueles que trabalhavam na construção civil, diferente da vivida pelos funcionários das demais finalidades administrativas. Seus relatos mostram que essas experiências nem sempre foram constituídas por relações harmônicas, houve dominação, insegurança, exploração - esse é o principal ponto de análise da dissertação, recuperar as memórias que foram silenciadas pela distância temporal.

⁶⁴ SILVA, Luiz Humberto. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Santa Mônica [Bloco 3P] 02/10/2015. Duração 1h13min.

A ideia do acesso à Universidade como oportunidade acontece nas décadas de 1970/80, trazendo “estabilidade” frente à “rotatividade” do mercado de trabalho num período marcado pela crise financeira, do ponto de vista econômico e social do País. Portanto, foi um período em que os trabalhadores da Universidade lutaram para não serem “descartáveis” em fazendas, comércios ou construção civil. Então, cabe indagar aos trabalhadores daquela época, que relações estas experiências tem com o momento presente deles.

Neste contexto, nas lembranças dos entrevistados são várias as manifestações de expectativa de trabalho em relação à Universidade. Para Luiz Humberto, seu ingresso foi entendido como uma oportunidade de acesso à “estabilidade”, num período em que ainda não havia concurso:

Apesar de na época não era federal, mas dava uma estabilidade aqui porque o salário era muito bom quando nós entramos, [...] o salário era muito bom mesmo, então as duas coisas, entre aspas a estabilidade que só veio acontecer em 1980 tá, e essa estabilidade, trabalhar de uniforme [...] ⁶⁵.

Trabalhar de uniforme significava pertencer a uma instituição, mas também pertencer a uma identidade de trabalhadores que possuíam “experiências comuns”, a partir da noção histórica de “classe” e “consciência de classe” relacionada aos modos culturais e sociais presentes nas experiências dos trabalhadores.

Nas lembranças de Luiz permanece a memória do seu ingresso no período que não havia “estabilidade”, em que trabalhava de “uniforme”, quando o salário significava garantia de maior estabilidade financeira e de vida. Mesmo sem a estabilidade legal, Luiz reconhece que “o salário era muito bom mesmo”, sendo estímulo para o ingresso, que proporcionava perspectivas de melhores condições de vida, quanto revela o sentido e a importância de permanecer no universo institucional, referenciando-se à possível característica da “estabilidade” que ainda não havia antes de 1988. São lembranças que expressam saudades do início de sua história, que coordenam o passado e o presente e a garantia do seu futuro.

⁶⁵ SILVA, Luiz Humberto. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Sana Mônica [Bloco 3P], 02/10/2015. Duração 1h13min.

A década de 1980 foi um período marcado pela crise e desemprego, inflação e alto custo de vida. Havia grande rotatividade na Universidade, permitindo aos trabalhadores uma percepção sobre o que era um bom salário e sobre as vagas de emprego. Carlos Humberto fala das diferenças entre trabalhar no setor de obras da Universidade, onde havia continuidade: “tinha uma garantia maior, mas não tinha estabilidade”, e a construção civil na cidade: “[...] na construção acabou o serviço, tava na rua”, e Paulo Henrique (P/M)⁶⁶ que: “a rotatividade na construção civil era muito grande”, na Universidade.

Carlos Humberto relata as dificuldades da rotatividade se referindo ao setor de construção na universidade: “era uma fila entrando e outra fila saindo” que mostra o desemprego, insegurança, etc. E, ao mesmo tempo, sente o reflexo das disputas e das contradições determinadas pelas diferenças sociais no universo institucional, assim caracterizam-se resistências e tensões vividas. Segundo Carlos, no sentido político e sociocultural “ninguém podia ser diferente”.

Para o grupo de trabalhadores da divisão de obras, pela condição de instabilidade vivida nos espaços de trabalho e a “identificação com o outro”, o coletivo organizado era a única realidade. Júlio Onório⁶⁷ lembra-se dos companheiros demitidos pela chefia e das repreensões e ameaças constantes. Ele fala sobre as relações de trabalho que vivenciou no setor de obras: “[...] não existia estabilidade ainda não, a estabilidade da UFU passou de 10 anos para diante, entendeu, tão dava advertência e te mandava embora, a chefia era tudo, era chicote mesmo”. Júlio fala do “chicote”, jargão que lembra o medo do desemprego e a submissão do trabalhador sob ameaça de demissão. A experiência vivida desse tempo aparece na linguagem de outro entrevistado, Silvino refere-se: “[...] eu sou da época, manda quem pode e obedece quem tem juízo”, lembra.

Portanto, como as relações de trabalho foram sendo construídas e transformadas ao longo do tempo, é importante dizer que a memória dos trabalhadores está permeada pelo tempo presente, em que eles possuem estabilidade e veem a vida anterior ao emprego na UFU como difícil. Observamos nas entrevistas

⁶⁶ SANTOS, Paulo Henrique dos. Projeto Pró-Memória - SINTET/UFU. Entrevista coletiva concedida a Célia Rocha Calvo, Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 27/10/2000, [Fitas n. 42-43].

⁶⁷ ONÓRIO, Júlio. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. UFU/Campus Umuarama [antessala do audiovisual, bloco 4K], 28/09/2015.

dos trabalhadores e trabalhadoras, que a maioria referencia-se ao período como tenso e que muitos permaneceram pela “adaptação à disciplina” do período, a exemplo de Júlio Onório, que ficou pela necessidade de sobrevivência e aquisição da casa própria que precisava para sair do aluguel.

Se por um lado, trabalhar na Universidade era/é positivo porque os entrevistados reconhecem que construíram suas vidas, que o trabalho satisfaz e atende às necessidades financeiras e que mesmo com as contradições vividas, houve melhorias nos modos de viver e de trabalhar, por outro lado, enfrentaram desafios, havia sujeições, rotatividade e dispensa imediata, era contrato de trabalho etc., ou seja, a condição difícil do trabalhador é inerente à vida dos entrevistados, seja na cidade ou no campo, os trabalhadores estão submetidos a vários desafios e situações-limite.

De qualquer forma, eles e elas tinham o sonho de entrar na empresa UFU, uma empresa pública, mas novos desafios foram aparecendo e perceberam que “o sonho” não era o mar de rosas que muitos pensaram, contudo, ainda assim as condições do público são melhores do que das empresas privadas, em se tratando dos significados sociais e de trabalho, a exemplo da estabilidade considerada como pressuposto de “melhor salário” e depois como direito a partir de 1988, em contraposição à rotatividade/instabilidade da empresa privada. Carlos Humberto, do setor de obras, traz a noção do trabalho contínuo na Universidade ao comparar com a construção civil na cidade, ao dizer que “na construção acabou o serviço tava na rua”.

Nestes princípios de organização administrativa da Universidade, final da década de 70 e início de 80, houve grande demanda para contratação de diversos trabalhadores de obras, das secretarias, do setor de limpeza, nas fazendas da UFU, entre outras vagas de emprego. Em geral, eram candidatos sem escolaridade e sem conhecimento técnico, com exceção das profissões especificadas em Lei, como a área hospitalar e laboratorial e algumas especificidades da área administrativa. Analisando os referenciais dos trabalhadores e trabalhadoras de baixa escolaridade, muitos estudaram tardiamente, outros não, permanecendo sem escolaridade.

Na cidade, nos finais da década de 70, o que existia de possibilidade no mercado de trabalho para homens e mulheres? Lúcia trabalhou como professora nas

séries iniciais no Estado e depois no comércio voltado para a construção civil (Brasmix), mas trazia consigo expectativa e sonhos de trabalhar na Universidade:

Ah era, era uma expectativa muito grande, porque eu tinha, assim, eu sempre tive esse sonho de trabalhar na Universidade né, então a minha expectativa era das melhores, eu tinha, tinha aquele sonho e eu sabia que aquele [sonho], quando tornasse realidade eu poderia ter, assim, condição de crescer, de ser valorizada aqui né, era essa a minha expectativa⁶⁸.

Lúcia narra com visível satisfação a expectativa “de crescer”, “ser valorizada” na Universidade, algo de grande representatividade social e visibilidade pública. Lúcia ingressou na função de “datilógrafa”, atribuição às mulheres, trabalhando como secretária nas secretarias administrativas e acadêmicas da Universidade. Diante dos valores sociais conservadores do período, as mulheres se não eram empregadas domésticas ou exerciam atividades auxiliares de serviços gerais, eram secretárias. Embora, entre outras profissões, ser professora seja comum entre mulheres. Portanto, fazia parte do padrão de vida da classe trabalhadora brasileira a mulher não trabalhar fora do ambiente doméstico, porque havia uma cultura autoritária produto da sociedade patriarcal ou “a submissão patriarcal”, culturalmente normalizadas.

À luz desses valores, Júlio Onório, frente ao compromisso e responsabilidade de ser o único provedor financeiro de sua família, falou: “[...] a minha esposa nunca foi, [...] toda vida foi dona de casa ela nunca trabaiô de empregada”. Ele dependia do papel da esposa de dona de casa para sobreviver e trabalhar, mas ela não era livre para trabalhar fora do âmbito doméstico. Os valores e padrões morais representados e entendidos a partir das relações culturais de trabalho, sobretudo a forte marca do machismo no período, que poderia levar o marido a se sentir envergonhado se a mulher trabalhasse fora do âmbito doméstico. E neste contexto cultural de “práticas hereditárias”, regras e costumes, o princípio de uma conduta moral adequada ao período colocava o homem como provedor exclusivo das necessidades materiais e financeiras da família, mesmo as de baixa renda. Por outro lado, nos padrões culturais, para além do homem provedor há a dupla “exploração das mulheres”, segundo as

⁶⁸ Lúcia Helena. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Santa Mônica [Bloco H], 28/09/2015. Duração: 30min.

concepções dos processos produtivos sobre a trabalhadora mercantil e responsável pela atividade doméstica, o zelo da prole para o trabalho serve como instrumento sem custo para manutenção e “reprodução do capital”.

Em relação aos salários dos trabalhadores da Universidade, afirma Júlio Onório: “[...] ah, e pra falar, quando eu entrei aqui era o lugar que pagava melhor na obra”. Entre suas lembranças, ele destaca este momento como de aumento no padrão salarial, em comparação à construção civil na cidade. Mas todos os entrevistados, incluindo os do “Projeto Memória do SINTET - UFU”, comentaram que no período de ingresso, na fundação da Universidade, ela era referência dos melhores salários de Uberlândia. A mudança social na vida cotidiana resultante disso traz o consumo no comércio e o acesso à política de habitação.

Nas expressões de Silnando (P/M): “Havia respeito, era bom salário” e na voz de Dulcidelma Rosa (P/M), auxiliar de enfermagem, acima de 40 anos, natural de Uberlândia, ingressou em 1983 no Hospital de Clínicas seu primeiro emprego, disse: “antes tinha respeito, era 10 a 12 salários mínimos, era diferente de hoje (2000). Hoje, não tem o nome igual antes”. E ao ser indagada sobre a visão social da população da cidade, como via a UFU antes, Dulcidelma afirma a visibilidade dos funcionários da Universidade, pois “a população via o servidor público, o funcionário da UFU”.

Sobre este imaginário da Universidade, Silnando Silvério (P/M) conta que:

A gente sabe que a universidade era senão o primeiro emprego, mas entre os três melhores salários né, isso na década de oitenta e pouco, a gente lembra que a gente comprava nas lojas sem muita burocracia. Era fácil você chegava nas lojas e todo mundo descia a mercadoria pra você, “e não você me paga [...]”. [Entrevistadora: então havia um certo respeito né?] respeito e até..., você era vitrine entendeu? Então os meus colegas quando viu que a gente é, por exemplo, principalmente depois das conquistas de férias prêmio e de outras coisas que a gente conquistou né, teve uma época que a gente recebeu o décimo quarto salário, teve um ano aí né. Então, eles começou a falar: “nossa eu quero ir para a Universidade, também gostaria de ir para a Universidade”, então, criou-se isso depois do, desse interesse econômico pelos trabalhadores e principalmente porque começou a perceber a organização a ASUFUb entendeu?⁶⁹

⁶⁹ FERREIRA, Silnando Silvério. Projeto Pró-Memória - SINTET-UFU. Entrevista concedida a Ylana Carolina Nunes. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 8/01/2001, [Fita n. 23], p. 2 (entrevista impressa).

A narrativa parte da interpretação histórica da Universidade referenciada entre os melhores salários da cidade na primeira metade da década de 80, com visibilidade financeira, reconhecida no comércio e na cidade, que atraía trabalhadores com expectativa de emprego na UFU. A partir deste período, a narrativa traz o princípio das conquistas históricas e da organização social dos trabalhadores técnico-administrativos que começou na “ASUFUb”, Associação dos trabalhadores da Universidade Federal de Uberlândia.

Se faz importante destacar que a categoria dos trabalhadores da UFU era vista na cidade como “superior”, devido aos salários e ao poder de compra que disto derivava e, assim, as portas do comércio estavam abertas, havia um respeito da sociedade; a Universidade abria novas possibilidades para as relações sociais e de trabalho em Uberlândia.

A história vivida pelo técnico administrativo Silvino também relata o “status” salarial que foi muito atrativo no ingresso, além do prestígio social, ao dizer:

Quando comecei na Universidade, todo mundo tinha paixão de trabalhar na Universidade, a Universidade naquela época, quem trabalhava na Universidade, tinha o melhor salário da cidade, quando você chegava nas lojas todas as portas se abriam né [...]

Embora fale também da mudança de perspectiva:

[...] mas, com o passar do tempo, aquela luz, aquela beleza de trabalhar foi apagando, a gente hoje por exemplo tem muitas dificuldades, tem muito pouco apoio dos órgãos. Salários não acompanharam sabe, a inflação, então, o nosso, hoje nós temos muitos funcionários no Serasa, no SPC, [inaudível], isso acho em razão das dificuldades financeiras⁷⁰.

Silvino Correa percorre a trajetória vivida por mais de três décadas ao expor a realidade alterada a partir dos princípios da década de 1990 e o “melhor salário da cidade” no início de sua carreira, no final da década de 1970 e início dos anos 80. A realidade atual contrastante com o tempo do ingresso aparece na fala que diz que havia “muita motivação para trabalhar na Universidade” e, no presente, ao dizer que a “luz”, representante da motivação e incentivo, “foi apagando”, embora reconheça o

⁷⁰ CORREA, Silvino. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Santa Mônica [Engenharia Química], 30/11/2015. Duração: 1h.

vínculo e compromisso social, afinal, “ser um bom trabalhador é gostar do que faz”. Para Silvino, a experiência de “status” social permaneceu no passado, expressando o sentimento de perda do imaginário do “status” financeiro, que alterou a perspectiva do presente, ressoando na autoestima. Assim, o *status* que havia no passado se degradou, foi alterado e não é mais reconhecido: “salários não acompanharam sabe, é, é a inflação”, portanto, há defasagem salarial ao longo de décadas⁷¹. Mais do que um coletivo, Silvino Correa preserva em seu depoimento o sentimento de pertencimento à classe dos trabalhadores, quando fala com preocupação sobre os companheiros no “Serasa” e “SPC” (Serviço de Proteção ao Crédito).

É importante discutir como se deu a desvalorização do serviço público a partir do desmonte e precarização das universidades públicas com a ascensão do neoliberalismo na década de 1990, marcado pela reestruturação do trabalho pelo capital, repercutiu no serviço público com a redefinição do papel do Estado somado à redução de concurso público e do número de concursados; a extinção de cargos públicos; a falta de investimentos nas empresas públicas e na pesquisa; as terceirizações; o incentivo às demissões voluntárias PDV; o congelamento de salários; mudanças que configuram o “Estado mínimo” no campo social e para os trabalhadores, etc., sinalizando um futuro de incertezas sobre o serviço público brasileiro.

Ao analisar os tempos de reconhecimento social e financeiro, muitos trabalhadores saíram do aluguel porque tiveram acesso à moradia quando “começou o loteamento no Santa Mônica” e a criação de novos conjuntos habitacionais nos bairros “Segismundo Pereira”, “Santa Luzia” e “Luizote de Freitas”, com investimentos do Banco Nacional de Habitação (BNH) e da Companhia de Habitação de Minas Gerais (COHAB). Com o crescimento da cidade nas décadas de 1970/80, houve transformação dos bairros antigos e novos bairros foram surgindo na periferia com habitantes da zona rural e de outras localidades em busca de emprego na cidade.

⁷¹ Projeto Memória do SINTET - UFU. *Ligeirinho*. n. 212, Pasta n. 23b, 19/2/1996: “[...] os servidores públicos ficaram sem a data base”. As mobilizações por reajuste e reposição salarial reivindicam perdas dos índices da inflação há décadas.

De acordo com a pesquisadora Máucia Vieira dos Reis⁷², a construção das casas nos conjuntos habitacionais partiu de política do poder público municipal para possibilitar “além da receptividade de trabalhadores pobres”, o “sonho” da aquisição da casa própria aos trabalhadores de baixa renda. E afirma que “[...] nos anos de 1980, em Uberlândia, conjuntos residenciais estavam sendo edificados concomitantemente. Dentre eles, o Luizote de Freitas, o Segismundo Pereira e o Santa Luzia”. Máucia informa ainda que “[...] os conjuntos mencionados foram construídos a partir de 1979, inaugurados e entregues à população nos finais de 1981”⁷³.

Nas últimas décadas do século XX, o BNH auxiliou as políticas urbanas da “esfera pública”, atendendo as demandas vinculadas às mudanças históricas do período, alterando segundo a historiadora Célia Calvo a “configuração espacial da sociedade brasileira”. Afimando que, com a lógica de capitalização do território brasileiro, “urbano e rural” e “urbano-industrial”, em meio às contradições sociais, o financiamento público atendia as periferias das grandes cidades. A historiadora se refere ao projeto de “integração nacional” (“Projeto urbano da ditadura militar”): política pública que se constituiu como planejamento urbano “demarcando as zonas urbanas e suburbanas”, ao redefinir e estabelecer limites entre uma e outra⁷⁴.

Neste contexto histórico de Uberlândia, Paulo Henrique (P/M) compartilha das memórias do tempo em que os trabalhadores da Universidade, considerados do quadro de pessoal de “baixa renda”, como “jardinagem, zeladoria, obra e vigilância”, foram “privilegiados para a compra de casas” na cidade, pelas relações políticas com o poder público municipal. A relação social da Universidade para o desenvolvimento da cidade e região, oportuniza aquisição de cotas (casas) para cadastro dos trabalhadores de baixa renda, mas nem todos foram atendidos. A narrativa de Paulo Henrique (P/M) incorpora referências sobre as mudanças na vida social de parte dos trabalhadore(a)s

⁷² REIS, Máucia Vieira dos. *Entre viver e morar: experiência dos moradores de conjuntos habitacionais (Uberlândia -anos 1980-1990)*. 2003. Dissertação (Mestrado). UFU - PPGHIS, Uberlândia, 2003.

⁷³ Idem. p. 26-31

⁷⁴ CALVO, Célia Rocha. Narrativas orais, fontes para investigação histórica: cultura, memórias e territórios da cidade. In. *Revista História e Perspectivas*, Uberlândia (42), 1-29, jan. jun. 2010. “Planejamento urbano, que seria capaz de levar a cabo o projeto de integração modernizadora, dando conta de enfrentar a contradição representada pela ilegalidade que esta produzia. O conceito chave desse planejamento no período autoritário é de ‘desenvolvimento integrado’ que constituiu palavra de ordem para o planejamento municipal. Foi nessa época que se produziram os Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado, obrigatórios para a obtenção de recursos federais” (p. 23).

do quadro de “baixa renda” da Universidade, vinculadas aos projetos de financiamento público (com respaldo de empresas do setor imobiliário). Com o tempo, a Universidade foi gerando uma especulação imobiliária que tornou caro morar próximo ao local de trabalho, resultando em valorização das localizações urbanas.

Nesse período (início em 1979), Paulo Henrique (P/M), que desde o ingresso vivenciou e protagonizou diversas experiências políticas e sociais, traz nos referenciais das memórias o reconhecimento sobre os paradoxos dessas relações constituídas de sua trajetória de trabalho:

Os companheiros da zeladoria que “ganhou” as casas que tinha renda bem menor que a gente contribuía mensalmente com carnezinhos, “voluntariamente”, para o “XV de novembro”⁷⁵ [time de futebol]. O chefe da zeladoria que era o senhor [...], que era o técnico do “XV de novembro” né, ele tinha essa relação de autoridade em cima das pessoas, de autoritarismo mesmo em cima das pessoas, e todos da zeladoria se quizesse continuar trabalhando na faculdade tinha que pagar a contribuição para o “XV de novembro”. Segundo ele, era contribuição voluntária, mas aquele funcionário que não assinasse a contribuição ele sabia que estava na rua logo em seguida⁷⁶.

Os trabalhadores de “baixa renda” foram ajudados a construírem suas vidas, mas havia determinados paradoxos internos. Por um lado, a concessão aos trabalhadore(a)s pelo recebimento de ajuda ou benefício do cadastramento para o financiamento do BNH; e por outro, a contrapartida involuntária, a condescendência destes trabalhadores que tiveram de pagar os “carnezinhos, voluntariamente, para o XV de novembro”, como consta da narrativa. Cabe refletir sobre as objetivações, se há conformação ou resistência dos trabalhadores; ou pensar como opera o condicionamento e a aceitação vivida entre o emprego e a possibilidade da demissão; ou a opção dos trabalhadores para manter o emprego e a alternativa de sobrevivência, que constitui a necessidade “como forma de vida e de luta”, pela garantia do emprego diante dos desafios vividos como disputa das relações sociais no período.

⁷⁵ “Também os trabalhadores quando contratados em determinada época recebiam a ficha de filiação à ASUFUB que mantinha o XV de novembro, patrimônio de chefes de setores e autoridades administrativas e docentes da Universidade”. In: FERREIRA, Silnando Silvério. *Op. cit.*

⁷⁶ SANTOS, Paulo Henrique dos. Projeto Memória SINTET-UFU. Entrevista concedida a Célia Rocha Calvo. Sede do Sindicato-SINTET-UFU, 26/10/2000 [Fita n. 42].

Júlio Onório saiu do aluguel e adquiriu a casa própria: “Eu pagava aluguel na época, entendeu, pagava aluguel, hoje graças a Deus eu tenho uma casa pra morar”. Sua vida foi marcada por diferentes atividades de trabalho, mas sente orgulho ao lembrar o reconhecimento social que recebeu “lá no INPS”, quando ouviu: “o senhor ajudou a construí Uberlândia”, e também a conquista da aposentadoria como sujeito que construiu, na cidade e na Universidade, uma história de vínculo no passado e como marco de trabalho no presente, no espaço no qual pode viver e (re) construir sua vida e a da própria família.

Depois de três anos de ingresso, a nova experiência do recolhimento de lixo hospitalar constituiu para Júlio Onório grande responsabilidade social, integrando a dinâmica da saúde pública, com aprendizados construídos no fazer cotidiano. Em sua experiência, a preparação recebida para as novas habilidades se tornou atividades de jardinagem, função em que se aposentou, depois de uma trajetória de dedicação de 32 anos de profissão na Universidade. Uma relação profissional consagrada pela experiência que autoriza Júlio Onório a falar de suas histórias.

Silnando Silvério (2004), reafirma que “[...] uma grande maioria dos trabalhadores [...] em seus depoimentos no projeto memória do SINTET UFU afirmam ser provenientes do meio rural”. E com base na sua experiência, afinal estes homens e mulheres vivenciaram mudanças no padrão das relações sociais, o autor compara as formas culturais de “ser” e de viver, ao dizer que “[...] com uma maneira dócil e compromisso com as tarefas trazidas do meio rural e familiar, os trabalhadores eram muitas vezes explorados por chefes”⁷⁷. Portanto, observa as formas peculiares de identidade cultural dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Mesmo assim, a identidade é transformada ao longo do tempo pelas novas relações sociais e materiais forjadas pelos sujeitos. Os novos costumes, novos valores e outras práticas de trabalhar resultantes da transformação dos viveres, desprovidos das determinações dos problemas em que vivem, favoreceram a dinâmica das questões vivenciadas pela submissão e subserviência dos trabalhadores, homens e mulheres, na forma que são referenciadas pela narrativa.

⁷⁷ FERREIRA, Silnando Silvério. *Op. cit.*

Diversas dimensões do homem, problemas e complexidades, sobrevivem na sociedade no transcorrer das décadas. Sobre o sistema de valores patriarcal vivido e aceito de forma inconsciente ou por falta de escolha, ausência de espaço para discussão e até mesmo da inexistente jurisprudência ou de pauta política do Estado, sobre determinados fenômenos e problemáticas que tratam tanto dos aspectos subjetivos quanto das questões de gênero e das relações de poder, escaparam ou ficaram invisíveis nas diversas formas de trabalho e de vida no período.

Sobre o conhecimento histórico com base na evidência, o historiador inglês E. P. Thompson, em seu livro “A Miséria da Teoria”⁷⁸, demonstra a disciplina na construção do diálogo histórico entre o “conceito e o dado empírico” e a evidência:

O objeto do conhecimento histórico é a história “real”, cujas evidências devem ser necessariamente incompletas e imperfeitas. Supor que um “presente”, por se transformar em “passado”, modifica com isto seu “status” ontológico, é compreender mal tanto o passado como o presente⁷⁹.

Na medida em que as relações sociais expressam as modificações, o passado define um processo histórico que encontra expressão nas evidências trazidas pelas memórias, na forma de relacionar com o passado, construindo um significado histórico. E. P. Thompson defende que: “[...] sem dúvida, nós, experimentando o momento presente e sendo atores nesse nosso presente, só sobrevivemos na forma de certas evidências de nossos atos, os pensamentos”. Portanto, são diversas perspectivas e memórias sobre o significado dos viveres constituídos a partir das relações de trabalho no processo histórico de constituição da UFU e dos trabalhadores. Este percurso histórico e cenário de luta foi registrado e documentado pelo acervo do “Projeto Pró-memória do SINTET-UFU” com vasta diversidade de materiais (período 1986-2001).

⁷⁸ THOMPSON, Edward P. A lógica histórica e o termo ausente: a experiência. In: *A miséria da teoria: ou, um planetário de erros*, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

⁷⁹ Idem. p. 50.

A historiadora Déa Fenelon alerta que devemos ver “[...] a luta dos trabalhadores e não apenas as de suas organizações oficiais”⁸⁰. De modo que a memória do Sintet-UFU tem uma intenção, um interesse e uma demanda, e para a autora, não se pode homogeneizar os trabalhadores e suas entidades representativas, embora o diálogo com as fontes busque perceber os momentos da construção dessas mudanças historicamente.

As histórias vivenciadas e protagonizadas opõem-se ao discurso hegemônico, porém, são narradas e contadas nos arquivos da(s) memória(s) sobre o passado e o começo dos caminhos forjados sobre o processo de construção das relações de trabalho dos trabalhadores técnico-administrativo(a)s. Os entrevistados falam de “muitas memórias” e suas trajetórias, mesmo antes da chegada à cidade, quando percorreram diversos caminhos até o ingresso na Universidade junto ao processo de organização da UFU. Assim, começa a reivindicação básica das lutas e disputas pelo engajamento do técnico-administrativo no projeto da Universidade.

⁸⁰ FENELON, Déa Ribeiro. Trabalho, cultura e história social: perspectivas de investigação. In: *Revista Projeto História*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n. 4, junho, 1985, p. 24.

CAPÍTULO 2

Experiências no/do trabalho: memórias sobre o contrato e a jornada de trabalho

Alguém tinha que gritar pelo funcionário porque ele sempre foi aquele carneirinho, que fica lá quietinho num canto, e todo mundo faz o que quer⁸¹.

No primeiro capítulo, busquei dialogar com os trabalhadores técnico-administrativos sobre as perspectivas do ingresso, articuladas às evidências culturais e históricas que influenciaram na organização da Universidade. Por um lado, buscou-se problematizar o passado e os problemas vividos historicamente como referências das transformações na vida social destes trabalhadores. E por outro, problematizar os diversos significados do ingresso a partir das experiências vividas cotidianamente, bem como os sentidos atribuídos ao trabalho na Universidade e na cidade.

Neste segundo capítulo, analiso como eram as relações de trabalho vividas nas atividades de construção dos espaços, divisão e departamentos. O primeiro e o segundo capítulos articulam as experiências sobre o que significava trabalhar na Universidade e a consciência dos trabalhadores entrevistados sobre as relações hierarquizadas e a jornada de trabalho, visando analisar as formas de controle social e como era a participação nas relações políticas.

Ao reportar as experiências vividas pelos trabalhadores nas diferentes características de trabalho marcadas pela diversidade das funções, pretendo trazer o caminho percorrido em diferentes temporalidades, as idas ao passado e as vindas ao presente, nas vivências dos trabalhadores técnico-administrativo(a)s compartilhadas a partir das mudanças sociais e culturais, a fim de construir outras perspectivas de vida e de trabalho. Nas fontes orais, as histórias dos entrevistados sobre a vivência das relações de trabalho nas diversas peculiaridades em um mesmo contexto, trazem “muitas memórias”, que construíram o enredo da pesquisa.

⁸¹ Entrevista gravada em novembro de 1987, com o Analista de Sistema do NUPRO. In: CAETANO, Coraly; Miriam M. Cury (Orgs.). *Op. cit.*, p. 276.

No contexto da transição da década de 70 para a de 80, existia outra dinâmica de contrato de trabalho, afinal, não havia concurso, mas um tipo de contratação de pessoal presente nas indicações mencionadas pelos entrevistados. No diálogo das fontes orais e escritas aparece o reconhecimento do clientelismo no contexto das relações decorrentes das forças sociais e políticas do período. Nessa perspectiva, o entrevistado Carlos Humberto Corrêia (P/M) menciona que “[...] vários funcionários foram colocados na Universidade pelo [cita o nome de um deputado]”⁸².

Afinal, antes de 1987, não havia concurso público, como expressa o funcionário do CETEC em 1987:

Uma coisa que foi conseguida por nós foi o concurso. Acho que o funcionário público tem que ter concurso. Falavam na televisão que não podia contratar...Todo dia, você ia lá...Tinha três, quatro caras novas. Então... não pode contratar e está contratando... e aí conseguimos o concurso⁸³.

Segundo o entrevistado, a mídia advertia que “não podia contratar” porque já havia federalizado, mas havia a contratação de pessoal pela CLT. Nesse sentido, a fala de Carlos Humberto adverte sobre um aspecto cultural e político; e o “funcionário do CETEC”, mencionando a “intenção de denunciar”, uma vez que o concurso acabava com os apadrinhamentos, ao mesmo tempo em que negava a entrada daqueles que não tinham condições de estudar e de se preparar para as provas.

No Brasil, muitas vezes, a prática do clientelismo político antecederam gerações, mediado por apadrinhamento nas relações sociais entre ocupantes do poder na representação do Estado como mecanismo facilitador de emprego e acesso ao serviço público. Na relação trabalhista, a escolaridade e competência para atividades técnicas e administrativas, exceto as especificadas em lei, não era requisito para o emprego, lembrando que não havia concurso para ingresso no cargo público nas Universidades fundacionais.

As mudanças nas formas de ingresso se deram a partir do concurso de 1987, com o PUCRCE-Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargo e Emprego, plano

⁸² CORRÊIA, Carlos Humberto. Projeto Memória SINTET-UFU. Entrevistadora concedida a Célia Rocha Calvo. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 26/10/2000, [Fita n. 42].

⁸³ Funcionário do CETEC (não identificado). Entrevista gravada em 1987. In: CAETANO, Coraly; DIB, Miriam M. Cury (Orgs.). op. cit., p. 277.

de carreira, salário, conquistas resultantes das lutas das Associações e dos trabalhadores, que precederam a Lei n. 7.596/87⁸⁴. Neste contexto, não havia canal de reivindicação oficial para a manifestação dos interesses dos trabalhadores, não havia sindicato, mas havia “Associações de Servidores Públicos”.

O formato de contratação começou a ser modificado em 1987, alcançaram o concurso, embora o contrato de trabalho até 1990 se constituísse sob dois regimes, a Consolidação das Leis Trabalhistas-CLT e o Estatutário⁸⁵. A contratação de trabalhador(a)s da administração pública até 1986 ocorria sob regime da CLT em âmbito nacional para as Universidades Fundacionais. Até 1990, permitiu-se a contratação de trabalhadores sob o regime CLT e Estatuto, configurando dois regimes de trabalho para os servidores: os “celetistas” e os “estatutários”. Até 1986 havia o Plano de Cargos e Salários (PCS) e, a partir de 1986, o MEC estabelece o Plano de Cargos e Salários Benefícios e Vantagem (PCSBV) para as Universidades Fundacionais, o plano de carreira nacional dos técnico-administrativos e docentes sob regime CLT, porém, não havia concurso público nas fundações, somente nas Autarquias sob regime Estatutário. Portanto, foi conquista da Constituição Federal de 1988, que consolida a Lei 8.112/90 e assegura o Regime Jurídico Único-RJU, prevendo um único regime de trabalho nas Instituições Federais do Ensino Superior público, o estatutário⁸⁶.

⁸⁴ Decreto nº 94.664 de 23.07.87 - Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. Disponível em: <http://planalto.gov.br>. Até 1986 havia o Plano de Cargos e Salários - PCS, tabela salarial interna para docentes e técnicos com promoção automática para docentes, assim, um grupo de técnicos entrou na Justiça. Em 1984-1985 houve greve nacional nas Universidades Autárquicas por reajuste salarial e pelo Plano de Carreira nas Autarquias (PCSBV). Em 1986, por meio da Portaria 130/86 do Ministério da Educação, institui-se o Plano de Cargos e Salários Benefícios e Vantagem (PCSBV) para as Universidades Fundacionais, o plano de carreira nacional de técnico-administrativos e docentes sob regime da CLT. Em 1987-1990 foi constituído o PUCRCE para as Autarquias e Fundações, o Plano de Carreira Nacional para técnicos-administrativos e docentes, sob dois regimes da CLT e Estatuto. Em dezembro de 1990, com o RJU-Regime Jurídico Único, se consolidou nas Instituições Federais de Ensino Superior admissão sob único regime, o Estatutário (fornecido por Paulo Henrique Rodrigues dos Santos).

⁸⁵ O regime de trabalho nas Universidades Públicas Fundacionais era a CLT, que havia antes da Lei 7.596/87 de 10 de abril de 1987, a qual trazia o PUCRCE e consolidava a nova carreira dos trabalhador(a)s técnico-administrativo(a)s e docentes das Instituições Federais de Ensino Superior, com 354 categorias funcionais técnicas e administrativas separadas em 3 grupos operacionais: Nível Auxiliar (NA), o Nível Médio (NM) e o Nível Superior (NS).

⁸⁶ Em 1989, em cumprimento à Constituição cidadã, o governo Sarney enviou ao congresso os projetos do Regime Jurídico único e das Diretrizes de Plano de Carreira. Em 12 de dezembro de 1990, a Lei 8.112/90 foi promulgada pelo governo Collor de Melo. Esta Lei 8112/90 e o Regimento específico substituem a Lei nº 1.711 de 1952.

Todas estas leis foram criadas porque membros da sociedade se organizaram e lutaram por elas, foram conquistas resultantes de lutas e não simples benevolência do Estado, posto que ele não esteja imune às influências sociais. Foi a partir da CF de 1988 que as relações de trabalho e a organização social destes trabalhadores foram consolidadas. Mas foi a partir das funções consolidadas de trabalho que teve início o ataque governamental e das mídias contra os trabalhadores, enquanto agentes públicos do Estado. Conforme entrevista de Silnando Silvério (P/M):

Olha, eu posso classificar assim [...], foi na década de 80, 83 a 88, foi que a gente contribuiu de fato, assim, a nível nacional pra criação da nova constituinte né, a constituinte que nos trouxe grandes, grandes conquistas, conquistas de fato né. Como férias prêmio, como a estabilidade, aí como que se pode demitir uma pessoa que tem direitos, benefícios né, e capacitação né, e, e a gente trabalhou de 83 a 88 em algumas greves, manifestações e por volta de 85 a 87 a gente brigava por algumas mudanças que o governo queria fazer na tabela [salarial], a gente breiou muitas mudanças que eram prejudiciais, cortes né.

[...] brigar por direitos na constituinte, a gente interferiu de fato junto com todos os serviços público e junto com todos os sindicatos. [...] o maior feito nosso foi essa Constituição que de lá pra cá foi dilapidada do Collor, principalmente do Collor pra cá, Sarney e Collor pra cá⁸⁷.

A Constituição de 1988 foi o maior legado para a sociedade e trabalhadores brasileiros. As conquistas logradas foram construídas por lutas históricas e elas são importantes porque alteraram a relação entre os trabalhadores das universidades e o Estado, e da própria classe. Entre outros ganhos, a forma de ingresso a partir de concurso público foi uma construção das lutas engajadas pelos trabalhadores celetistas⁸⁸.

Porém, o concurso se fez atrativo para o nível mais qualificado de concorrência, nível superior de ensino, mas as pessoas procuravam vagas para cargos de nível médio, singularizando a diferença na renovação dos trabalhadores. Conforme aponta Silvino: “[...] as pessoas estão chegando mais qualificadas pra trabalhar na Universidade, pra você ter uma ideia, abre um concurso hoje pra técnico de, de nível

⁸⁷ FERREIRA, Silnando Silvério. Projeto Pró-Memória - SINTET-UFU. Entrevista concedida a Ylana Carolina Nunes. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 8/01/2001, [Fita n. 23], p. 22 (entrevista impressa).

⁸⁸ Em 1985 houve uma greve nacional que teve como reivindicação a isonomia salarial das fundações e a implantação do plano de carreira para os servidores. In: SINTET-UFU. Lutas e Conquistas. Rumo ao futuro. *Revista comemorativa*. Uberlândia-MG, 1996, p. 4.

médio, um monte de gente com cursos superiores estão prestando esse concurso [...]”⁸⁹. Esta realidade social, além de transformar o crescimento da cidade e da população institucional, representa uma grande visibilidade pelo alto índice de concorrência de pessoal de nível superior, em todas as esferas do Estado e em todo o Brasil.

No contexto do final dos anos 70 e início dos anos 80, trabalhar na Universidade constituiu um diferencial, pela visão social positiva, em tempos de transformações, desde a federalização. Neste princípio, o salário atrativo motivou o(a)s trabalhadore(a)s técnico-administrativo(a)s que passaram a ter melhores condições de vida, ter a casa própria ou serem reconhecidos do ponto de vista financeiro, no comércio e na cidade porque tinham poder de compra. Mas sobre esse reconhecimento relevante, ter crédito e ser reconhecido foi algo vivido com muita dificuldade na garantia do emprego. Havia dominação nas relações desses trabalhadores, ameaças de demissão diária.

Portanto, a nova legislação vai mudar essa relação de controle interno sobre os trabalhadores, o PUCRCE (Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargo e Emprego), além de ser a primeira carreira que prevê o concurso, configurando nova regulamentação das relações de trabalho dos segmentos técnicos-administrativo(a)s e docentes das Universidades Federais brasileiras.

A partir desta contextualização, há pouco registro formal sobre a quantidade de trabalhadores técnico-administrativos desde os princípios da década de 70 até 1980, principalmente do quadro de ativos, de modo que numericamente eram poucos neste período.

Tabela 1

UFU: Quadro permanente de pessoal técnico-administrativo

Ano/ingresso	Quantitativo	Nome/situação
1972	4	Ativo Permanente
1973	1	Ativo Permanente

⁸⁹ CORREA, Silvino. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Santa Mônica [Engenharia Química], 30/11/2015. Duração: 1h.

1974	4	Ativo Permanente
1975	8	Ativo Permanente
1976	17	Ativo Permanente
1977	42	Ativo Permanente
1978	63	Ativo Permanente
1979	65	Ativo Permanente
1980	93	Ativo Permanente
1980	2	cedido

Fonte: PROGEP-Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas/UFU.
DIEDI Divisão de Estruturação de Dados e Informação

Em nenhuma fonte analisada havia referência ao quadro permanente de pessoal técnico-administrativo no período de ingresso, a partir da federalização. Nas narrativas é pouco visível a questão da política de contratação de trabalhadores - “ativo permanente” - no período temporal da tabela. Presumivelmente, o quadro permanente de pessoal técnico-administrativo(a)s, se insere a partir da “Faculdade Federal de Engenharia”⁹⁰, que para existir e receber verba federal, necessitava de quadro de pessoal permanente e funcionamento em prédio da União.

De acordo com a tabela, o ano de 1972 foi a primeira referência sobre o registro de quatro trabalhadores técnico-administrativo(a)s - “ativo permanente”, embora suscitem questões no intervalo entre 1965 e 1971, ou a partir do funcionamento da “Faculdade Federal de Engenharia”, em que não consta nenhum registro destes trabalhadores, mas sugere ênfase nos aspectos técnicos de reconhecimento dos cursos que ocorreram a partir de 1970. Porém, no período de 1972 a 1980, aponta minimamente o registro crescente do quantitativo de trabalhadores técnico-administrativo(a)s no quadro de “ativo permanente” da Universidade, embora a Lei n. 1.711/1952 tenha promulgado o Estatuto dos Funcionários Públicos e Cíveis, ou agentes públicos, pagos pela União. Portanto,

⁹⁰ A “Escola Federal de Engenharia de Uberlândia” foi criada em 1961 e seu funcionamento teve início em 1965; há registros de que o ato de reconhecimento do curso ocorreu em 1970. O Decreto n. 67.597 de 1970, que reconhece o Curso de Engenharia Química (1961) e o Curso de Engenharia Mecânica (1962) - o Curso de “Engenharia Civil” (1971) foi autorizado pelo mesmo Decreto. O Curso de Engenharia Elétrica teve início em 1970 e o Ato de reconhecimento, pelo Decreto Lei n. 78.555 de 13 out/1976.

presume-se que havia a efetivação de ativo permanente, sugerindo que eram Estatutários da Faculdade de Engenharia. Assim, presume-se que este quantitativo se misture com outros trabalhadores oriundos de outras faculdades no processo de federalização.

No cômputo geral, havia maior número de trabalhadores no período. A narrativa do eletricista Paulo Henrique (P/M) dimensiona o contingente no setor de obras em relação à diversidade dos demais na organização e gestão administrativa, no final da década de 1970 e princípio de 80:

Veja bem, houve uma contração, enquanto você tinha alguns setores com três, quatro funcionários como o departamento de Engenharia Elétrica, outros com cinco funcionários lá na Química, a Oficina Mecânica com dez, doze, você tinha quatrocentos funcionários na obra, porque de imediato você via os companheiros trabalhando das sete da manhã às nove da noite, porque aí você via preenchendo laje, e quando preenchia laje num bloco daquele, você não podia parar, então o trabalho era contínuo [...] ⁹¹.

A narrativa sinaliza a intensa jornada para o contingente de trabalhadores da construção devido ao projeto de expansão da Universidade. Portanto, sendo a CLT a legislação social protetora do trabalho, ou um dos pilares da regulamentação trabalhista com intermediação do Estado entre empregador e trabalhador, do capitalista sobre o trabalhador, ela nem sempre serviu como parâmetro frente às situações que experimentavam esses trabalhadores, mesmo com vínculos formais. Sobre esta dimensão da experiência é possível pensar sobre um possível desamparo do Estado na relação capital e trabalho.

Nas reflexões sobre os modos de viver e trabalhar de Júlio Onório, na experiência vivida e sentida sobre a dura jornada de trabalho, ele se mostra localizado na dicotomia positivo-negativo. Por um lado, a dominação: se recusasse qualquer hora extra havia ameaça de demissão (segundo o entrevistado esta ameaça existia antes da estabilidade, embora mencione que havia demissão em outros serviços na construção civil na cidade, indicando que isso é inerente à condição do trabalhador); e por outro, ganhava mais, havia recompensa financeira sobre as horas trabalhadas, de acordo com

⁹¹ SANTOS, Paulo Henrique dos. Projeto Memória SINTET-UFU. Entrevista concedida a Célia Rocha Calvo. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 26/10/2000, [Fita n. 42].

o nível das horas extras - “[...] tem uma, uma vantagem nessa época toda horas extra que eu fazia a UFU pagava, entendeu”. De qualquer forma, a experiência sobre as evidências do passado endossa a compreensão sobre as relações hierárquicas num período que não havia estatuto. Afinal, o parâmetro destas relações era o mercado de trabalho, mesmo com vínculos formais.

A narrativa trazida pelo entrevistado sobre a relação de trabalho sob contrato de pressão - “se quisé, o horário é esse” - se refere às horas extras trabalhadas e justifica também que o excedente era solicitado pela chefia. Mesmo de um ponto de vista positivo, com as recompensas financeiras, a jornada, sem estabelecer limites sobre o excedente, desafia os parâmetros da CLT, que regula a jornada de trabalho em 44 horas semanais. Nesse período, Júlio Onório, lembra-se dos desafios vividos devido ao excesso de horas, conforme ele disse: “quando eu cheguei eles falou o horário é esse, se vira”⁹², conforme citado na página 58 do primeiro capítulo.

Júlio incorformado se demite, mas reconhece: “[...] Saí arrependido, arrependi muito de tê saído naquela época (1977). Mas logo teve novo começo quando foi “chamado” de volta, diz: “[...] retornei pra universidade em 78, do mesmo jeito! O horário de serviço, todo dia começava às 6 hora até às 9 da noite, [...]”. Portanto, pressupõe-se porque ele se arrependeu, a partir da sua narrativa: “saí do emprego, então eu achava que ganhava pouco” e, logo depois, reconhece a questão financeira - “ah, e pra falar, quando eu entrei aqui era o lugar que pagava melhor na obra, quando eu entrei de servente [...] no começo”, - realinhando seus esforços entre a jornada, o salário e o controle do trabalhador.

A intensa jornada de trabalho no setor de obras marca este período caracterizado pela expansão mais acelerada das edificações nos *campi* desde o final da década de 1970, intensa jornada atendendo aos prazos de entrega dos prédios, mas Júlio Onório reconhece que o controle do tempo livre foi desafio paralelo frente às necessidades da vida e a oportunidade do emprego - “eu precisava demais do emprego”.

O entrevistado enfrentou a intensa jornada de trabalho em contrapartida à garantia e manutenção do emprego. Perguntei o motivo do horário de trabalho e foi

⁹² Júlio Onório. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Campus Umuarama [antessala do audiovisual, bloco 4K], 28/09/2015.

justificado que “[...] tinha prazo de entregá [prédios], então, o horário era esse, ou você aceitava o horário que a chefia punha ou você perdia o emprego”. Eram tempos de tensões e de relações extremas, mas ele demonstra ter a noção da condição de ter sido explorado, ao dizer “o horário meu era horário da escravidão”; porém, havia a consciência de que se não se submetesse ao chefe, perdia o emprego.

Nos fins da década de 70 e início dos anos 80, a expansão da UFU estava começando, Paulo Henrique (P/M), como sujeito dessa relação social, mostra sua compreensão e reconhecimento do setor de “obras” no contexto analisado:

Porque a obra tem que fazer um destaque, qual a importância dos companheiros naquele momento, não era apenas um setor, a obra significava um setor para além de um setor que tava contribuindo para a expansão do campus⁹³.

A narrativa pauta a “importância” dos trabalhadores da obra, imprescindíveis, mas não reconhecidos no espaço social. Num cenário de um contexto passado, os trabalhadores que ergueram as construções, solidificaram as paisagens do cerrado, construíram as novas estruturas em novos espaços do projeto da Universidade como sujeitos ativos destas transformações em tempos de contradições, de instabilidade, de tensões e expectativas.

Sobre este período, Júlio Onório traz na memória outras experiências do cotidiano de trabalho e dos problemas vividos na década de 1980, lembrando a vida difícil na Universidade no início dos primeiros 10 anos de trabalho, a longa jornada, as dificuldades com a chefia, a dificuldade de reconhecimento dos seus direitos. Portanto, ao mencionar os companheiros demitidos pela chefia e as ameaças e repreensões, se referiu à realidade vivida, na qual “a chefia era tudo, era chicote mesmo” como já havia dito antes, e não podia exercer direitos (convertidos em abonos), descanso semanal e feriado. Ninguém podia acompanhar familiares ao médico ou recusar algum tipo de horário e hora extra, também não podiam falar nada sob pena de advertência e demissão, como ele relata: “o rapaz baixou a cabeça e ficou caladinho, entendeu!”.

O regime militar pretendia alcançar uma imagem de desenvolvimento e progresso no Brasil; a expansão das universidades significava o triunfo da ciência e da

⁹³ SANTOS, Paulo Henrique dos. Projeto Memória SINTET-UFU. Entrevista concedida a Célia Rocha Calvo. Sede do - SINTET-UFU, 26/10/2000, [Fita n. 42].

tecnologia em solo brasileiro, um país periférico. Entretanto, a memória dos trabalhadores traz outros sentidos e significados para a ideia de progresso, a partir do controle do trabalhador do e no trabalho. Júlio, por exemplo, afirmou que desconhecia seus direitos naquele período. Sem maior consciência de sua relação com o trabalho, lembra seu passado:

Quando eu tinha um ano que tava na, puxano o lixo, uma certa pessoa falou que eu tinha direito à salubridade, aí eu falei ca chefia, mais pra que, menina do céu! [risos], chefia num aceitava que eu tinha direito, não [...] num podia contá a pessoa⁹⁴.

Júlio disse que presenciou a hesitação da chefia, mas no desfecho diz que a mesma liberou o pedido, ao afirmar que recebeu “tudo”, os atrasados. No período, a presença dos recursos de controle sobre as ações destes trabalhadores - “em tempos de autoritarismos” - sinalizam os efeitos disciplinares como estratégia de relações de poder, no tocante às diferenças sociais não dissociadas do aspecto cultural mais amplo. A narrativa das tensões vividas por Júlio Onório indica o reconhecimento da presença dessas estratégias, por exemplo, na centralização das informações em relação aos direitos do trabalhador, materializada numa autoridade que detinha o controle das informações, convertida numa combinação de força de ação disciplinar e de dominação da “consciência social”, num período em que os meios e recursos de informação e sobre os direitos trabalhistas ainda eram restritos.

Da mesma forma que Júlio Onório significa as relações de poder, os depoimentos das mulheres trabalhadoras dos serviços gerais também mencionam esses conflitos. Na atividade de limpeza geral, Idê relata desconhecimento dos limites daquilo que lhe acontecia, a legalidade laboral do próprio trabalho. Assim, na trajetória de Idê Santos como sujeito das mudanças nesse tempo, nos viveres cotidianos que realizava, ela diz da limpeza dos laboratórios “sem luva” e sem “insalubridade”:

Elas [chefias] falavam que não tinha nada contaminado né, entrava nos laboratório tudo, [...] nois que tinha que lavar aquelas mantegada da mesa [material de laboratório], sendo que era serviço do seu Pedro [técnico de laboratório], tinha os funcionário próprio

⁹⁴ Júlio Onório. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Campus Umuarama [antessala do audiovisual, bloco 4K], 28/09/2015.

pra fazer isso, mas eles não fazia, ficava pra nois à noite. [...] Não usava luva, uai a gente não sabia de nada né⁹⁵.

A questão da insalubridade não aparece entre as entrevistadas e entrevistados do “Projeto Memória do Sintet-UFU”. Os trabalhadores aceitaram esta situação precária (falta de equipamentos de segurança e higiene) porque era algo novo, algo que desconheciam, pressupondo que nas relações de trabalho anteriores, não tiveram essas experiências, com seus corpos como lugar, meio e realidade de saúde.

As fontes materiais analisadas na pesquisa sinalizam que até o início da década de 1990 foi um período de despolitização mais acentuada entre as trabalhadoras e trabalhadores técnico-administrativos. Nesse sentido, a entrevistada reproduz o discurso das práticas sociais:

[...] Uai a chefia, às vezes reclamava né, mas nois falava: gente, mas isso é serviço nosso? “é serviço de vocês”.

[Perguntei por quanto tempo] Ih! por muito tempo, como diz, até o sindicato alertá nois [risos], chamou a chefia, conversou com a chefia né [risos]⁹⁶.

É importante destacar que os trabalhadores conheceram o sindicato a partir da “Comissão em Defesa do Servidor”, conforme diz Silnando Silvério (2004): “[...] no ano de 1986 nascia a “Comissão de Defesa do Servidor, inicialmente com poucas dezenas de pessoas e com a dinâmica das discussões, o número de adeptos foi aumentando [...]”⁹⁷ por meio de convite dos amigos feitos com sigilo, porque não se podia comentar no ambiente de trabalho.

A “Comissão” que precedeu o sindicato discutia os problemas e dificuldades vividas nas relações de trabalho e foram os responsáveis pela fundação do sindicato em 1990, denominado “Órgão do Sindicato Regional dos Trabalhadores em Educação do 3º grau Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba” após a saída da diretoria da ASUFUB,

⁹⁵ SANTOS, Idê. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Campus Umuarama, 30/11/2015.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ FERREIRA, Silnando Silvério. *A organização dos trabalhadores técnico-administrativos da UFU: A construção do SINTET/UFU*. (Monografia). Instituto de História-UFU, 2004.

onde também começaram um trabalho de sindicalização dos trabalhadores. E ainda: a partir das atividades de lazer na ASUFUB, as relações sociais foram se formando entre os trabalhadores técnico-administrativos, nas assembleias, visitas aos setores e outras atividades de manifestação pública, etc. Portanto, a narrativa de Idê Santos sinalizou visível satisfação quando se referiu “até o sindicato alertá nois”, a partir de 1990. Para a entrevistada, as dificuldades encontradas na execução da atividade de limpeza foram a falta de equipamento de proteção - “não usava luvas” - e recursos adequados para a realização dos serviços - “o serviço era todo manual mesmo”, relatando que para a limpeza das salas de aula usavam “palha de aço”, “bombril”, sempre reforçando que “era braçal mesmo”: “Eu falava que era o tempo dos escravos [...]. É, porque não tinha máquina, aí depois de uns anos que começou né, parece, comprar máquina, [...], aí nois já tava estourada né”⁹⁸.

Idê lembra-se de que a limpeza das salas, o “chão”, se realizava com o uso de “rodo” e com o “pé”, agregado do recurso corporal e ajuda física no processo de trabalho, “perna e braço era o recurso” complementar de sua atividade. Na rotina diária ainda cita o equipamento moderno utilizado especificamente na limpeza do piso das portarias dos prédios: a “máquina era de espuma”.

No decorrer da pesquisa, “muitas memórias” são trazidas pelos trabalhadores entrevistados, que dizem da hegemonia implícita como memória dessas relações nos modos de viver e trabalhar dos trabalhadores entrevistados.

Entre outras lembranças, alguns mencionam o coletivo da Divisão de Obras em atividade na construção do espaço institucional, no período final dos anos 70 e início dos 80. Relatam que o acesso às dependências da instituição construídas por eles lhes era proibido; havia segregação, a despeito das relações sociais vividas em comunidade. Sob a perspectiva de Marx inerente as desigualdades acerca das contradições do trabalho são relevantes perguntar: quem usufrui da produção dos trabalhadores? Teria o filho do pedreiro acesso à universidade? Interessa-nos saber como os trabalhadores significam isso em suas memórias.

Assim, Carlos Humberto (P/M) conta que “o pessoal da obra” em sua maioria é originário do meio rural, onde a noção de “tempo”, “disciplina” e “trabalho” é

⁹⁸ SANTOS, Idê. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Campus Umuarama, 30/11/2015.

diferente da zona urbana. Neste sentido, o historiador E. Thompson, no livro “Costumes em Comum”, escreve um interessante capítulo sobre “Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial”. O texto ajuda a pensar as relações de disciplina, hierarquia, etc. na passagem do trabalhador do campo para a cidade, destacando que no campo ele se orienta pelo ritmo natural das tarefas e do tempo da natureza (sol) e ao se deslocar para a cidade, é o tempo do relógio que determina a disciplina do trabalho. Segundo o autor, “[...] o que predomina não é a tarefa mas o valor do tempo reduzido a dinheiro”, tornando-se o regulador dos novos ritmos de vida, pois, a transição industrial impôs “uma reestruturação rigorosa dos hábitos de trabalho”. Nos estudos do autor, “o relógio é às vezes conhecido como a ‘oficina do diabo’”, devido à evolução ocupacional do tempo sob “novas disciplinas” e a “nova natureza humana”, porém, E. Thompson aponta que “[...] o trabalho mais árduo e prolongado de todos era o da mulher”, que faziam jornada dupla, trabalhando no campo e nas atividades domésticas⁹⁹.

A disciplina sobre a vida do trabalhador, aludida num cenário contraditório no depoimento de Carlos Humberto (P/M), aparece num quadro de estranhamento porque “[...] o pessoal da obra era proibido de entrar na cantina, [...] porque se ele entrasse no outro dia ele tava na rua”¹⁰⁰. Segundo a narrativa, caso fosse necessário o acesso “uma pessoa do nível médio”, a pedido do interessado, prestava-lhe o favor solicitado.

Do mesmo modo, Paulo Henrique (P/M) fala das tensões deste processo de exclusão do acesso às dependências: “[...] os companheiros da obra não era considerados pelos outros funcionários da Universidade, isso na própria visão do técnico-administrativo que não era chefe, não era nada”¹⁰¹. Assim, as condições objetivas do trabalho profissional na construção foram vividas em meio a discriminação social, sendo estes trabalhadores considerados os outros, os diferenciados, que não pertenciam à vida social do lugar, a universidade. Entretanto, sob o efeito dessas experiências e das contradições, os papéis sociais são produtores e

⁹⁹ THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*: estudos sobre a cultura popular. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

¹⁰⁰ CORRÊIA, Carlos Humberto. Projeto Memória SINTET-UFU. Entrevistadora concedida a Célia Rocha Calvo. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 26/10/2000, [Fita n. 42].

¹⁰¹ SANTOS, Paulo Henrique dos. Projeto Memória SINTET-UFU. Entrevista concedida a Célia Rocha Calvo. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 26/10/2000, [Fita n. 42].

reprodutores do *status quo*, enquanto base de relações resultantes das atribuições sociais, das diferenças construídas socialmente; mas, por outro lado, não existe saber melhor ou pior, independente do *status* existem saberes diferentes em todas as dimensões da vida social.

Em relação à diversidade das atividades funcionais, trabalhar nos ofícios vinculados à secretaria dos cursos e nas divisões que foram criadas na administração não era separado da gestão (da faculdade) porque eram centros (CEHAR, CETEC e CEBIM), onde o aprender e o apreender foram uma constante como parte dos desafios do(a)s técnico-administrativo(a)s. Luiz “corria atrás”, assim como Lúcia e Silvino, pois foi um exercício de apreender as habilidades pelo dinamismo do esforço frente a determinadas dificuldades, característica dos que realizam o trabalho prático para atender às responsabilidades da demanda cotidiana no trabalho. Silvino, sobre a experiência do trabalho manual, relata:

Por exemplo, o nosso banco de dados, principalmente na pós-graduação, era muito precário, ele, antes do SIE o programa era muito, o sistema de banco de dados da universidade¹⁰², ele era muito ruim, sabe, a gente tinha que mandá tudo, registro de documentos, é memorando interno, é mapa de notas era tudo feito a mão né: o professor fazia mapa, pegava, os planos de cursos num estavam digitalizados, eles eram físicos (manual) né, então isso, foi muito difícil no começo, é a gente às vezes encaminha o documento e extraviava, tinha que fazê outro sabe, é, é então, é, são várias dificuldades encontradas¹⁰³.

Neste contexto, as estruturas administrativas da Universidade, com pouca modernização, atendiam as atividades técnica e manual de trabalho. Por exemplo, o Bedel e as secretarias de coordenação dos cursos, quanto às atividades dos professores, que também executavam o ofício acadêmico com o recurso didático do *slide*. Tal situação se dava em função dos limites do sistema tecnológico vigente por décadas para aqueles que palmilharam a execução e o desenvolvimento das atividades administrativas e acadêmicas, assumindo a “manualidade” (conceito ultrapassado) do trabalho.

¹⁰² A Universidade trabalhou com o banco de dados “Mainframe”, como sistema acadêmico, desde a década de 1980 até 2005, com a implantação do SIE (Sistema de Informações para o Ensino), em 2006.

¹⁰³ CORREA, Silvino. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Santa Mônica [Engenharia Química], 30/11/2015. Duração: 1h.

Nesse período, a dinâmica dos processos de Controle Acadêmico na época da federalização foi de organização manual, o registro de todos os dados acadêmicos do aluno era “armazenado num cartão”. Assim, o diálogo de Luiz Humberto afirma que “[...] a informática na época era muito difícil porque era, era através de cartões e cê perfurava cartões né, e transformava numa linguagem, é, que hoje nem existe mais, Cobol tá”¹⁰⁴. Nas experiências pelas quais passou, Luiz narra o início das mudanças e das dificuldades que ocorriam quando os dados não estavam corretos, referenciando o “Centro de Processamento de Dados”, que perfurava os cartões a partir da informação emitida pela Divisão de Controle Acadêmico. E na opinião de Luiz Humberto “[...] se trocar o A pelo B, vinha diagnosticado que tava errado, num existia esse código, e nós trabalhávamos os três turnos praticamente, foi muito sofrido no início”. Luiz resume o significado do trabalho na Divisão de Controle Acadêmico realizado antes da chegada dos computadores:

Quer dizer a vida acadêmica do aluno resumida num cartão, tão esse cartão era o transporte das informações para a linguagem do computador, digamos o elo de ligação, é, então tudo que você ia fazer no banco de dados era com esse cartão, você não conseguia fazer nada a não ser com esse cartão, sem o cartão não conseguia, tão foi muito penoso, se perguntá como que vocês davam conta, mas era bem menos curso que hoje.

[Entrevistadora: Os cartões, durou até quando?]

Luiz: até 1980, 80 é.

[Entrevistadora: Quantos cursos você lembra que tinha nessa época?]

Luiz: tem que contá: Letras, Pedagogia, Ciências Econômicas, [...] Estudos Sociais, é, as Engenharias né, as Engenharias, é, Medicina, Odonto, Veterinária, Biologia, Odontologia, Educação Física, Direito, é, tô lembrando aqui [...] Artes, Educação Artística¹⁰⁵.

Na trajetória de Luiz entre a realidade e o imaginário de como era realizada a atividade de controle acadêmico com limitações tecnológicas, de complexidade relativa e ajuda manual do trabalho, o entrevistado se refere às mudanças que vieram a partir da “máquina”, com a chegada dos chamados “terminais de computadores”, que eram ligados diretamente ao “Centro de Processamento de Dados”, hoje CTI-

¹⁰⁴ SILVA, Luiz Humberto. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Santa Mônica [bloco 3P], 02/0/2015. Duração 1h13min.

¹⁰⁵ Idem.

Centro de Tecnologia da Informação. Assim, o trabalho manual passa por transformações com a mecanização do trabalho e Luiz fala dessa mudança: “[...] aí depois vieram os computadores, é, ligado a um programa tá, chamava “Meinframe” - o primeiro sistema acadêmico computadorizado.

Sobre os diversos significados das interpretações e experiências desde o ingresso na Universidade o(a)s entrevistado(a)s reafirmam os desafios vividos na própria construção do saber para o desenvolvimento das habilidades do trabalho que foram apreendidas na prática cotidiana, além dos desafios enfrentados de produção técnica e pela conquista de espaços, embora todo processo efetivo de práticas cotidianas passe por transformações no trabalho com a incorporação de novas técnicas e prática por parte do trabalhador.

Sobre o que era habitual na época do ingresso, Lúcia relata que era “[...] muito diferente, muito diferente [...] quando eu entrei [1987] na, na universidade [...] num existia nem computador naquela época né”¹⁰⁶. E com as novas práticas, o que era habitual se torna mais difícil. Lúcia se lembra desse passado renovado: “[...] creio que foi 90 mesmo, 89, por aí começou né os computadores, aí nós começamos ter acesso ao computador e eu fui fazer um curso (ofertado pela universidade), achei aquilo difícilíssimo, mexer com computador, eu achava que nunca ia aprender”¹⁰⁷. A nova fase de experiências acaba com a inércia ou passividade do sujeito frente às mudanças significativas dos processos de trabalho, como diz Lúcia: “[...] como ia implantar os computadores em, nos setores, nas coordenações nos departamentos aí a agente tinha que fazê porque como que a gente ia lidar com uma coisa que a gente num conhecia né, era novo, aí nós fomos fazer esses cursos”. Assim, nas “inter-relações dinâmicas” percebe-se como os próprios trabalhadores ajudaram a construir uma Universidade moderna e tecnológica, ou seja, as tradições e os costumes se transformam, as práticas são renovadas, embora certos elementos do passado sejam preservados e se relacionam “com formações sociais anteriores” como parte do processo cultural¹⁰⁸.

¹⁰⁶ Lúcia Helena. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Santa Mônica [Bloco H], 28/09/2015. Duração: 30min.

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ WILLIAMS, Raymond. Dominante, Residual e Emergente. In: *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 124-129.

Desse modo, o relato de vida de cada um sobre as interpretações e processos de trabalho que realizavam e o significado dessas relações vividas e experimentadas, ajuda-nos a compreender as realidades culturais. Mas é interessante perguntar: como os trabalhadores enfrentaram a subordinação real do trabalho com a substituição tecnológica do trabalho manual?

Por um lado, antes havia excedente da jornada empreendida pela subordinação ao trabalho manual, como pode ser observado no diálogo de Luiz Humberto, quando afirma “nós trabalhávamos os três turnos praticamente” e ao se referir à inconsistência dos dados no código do cartão, para ele “foi muito sofrido no início”. Mas, por outro lado, havia o controle de ponto e a dura jornada enfrentada pelos trabalhadores da construção para garantia do emprego.

No relato de Luiz Humberto citado no primeiro capítulo¹⁰⁹, ele assume com ênfase que “a minha responsabilidade sempre foi muito grande”, apreendendo o sentido de engajamento mediado pela linguagem da memória, como representação das formas de perceber a perspectiva moral na relação do trabalho. Luiz revela como percebia o compromisso social em contrapartida à noção social do trabalho, afinal, muitos sequer conheceram ou se lembram do “controle do ponto” do professor, porém, faz parte do esquecimento de um contexto identificado no passado, embora ainda presente para a grande maioria dos trabalhadores. Portanto, o controle mecânico de ponto foi uma realidade experimentada pelos trabalhadores técnico-administrativos¹¹⁰. O cartão de ponto na “chapeira” foi realidade do vínculo de emprego até os princípios da década de 1990.

Silvino, que trabalhava no departamento, ao narrar sobre sua trajetória vivida por mais de três décadas, fala da relação com o cartão de ponto: “[...] a gente tinha por exemplo, é, é cartão de ponto, mas é assim, a gente tinha tolerância pra chegar, então, essas são as coisas mais no início de minha carreira”¹¹¹. Por outro lado, na expressão ponderada de Silvino, “agente tinha tolerância para chegar”, relativizam-se as ações disciplinares praticadas em relação à supervisão direta dos trabalhadores de

¹⁰⁹ P.54

¹¹⁰ Projeto pró-memória-SINTET-UFU. Ligeirinho. [Pasta n. 22.3 B]. “Em uma decisão histórica o Conselho Diretor da UFU(CONDIR) aprovou na última sexta-feira 20.05 (1994), o fim do cartão de ponto. Foram cinco votos a favor e duas abstenções e nenhum voto contra”.

¹¹¹ CORREA, Silvino. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Santa Mônica [SINTET-UFU], 30/11/2015. Duração: 1h.

gestão administrativa, sinalizando que no período havia mediação tolerada ou mais flexível de controle. Nesse sentido, Silvino reporta-se ao passado das lutas engajadas ao enfatizar as lembranças das construções políticas no período em que foi abolido o cartão de ponto, a partir da força do movimento sindical no início da década de 1990, se referindo ao sindicato bastante atuante:

O cartão de ponto foi abolido, a partir de muito movimento na Universidade, eu creio que, assim, mais ou menos foi em 1990, 199... 1991 a 1992, foi quando nós tivemos um sindicato bastante atuante porque conseguia mobilizar o movimento de assembleias, de greve que então, falou alto no MEC né, do Ministro da Educação, dos órgãos superiores lá do MEC e a gente conseguiu,, entre outros, entre outros ganhos naquela ocasião a, a extinção do cartão de ponto, nós passamos então a assinar as listas, e na época eu me lembro bem quem era o presidente do sindicato do SINTET [...]¹¹².

Trata-se de lutas protagonizadas frente às diversas pautas conduzidas pelo engajamento do sindicato-SINTET/UFU, em atenção às expectativas e aspirações da realidade social, quando clamava-se por transformações sócio-políticas e democráticas construídas no “ser” e no “fazer-se” sujeitos e agentes desse movimento histórico, como parte do projeto das mudanças nas relações sociais e de trabalho para os trabalhadores e trabalhadoras técnico-administrativos da UFU. Portanto, o cartão de ponto esteve presente na vida cotidiana deles e delas mensurando parte das pressões vividas, embora houvesse diferença relativa dos modos de controle e dos problemas sofridos pela diversidade de relações na gestão organizacional.

Por um lado, na experiência de Júlio Onório, que começou a trabalhar como servente de pedreiro, revela-se que o cartão era “[...] recolhido [da chapeira] se chegasse 5 minutos atrasado e no final do mês o desconto no salário”, referente à soma dos minutos com faltas e atrasos. E sobre as relações de controle direto, Júlio relata que “[...] tinha uma pessoa lá vigiano, sentado em frente o cartão de ponto, seis hora da manhã, oiano a gente batê o ponto, era nomeado pela chefia”¹¹³.

¹¹² Idem.

¹¹³ Júlio Onório. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Campus Umuarama [antessala do audiovisual, bloco 4K], 28/09/2015.

É importante lembrar que o controle do trabalhador¹¹⁴ faz parte das tradições produzidas, o historiador inglês Raymond Willians analisa o assunto como “versão intencionalmente seletiva do passado” predominante “de uma determinada hegemonia”. Para Willians “[...] a tradição é na prática a expressão mais evidente das pressões e limites dominantes e hegemônicos”¹¹⁵, ligada às experiências do passado sobre as continuidades experimentadas no processo social, cultural e histórico. Segundo o autor, os elementos da contra-hegemonia também são históricos. Sobre as práticas do passado, o controle traduz um dispositivo usado pela iniciativa privada, que foi incorporado pela empresa pública, para vigiar e punir os trabalhadores.

Neste sentido, nas narrativas percebe-se, por um lado, o trabalhador controlado pelo chefe, ou “feitor” encarregado do controle direto no “Setor de Obras”, e por outro, o controle por força da necessidade e pela demanda convencional da atividade realizada manualmente. Isso está posto quando Luis Humberto menciona que havia pouco recurso técnico para o desenvolvimento do trabalho e quando, na possibilidade do “erro”, necessitava de muito “esforço humano” na Divisão de Controle Acadêmico.

De modo geral, os trabalhadores engajados nos ofícios da técnica e da prática manual, entre a força moral e coerência, buscaram com empenho a superação dos desafios de modo que foram se constituindo junto à instituição. Porém, viveram as novas experiências com a introdução tecnológica, frente às novas demandas de qualificação do trabalhador. Porém, quais lembranças sobrevivem com as transformações do trabalho?”

Em suas memórias existem lembranças que imprimem nos espaços os significados de trabalhar e de viver, constituindo referências afetivas que revelam um sentimento de pertença, identificação e significado de “ser” técnico, ao evidenciarem o comprometimento pela responsabilidade social no trabalho e pelo valor afetivo carregado de orgulho moral de pertencer à Universidade. E, assim, Luiz Humberto

¹¹⁴ O relógio para controle de ponto foi inventado em 1888 por uma empresa americana, que hoje é a IBM, e teve inserção no Brasil na década de 1930 junto com a CLT, que regulamenta a jornada de trabalho.

¹¹⁵ WILLIAMS, Raymond. Tradições, instituições e formações. In: *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 118.

afirma: “[...] é, eu tenho amor à Universidade tá, o controle acadêmico tenho amor, talvez esse, esse tenho dificuldade até de me aposentar”¹¹⁶.

Sentimentos de pertencimento aparecem no “Jornal Ligeirinho”, material de outro contexto, que no “retrovisor da história” apontam para o passado. O técnico-administrativo aposentado Salvador Mendonça escreve sua “Homenagem à UFU”:

Da UFU tenho saudade, do tempo que nela trabalhei. Para mim foi a maior felicidade, de quando por aí passei. Com amor e dedicação, e muita honestidade. Falo isto de coração, e é a mais pura verdade. Trabalhei de Bedel e no jardim, limpei vidros e em várias repartições. Mas Deus olhou para mim, e me deu algumas promoções. Fui parar no almoxarifado, algumas vezes no vestibular. Antes de ser aposentado, no departamento de pessoal fui terminar. Não posso esquecer, de lembrar-me de um amigo advogado, em lhe agradecer, por mim, meus irmãos e pai ter nos ajudado. De nós entrarmos na querida Universidade, que era a antiga Faculdade Federal de Engenharia. Que nos deram essa oportunidade. De vivermos em paz e muita alegria. Também aos alunos e funcionários, por colaborar e nos compreender. Vocês foram responsáveis pelos nossos salários, e aos professores e reitores lhes agradecer¹¹⁷.

Salvador compartilha o passado com as lembranças dos entrevistados da pesquisa ao referenciarem e honrarem suas trajetórias na “Faculdade Federal de Engenharia”. E ao reinterpretar o que viveu, ele expressa gratidão com habilidade poética, sempre reconhecendo sua história e a da instituição, ao testemunhar o sentido e significado das relações sociais, evidenciando as lembranças da profissão.

Portanto, assumirem o fim do vínculo profissional constitui grande dificuldade para esses trabalhadores. São questões que nos fazem pensar sobre a dimensão da expectativa das trabalhadoras e dos trabalhadores técnico-administrativos fora do contexto da Universidade. Afinal, quais seriam as perspectivas dela(e)s?

Os entrevistados Luiz Humberto, Lúcia e Idê Santos não haviam se aposentado até a data da entrevista. Luiz se sente integrado e com orgulho do que fez e faz: “[...] a Universidade é, me enriqueceu muito como ser humano, profissional também, me orgulho muito disso aqui” e “tenho dificuldade de me aposentar”. Luiz percebe os desafios da passagem da vida “ativa” para a “inativa” como doloroso processo de

¹¹⁶SILVA, Luiz Humberto. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Santa Mônica [Bloco 3P], 02/0/2015. Duração 1h13min.

¹¹⁷ MENDONÇA, Salvador. Homenagem à UFU. In. *Jornal Ligeirinho*, Edição n. 465, 13/7/2014.

perda do vínculo social e afetivo, isso nos leva a pensar sobre o peso subjetivo da vida sem trabalho e o sentido social de ser considerado idoso ou inativo. Certamente é outra fase perante a opinião pública, que muitas vezes não favorece a saúde, com possível desestabilização frente à adaptação à nova realidade após uma longa trajetória de vivências no trabalho - o porvir da rotina cotidiana e a vida desacelerada no âmbito familiar e na sociedade.

A Universidade, para além de sua representatividade social e de sustento material e também de grande alicerce na constituição do sujeito, recebe outros significados afetivos ancorada na proximidade e na convivência social. São outros sentidos para a vida. Por um lado, a identificação constituída a partir dos vínculos de amizade e de determinadas relações de solidariedade e cooperação profissional, como aparece na narrativa de Idê: “[...] eu fico com dó dela [colega] sabe, ela mesmo fala, porque eu aposentando, ela vai ficar sozinha”; entretanto, apresentando relação ambígua com o sentimento e a razão ao dizer que “[...] eu não sei se é porque pra mim não ficar sozinha em casa”. Embora, por outro lado, permanecer no quadro de “ativos” mantém as mesmas possibilidades financeiras sem perdas de benefício ou gratificação.

As narrativas de Idê e Luiz qualificam o sentido e o significado do espaço institucional como segunda casa, permitindo-lhes se reconhecerem no seu fazer cotidiano, motivo que os incentiva a permanecerem enquanto um lugar social ou central da vida. Estas dimensões compreendem a importância do vínculo na vida destes trabalhadores, que mantiveram vida estável em face à evidência e relevância do trabalho tanto na constituição do processo “ativo” e de acesso ao lugar social, quanto no reconhecimento e identificação social como técnico, frente à sociedade “capitalista e meritocrática”.

Embora o depoimento de Luiz Humberto marque os tempos das contradições vividas lado a lado ao falar do cotidiano de trabalho desde o ingresso: “Nunca tivemos vida fácil aqui não!”, ou ao dizer: “eh, o trabalho aqui é puxado!”, ou ainda, “hora nenhuma você vê folga, tá folgado não. A demanda de trabalho é muito grande mesmo, tão, mas mesmo assim acho que eu gosto disso, desafios [...]”. Mas, de imediato, não dispensa elogios à Universidade: “[...] eu acho que é uma ótima Universidade, todos os cursos assim [...] num vejo ninguém falando, assim, que o curso é ruim coisa assim, funciona bem, perfeito, não, num existe perfeição em lugar

nenhum, a Universidade é muito boa, não tenho muito que [...]”. A narrativa de Luiz, marcada por elogios e reconhecimento social da Universidade, entrelaça-se à identificação pessoal com o trabalho, mas sempre intercalada à noção das contradições vividas.

Em relação à temporalidade passada, Luiz traz para a realidade do presente o fato de não possuir expectativas com a Universidade “porque depende do governo né!”, referenciando no percurso histórico diversos contextos conjunturais e políticos sob os efeitos legitimadores das relações entre capital, Estado e trabalho.

Entre outras contradições vividas, Júlio Onório ao ser indagado sobre a sua expectativa de ingresso na Universidade, responde com grave tonalidade na voz: “[...] nenhuma, nenhuma, falei num vou ficar nem um ano”. Perguntei: “Então o senhor não tinha nenhuma expectativa?” e na voz lenta e compassada, respondeu com olhar baixo:

É, num tinha, falei num vô ficá aqui, porque essas chefia enjuadas igual era vai chegá um ponto que eu vou estourar com eles, mas vinha na minha mente, preciso desse imprego, minha família precisa, eu pagava aluguel na época, entendeu, pagava aluguel, hoje graças a Deus eu tenho uma casa pra morar e o tempo foi passano, encaixano depois já passei pra 12 horas, tão, um dia sim um dia não, aí foi melhorano¹¹⁸.

A trajetória deste trabalhador foi marcada pela resignação, pela superação paciente de si mesmo e com o sentimento de dever cumprido pelos anos trabalhados, afinal, conquistou “uma casa pra morar”. A narrativa retrata um período em que trabalhava sem estabilidade de emprego na CLT, não havia sindicato e a permanência no trabalho era balizada pela relação hierárquica, mas logo indicando outra realidade ao dizer que depois, quando mudou de função, as condições de trabalho “foi melhorano”.

Para Júlio Onório, a jardinagem foi um campo de experiência motivador entre muitos trabalhos que praticou. Com orgulho, o jardim foi o marco natural que registrou sua atividade na Universidade e a de cidadão também, ao se reconhecer na profissão:

¹¹⁸ Júlio Onório. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Campus Umuarama [antessala do audiovisual, bloco 4K], 28/09/2015.

É saí do lixo [...] já mudou tudo né, [...] e fui trabalhá na área do Jardim, e sou muito orgulhoso, acho que plantei aqui na UFU, acho que mais de 300 árvores, as árvore que plantei tá tudo aqui dentro, entendeu? Em frente à biblioteca tem árvore que, as primeira que eu plantei tá lá, me orgulho muito quando eu passo lá que vejo elas, tá lá entendeu¹¹⁹.

O sentimento de pertença e a identificação representam marcas naturais do tempo vivido nos espaços da Universidade e da cidade. Contraditoriamente, a memória dominante, muitas vezes, vê apenas a excelência acadêmica e não os construtores da Universidade.

Para Júlio Onório, trabalhar no jardim corresponde à identificação com o trabalho de origem no campo pela habilidade construída na prática, tendo feito curso de aperfeiçoamento nessa modalidade de profissão. Está presente em seu relato, o reconhecimento positivo ao dizer que “foi melhorano”, não somente na jornada de trabalho, mas nas mudanças históricas constituídas nas transformações sociais e políticas nas relações de trabalho. Júlio, expressa a relação ambígua das dimensões que compõem o presente e o passado, quando afirma que não tinha “nenhuma expectativa”, mas muda de opinião, ao dizer “a UFU é uma mãe”.

Para o aposentado Júlio Onório, o reconhecimento e gratidão pela condição de vida melhor são marcos vinculados aos significados de força e superação construídos historicamente, além do sentimento de “ser” e de refazer-se que fez parte da sua vida. E ainda: o reconhecimento social da Universidade, representada como “uma mãe”, que traz para o presente os avanços das mudanças nas relações de trabalho, a partir do novo projeto político democrático com os segmentos organizados. Nesse sentido, Júlio, numa perspectiva desse período, alerta sobre o sentido e a importância da organização política dos trabalhadores:

A chefia era muito rígida aqui minha fia, muito rígida, faz o que eles fazia, faz os que eles queria ou te dispensava, o rapaz baixou a cabeça e ficou caladinho, entendeu, a Universidade hoje é muito boa, graças a Deus. Hoje acabou isso tudo, logo, logo veio o sindicato [...], já foi pono as coisas no lugar, horário, já foi melhorano os horário, passou ter, passou ter os direito trabalhista, mais no começo era desse jeito¹²⁰.

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ Idem.

A narrativa diz que “logo, logo veio o sindicato [...] já foi pono as coisas no lugar [...]”, indicando-o como protagonista das relações políticas. Júlio Onório, entretanto, não significa o sindicato como algo distante de suas realidades, como algo abstrato, ou que os trabalhadores aparentemente estão separados deste processo social. É preciso perceber que eles e elas se integram e lutam politicamente para melhorar a realidade do trabalho, de modo que a condição de vulnerabilidade foi alterada a partir do sindicato como instituição significativa, mais precisamente, como “processo marcante” convertido em superação do binômio passado-presente.

Portanto, quando Júlio Onório diz que “no começo era desse jeito”, está se referindo ao fato de que não havia organização dos trabalhadores, porém, sinaliza o efeito da conjuntura, pois havia muita repressão da chefia sobre as trabalhadoras e trabalhadores técnico-administrativo (a)s. Por outro lado, há um novo projeto, alguém pensando o surgimento do sindicato que “já foi pono as coisas no lugar”, indicando mudanças realmente importantes no imaginário das lembranças do período.

Sobre as memórias das práticas sociais nas relações de trabalho, há semelhança entre as narrativas de Júlio Onório e de Carlos Humberto (P/M), que também saiu do campo para a cidade e começou a trabalhar na construção civil, circulando à procura de emprego até encontrar a Universidade, a qual surge na vida deles como oportunidade. Diz Carlos Humberto: “Eu achava que num ia ficar nem um mês na Universidade, era ditadura que era imposta nessa Universidade”¹²¹.

O depoimento, com ênfase na base conservadora das relações de autoridade dentro das instituições, aponta para os fundamentos das diretrizes do regime, caracterizado pelo contexto político-ideológico do período. Ao se referir à “ditadura”, como base do comando praticado, legitima essas relações de poder entre Estado e indivíduo numa perspectiva institucionalizada, sinalizando o significado dos problemas vividos nas relações de trabalho.

Esses problemas ou desafios foram questões experimentadas nas relações individualizadas. Assim, ao analisar as narrativas do acervo do “Projeto Pró-Memória

¹²¹ CORREIA, Carlos Humberto. Projeto Memória SINTET-UFU. Entrevista concedida a Célia Rocha Calvo. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 26/10/2000, [Fita. n. 42].

do SINTET-UFU”, encontramos a narrativa de Carlos Humberto (P/M), que destaca a natureza das relações de apropriação do outro na seguinte afirmação: “[...] as pessoas têm um conceito que até hoje [2000] ainda não rompeu com ele, de meu setor, meu funcionário, era meu funcionário mesmo!”¹²² - apropriação que se estende para dentro dos espaços “meu departamento”, conforme observado pelo entrevistado. O depoimento releva a postura praticada no contexto da cultura “patronal”, incorporando as representações de propriedade e condicionamento sobre o outro como recurso de controle social nas relações de trabalho.

Nesse sentido, Carlos Humberto (P/M) percebe as formas que deslocam a autoridade para fora do espaço de trabalho sob ações de controle e poder da hierarquia. Carlos retoma este passado e narra como aparece esta relação:

A ASUFUB era uma área de lazer, pra ingressar na Universidade já vinha com uma ficha da ASUFUB, era obrigada a se filiar para contribuir na associação, se não filiasse não entrava, era obrigada a filiação na ASUFUB, e o chefe levava a autoridade para a ASUFUB. O servidor trabalhava a semana inteira sob as ordens do chefe, no domingo ele ia com a família para a ASUFUB pensando que ia ter um lazer tranquilo, quando encontrava com o chefe lá, o chefe era chefe lá também, a ponto do chefe mandar o funcionário lavar o carro dele lá, no momento de lazer, e ele lavava porque se recusasse ele tava na rua¹²³.

As lembranças vividas identificam o espaço de lazer sob o comando do chefe; tratam do poder nas características inscritas no contexto social do período, em que os trabalhadores não confrontavam o poder dominante e sequer estavam organizados. Nesse momento o contrato de trabalho ainda estava subordinado ao parâmetro das relações hierárquicas, assim, a narrativa desloca-se para o “universo micro” das relações que regulam a liberdade individual controlada em troca de algo, as diversas formas de subordinação e aceitação. Nessas reflexões sobre os conflitos nas relações de trabalho, as memórias foram construídas a partir de relações “surdas” de controle social. Se por um lado referir “a família” sinaliza imagem positiva de pertencimento e identificação com o lugar, por outro, sinaliza concepções conservadoras da consciência

¹²² Idem. Ibidem.

¹²³ Idem. Ibidem.

familiar ou uma adaptação das características da vida “doméstica” ao trabalho, com pouca elaboração sobre as experiências no espaço social, já entrelaçadas às estruturas particulares, herdadas ou não da família. Nesse período, os usos culturais e as formas de se reconhecer no trabalho se misturam com os modos tradicionais de vida, presentes nas relações familiares de referência.

A relação de familiaridade e a proximidade social no espaço de trabalho caracterizam culturalmente a vivência trazida por muitos dos trabalhadores entrevistados. Júlio Onório, na trajetória da atividade de recolhimento do “lixo hospitalar” diz que: “[...] na hora da minha folga eu tinha que ir no almoxarifado pegá tambor de formol pra levá pro [técnico da anatomia], abastecia a anatomia ali, [...] trazia [...] formol toda sexta feira, trazia no tratorim”¹²⁴. Júlio ao destacar que se trata de outro trabalho na “folga” parece que recorda sobre a importância da amizade na solidariedade praticada. O “tratorim” [trator] foi lembrado como recurso de transporte utilizado para a coleta do lixo hospitalar no início da década de 1980. Após 10 anos de trabalho nesta função, o entrevistado passa a exercer suas atividades de jardinagem, convidado pelo “senhor Antônio”, em referência ao nome do responsável direto daquela atividade funcional. Embora, são questões que nos levam a pensar sobre como se dava o controle social.

Nesse mesmo sentido, Paulo Henrique (P/M) fala de outras experiências vividas no período de ingresso o laboratório da Engenharia em 1977:

A Engenharia virou o CETEC, aí virou a grande família. [...] Com o passar do tempo foi ampliando o quadro [de pessoal], aí começou um outro relacionamento, manter a grande família, não só entre funcionário, mas começou a fortificar a relação direta, professor e funcionário estabelecendo relação de quem manda e quem faz. O funcionário era quem obedecia, fazia e pronto¹²⁵.

A estrutura na área acadêmica, pela configuração organizacional do período - “a Engenharia virou o CETEC”-, era constituída nas agremiações dos Centros por área de conhecimento, constituídos por departamentos que permitiam, segundo o

¹²⁴ ONÓRIO, Júlio. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. UFU/Campus Umuarama [antessala do audiovisual, bloco 4K], 28/09/2015.

¹²⁵ SANTOS, Paulo Henrique dos. Projeto Memória SINTET-UFU. Entrevista concedida a Célia Rocha Calvo. Sede do Sindicato - SINTET-UFU. 26/10/2000 [Fita n. 42].

entrevistado, maior sociabilidade. A “relação de quem manda e quem faz” sugere a divisão da hierarquia, ou de classe, como produção da realidade social na relação de saber e poder entre docente e técnico. De modo que, a separação das funções constitui a produção social de determinados grupos sociais ou coletivos.

Nessa perspectiva, as relações socializadas de aceitação dos valores e da disciplina se afirmam a “pertença social” comum na forma se de relacionar uns com os outros, entrelaçando os perfis individuais nas práticas cotidianas. Pretende-se a legitimação da “grande família” como base das relações sociais ou políticas, que traduzem as relações que experimentavam pressupondo a aceitação, mas também a dinâmica das relações de “coerção” ou “consenso”.

Sobre estes problemas, o historiador Josep Fontana na obra “História: análise do passado e projeto social”¹²⁶ debate os princípios e sentidos da investigação entre as bases teóricas antigas, que pouco iluminavam os “problemas cotidianos” e a necessidade de “reconstrução da ciência histórica”. Nesse sentido, problematiza a influência gramsciana como instrumento de força e pensamento crítico sobre a sociedade:

Uma das contribuições mais interessantes de Gramsci é a sua reflexão sobre os mecanismos pelos quais uma classe pode exercer a dominação sobre outras, estabelecendo a sua hegemonia não só pela coerção, como também mediante o consenso, transformando a sua ideologia de grupo num conjunto de verdades que se supõem válidas para todos e que as classes subalternas aceitaram¹²⁷.

O pensamento de Gramsci é citado por Fontana ao tratar dos temas “coerção”, “consenso” e “aceitação”, em que ficam evidentes os problemas e as contradições das relações de forças antagônicas de classe na forma de arregimentar interesses comuns no desenvolvimento da dinâmica das relações sociais praticadas. Nesse mesmo sentido, Paulo Henrique (P/M), sobre o significado das experiências vividas, diz:

Você tinha essas relações toda de autoridade. Isso era amenizado com as festas, porque tinha festa. A Universidade sempre fazia festa, festa de fim de ano, distribuía, fazia cesta de natal, o churrasquinho no departamento isso era direto, a festa, o churrasquinho na chácara do professor fulano. Aí, ia todos os funcionários [...] porque nós

¹²⁶ FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*, SP: EDUSC, 1998.

¹²⁷ Idem. p. 238.

funcionários nem pagávamos eles davam a carne e a cerveja [Entrevistadora: Eles quem?] Os professores do departamento. Então você tinha esse módulo de tratar essas relações: era batendo de um lado e adulando do outro¹²⁸.

Neste contexto, sobressai o reconhecimento da frequência oportuna de socializações a partir do costume das “festas”, que em alguns setores ainda é preservado. Porém, a narrativa faz crítica às contradições vividas nas relações de trabalho: o “autoritarismo” de um lado, e as sutilezas do “paternalismo” e da “grande família” do outro, presentes também no modo de referir os aspectos subliminares das “formas mudas” de controle social, seja pelo modo abstrato de camuflar conflitos ou pela sugestão de intimidação, bem como nos limites dados à resistência d(a)s trabalhadore(a)s agraciados. A narrativa pressupõe certo grau de tensão, porém sem mencionar conflito aberto, sugerindo-o de forma velada. De certa forma, ofusca a percepção de como as forças sociais operavam.

Sobre as ambiguidades do contexto, Silnando Silvério na reflexão do trabalho de monografia observa a “força” hegemônica do período:

A política que comandava pela força, era em vezes os mesmos que atuavam como paternalistas. Festas de fim de ano promovia sorteios de presentes e churrascos. Em um determinado ano foi disponibilizado ao servidor o 14º salário, com a justificativa de sobras de recursos [...]. Estas políticas compensatórias tinham segundo entrevistados, o objetivo de confirmar aos trabalhadores a competência e a efetividade dos governos militares e seus nomeados¹²⁹.

A narrativa aponta ambiguidades do período em relação à natureza do comando, visto que entre a “força” e as “festas”, no âmbito das relações “solidárias”.

O livro “Americanismo e Fordismo” de Antônio Gramsci¹³⁰, escrito entre 1928-1935 no “Quaderni del carcere”, trata do “[...] capitalismo pós-guerra e as transformações do trabalho”. Ao observar a “elevação” de altos salários por Henry Ford com a finalidade de pacificação e controle moral da “força de trabalho” e

¹²⁸ SANTOS, Paulo Henrique dos. Projeto Memória SINTET-UFU. Entrevista concedida a Célia Rocha Calvo. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 26/10/2000 [Fita n. 42].

¹²⁹ SILVÉRIO, Silnando. *A organização dos trabalhadores técnico-administrativos da UFU: a construção do SINTET/UFU*. Monografia. Instituto de História - UFU, 2004.

¹³⁰ GRAMSCI, Antonio (1891-1937). *Americanismo e Fordismo*. Tradução Gabriel Bogossian. Notas Alvaro Bianchi. São Paulo: Hedra, 2008.

comportamento “passivo” dos trabalhadores no aspecto da produção em série, compreende que:

Nesse sentido, representou uma vitória obtida - por meio de uma peculiar combinação de força [a derrota do sindicalismo de ofício] e persuasão [os chamados altos salários, os benefícios sociais, a propaganda moral e a instrução] – pelo capitalismo estadunidense contra o poder dos antigos artesãos *pelo controle sobre o processo de trabalho*. Assim, o fordismo logrou criar um ‘novo tipo de trabalhador’ a partir da conjugação do consenso e força¹³¹.

O texto de Gramsci nos ajuda a compreender a eficiência da disciplina de produtividade e trabalho. Assim, os sentidos das festas, o décimo quarto salário, não são benevolências da Universidade (Estado) para com o trabalhador, mas instrumentos de controle social, ou seja, a exigência de contrapartida - mais trabalho, mais produção e menos sindicatos/movimentos sociais - incorporada à (im)perceptível política ideológica “compensatória” agregada aos interesses dos trabalhadores.

Nos Estados Unidos, os patrões aumentavam o salário dos empregados na intenção de um controle social, para que eles produzissem mais. E no contexto da ditadura, no caso do Brasil, supõe-se que a compensação salarial servia para que o trabalhador se sentisse satisfeito com o seu emprego, pressupondo também o enfraquecimento do sindicato ou que ele não atrainha trabalhadores que tinham um bom salário. Entretanto, não devemos nos esquecer da mensagem que tomo emprestada de um escritor americano H. Jackson Brown: “Eu aprendi: que dinheiro não compra ‘classe’”, que revela o sujeito a partir da “ação coletiva” dos trabalhadores no mundo do trabalho.

O sentido da narrativa de Silnando sobre ações paternalistas ou “efetividade financeira” sinaliza, do ponto de vista ideológico, o “ocultamento da realidade”, quando o trabalhador encobre a consciência de classe adquirida ou descarta a subordinação pela conformação social entre “consenso” e “aceitação”, enquanto dinâmica e estratégias da força política.

A filósofa e historiadora Marilena Chauí, na obra “Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas”, trata da problemática posta pela Ideologia ao

¹³¹ Idem. p. 16.

analisar as contradições sociais; este recorte nos ajuda a pensar que a classe trabalhadora não está “isolada da ideologia dominante”. A autora alerta sobre as ações dos agentes sociais e a necessidade da tomada de consciência para não se levar uma vida falsa com prejuízos de orientação da realidade. E, aspectos substanciais para “conhecer e agir”, ações que implicam força e presença ativa em contrapartida à dinâmica dos processos dominantes que pretendem agregar as massas populares aos interesses políticos. Os problemas vividos nos levam a pensar as experiências como ação e reação em movimento, nos termos efetivos de ver a luta de classes não de forma reducionista, mas como parte do processo de resistência, na superação dos desafios enquanto disputas.

O historiador inglês E. P. Thompson, no seu artigo “Folclore, antropologia e história social”¹³², ao examinar o pensamento de Gareth Stedman Jones no capítulo do livro *‘Outcast London’* sob o título ‘A deformação do dom’ em relação ao “ato de doar”, visto sob a compreensão de “método de controle social”, sugere que a partir das práticas tradicionais do século XVIII na Inglaterra foram estabelecidos os traços estruturais que ainda sobrevivem nas sociedades modernas: “[...] o prestígio - a notoriedade da benevolência - segue sendo eminentemente presente”¹³³. Portanto, sob o viés de análise de Thompson, que se opõe a de Jones, existem outros aspectos em relação ao “ato de doar”, e outras ofertas “como propinas aos eleitores”, “presentes outros”, “donativos” (aos servos), “gorjetas”, como características da compra de influência: “[...] são, igualmente, formas diretas de redução do pagamento em moeda e de reforço da dependência e subordinação”¹³⁴. Entretanto, o autor pondera que: “[...] finalmente, há exemplos de generosidade desinteressada relativos à minoritária tradição do paternalismo benevolente”, referindo-se às obras de “caridade” e “solidariedades comunitárias”¹³⁵.

Nesse sentido, Thompson, analisa os traços ideológicos que sobrevivem nas sociedades, enfatizando que “a dádiva”, ou “ato de doar”, foi compreendida pelo historiador Stedman Jones como método de controle social e “manutenção do *status*”,

¹³² Thompson, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: *As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001, p. 227-263.

¹³³ Idem, p.246

¹³⁴ Ibidem, p.247

¹³⁵ Idem.Ibidem, p. 247

pela distância de “estruturas sociais” ou “separação das classes”. Thompson, que não é propenso a entender que “[...] as dádivas são símbolos de prestígio, implicando a subordinação do receptor”, propõe o seguinte entendimento:

Que prestígio, subordinação, obrigação e controle social acarretam uma coincidência entre as relações envolvidas no “ato de doar” e o contexto de estruturas sociais particulares que, apesar de grandes mudanças, ainda poderiam conservar traços universais¹³⁶.

O autor assegura que o grau de subordinação do receptor depende “das vantagens em jogo” ao enfatizar que qualquer relação entre a “dádiva” e o “receptor” “sempre ocorre em mão dupla” nas relações sociais, mas sem analisar que o destinatário seja devedor de uma obrigação. Para Thompson, os traços que motivam a coincidência das relações em “jogo” são complexos e definidos ou mais evidenciados pela “coincidência” na integridade das relações. Embora caiba pensar eticamente em cada um dos perfis que constituem estas relações e no significado dos valores que cada um cultiva.

Houve divergências entre o depoimento de Paulo Henrique (P/M) e os relatos dos entrevistados pela pesquisadora sobre as “festas”, que aparecem com dois sentidos diferentes: os entrevistados do “Projeto Memória do SINTET-UFU” atribuem o sentido das festas vinculado às práticas subjetivas de controle social; já os entrevistados pela pesquisadora relacionaram as festas num sentido de aproximação das relações e maior vínculo social, pontuando que a ausência delas, vista como algo negativo, foi entendida como redução dos laços sociais no universo institucional. Estes entrevistado(a)s percebem positivamente o costume das sociabilidades que ocorreu nas décadas de 1980/90 nas interações sociais vividas nos espaços das festas.

Nesse mesmo sentido, relataram que a partir da extinção dos centros (CEHAR, CEBIM e CETEC) e dos departamentos, essa realidade foi alterada com a nova estrutura organizacional de gestão da Universidade, transformada em institutos e faculdades no final da década de 1990¹³⁷. Destaca-se a presença de disputas entre os *campi*,

¹³⁶ Ibidem. Ibidem., p. 245.

¹³⁷ A partir de 1994, com as perspectivas por mudanças de gestão institucional, ganha força e discussão do novo projeto estatutário com a participação dos três segmentos como resultado do engajamento político. O novo Estatuto foi consolidado e aprovado pelo Conselho Universitário em 12 de dezembro de 1998, entrando em vigor no ano seguinte quando altera-se o modo de gestão institucional da

conforme narra Carlos Humberto (P/M): “[...] existia as divisões e as disputa de campos, isso era caracterizado pelas chefias, era CEHAR, CETEC e CEBIM. Com o estatuto (1999) mudou essa organização”¹³⁸. Assim sendo, é preciso indagar como a integração social foi percebida e sentida pela(o)s trabalhadora(e)s.

No decorrer da pesquisa foi identificada, entre as entrevistadas e entrevistados das secretarias, uma perspectiva comum sobre as mudanças nas formas de relacionamento social diante do crescimento organizacional da Universidade. As narrativas apontam que os hábitos e costumes cotidianos foram alterados: “o cafezinho”, as “festinhas de aniversário” e “de final de ano”, “as conversas no café da manhã”, os espaços oportunizados de convivência foram reduzidos “[...] depois que acabou com os centros [...] aumentou o número de trabalho pra gente, [...] a gente quase não se via mais”. Portanto, as expressões apontam para o distanciamento das pessoas, sobretudo a partir da extinção dos centros (CEHAR, CETEC e CEBIM), por um lado limitando as oportunidades de aproximação social, e por outro, a intensificação cotidiana do trabalho para as secretarias acadêmicas.

Luiz Humberto, ao refletir sobre esse tempo e sobre como as mudanças organizacionais alteraram as relações sociais no trabalho, diz: “[...] eu vou falá, eu acho ele negativo é a interação entre as pessoas, as pessoas se afastaram sabe, aquelas festinha de confraternização, por exemplo, isso aí tá deixano a desejá [...] tão é o contrário da minha época eu tenho essa dificuldade”¹³⁹. Portanto, Luiz - identificado com os valores de maior integração social no trabalho, na forma de aceitar ou não as mudanças - observa e experimenta, cotidianamente, os sentidos da intercessão entre o padrão das relações nas formas efetivadas de “ser” na relação temporal entre passado e presente. Ao mesmo tempo analisa os condicionamentos culturais e sociais formados historicamente e a mudança na mediação, alterada pela integração e acesso de novos sujeitos, sinalizando que os trabalhadores não são os mesmos no contexto

Universidade. Com a nova reestruturação organizacional foram extintos os departamentos (Resolução n. 03/99 e 05/99 do CONSUN) e a Universidade foi constituída por trinta Unidades Acadêmicas entre institutos, faculdades e Escola.

¹³⁸ CORRÊIA, Carlos Humberto. Projeto Memória SINTET/UFU-2002. Entrevista concedida a Célia Rocha. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 27/10/2000, [Fita n. 42].

¹³⁹ SILVA, Luiz Humberto. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Santa Mônica [Bloco 3P], 02/0/2015. Duração 1h13min.

institucional. Assim, uma nova questão surge: como é sentida e percebida a chegada dos novos trabalhadores pelos trabalhadores da primeira geração?

Luiz desabafa ao falar das dificuldades geradas pelas mudanças sociais da nova geração; ele sente a diferença entre passado e presente nos desafios vividos cotidianamente, buscando referências na sua própria visão sobre o comportamento social do jovem “no trânsito”, “na escola”, “no *shopping*”. Luiz parece indagar que memória esta geração deixa para sociedade.

Por um lado, a seleção na admissão dos mais jovens foi mais rígida do que aquela realizada pela primeira geração. Antes, o técnico ingressava e aprendia já em trabalho na Universidade, posteriormente ao concurso, o ingressante tinha/tem que dominar noções básicas de informática, legislação, etc. De modo que a primeira geração experimenta direta e cotidianamente os sentidos dessa mudança.

Silvino faz as seguintes observações sobre os novos trabalhadores “[...] eles são mais, eles aprendem mais rápido, porque eles são mais dotados”, reconhecendo que a nova geração está “chegando mais qualificada”, pondera: “[...] é que as pessoas que tão chegando agora elas às vezes não aceitam o número de atividades que a gente tem, as pessoas mais antigas né [...]”. Sobre o perfil da nova geração, a narrativa associa a força de trabalho ao maior grau de formação qualificada, formando uma imagem ao mesmo tempo positiva e negativa ao dizer “[...] é ruim, porque as pessoas num tão trabalhando tanto o quanto os antigos trabalhavam né, eles não aceitam essa carga de trabalho eles tão mais, é, é eles questionam mais, eles reivindicam mais, é bom, é bom porque reivindicando é que vai crescer, certo?”¹⁴⁰. A narrativa revela as ambiguidades vividas na mudança do perfil do candidato, das exigências, dos processos de admissão, enfim nos referenciais de “ser” e nos modos de trabalhar.

O sociólogo Stuart Hall, no artigo “Notas sobre a desconstrução do popular”¹⁴¹, pensa as rupturas, que surgem no interior da cultura popular associadas às tradições, como elementos relacionados às mudanças nas formas e estilos de vida das classes trabalhadoras, ou seja, “algo novo”, indicando que isso frequentemente ocorre no

¹⁴⁰ CORREA, Silvino. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Sanata Mônica [Engenharia Química], 30/11/2015. Duração: 1h.

¹⁴¹ HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In: SOVIK, Liv (Org.). *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Tradução Adelaide La Guardia Resende (et al.). Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

campo de luta, nas relações sociais e culturais. Escreve o autor, “[...] é terreno sobre o qual as transformações são operadas”, sinalizando que as tradições são reorganizadas, dependendo da aceitação da classe e das pessoas. E reforça que as formas de condicionamento cultural levam a um posicionamento “contra ou a favor” a partir dos questionamentos de “uma nova vontade coletiva”, ou de uma “nova fase histórica”, deixando esvair o que antes essas pessoas possuíam como processo cultural e ideológico.

Nessa trajetória, os modos de trabalhar e as formas de ingresso foram se alterando. Essa experiência aparece em diversas entrevistas, em termos comparativos, tanto na forma de identificar os referenciais de trabalho passado-presente, quanto na forma de perceber as mudanças que estão ocorrendo nas relações sociais de trabalho com a renovação do quadro de trabalhadores. Assim, Lúcia relata que:

As pessoas que já estavam antigas aqui foram aposentando e entrando gente nova, eu vi que esse pessoal tinha uma facilidade assim pra lidar com a documentação com a própria informática, então, eu vi que eu tava, assim, ficando, assim, pra trás e isso me deu um certo incentivo pra me qualificar também, que os novos já vieram com uma bagagem bem moderna né, bem diferente da gente entendeu, a gente tava ali acostumado naquele ritmo fazendo aquele servicinho rotineiro, tal, a gente acostumou [...] ¹⁴².

Lúcia, ao perceber novas perspectivas nesse percurso de mudanças, retomou os estudos e se qualificou, “[...] eu mudei, fiz os cursos tudo que tinha que fazer, tava tudo atrasado, fiz faculdade, fiz especialização [...]”. É importante lembrar nesse processo o empenho da Universidade na formação dos trabalhadores. Portanto, as memórias, eleitas pelas lembranças, dizem das experiências vividas por Luiz, Silvino e Lúcia na relação passado-presente, de forma que ultrapassam as “balizas metodológicas” na definição do recorte temporal a ser trabalhado na pesquisa, entretanto, vale lembrar que estão localizadas no tempo histórico dos entrevistados.

Ao reportar o passado, a exemplo das narrativas de Luiz e Paulo Henrique (P/M), apontam para as novas características sociais da Universidade à medida que ela cresce e cria uma cultura de distanciamento, alterando os referenciais da “grande

¹⁴² Lúcia Helena. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Santa Mônica [Bloco H], 28/09/2015. Duração 30min

família' e de interação social. Assim, na perspectiva dos entrevistados analisados do Projeto Memória do SINTET-UFU, as relações entre os trabalhadores nos espaços fragmentados em três *campi* foram “problemática[s]” pela própria estruturação da Universidade, em que os diferentes segmentos não se conheciam, pois existiam dificuldades de integração. A distância espacial e a pouca proximidade cotidiana da(o)s trabalhadoras(e)s, que não se conheciam devido à atomização dos *campi*, distanciava-a(o)s da consciência e dos problemas sociais nas relações de trabalho.

Paulo Henrique (P/M), ao lembrar-se do passado, fala do “grupo restrito de amigos” do “departamento”, no sentido de relações de “amizade”:

Então naquela época (70/80) a gente não tinha esse contato, a gente vivia num departamento que tinha uma relação de família, era churrasco, os professores patrocinavam tudo, era tudo assim, aquela grande família, não tinha atrito, num tinha discussão nenhuma, a gente nem se dava conta de que era funcionário daqueles professores tamanho era aquele ambiente de amizade¹⁴³.

A narrativa afirma a noção de que era uma grande família e, em alguns momentos, critica as relações de poder. Portanto, ora concebe de forma irônica as relações “clientelísticas”, ora se refere aos departamentos caracterizados por concepções de familiaridade e pelas relações harmoniosas - “num tinha discussão nenhuma” -, escamoteando as relações de poder e, ao mesmo tempo, criticando o conservadorismo. Essa narrativa mostra que a(o)s própria(o)s trabalhadora(e)s, no interior das relações disciplinarizadas pelo “ambiente de amizade”, dificilmente percebiam as sutilezas dos significados do “projeto de conformação social”, num tempo em que trabalhadores não questionavam as versões dominantes.

Viviam segmentados, “não se reconheciam”, pois, não havia organização coletiva, assim, não tinham conhecimento das dificuldades de forma coletiva e os problemas eram “escamoteados”. Não havia expressão, nem espaço aberto para se manifestar, não havia socialização e lazer. Nesse período (década de 1980), a filiação voluntária à ASUFUB desaparece na inserção da sua “obrigatoriedade”, no vínculo do emprego.

¹⁴³ SANTOS, Paulo Henrique dos. Projeto Pró-Memória - SINTET-UFU. Entrevista concedida a Célia Rocha Calvo. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 26/10/2000, [Fita n. 42].

O diálogo de Paulo Henrique (P/M) faz referência à dinâmica e ao sentido das relações isoladas e compartimentadas nos espaços:

[...] Então, assim, por isso que quando tinha toda essa repressão em todos os setores a gente nem tomava conhecimento, vivíamos ilhados, ali tava uma beleza né. O contato que a gente tinha com outros campi era através da ASUFUB nos campeonatos de futebol e mesmo assim era nós [técnico] conta eles [professores]. E essa revolta que a gente via fruto de todo esse esquema, dessa repressão toda, ela não era vista em função até da estrutura da Universidade e a gente não revoltava contra aquilo, aquilo ficava abafando e muitas das vezes a gente revoltava quando via uma injustiça com um companheiro de trabalho [...]¹⁴⁴.

A(o)s trabalhadora(e)s técnico-administrativa(o)s viviam desconectados da consciência coletiva que permitiria a constatação da “repressão” que “não era vista”; estavam distanciados e expropriados da experiência consciente das relações vividas; involuntariamente disciplinarizados pela organização ocupacional. A narrativa entre o “nós” e o “eles” se constitui no “jogo” de identidades e fronteira na experiência social a partir dos primeiros campeonatos integrados dos *campi*, que tiveram início na ASUFUB, entretanto, ela expressa socialmente que “[...] revoltava quando via uma injustiça com um companheiro de trabalho”, ultrapassando a dimensão da memória da experiência para ser um sentimento de classe que se reconhece na identificação, que aqui não é vista somente como uma expressão factual ou de consciência coletiva, mas como representação cultural da própria classe.

O historiador inglês E. Thompson, em sua grande obra “A formação da classe operária inglesa”¹⁴⁵, analisa o conceito de classe a partir da “consciência” e “experiência”, compreendidas na relação de reciprocidade quando grupos “articulam a identidade de seus interesses” na “estrutura social”. Thompson escreve que “[...] a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, afinal, esta é sua única definição”¹⁴⁶, que resulta da experiência em diversos contextos, conscientes de seus “interesses reais”.

¹⁴⁴ Idem. [Fita n. 44.].

¹⁴⁵ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: “A árvore da liberdade”*. Tradução Denise Bottmann. RJ: Paz e terra, 1987, p. 10.

¹⁴⁶ Idem., p. 12.

A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. [...] A consciência de classe aparece da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma¹⁴⁷.

Para o historiador, das “experiências comuns” vividas ou compartilhadas pela(o)s trabalhadora(e)s, que se identificam e se reconhecem a partir dos problemas comuns, aparece a “consciência de classe”. A partir dela, a classe trabalhadora revela seus interesses e dificuldades e emerge a contra-hegemonia. Na posição de Thompson o “modo de produção” também se constitui nas relações de dominação e subordinação e a “classe”, entendida como “categoria histórica”, se reconhece na identidade da “relação histórica” em “contextos reais”, sinalizando, portanto, que ela é conjuntural e que supõe que está feita.

Mas há divergência entre historiadores sobre a dinâmica da formação de classe. O autor Mike Savage, em seu artigo “Espaço, redes e formação de classe”¹⁴⁸, critica o conceito de classe de E. P. Thompson, caracterizando-o de reducionista, pois enfatiza que a formação de redes pode contribuir no entendimento das relações de classe ao argumentar que os espaços de grupos, os “habitats”, podem ser a base da formação de uma identidade de grupos coletivos. Para Savage “[...] a formação de classe pode ocorrer quando classes sociais estendem-se através do espaço construindo redes que ligam membros da classe mesmo quando eles estão espacialmente dispersos”. Portanto, o autor diverge do conceito de classe de E. P. Thompson por considerá-lo difícil de se sustentar por longos períodos históricos por manter ortodoxias sem incorporar novos conceitos.

Outra questão observada pelos trabalhadores “espacialmente dispersos” pela estrutura física da Universidade, foi a ASUFUB como espaço de integração social que se desenvolveu como interação no “campo social” e no “campo político”. Os trabalhadores técnico-administrativos que viviam “afastados” e não tinham “proximidade” passaram a se conhecer nos momentos de lazer.

¹⁴⁷ Ibidem., p. 10.

¹⁴⁸ SAVAGE, Michael. Espaço, redes e formação de classe. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 3, n. 5, janeiro-junho de 2011, p. 8.

A narrativa de Paulo Henrique (P/M) mostra o princípio de organização da relação e do vínculo social entre a(o)s trabalhadora(e)s articulado com os demais segmentos na Universidade, a partir do futebol na “Faculdade de Engenharia”:

Ali [departamento] a gente começava a firmar vínculos e tinha muito a prática de futebol no sábado. Tão, sábado era dia de “racha” lá, ia todo mundo para aquele campo de futebol lá na Engenharia para poder jogar bola, então houve essas mudanças [...] de relacionar, não era só aquele grupo restrito de amigos¹⁴⁹.

Essa relação do departamento, que organizava jogos de futebol aos sábados e “todo mundo” participava (professores, técnicos e alunos), formando um grupo “restrito de amigos”, se altera. Assim, o espaço da ASUFUB é revisitado por Paulo Henrique (P/M) ao explicar como aconteceram “essas mudanças” e como se desenvolveram as novas formas de integração social e de lazer, ao afirmar que: “[...] essa relação muda. Você tem um outro meio que você começa a frequentar [...] que é a ASUFUB, que era o clube, começa aí a participação do clube. Mas muda a relação, não é a mesma que a gente tinha do bom dia”¹⁵⁰.

Portanto, “essa relação muda”. O clube recreativo foi o princípio de uma socialização mais ampla, porque houve aproximação entre as trabalhadoras e trabalhadores da UFU. A prática do “bom dia” foi extensiva àqueles que viviam fora do círculo departamental, porque no espaço da ASUFUB reuniam-se trabalhadores dos demais *campi* e da gestão administrativa.

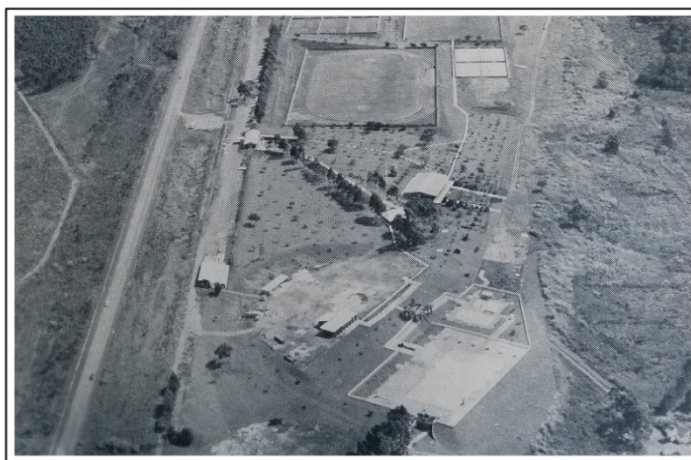
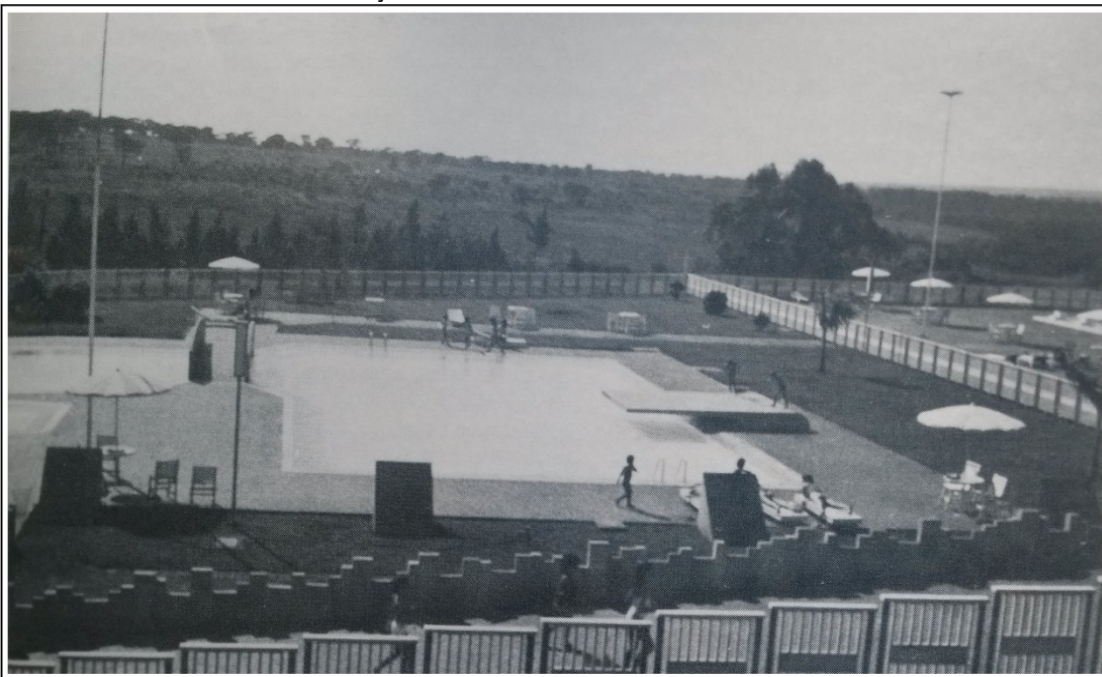
A Associação (ASUFUB) foi um projeto de agregação dos segmentos de trabalhadores da UFU, “porque o pessoal ficava disperso no campus” de estrutura fragmentada. A união e o lazer acontecem a partir dos times de futebol - “[...] criamos o time de futebol dos funcionários, alunos e professores da Escola de Engenharia” e havia também o time do Hospital de Medicina. E “com esta ideia a Associação” foi

¹⁴⁹ SANTOS, Paulo Henrique dos. Projeto Memória SINTET-UFU. Entrevista cedida a Célia Rocha Calvo. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 26/10/2000, [Fita n. 43].

¹⁵⁰ Idem.

iniciada no espaço da “fazenda do Glória”, a partir de sugestão do Reitor Prof. Dr. Gladstone Rodrigues da Cunha (1978-1980), e construída com recursos do MEC¹⁵¹.

Sede social da ASUFUB - Associação dos Servidores da Universidade Federal de Uberlândia. 1988.



Fonte: Projeto-Memória. 1988.

Na foto, o espaço geográfico da ASUFUB onde apreende o lugar de agregação das relações sociais. Neste período, as opções de acesso ao lazer na cidade eram restritas; já para o interesse oficial, o lazer tinha outro sentido político-ideológico¹⁵².

¹⁵¹ DOURADO, José Eustáquio. Ex-presidente da ASUFUB, gestão 1979-83. Entrevista gravada em 1987. In: CAETANO, Coraly; DIB, Miriam M. Cury (Orgs.). *A UFU no imaginário social*. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 1988, p. 270-272; 362.

¹⁵² O lazer surge no Brasil com maior ênfase em 1975, quando o Governo Federal propôs a “Política Nacional de Educação Física e Desportos” (1976-1979), art. 5º da Lei 6.251/75, com o objetivo de

Neste período, o cenário político propunha alternativas no momento em que a sociedade pedia mudanças, sendo o lazer consubstanciado ao projeto social e político do regime militar e alinhado aos interesses dos trabalhadores. Nesse sentido, a “Associação” foi importante base política para os trabalhadores técnico-administrativos da UFU, que se engajaram como sujeitos políticos a partir da reivindicação por direitos. Ao falar deste período, a narrativa de Paulo Henrique (P/M) retoma o sentido do clube recreativo e da segregação das relações sociais, sinalizando como as “diferenças se afirmavam” antes da criação da ASUFUB:

Com a criação da ASUFUB, criada em 79, essa diferenciação entre faculdades e locação do campus e funcionários ficou dividido e não se reconhecia como categoria, os funcionários eram desligados um com o outro.

[...] Essas diferenças se afirmavam e começou a descaracterizar “eu sou funcionário da federal”, os funcionários da reitoria pelo *status* de trabalhar na administração superior¹⁵³.

Com a criação da ASUFUB “começou a descaracterizar” as diferenças sociais a partir dos costumes e viveres “entre faculdades e locação do campus” ou do *status* consolidados nestes espaços de trabalho. Mas manteve-se como o único vínculo no circuito restrito dessas relações, há muito construídas nos departamentos e nos diversos espaços da administração.

Os trabalhadores viviam segregados tanto no sentido de compartimentação de espaço, quanto em termos da relação de “status” social, característica marcada pela “diferenciação” salarial entre os trabalhadores técnico-administrativo(a)s. Sobre essa referência, Paulo Henrique (P/M) explica:

A discussão de salário não era pela categoria, não tinha uma organização da malha salarial, nós tínhamos aqueles que vinham com o salário maior porque vinha de assessoria de direção de uma faculdade e tinha o salário bem diferenciados para a mesmas

massificar as práticas esportivas para competição nacional e internacional e para atividades físico-desportivas realizadas no tempo de lazer, fora do trabalho e do estudo. Num sentido ideológico dessa prática política, pretende-se por um lado, massificar a prática do desporto para melhorar a produtividade com a nova realidade do crescimento industrial no país; e por outro, o entretenimento da população em tempo livre no sentido de “desmobilizar a ação popular e sindical” e coibir a expressão. No período nacional desenvolvimentista que levou à expansão das cidades, emergem novas camadas populares. Neste período surgem o SESC, o Sesi e o SENAT como estruturas sociais que o governo proporcionou para a formação profissional, educação e lazer dos trabalhadores e seus familiares no espaço de sociabilidades.

¹⁵³ Ibidem. [Fita. n. 42].

funções, além de uma característica típica [...] a obrigatoriedade de se filiar na ASUFUB para entrar na Universidade¹⁵⁴.

No enredo das relações de trabalho a perspectiva salarial aparece associada, neste período de início da década de 1980, à compatibilidade de *status* social da(o)s trabalhadora(e)s técnico-administrativa(o)s. Em contrapartida, a ASUFUB, enquanto “Associação”, foi um lugar de aproximação social e também de participação destes trabalhadores na organização das relações políticas, em busca de se tornarem visíveis no processo histórico. Neste sentido, é possível indagar o que ela(e)s viveram para construir um fórum de debate e luta?

A ASUFUB constitui o princípio das mudanças no contexto de transformações na convivência social e política, Silnando Silvério (2004) fala desta perspectiva:

Naquele momento [início da década de 80] havia nas Universidades Associações recreativas criadas para atender o lazer dos trabalhadores. Em todas elas houveram a discussão sobre formas de lutas e resistência contra políticas, em defesa dos direitos dos trabalhadores.¹⁵⁵

Apesar da estrutura de controle do regime político para coibir práticas de expressão, as “Associações” recreativas foram espaços que podem ter contribuído decisivamente para a maior aproximação entre os trabalhadores, visando não somente a recreação e melhora da saúde e da qualidade de vida, mas também a formação política. É importante destacar que desde o início da abertura política e ideológica existiam “Associações” recreativas em outras Universidades Federais do país.

Assim, desde 1985 outros caminhos conduziram os trabalhadores rumo a um novo projeto político, quando começaram uma aproximação interinstitucional para “[...] buscar informações em outras universidades através de cursos ou atividades esportivas”, via interlocução em ações de interação social e lazer. Na experiência de Silnando Silvério “[...] as visitas a outras Universidades, mostraram a estes

¹⁵⁴ SANTOS, Paulo Henrique dos. Projeto Memória SINTET-UFU. Entrevista concedida a Célia Rocha Calvo. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 26/10/2000. [Fita n. 42].

¹⁵⁵ FERREIRA, Silnando Silvério. *A organização dos trabalhadores técnico-administrativos da UFU: a construção do SINTET/UFU*. Monografia. Instituto de História - UFU, 2004.

trabalhadores, práticas de organização nos setores de trabalho, reivindicações de carreiras e de salários”¹⁵⁶.

A narrativa de Silnando (P/M) aponta diversas pautas que abrigam perspectivas da agenda dos trabalhadores técnico-administrativos por melhores condições de trabalho, a partir dos problemas vividos nos espaços e por reivindicação de direitos na década de 1980:

Naquela época já pensávamos assim, em disputar de fato o poder, o poder político da Universidade, mas não era essa a principal, a ideia central, mas sim, começar a movimentar as pessoas para criar um núcleo que pudesse questionar de fato, até com dados reais e jurídicos e aí acompanhar de maneira bem sincera, bem trabalhada, bem ética, como que a gente faz para melhorar as relações de trabalho da Universidade. A humanização das chefias é, a tranquilidade para o trabalhador né, as condições de trabalho. Não era tanto, sei que a gente aspirava um dia chegar a disputar o poder político, pelo menos representar, mas naquele momento era muito cedo para isso. Era dizer assim: “Olha eu trabalho, portanto, quero ser trabalhador; se eu sou trabalhador, então, o que eu posso fazer para melhorar as condições de trabalho?” Foi a primeira coisa, além de começar a pensar em salário, mas a primeira coisa era fugir da repressão senhorial mesmo né, entendeu?¹⁵⁷

“A humanização das chefias” foi pauta importante do projeto de organização dos trabalhadores na busca por “emancipação política e cidadania” para os técnico-administrativos. Para Silnando, o engajamento começou a partir do questionamento das “[...] relações de trabalho, jornada de trabalho, salários, benefícios e a rechaçarem os desmandos”, no sentido de constituírem novas pautas das relações de trabalho, como visibilidade e reconhecimento d(a)os técnico-administrativo(a)s enquanto força que engendra a construção de sua própria história. Afinal, nesse período não havia participação política e representação efetiva desse(a)s trabalhadore(a)s, nem as escolhas das chefias e dos cargos administrativos contavam com a participação deles.

Com a ampliação do Sistema Nacional de Ensino Superior, concebido pela política desenvolvimentista no Brasil, a chamada “Reforma Universitária”, prevista na antiga Lei n. 5540/68, define-se a estrutura da organização e funcionamento das universidades, assegurando a escolha dos dirigentes ao Presidente da República.

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ FERREIRA, Silnando Silvério. Projeto Memória - SINTET-UFU. Entrevista concedida a Ylana Carolina Nunes. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 8/01/2001. [Fita n. 23], p. 16-17 (entrevista impressa).

Portanto, conforme referenciado nas fontes escritas, com a federalização da UFU foram nomeados pelo Sr. Presidente da República Ernesto Geisel o reitor Gladstone Rodrigues da Cunha (1976-1980), professor da Faculdade de Medicina, e o vice-reitor “Ataulfo Marques Martins da Costa, ex-aluno do curso de letras e economia”¹⁵⁸.

Silnando (P/M) fala da rotatividade na disputa de poder na Universidade neste período e dos processos constitutivos de organização e articulação dos interesses políticos na cidade. Interesses dinamizados pela classe dominante, ora de forma convergente ora divergente, articulados entre as estruturas do poder político militar e do conservadorismo da sociedade elitista de Uberlândia:

Eu vejo tanto que quando mudava-se de reitor era um tal de que, a gente brincava que muitas frutas vão cair, muitas frutas vão nascer. Então, assim era isso, essa transformação, essa metamorfose imediata né; mudança de poder é uma coisa que “eu mando o outro não manda, quem manda hoje é o A, amanhã é o B, depois é o C”, sem uma discussão prévia, sem um respeito, nenhum, não só pela classe, pela categoria menor mesmo para os médios, os gerentes, os assessores ninguém tinha voz nenhuma, todo mundo era mandado. Então tinha 4, 6 pessoas que reuniam aí nos seus grupinhos [...] pra comandar né, dali, daquelas 4, 6 pessoas irradiava um poder que passava pelos assessores, diretores, gerentes e chefinhos e coordenadores e encarregados até chegar no mais simples funcionário¹⁵⁹.

A narrativa releva características do projeto de Universidade sob os interesses da classe “dominante” no contexto social e cultural do período, determinado pelas relações de poder centralizado e dimensionado pela “estrutura de autoridade” verticalizada e instituída. Nas memórias das relações tensas desse período, o entrevistado mensura a disputa e rotatividade na organização dos poderes “de uma única classe social”, e reconhece os paradoxos dessas relações na estrutura organizacional: “ninguém tinha voz nenhuma todo mundo era mandado”. As imagens de poder, ancoradas na cultura dominante, estabelecem o controle social a partir das

¹⁵⁸ Fragmentos, imagens, memórias: 25 anos de federalização da Universidade Federal de Uberlândia.(Org.) Aguinaldo Rodrigues Gomes, Eduardo Moraes Warpechowski, Miguel Rodrigues de S.Netto, Uberlândia.EDUFU, 2003, p.25.

¹⁵⁹ Idem. P. 19-20.

expressões políticas praticadas, configurando um “quadro de dominação” que definia de forma ampla as relações de poder a que “todo mundo” estava submetido.

Nesse contexto, a reflexão de Carlos Humberto (P/M)¹⁶⁰ dá sentido às relações políticas implementadas a despeito dos trabalhadores, referenciando a memória individual e coletiva ao dizer que “[...] as pessoas não concordavam [...] mas tinha, muitas vezes faltava coragem para colocar o pescoço na guilhotina”. Percebe-se que, ao mesmo tempo que os trabalhadores permanecem à margem do processo decisório, também experimentam o rigor das determinações vividas e sofridas na mesma realidade.

A narrativa de Carlos Humberto não diz apenas de sua experiência, ela está permeada pelo “nós” ou pelo “nós percebemos”, que “questiona muito a política”, integrando uma perspectiva coletiva. Sua narrativa nos ajuda a refletir sobre a luta cotidiana por transformações, ao lembrar que “[...] aquele que não implementasse a política adotada pela chefia, que era a mesma política recomendada pelo [cita um deputado] tava na rua, quer dizer, tinha que adotar uma política e ninguém podia ser diferente”. Evidentemente esta é uma estrutura de autoridade.

No contexto histórico do final dos anos 80, o Brasil vivia o grande debate da constituinte, incorporando o sentido “de formação de instituições democráticas” de forma semelhante ao processo social e industrial que ocorria no mundo. E, sobretudo, tratava-se da democracia e da participação popular na tomada de decisões não apenas para escolha do presidente, mas também na luta pelo fim da centralização do poder de decisões. Nas universidades, por exemplo, até esse momento, o cargo de Reitor não era elegível pela comunidade acadêmica¹⁶¹.

Mas esta década de transição democrática foi muito importante para a sociedade brasileira, a exemplo das manifestações que ocorreram em todo país pelas eleições diretas. Década marcada pelo movimento das “Diretas já!”, pela redemocratização do país e o fim do autoritarismo/militarismo, quando diversos movimentos sociais passaram a lutar por um “novo Brasil”. O modelo de universidade

¹⁶⁰ CORRÊIA, Carlos Humberto. Projeto Pró-Memória SINTET-UFU. Entrevista concedida a Célia Rocha Calvo. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 26/10/2000. [Fita n. 42].

¹⁶¹ A Lei n. 6.733 de 4 de dezembro de 1979 previa nomeação dos dirigentes das fundações mantidas pela União. In: CAETANO, Coraly; DIB, Miriam M. Cury (Orgs.). *A UFU no imaginário social*. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 1988. p. 141

foi pensado para este “novo Brasil”, assim como a redemocratização foi vista pela(o)s trabalhadora(o)s como possibilidade de conquista de direitos até então negados. Diante disso, é importante indagar como os trabalhadores pensaram e vivenciaram este novo momento.

No contexto analisado, a construção das práticas de liberdade de expressão foi conquistada a partir da organização política da(o)s trabalhadora(e)s no espaço da ASUFUB. Nas narrativas dos trabalhadores técnico-administrativos, que lutaram por mudanças, entre “outras histórias”, foi incorporado o significado da fundação da ASUFUB como espaço de abertura no campo político. Na voz de Paulo Henrique (P/M): “[...] quem representava a gente na Federação era a ASUFUB, porque a gente não podia ter sindicato, então, o órgão nosso seria a Associação, que era constituída enquanto um clube, lazer e pronto, e fazia esse papel”¹⁶².

A representação dos trabalhadores começou com os membros de confiança da administração, que atendiam as questões das atividades sociais (esportes e lazer), a princípio sem abertura para a discussão política de interesse dos trabalhadores. Portanto, no âmbito das ambiguidades de natureza política, os interesses permaneciam divididos: de um lado, as ações da diretoria pelas atividades sociais e de outro, os trabalhadores associados que pleiteavam discutir questões de interesse da classe. Silnando (P/M) esclarece:

As pessoas das universidades mais antigas [...], vinham pra cá porque aqui era a ASUFUB, então vinham para discutir questões nacionais de interesses sindical. Como o momento aqui era um momento quase militar né, saindo do militarismo o que que acontecia? Esses representantes sindicais, sindicalistas, iam para as fazendas e as pessoas que representavam a Universidade, que diziam que representavam os trabalhadores, na verdade não representavam, ofereciam uísques, bons almoços, bons jantares, entendeu? Você está percebendo como é que você camufla?

[...]Naquela época, como eu te falei, as pessoas [FASUBRA] vinham e eram recebidas por pessoas não legítimas, porque não vinha da discussão popular né. A discussão popular tava começando, mas tava alheia e aí não falou: “Opa, peraí, peraí”¹⁶³.

¹⁶² Paulo Henrique. Projeto Pró-Memória SINTET-UFU. Entrevista concedida a Célia Rocha Calvo. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 26/10/2000. [Fita n. 45].

¹⁶³ FERREIRA, Silnando Silvério. Projeto Memória - SINTET-UFU. Entrevista concedida a Ylana Carolina Nunes. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 8/01/2001, [Fita n. 23], p. 15 e 17 (entrevista impressa).

A partir da observação da natureza das sociabilidades na forma de representação política da “Associação”, sem participação e voz, pois, como disse uma entrevista “tava alheia”, o controle dessas ações aparece em sentido contraditório aos interesses de articulação do (a)s trabalhadore(a)s técnico-administrativo(a)s. Porém, o “não legítimo” expressa a inquietação de não se sentir representado(a), uma vez que a organização dos trabalhadores estava começando, ainda sem espaço e sem acesso para encaminhamento da discussão política porque o estatuto da “Associação” não permitia. Não havia um canal de reivindicação oficial para a manifestação dos interesses dos trabalhadores.

O espaço de abertura para a discussão política teve início na “Comissão de Defesa do Servidor”, formada por um grupo de trabalhadores técnico(a)-administrativo(a)s. Alguns dos membros da Comissão concorreram às eleições da “Associação” e assumem, em 1987, a Diretoria da ASUFUB - Associação dos funcionários da Universidade Federal de Uberlândia (clubes de lazer recreativo). A ASUFUB foi considerada um espaço de “abertura política”, uma vez que não existia espaço para discussão e socialização dos trabalhadore(a)s.

Assim, uma das fundadoras da “Comissão”, Lilian Machado de Sá, 45 anos Assistente Social, natural de Monte Alegre de Minas, ingressou em 1978 a UFU na unidade de saúde (ambulatórios periféricos), na entrevista concedida a revista comemorativa “Lutas e Conquistas” do Sindicato (SINTET-UFU), conta que a “Comissão de Defesa do Servidor”, iniciada em 1985, foi a primeira frente interna que forjou a organização das lutas em defesa dos interesses dos trabalhadores técnico(a)-administrativo(a)s. Desde 1987, a “Comissão” passou a atuar paralelamente, como um “setor sindical” na ASUFUB; isso ocorreu após a vitória de parte dos integrantes no primeiro processo eleitoral da diretoria, assim, os trabalhadores encamparam duas frentes, uma recreativa e outra de representação política de caráter sindical¹⁶⁴.

¹⁶⁴ SÁ, Lilian Machado de. Entrevista. In: *SINTET-UFU. Lutas e Conquistas. Rumo ao futuro*. Revista comemorativa. Uberlândia, MG: SINTET-UFU, 1996, p 4-5. Disse que: “A partir de 1988 começou uma discussão interna na FASUBRA. E a discussão era que havendo condição legal, as associações que estavam assumindo esta função sindical deveriam se organizar internamente, realizar debates no sentido de criação do sindicato.”

Nesse sentido, “o funcionário do CETEC”¹⁶⁵ (1988) reconhece o começo da liberdade de expressão quando disse que:

Antes, o funcionário notava simplesmente a parte esportiva. Quando a atual diretoria assumiu, com o compromisso de reivindicar... coisas que gente nem sabia que tinha direito, a gente passou... a saber que tinha.
A associação está servindo, assim, como se fosse um sindicato como o pessoal lá do ABC, que tem uma associação pra brigar por eles.
[...] e aí conseguimos o concurso... conseguiram diminuir as perdas salariais... hoje [1988] existe uma comissão fazendo o reenquadramento, está vendo cargo por cargo de todo funcionário. Então, eu achei que isso foi ganho da associação, nessa eu confio.¹⁶⁶

“[...] coisas que a gente nem sabia que tinha direito, a gente passou [...] a saber que tinha”, se referindo aos trabalhadores técnico-administrativos que viviam submersos no cotidiano sem conhecimento de seus direitos. Ao mesmo tempo, este funcionário do CETEC aponta os grandes sindicatos que tiveram início a partir de “uma associação para brigar por eles [trabalhadores do ABC]”, comparando-a à “Comissão de Defesa do Servidor”, que atuou na “Associação” da ASUFUB num momento que não existia o sindicato: “A associação está servindo, assim, como se fosse um sindicato como o pessoal lá do ABC”.

A “Associação”, vista a partir do “compromisso de reivindicar”, foi narrada como protagonista de conquistas históricas, pelo engajamento e orientação da FASUBRA¹⁶⁷, de onde teve longas reivindicações pelo plano de carreira no cenário nacional, pauta recorrente das lutas que precederam a Constituição Federal de 1988¹⁶⁸.

¹⁶⁵ Funcionário do CETEC (nome não identificado). Entrevista gravada em março de 1988. In: CAETANO, Coraly; DIB, Miriam M. Cury (Orgs.). *A UFU no imaginário social*. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 1988, p. 277.

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ “A Federação das Associações de Trabalhadores (as) das Universidades Brasileiras (FASUBRA), fundada em 19 de dezembro de 1978, em João Pessoa, nasceu em plena ditadura militar, representando os (as) Servidores Técnico- Administrativos (as) das Universidades Brasileiras”. In: Fasubra/Projeto-Memória, Sintufjrj.Memorial Linha do Tempo 30 anos FASUBRA Sindical, 2011, p.10. Disponível em <https://www.sintufjrj.org.br> – acesso em 20.07.2017

¹⁶⁸ As associações de servidores públicos e diversos órgãos e entidades que antecederam as lutas democráticas desde a década de 1970 e participaram do movimento da constituinte de 1988, mobilizaram a luta pelo RJU, no sentido de regulamentar o dispositivo constitucional que demarca admissão do servidor em regime de direito público e o direito à livre organização dos servidores pelas entidades representativas (sindicatos).

Sobre esse contexto, Silnando Silvério (P/M), compartilha a experiência que viveu:

Eu entendi que a gente já tinha montado a “Comissão de Defesa do Servidor” e ela foi se alastrando, conforme eu te falei, com a nossa solidariedade mesmo, buscando apoio aqui, ali né, das nossas pernas mesmo, muita gente tirando dinheiro do bolso, aquela coisa toda e chegou o momento que a gente achava que esse grupo era trabalhador da Universidade [...] e, falando bem perifericamente, sendo da Universidade, nós tínhamos que ter apoio em algum lugar e a única instituição que representava os trabalhadores da Universidade era a ASUFUB, que tinha um momento social e que inclusive representava a Universidade em fóruns da Federação, da FASUBRA né¹⁶⁹.

Neste período, a participação “foi se alastrando” e fortalecendo o chamado da conscientização sinalizado por Silnando (P/M) na expressão “Opa, peraí, peraí”, uma vez que “[...] esse terreno é nosso, esse terreno é de quem quer defender, não é de quem quer defender os interesses da oligarquia entende?”¹⁷⁰. A narrativa reforça o sentido coletivo sobre o que “é nosso”, mostrando a necessidade de falar com a voz do(a)s trabalhadore(a)s técnico-administrativo(a)s. A crítica do passado aponta para sua superação:

Nas discussões sobre a natureza da ASUFUB e a necessidade de se discutir políticas dos trabalhadores, surgiram enfim propostas por diretores. Consta em rascunhos de reuniões que o diretor Pio, propõe em tom de interrogação se não seria necessário criar uma assessoria política, o diretor Fon propõe mudanças no Estatuto, por motivo de causas políticas que devem ser defendidas em favor do servidor/associado¹⁷¹.

Neste sentido, foi encontrado nos materiais do “Projeto Memória” do Sindicato [SINTET-UFU], manuscrito de “rascunho” sobre ata de reunião que evidencia a discussão com propostas das mudanças no “Estatuto” em favor de uma frente política iniciada na ASUFUB:

¹⁶⁹ FERREIRA, Silnando Silvério. Projeto Memória - SINTET-UFU. Entrevista concedida a Ylana Carolina Nunes. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 8/01/2001, [Fita n. 23], p. 17 (entrevista impressa).

¹⁷⁰ Ibidem. p. 15.

¹⁷¹ FERREIRA, Silnando. *A organização dos trabalhadores técnico-administrativos da UFU: a construção do SINTET/UFU*. Monografia. Instituto de História - UFU, 2004, (s/n).

ASUFUB. 04-02-86

Marcão → Fim esportivo
 " " social
 lazer do asso-
 ciado

art. 48 ESTATUTO

reunido com
 gente = "vossa mili-
 tante"

Mudança de rumos
 Afastar da Associação

Reunião Dia 25/02
 Para deliberar saída

Não vê viabilidade de
 um diretor assumir
 um movimento
 João Pinheiro

"ASUFUB"

"04-02-86"

"Marcão – Fim esportivo"

"Fim social"

"Lazer ao associado"

"Art. 48, Estatuto"

"Reunido com"

"[...] não são militantes"

"mudança de rumos"

"afastar da Associação"

"Reunião dia 25/2
 para deliberar saída"

"Não vê viabilidade de
 um diretor assumir
 um movimento"

"João Pinheiro"

Fonte: projeto memória SINTET-UFU
 [Pasta n. 21.1] – fotografia do original

A saída e o caminho da saída. Esse processo marca o fim do mandato do Diretor da ASUFUB, quando a "organização" (Comissão de Defesa dos Servidores), na "reunião dia 25/2/86 para deliberar saída", decide sobre "mudança de rumos". O rescunho indica que a mudança no "Estatuto" para finalidade política abriu caminho oportuno para a criação do sindicato, constituindo assim, possibilidade de transição importante presente na ideia de "Afastar da Associação" (ASUFUB) ou de "saída". A "Comissão" começa, então, a discutir a chapa eleitoral para assumir a ASUFUB. Paulo Henrique (P/M), sujeito que protagonizou esta história, relata: "A corrida, essa ida para a ASUFUB, teve essa perspectiva também [recurso financeiro] de você ter alguma coisa

mais sólida que desse uma sustentação melhor para essa organização nossa”, referindo-se à Comissão.

Paulo Henrique relembra seu testemunho das reuniões na “Av. Joao Pinheiro”:

Olha, as reuniões nossas não cabia em salas era feita, as reuniões eram feitas na quadra, na quadra de futebol de salão ali no Colégio Cristo Rei, no fundo da Igreja Nossa Senhora Aparecida. Ali, a gente reunia era 90, 100 pessoas ali. Pra ter uma idéia, pra se fazer o Ligeirinho, quando a gente falava, olha a nossa chapa para a ASUFUB, que os cargos são limitados, mas aí tinha aqueles colaboradores, tinha 84 pessoas na chapa para a ASUFUB¹⁷².

Sobre a disputa para assumir a ASUFUB, o entrevistado afirma que venceram as eleições e, disse: “[...] a gente começou a discutir o que era luta sindical e o que era lazer”. Desaparece a “Comissão de Defesa dos Servidores” e passa a existir um setor sindical que não havia na “Associação”, pois, até aquele momento, os trabalhadores eram representados pela Diretoria da Associação (ASUFUB) sem “discussão política reivindicatória”. Assim, em 1987, iniciam duas frentes de trabalho via Associação, uma engajada na luta sindical em defesa dos interesses dos trabalhadores técnico-administrativos e a outra, responsável pelo lazer.

Neste contexto, já havia a perspectiva de criação do sindicato a partir da Associação dos trabalhadores, abrindo outras possibilidades para os avanços democráticos e a participação política. Paulo Henrique (P/M), comenta sobre as aspirações sindicais:

Em 89 começamos a discussão sobre o sindicato, avançamos nessa discussão que, depois da Constituição de 88, avançaram nessa discussão né, porque essa discussão de criar sindicato era discutir saída nos fóruns da FASUBRA, onde o Congresso da Federação [...] de 89 discutiu a formação dos sindicatos, então, já jogando para o congresso de 1990 [...] ¹⁷³.

¹⁷² SANTOS, Paulo Henrique dos. Projeto Memória SINTET-UFU. Entrevista concedida a Célia Rocha Calvo. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 26/10/2000. [Fita n. 45].

¹⁷³ Idem.

“Criar sindicato era discutir saída”. Os trabalhadores técnico-administrativos se engajaram nas lutas e disputas pela conquista dos espaços de representação política por força da FASUBRA, se posicionando como sujeitos, social e histórico, e protagonizando a consolidação do sindicato.

Na realidade social da organização dos técnico-administrativos, a partir da década de 1980, emergem diversas tensões e contradições vividas na trajetória da construção de identidade e do reconhecimento destes trabalhadores. Pessoas que por muito tempo foram silenciadas, restando sem voz, “sem apreço”, “sem visibilidade”, “sem representatividade” e sem formação da consciência política de seus direitos. Deslembrado ou não reconhecidos enquanto sujeitos estabelecidos da “cidadania política”, direitos, e participação no conjunto das relações de trabalho. Nesta trajetória iniciou-se o processo de lutas por mudanças que tem alcance atual.

CAPÍTULO 3

Memórias e lutas pelos direitos: da Comissão dos Servidores à criação do Sindicato como força política.

“e... eram tempos difíceis”.

No segundo capítulo busquei analisar como as trabalhadoras e os trabalhadores técnico-administrativa(o)s percebem as experiências vividas nas relações de trabalho, a partir de sua cultura e memórias. Pude compreender, nessas experiências de lembrar e significar o tempo vivido, o modo como os valores do trabalho eram firmados nas relações profissionais na UFU. Percebi que o período era visto como um tempo bom e ao mesmo tempo não tão bom, com alusões ao autoritarismo presente nas relações com as chefias, as tensões e as incertezas da permanência no emprego diante do medo das demissões.

Nesse sentido, esses trabalhadores demonstraram o modo como se contrapunham às adversidades daquela realidade social e política, ao mesmo tempo em que aspiraram construir um novo projeto de Universidade e um novo sentido democrático para o país. Esses trabalhadores evidenciaram o quanto se fizeram protagonistas das histórias de formação do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos, em Instituições Federais de Ensino Superior de Uberlândia - SINTET-UFU, fundado em 22 de novembro de 1990, a partir da Associação dos Servidores da UFU - ASUFUB.

Neste capítulo procuro analisar o processo de lutas pelos direitos desde a “Comissão dos servidores”, refletindo sobre os significados desta organização política até a criação do sindicato. Por meio dos registros produzidos pelos trabalhadores técnico-administrativos foi possível entender qual era a pauta mais urgente, então, vejamos o cartaz produzido neste momento da luta:



Primeiro cartaz produzido pela Comissão de Defesa dos Servidores (1990), exposto na Sede do SINTET. Fonte: capa do jornal *Ligerinho*, n. 448, de 26 de novembro de 2012.

Sob o título “Procuram-se”, uma imagem que faz referência às mãos que tentam tirar dos trabalhadores a liberdade de expressão e organização, de um lado as mãos e os nomes como marca que representam o poder político do contexto, sinalizando restrições e desigualdades, e de outro, num quase dar as mãos, os trabalhadores que deseja expressão e reconhecimento como sinais de mudança, trata-se do direito de greve e de melhores condições de trabalho sob o lema NOSSA UNIÃO

NOS LEVARÁ À VITÓRIA. Esse chamado, além de indicar a autoria dos trabalhadores em produzir junto aos demais técnicos a urgência das lutas, apontando os responsáveis pela situação, também trazia a noção de que para garantir esses direitos era necessário a união de todos os trabalhadores, uma forma de garantir a autonomia nos processos de luta. Assim, esse material, produzido pela Comissão de Defesa dos Servidores, ajuda a pensar sobre os materiais que foram produzidos como linguagem e expressão no contexto daquelas relações de trabalho, que atuavam como suporte das memórias das lutas sociais nas décadas de 80/90. O cartaz fundamenta a compreensão da conjuntura do período, numa imagem que simboliza os problemas nos processos políticos, as desigualdades vividas no chão da experiência, no local de trabalho. Ele exterioriza os sinais de um futuro traçado pelos trabalhadores e trabalhadoras no contexto das lutas sociais pela democracia, naquele princípio de organização do Sindicato. Nos materiais que produziram, em geral, eles se autoidentificavam “trabalhadores da UFU”.

A historiadora Yara Aun Khoury, analisando os diversos significados das palavras comunicação e expressão, no artigo “A problemática da memória como linguagem social e prática política”¹⁷⁴, comenta os ensinamentos de Stuart Hall quando este se refere a Allon White, chamando a atenção para o efeito dos “trabalhos da linguagem” e os “sentidos contraditórios” e “significados culturais” na forma de “signo” ou de “formas e símbolos” como “linguagens”, que “se torna a arena onde a luta de classes ocorre”.

O cartaz, com os nomes dos identificados como opressores naquele período, se apresenta como espaço de expressão e instrumento de linguagem da “prática política” para visibilidade dos problemas vividos. Portanto, é material fundamental na tarefa de compreender a “arena da luta” e o significado das “narrativas em disputa”, no sentido de “denunciar o que precisa ser mudado” em relação às dificuldades do dia a dia, no rigor da realidade social do período.

Em 2012, esse mesmo cartaz vira capa do jornal do Sindicato com a legenda “...eram tempos difíceis”. Embora sendo outra a conjuntura, neste número de 2012, o sentido

¹⁷⁴ KHOURY, Yara Aun. A problemática da memória como linguagem social e prática política: A experiência de trabalhadores da Empresa Thyssenkrupp do Brasil. *Revista Histórias e Perspectivas*. Revista do Instituto de História-PPHIS-NUPEHCIT, UFU, n. 46, Uberlândia: Edufu, UFU., 2012, p. 34-35.

de que esses tempos foram difíceis foi reativado, destacando memórias que não poderiam ser esquecidas. Nesta edição do jornal de 2012 mostra as lutas empreendidas para organizar o Sindicato e quais estratégias os trabalhadores desenvolveram para que isso fosse possível.

Estávamos na década de 80 quando um grupo de servidores da UFU organizou-se com o objetivo de mobilizar a categoria na luta por seus direitos e enfrentar a ditadura militar. Os nomes são muitos, tarefa quase impossível de nominar a todos, pois, com certeza muitos poderiam ser esquecidos, o importante é lembrar daqueles que se reuniam escondidos na Igreja Nossa Senhora Aparecida, em Uberlândia, evitando perseguições e demissões, mas com certeza de que a luta valia a pena¹⁷⁵.

É importante a referência à temporalidade da narrativa - “estávamos na década de 80”, em que se iniciava a reivindicação por direitos e melhores condições de trabalho e salários e, ao mesmo tempo, traz a auto identificação “servidores da UFU” num período que esta definição, a noção “servidor”, vai se constituindo na luta.

O jornal de 2012 resgata a importância de “lembrar daqueles” protagonistas do passado (1990) com os quais o cartaz dialoga. Naquele momento ele foi produzido para chamar a atenção dos trabalhadores para a importância de se movimentarem, se conhecerem e se unirem para conquistarem direitos, significando os processos coletivos e de comprometimento. É importante salientar que esta edição, embora em outra conjuntura, faz referência ao período do “Projeto-Memória do SINTET-UFU”, relembando os problemas vividos e refletindo sobre a necessidade de valorização dos sujeitos como expressão das memórias das ações sociais, das experiências e expectativas dos trabalhadores, homens e mulheres, que juntos protagonizaram o seu tempo.

Em 1996, o SINTET-UFU edita outra publicação - “Revista Lutas e Conquistas” - para comemorar os seis anos do sindicato, a partir de uma série de entrevistas com trabalhadores. Dulcidelma Rosa (P/M), uma das entrevistadas, valoriza as memórias das experiências vividas com os demais trabalhadores. Assim, a comissão do servidor foi ponto de partida para que ela se mostrasse como protagonista da trajetória de organização e de politização.

¹⁷⁵ *Jornal Ligeirinho*, n. 448, 26/11/2012, p. 12.

O movimento dos Servidores da UFU iniciou em 85, quando um grupo de aproximadamente vinte trabalhadores [e através daí o grupo foi crescendo], não suportando mais a pressão que havia dos chefes, que não gostando do funcionário ou porque estava com um brinquinho, ou um lenço na cabeça, era demitido. Não suportávamos mais a pressão, foi quando surgiu o movimento “Comissão em Defesa do Servidor”¹⁷⁶.

Dulcidelma (P/M), na expressão “não gostando do funcionário”, exterioriza o sentimento na forma de signo - “a gente” não podia ser “a gente” no trabalho - indicativo de autoritarismo na restrição às vestimentas como forma de poder e subordinação. Os traços personificados, “lenço na cabeça” e “brinco”, que dizem ou não do gênero racial, são os modos como as mulheres expressam formas pessoalizadas da vida social, o seu modo de aparecer aos outros na relação de trabalho. Influenciar ou impor uma conduta, dizer o que pode ou não pode ser vestido, está relacionado à tentativa de moldar um comportamento disciplinado no trabalho. Por exemplo, o uniforme, supondo-o não apenas como vestimenta e mesmo sendo comum desde os primórdios da história, é usado para destacar a especialidade do serviço nas diversas organizações, mas também torna invisíveis as formas de cultura, caráter e personalidade, buscando a padronização dos trabalhadores e trabalhadoras.

Dulcidelma (P/M), ao indicar as relações de autoridade, reconhece a questão da objetividade e subjetividade: “[...] não gostando do funcionário ou porque estava com um brinquinho, ou um lenço na cabeça era demitido”. Para essa trabalhadora, a necessidade de organização, que começou com a comissão dos servidores, implicava lutar por melhores relações de trabalho, ultrapassando as questões salariais. Sua narrativa evidencia as dificuldades vividas por estas trabalhadoras, num tempo em que o país estava sob o regime autoritário:

As reuniões eram às escondidas, ora no Edifício Walmaq, ora na Igreja Nossa Senhora Aparecida, pois não podíamos passar isto para os outros trabalhadores, com medo de sermos perseguidos e/ou fazer alguma coisa com a gente, devido a outro movimento que alguns trabalhadores iniciaram dentro da Universidade e foram demitidos¹⁷⁷.

¹⁷⁶ ROSA, Dulcidelma. Depoimento. In: *SINTET-UFU. Lutas e Conquistas. Rumo ao futuro*. Revista comemorativa. Uberlândia, MG: SINTET-UFU, 1996, p. 26.

¹⁷⁷ Ibidem, p. 26.

Dulcidelma Rosa (P/M) participava das ações e estratégias nos espaços da cidade onde aconteciam as reuniões “às escondidas”, marcando o começo das disputas. O Edifício Walmaq, se localiza na Rua Cruzeiro dos Peixotos, n. 499, esquina com o antigo “Estádio Juca Ribeiro”, próximo ao centro da cidade, no bairro “Aparecida” (na constituição histórica da cidade também foi conhecido como bairro “operário”). Da mesma forma, a Igreja Nossa Senhora Aparecida, da congregação católica, se localiza na Av. João Pinheiro, próxima ao Edifício Walmaq, no bairro “Aparecida”, em Uberlândia.

A narrativa de Dulcidelma alude às ações “escondidas” como prenúncio das mudanças em tempo de demissões de colegas. E, assim, os autoritarismos vividos nas relações de trabalho motivaram a criação da “Comissão em Defesa do Servidor”, pois, como ela mesma diz, “[...] tinha acontecido uma repressão muito grande porque os trabalhadores da área hospitalar se reuniam para discutir os problemas do hospital e muitos foram demitidos”¹⁷⁸.

Se tivermos como parâmetro a Constituição de 1988¹⁷⁹, quando foi regulamentada a lei da impessoalidade nas relações dos serviços públicos,¹⁸⁰ tais discriminações e abusos de autoridade não deveriam ocorrer, no entanto, como demonstra a narrativa dessa trabalhadora, estes atos eram percebidos nas relações de trabalho, denotando intimidação, segregação pela aparência e preconceito. Dessa maneira, os tempos difíceis, referidos no jornal *Ligeirinho* de 2012 e na revista comemorativa de 1996, reativam os sentidos do passado e as razões da organização dos trabalhadores.

Um aspecto interessante foi o apoio da “Diocese de Uberlândia” e de diversas “Associações” durante o processo de organização. Conforme escreveu o *Ligeirinho*:

Depois viria a Comissão de Defesa dos Servidores e... eram tempos difíceis. Muitos encontros dos trabalhadores que, àquela época, não podiam se organizar para defender seus direitos, mas o faziam. Mobilizaram a categoria, fizeram o enfrentamento com confrontos, greves, paralisações, atos em praça pública. Foi um período de luta,

¹⁷⁸ ROSA, Dulcidelma, *Op. cit.* p. 26.

¹⁷⁹ Brasil - Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. DOU de 05/10/1988, [nº 191 - A, Seção I, p. 1].

¹⁸⁰ Idem. Art.37

muita luta, com perseguições, corte de ponto, mas os trabalhadores não renderam! Houve demissões de professores e de um técnico¹⁸¹.

Essas memórias foram compartilhadas também por outra trabalhadora entrevistada, Lílian Machado de Sá (P/M). Assim como Dulce, essa trabalhadora foi agente deste tempo de resistência.

A entrevistada Lílian Machado de Sá, que também se diz protagonista dessas lutas, afirmou que a “Comissão surgiu pela luta dos direitos” e também que “tinham medo da repressão”. E sobre sua percepção social, lembra: “Era um negócio assim, violento [...] que em nível de Brasil não existia mais né, existia em Uberlândia”.

Nesta narrativa aparece que as reuniões da Comissão também aconteciam na “casa deles”, ao mesmo tempo em que Lílian sinaliza o temor do perigo e a importância dos elos vividos no coletivo: “[...] saudade da Comissão em Defesa do servidor”. Para ela, esse tempo traduz um novo projeto, pois, “havia reunião todos os dias”, se referindo ao grupo marcado pela solidariedade que favorecia a aproximação dos trabalhadores, dando novo sentido ao que antes eram relações individualizadas e compartimentadas. A entrevista mostra que se formava um sentido de organização coletiva como promessa de um novo “porvir”, delineando os primeiros protagonistas das disputas e ressignificando o presente¹⁸².

Lílian Machado (P/M) traz “outras histórias” e lembranças vividas nas tensões que impulsionaram o início da “Comissão”, que surge em decorrência do “episódio da demissão do técnico administrativo”. Sobre este fato, o motivo se refere a uma manifestação de estudantes ocorrida em 1983, em praça pública, contra “a demissão de oito professores da Psicologia [departamento]”. Nas memórias de Lílian Machado, o técnico “foi demitido três dias depois” do ato de protesto, no qual houve o seu discurso de intervenção, e como era proibida a liberdade de expressão reforça a ideia de opressão, “apagar e calar a voz das pessoas”, Lílian pressupõe que a demissão aconteceu em resposta às relações tensas e de controle social vigente.

¹⁸¹ *Jornal Ligeirinho*, n. 448, 26/11/2012, p. 12. Texto da Coordenação Colegiada (2012/2014).

¹⁸² SÁ, Lílian Machado de. Projeto Memória-SINTET-UFU. Entrevista concedida a Ylana Carolina Nunes, Belo Horizonte, MG, 21/02/2001, [Fita n. 36]. Duração 40min.

Assim como as mulheres se lembram da problemática dessas relações como indicação de mudanças, os homens também se manifestam indicando as mesmas evidências sobre esse tempo, sinalizando a resistência ao controle das forças sociais.

Na perspectiva de Silnando Silvério (2004), a demissão do técnico se deu porque seu discurso manifestou “oposição ao pensamento dominante”. Esta prática mostra a desobediência à proibição de livre expressão do período, sinalizando que o “contradiscurso” motivou a demissão do técnico. Sob a ótica desse tempo, Silnando advertiu: “[...] levantar qualquer dúvida ou questionamento sobre a administração ou chefia naquela época [década de 80], seria um contrassenso, de falta de juízo, candidatura à demissão”¹⁸³. A narrativa evidencia as experiências trazidas sobre o significado das “pressões e limites” dessas relações, que levam ao processo de organização dos trabalhadores, necessário e possível.

Na sequência das lembranças referenciadas na monografia, Silnando Silvério (2004) observa outra problemática quando reporta “[...] a demissão de oito professores da Psicologia, que se manifestavam contra o regime de repressão, foi um ato de extremo autoritarismo daquele departamento, legitimando uma prática que era marca da Reitoria”¹⁸⁴. A narrativa aponta emblemática alusão ao poder verticalizado. Portanto, este acontecimento ganhou relevância social e foi mencionado em diversos momentos: em três entrevistas do “Projeto-Memória do SINTET-UFU”; na Monografia (2004); no comemorativo de 10 anos de Universidade - “A UFU no Imaginário Social”, de 1988; e nos “Fragmentos Imagens e memórias” de 25 anos de federalização da Universidade, de 2003. São referências que nos ajudam a compreender as dificuldades e o controle social e político que os trabalhadores viviam no período.

A memória, mesmo quando imprecisa, identifica “algo que ocorreu antes”, de modo que a narrativa, fundada no contexto da década de 1980, reflete a lembrança de autoritarismo nas relações internas, com um “departamento” fechado e autônomo. Conforme Samuel Raphael, a memória como substrato do passado não modifica o *status* do conhecimento histórico - “ela porta a marca da experiência”. Para o autor, a memória pode ser “alterada”, mas não esquecida: “[...] como a história, a memória é

¹⁸³ FERREIRA, Silnando Silvério. *A organização dos trabalhadores técnico-administrativos da UFU: a construção do SINTET/UFU*. 2004. Monografia. Instituto de História-UFU, 2004, (s/n).

¹⁸⁴ Idem.

inerentemente revisionista, e nunca é tão camaleônica”¹⁸⁵. Nesse sentido, compreende a “relação dialógica” entre “história e memória” nas diferentes práticas e costumes .

As narrativas reconhecem as tensões ao indicarem práticas políticas autoritárias de gestão verticalizada. Por outro lado, no “Projeto-Memória-UFU: A UFU no Imaginário Social” existe observações sobre “as origens” e criação da estrutura organizacional departamentalizada¹⁸⁶ da UFU, que indicam contradições na organização de gestão e de poderes instituídos como espaço de gestão privilegiada. Nesse sentido, foi observado pelo Pró-reitor que “essa figura não existe a nível de MEC”, referindo-se ao departamento:

O Departamento é o ente mais soberano que temos dentro da Instituição, é o ente mais corporativista. [...] A administração, em momento algum, pode tomar uma decisão que irá confrontar com a filosofia, com o planejamento, ou com o pensamento de um departamento. A administração não consegue adentrar no departamento e tentar modificar a sua maneira de atuar¹⁸⁷.

As contradições dos depoimentos são um aspecto nevrálgico da gestão estrutural da administração, pois questionam as formas monopolizadas de decisão, sem representatividade e acesso, impedindo a mediação com determinado aparato de poder que atua no interior da estrutura institucional, ou oligarquia departamental. Foi neste sentido que Silnando Silvério (2004) questionou a prática política, mostrando duas perspectivas: as representações de “extremo autoritarismo” e a legitimação de “uma prática”, supostamente entendida como orientada em determinada direção de sujeição dos trabalhadores.

Portanto, a perspectiva de superar as dificuldades internas e os modos autoritários no conjunto de tensões cotidiano leva ao processo de organização dos

¹⁸⁵ SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. Projeto. História, São Paulo, (14), fev. 1997, p. 44

¹⁸⁶ Os departamentos foram constituídos sob a égide da Lei n. 5.540 de 1968, que estabelece as normas de organização e de funcionamento do Ensino Superior. Nos princípios da Lei, os departamentos são a “menor fração” de organização administrativa da estrutura universitária. Os departamentos foram referenciados no “Projeto-Pró-Memória da UFU” sob o ponto de vista da “amplitude da administração” e, na medida em que aumentam o “campo de ação”, evidentemente, geram os mecanismos de acompanhamento e gestão. “E esses mecanismos geram diretorias, divisões, setores. E são atividades que tem gratificação de função e o Ministério está tentando limitar sua proliferação”, disse o Pró-reitor. In: CAETANO, Coraly; DIB, Miriam M. Cury (Orgs.). *Op. cit.*, p. 152.

¹⁸⁷ Entrevista com Reinaldo Campos Andraus, Pró-Reitor, acadêmico e professor do curso de Economia da UFU. In: CAETANO, Coraly; DIB, Miriam M. Cury (Orgs.). *Op. cit.*, p. 152.

trabalhadores no campo social e político. E frente a estas contradições, a “Comissão” marca a contraposição trazida por meio das memórias dos trabalhadores e sobre as estratégias de resistência que criaram e que apontaram para um novo projeto de universidade.

É importante salientar que as ações dos trabalhadores na comissão dos servidores se davam num tempo em que outros movimentos emergentes também buscavam resistir e lutar pela democracia no país, como diz Silvério (2003), em sua reflexão (atividade de conclusão de curso de graduação):

No alvorecer dos anos oitenta já aconteciam manifestações em São Bernardo do Campo, em São Paulo, Volta Redonda (nos berços das montadoras de automóveis, das máquinas, siderúrgicas e petroquímicas), a exemplo de várias outras pelo país. Consolidava-se neste contexto a força da luta sindical e que serviria de exemplo para outras regiões do país¹⁸⁸.

Assim podemos dizer que a luta da(os) trabalhadora(o)s técnico-administrativa(o)s na UFU emerge nos anos 1980, período marcado pela entrada de novos personagens, conforme aponta Eder Sader¹⁸⁹. Para este autor, a década de 80, trouxe para a cena política movimentos sociais que se afirmaram rurais e urbanos; novas forças emergiram e novos sujeitos se engajaram no debate, num momento em que os trabalhadores técnico-administrativos estão lutando sem cessar pela universidade pública, pedindo mudanças em defesa das relações sociais democráticas e de melhores condições de trabalho. Foram, portanto, protagonistas em contraposição à conjuntura do período.

Ao analisar os movimentos populares de São Paulo, no período 1970-80, Sader desenvolve importante pesquisa sobre os trabalhadores, valorizando a experiência cotidiana desses indivíduos na constituição de sua identidade de luta histórica. Escreve o autor: eles “[...] passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas”¹⁹⁰, mobilizados e organizados, expressando os motivos e os problemas vividos de forma independente e não institucionalizada, sem partidos e sem sindicato.

¹⁸⁸ FERREIRA, Silnando SILVÉRIO. SINTET-UFU: O sindicato e a função social. Projeto de pesquisa. Disciplina: Didática Geral. Curso de História. Instituto de História - UFU, 2003, p. 6. (Mimeo).

¹⁸⁹ SADER, Eder. *Op. cit.*

¹⁹⁰ *Ibidem*, p.10

Eder Sader nos mostra o levante desses trabalhadores que construíram a sua representatividade de forma organizada; a reivindicação de autonomia, indicando a noção de “sujeito coletivo” dos diversos grupos reivindicatórios, que lutam por condições de vida melhores frente às questões mais imediatas, atribuindo sentido e significado a sua realidade. Cabe lembrar a criação do Partido dos Trabalhadores - diante da emergência de novas forças sociais e ao mesmo tempo como resultante das lutas por direitos e pela democracia do Brasil -, que de certo modo influenciou a vida de muitos trabalhadores e trabalhadoras no campo e na cidade. Da mesma forma, a presença de atores vinculados à Igreja Católica, com a criação de pastorais que se articulam em torno da proposta de luta por direitos e justiça social.

Para Silnando Silvério (P/M), esse período histórico foi de muito: “[...] convívio e discussão, de ideias mútuas, outros sindicatos já formados com grande experiência. Então, quer dizer, têm que buscar experiência assim, como hoje alguns sindicatos que estão chegando, buscam experiência com a gente. Então isso é a solidariedade né”¹⁹¹. Neste processo de organização de classe, houve troca tanto dentro do sindicato quanto com outros, mostrando que, num sentido histórico-social, ele foi emblemático para as novas forças coletivas que chegaram na segunda metade da década de 1980 e início de 1990. E ainda, sobre a integração nos movimentos, diz Silnando (P/M): “[...] então, teve toda uma procura, uma busca de informações, conforme eu te falei né, experiências com outros sindicatos de outras categorias né, até que a gente conseguiu instituir”¹⁹².

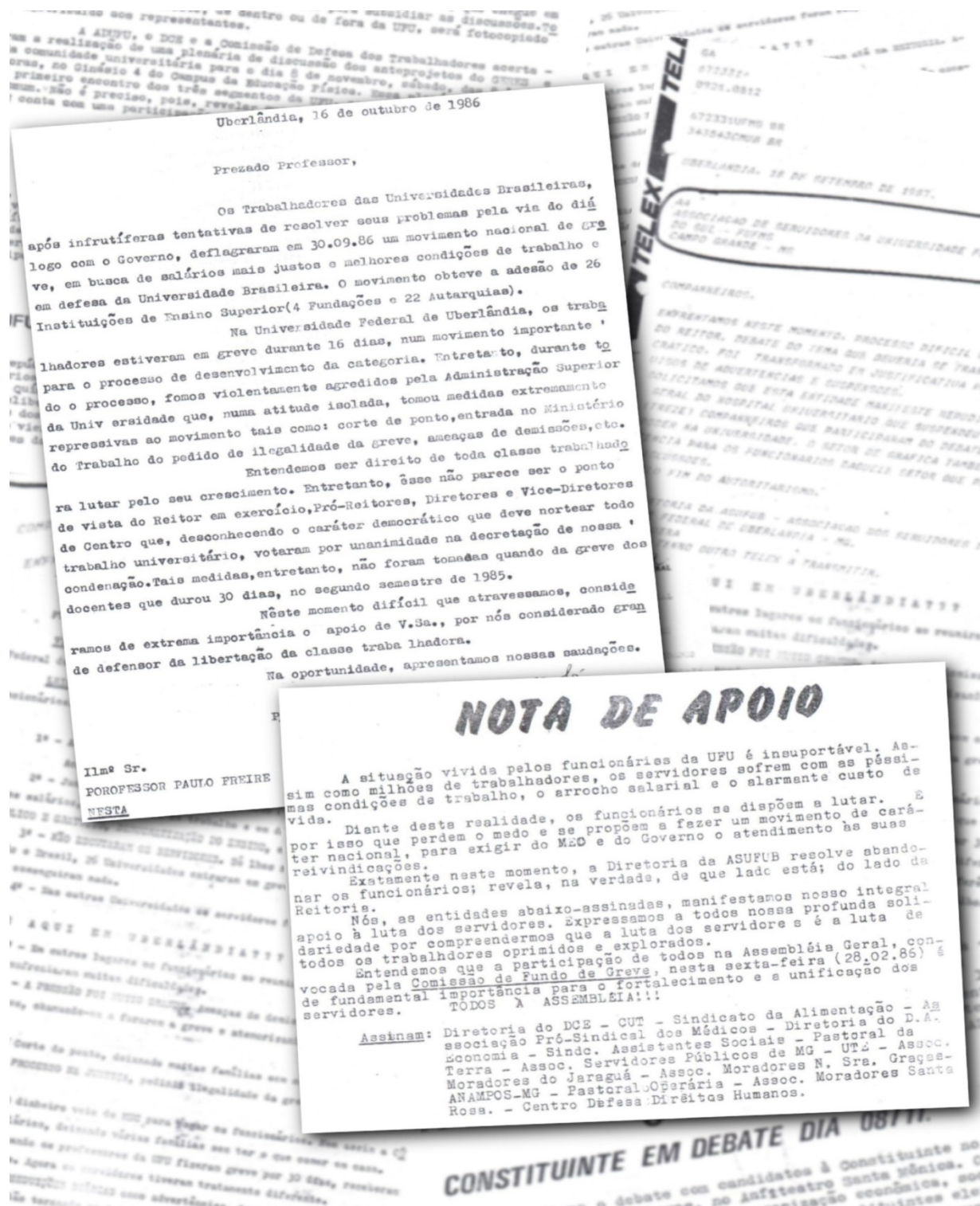
Nos registros do acervo “Projeto Memória do SINTET-UFU”, encontramos registros de várias estratégias utilizadas pela Comissão dos servidores numa diversidade de materiais produzidos por ela, compondo anotações das ações e discussões deste grupo. Assim, a Comissão começa a construir uma rede de comunicação dentro e fora do espaço de trabalho, com a intenção de buscar solidariedade e apoio em diversos setores da sociedade.

No exemplo dos materiais produzidos, há uma “carta à população de Uberlândia”(imagem abaixo), de outubro de 1986, endereçada ao educador, pedagogo

¹⁹¹ FERREIRA, Silnando Silvério. Projeto Memória-SINTET-UFU. Entrevista concedida a Ylana Carolina Nunes. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 8/01/2001, [Fita n. 23], p. 18 (impressa).

¹⁹² Ibidem, p. 18.

e filósofo brasileiro Paulo Freire (1921-1997), em visita à cidade de Uberlândia. Essa foi uma ação estratégica de “aproximação das pessoas e das instituições” em torno de Paulo Freire, autor do livro “Pedagogia do oprimido”, que destaca o diálogo com os “de baixo” nos modos democráticos de formação para emancipação da “consciência política”. Assim, diz a carta:



“[...] neste momento difícil que atravessamos consideramos de extrema importância o apoio de V.Sa., por nós considerado o grande defensor da libertação da classe trabalhadora”.

Outro exemplo é a “nota de apoio” de fevereiro de 1986, que reuniu diversas associações de moradores dos bairros, entre elas a “Jaraguá”, “Santa Rosa”, “Nossa Senhora das Graças”, mas também contou com participação da diretoria estudantil, o DCE, e de outras associações representativas e sindicais, como a CUT (Central Única dos Trabalhadores). Este apoio é um reforço à necessidade de negociação por parte do governo e do MEC (Ministério da Educação), no sentido do atendimento das reivindicações dos trabalhadores sobre “arrocho salarial”, “condições de trabalho” e “custo de vida”.

Analisando os materiais, identificamos outras participações e cooperações, principalmente nas atividades conjuntas entre professores, estudantes e técnicos engajados nessa trajetória histórica “de formação de instituições democráticas”, junto ao projeto de construção na organização do(a)s trabalhadore(a)s técnico-administrativo(a)s da UFU. São dinâmicas que os tornaram visíveis. Nesse sentido, a constituição de outros espaços na disputa política foi vivida nas estratégias de organização de fóruns de debate e no avançar da luta conjunta. Uma importante discussão desse momento foi o processo de democratização articulado aos três segmentos de trabalhadores e trabalhadoras da UFU, nos primeiros debates sobre as eleições diretas para Reitor na instituição. Lílian Machado (P/M) enfatiza: “[...] o congresso universitário [1990] para eleição paritária dos três segmentos foi um marco”¹⁹³ significativo na constituição dos espaços democráticos e de mudanças, configurando outra página na história do(a)s trabalhadore(a)s técnico-administrativo(a)s da UFU no enfrentamento das disputas históricas.

A luta pela redemocratização da sociedade abre oportunidade para novas histórias da classe de trabalhadores do Brasil. Na década de 1980, o cargo de Reitor não era elegível pela comunidade universitária¹⁹⁴, mas esta foi uma década de transição democrática muito importante para a sociedade brasileira. A campanha por

¹⁹³ SÁ, Lílian Machado de. Projeto Memória-SINTET-UFU. Entrevista concedida a Ylana Carolina Nunes, Belo Horizonte, MG, 21/02/2001, [Fita n. 36]. Duração 40min

¹⁹⁴ A Lei n. 6.733, de 4 de dezembro de 1979, previa nomeação dos dirigentes das fundações mantidas pela União. In: CAETANO, Coraly; DIB, Miriam M. Cury (Orgs.). *Op. cit.*, p. 141.

eleições diretas para o cargo de Reitor em todas as universidades brasileiras partiu das associações representativas dos segmentos - ANDES, FASUBRA, ADUFU, ASUFUB e DCE. Em contraposição ao aspecto cultural do contexto, de fato, este período abriu caminhos para a construção dos espaços democráticos em novas formas de relação social e política na estrutura institucional. E num sentido nacional, caminhamos pela abertura política com o forte empenho das associações representativas de todo país em defesa das causas democráticas no interior das universidades federais. Um trabalho conjunto e articulado por meio de rede de comunicação via telex entre diversas associações representativas de todo o país. O documento abaixo é um exemplo dessa comunicação:

GA
672331+
B921.0812

672331UFMS BR
343543CHUB BR

UBERLANDIA, 18 DE SETEMBRO DE 1987.

AA
ASSOCIACAO DE SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
DO SUL - FUFMS
CAMPO GRANDE - MS

COMPANHEIROS,

ENFRENTAMOS NESTE MOMENTO, PROCESSO DIFICIL COM RELACAO AA SUCESSAO
DO REITOR. DEBATE DO TEMA QUE DEVERIA SE TRANSCORRER EM CLIMA DEMO-
CRATICO, FOI TRANSFORMADO EM JUSTIFICATIVA PARA CORTE DE PONTO, A-
VISO DE ADVERTENCIAS E SUSPENSOES.

SOLICITAMOS QUE ESTA ENTIDADE MANIFESTE REPUDIO A ATITUDE DO DIRETOR
GERAL DO HOSPITAL UNIVERSITARIO QUE SUSPENDEU POR 3 (TRES) DIAS, 13
(TREZE) COMPANHEIROS QUE PARTICIPARAM DO DEBATE SOBRE ESTRUTURA DE
PODER NA UNIVERSIDADE. O SETOR DE GRAFICA TAMBEM DEU CARTA DE ADUER-
TENCIA PARA OS FUNCIONARIOS DAQUELE SETOR QUE PARTICIPARAM DAS
DISCUSSOES.

PELO FIM DO AUTORITARISMO.

DIRETORIA DA ASUFUB - ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DA UNIVERDI-
DADE FEDERAL DE UBERLANDIA - MG.

TX. UERA
NOM. TENHO OUTRO TELEX A TRANSMITIR.

Fonte: Projeto Memória do SINTET-UFU [Pasta n. 24] (cópia do original)

O telex enviado para todas as “Associações de servidores das IFE(s)” comunica “problemas” de resistência nas eleições diretas para o cargo de Reitor, nas diversas Universidades brasileiras num período de transição democrática em que a comunidade universitária, professores, alunos e trabalhadore(a)s técnico-administrativo(a)s se engajaram no debate nacional por uma nova universidade¹⁹⁵.

Havia diversas tensões no debate, mesmo em nível nacional, sobre atos democráticos e “conscientização política” no interior da instituição. As lutas apontavam avanços, apoio e tomada de conhecimento externo dos problemas vividos internamente, a partir do compartilhamento das correspondências. Nestas ações pedia-se às entidades para que houvesse interlocução com manifesto de apoio e intervenção solidária em nível local e nacional.

Nos princípios do debate e da conscientização política, o seminário “Estrutura de poder na Universidade”, iniciativa da administração superior e dos três segmentos, foi sucedido por ações antidemocráticas contra alguns participantes, com advertências e suspensões de trabalhadores técnico-administrativos. Isso revela as contradições tensas do momento de abertura ao diálogo democrático, a partir da realização do seminário autorizado pela administração superior.

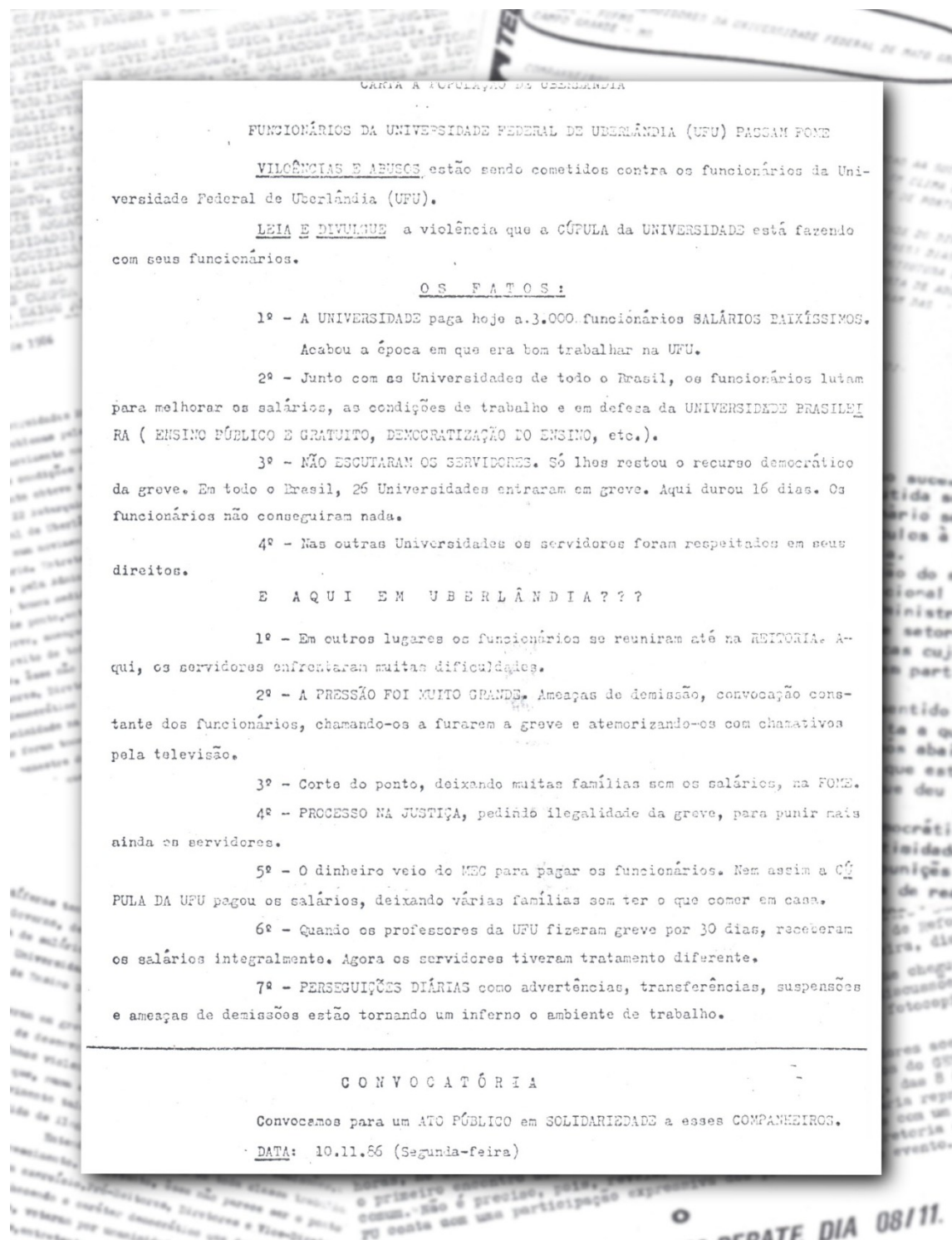
Comunicação e estratégia são recursos praticados em contraposição às dificuldades no campo social e político. Assim, os diversos materiais produzidos foram amplamente divulgados para todas as “Associações” das universidades federais e diversas entidades apoiadoras, bem como, em lugares públicos e privados destinados à população de Uberlândia, para conhecimento das circunstâncias em diferentes momentos.

São documentos constituídos de memórias desse período, uma forma de expressão das práticas sociais de solidariedade produzidas lado a lado numa rede de diálogo com associações de trabalhadores, por meio da divulgação pública dos materiais. Os enredos e os materiais traçam os significados da força do coletivo,

¹⁹⁵ “Na primeira metade da década de 80 o Reitor era indicado pelo Alto Comando do Exército. O General [Newton Cruz], assíduo visitante nas instalações da Fazenda Água Limpa, fazia parte do rol de dezenas de empresários, autoridades políticas do executivo e do poder legislativo, principalmente. Os trabalhadores da obra, jardinagem, cozinha, garagem, garçons e do cerimonial eram deslocados dos setores de trabalho e trabalhavam em horários de trabalho e ou horas-extras para atenderem as demandas de hospedagem e das reuniões políticas. A conjuntura política da UFU na primeira metade da década de 80, mostradas a forma em que nomeava-se os Reitores e suas Pró-Reitorias e Assessorias”. In: FERREIRA, Silnando Silvério. *Op. cit.*, 2004 (s/n).

mostrando o comprometimento que precedeu a organização do sindicato. Tensões e problemas vivenciados e a divulgação dos materiais produzidos são conteúdos que aparecem junto às denúncias e propostas de organização do Sindicato.

A “carta à população de Uberlândia”, elenca questões reivindicadas pelos trabalhador(a)s técnico-administrativo(a)s.



Neste documento, produzido e divulgado à população, “funcionários” estão justificando os motivos que os levaram à greve de 1986, única opção e “recurso democrático” diante da falta de negociação política com os trabalhadores e dos problemas enfrentados de “corte de ponto”, “ameaças de demissão”, “advertências”, “suspensões” e “transferências” no ambiente de trabalho. Questões sintetizadas nas frases: “Aqui, os servidores enfrentaram muitas dificuldades” e “[...] a universidade paga hoje salários baixíssimos para 3000 mil funcionários”. A informação do quantitativo de trabalhadores no período (1986) serve de parâmetro comparativo em relação ao número de técnico-administrativo(a)s das décadas seguintes, pensando na reposição do quadro de pessoal “ativo permanente”.

Haviam situações de demissão ocorrendo nas demais universidades do país, a partir da observação de Silnando Silvério (P/M):

Em algumas situações, em algumas universidades, por outras situações já houve demissões e mesmo nas greves houveram algumas demissões e isso é um fantasma que vive atrás das pessoas, que carregam esse fantasma desde a sua criação, porque isso é uma coisa anterior¹⁹⁶.

Silvério, atribuindo significado às demissões [década 1980] que aconteciam como um “fantasma”, adverte: “isso é uma coisa anterior”. Mesmo sendo algo comum nas relações de trabalho, a questão é perceber o significado dinâmico do problema: as pressões exercidas como medo e tensões nas relações.

Sobre as relações conservadoras no processo de organização política, Lílian (P/M) reporta: “[...] a relação reitoria e sindicato [Comissão] foi muito difícil a cada movimento grevista”. A entrevistada se refere às “ameaças” de “corte de ponto e demissão”, mas observa que “havia respeito, tanto que houve negociação”, em relação aos dias parados. Portanto, a conjuntura começa a mudar em respeito aos trabalhadores, “delineando avanços” no processo de lutas.

A época da comissão de defesa do servidor, foi a melhor do ponto de vista de participação, nós fazíamos assembleia tranquilamente com 2000 pessoas. E havia uma repressão muito grande, nesta situação, com uma comissão organizando o movimento grevista, nós não tínhamos medo de entrar em greve não, e a reitoria continuamente

¹⁹⁶ FERREIRA, Silnando Silvério. Projeto Memória-SINTET-UFU. Entrevista concedida a Ylana Carolina Nunes. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 8/01/2001, [Fita n. 23], p. 27 (impressa).

passando aquelas letrinhas na televisão, convocando o pessoal para o trabalho e a assembléia enchendo. Eu acho que houve uma hora em que estourou alguma coisa que estava sendo represada há muito tempo. O movimento foi muito rico nessa época (85-90)¹⁹⁷.

As greves na UFU aconteceram anualmente de 1986 a 1990 (além das que ocorreram em outras conjunturas), havendo a lembrança do comprometimento com as pautas e com o debate político nas diversas perspectivas e propostas de discussão, como “campanha salarial”, “defesa da educação”, “inflação”, “saúde”, “autoritarismos nas universidades”, “planos de carreira”, “democracia”, entre outros temas sociais e do trabalho que sustentaram a ação coletiva dos trabalhadores.

Silvino faz menção ao sentido coletivo de mobilização:

Quando eu participei, quando eu trabalhava na reitoria,¹⁹⁸ e os movimentos, a, a universidade entrava de greve, nós tínhamos as pessoas ligando lá do Ministério da Educação: “como é que tá a greve aí?” Sabe, “e a greve dos servidores técnico-administrativos como é que ela tá aí?” Eles olham, eles procuram saber qual que é o percentual de pessoas que tá de greve, isso é feito em toda a universidade, então [...],

[Entrevistadora: sério?] Silvino: por isso eu tô te falano! O respaldo para a diretoria de um sindicato é números, pessoas que estão lá, pessoas que estão comparecendo na assembleia, lista de presença nas assembleia, isso é que fala alto lá no ministério¹⁹⁹.

As lembranças falam da importância do movimento, dos números para o sindicato, entendido como agente negociador e de resistência. Esse foi o aprendizado que Silvino teve quando participou da greve e que traz à experiência na reitoria, isto é no centro de gestão da Universidade. E devido a esta experiência, reafirma que a força do sindicato está no número de pessoas que realmente participam e que fortalecem as ações de reivindicação e conquistas dos direitos.

Nesse mesmo sentido, Carlos Humberto (P/M), ao lembrar-se da greve em novembro de 1986, por motivo de “achatamento salarial”, conta que na assembleia de aprovação ao chamado de greve, compareceram “1600 trabalhadores”. Mencionando o controle que havia sobre essas ações, disse:

¹⁹⁷ SÁ, Lílían Machado de. Entrevista concedida a [reporter]. In: *SINTET-UFU. Lutas e Conquistas. Rumo ao futuro*. Revista comemorativa. Uberlândia, MG: SINTET-UFU, 1996, p. 5.

¹⁹⁸ Silvino Correa trabalhou na reitoria na primeira metade de 1990.

¹⁹⁹ CORREA, Silvino. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiroz. Santa Mônica [Engenharia Química], 30/11/2015. Duração 1h.

Esse pessoal [chefia] dominava a ponto de mandar o vigilante ir para a guarita para anotar o nome de quem ia para assembleia, de quem estava andando para organizar, então, o fator que marcava mais o temor das pessoas de perder o emprego porque tinha um controle rigoroso nas guaritas, de nome, pegava o número de chapa, e aí corria o risco dessas pessoas serem demitidas. Esse dia, foi uma coisa tão espontânea que o guarda perdeu o controle, foi indo que ele não anotou mais [...] ²⁰⁰.

A narrativa de Carlos Humberto sublinha a possibilidade de perder o emprego e a necessidade de os trabalhadores e trabalhadoras resistirem de forma organizada. Estavam solidários enfrentando as práticas de controle institucionalizadas, como no evento de mobilização no princípio das greves que “encheu o ginásio” (Educação Física).

Mas a característica que você via do público, o comportamento era o seguinte: vinha o chefe da gráfica com todos os funcionários da gráfica, ela punha todo mundo sentado e na hora de votar a proposta [de greve] ele cercava todo mundo e fazia todo mundo votar na proposta que ele queria isso, nas primeiras assembleias, depois eles perderam o controle. E aí, já havia uma rebeldia no plenário onde os chefes mandavam votar, todos os diretores que vinham da reitoria assistir [...], eles vinham, a Dra. [cita a “diretora de finanças”] para cercar o pessoal dela, porque nem o pessoal da reitoria [trabalhadores técnicos] ficava fora da assembleia. Os funcionários vinham [...], e aí os chefes vinham para tentar comandar o pessoal ali, comandar o voto. Eles perderam o controle e aí nós começamos já a desencadear o movimento. Então, tinha essas anotações, toda essa perseguição de quem foi para a assembleia, e o pessoal mesmo assim as pessoas iam para as assembleias ²⁰¹.

A organização partia da “Comissão em Defesa do Servidor”, contrapondo-se ao controle por meio de ações públicas que expunham o nome das chefias repressoras. Ocupar a praça pública, organizar caminhadas pelo centro da cidade, foram atos lembrados pelos trabalhadores, como estratégias produzidas por eles, para que suas pautas e reivindicações ganhassem visibilidade fora dos muros da UFU, na forma de protesto público. Sobre essa experiência, Paulo Henrique (P/M) disse:

Andamos na cidade, nós saímos da Educação Física com a polícia [...] até a Tubal Vilela [praça]e fazia assembleia na praça, fazia o ato público com

²⁰⁰ CORRÊIA, Carlos Humberto. Projeto Pró-Memória SINTET-UFU. Entrevista concedida a Célia Rocha Calvo. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 26/10/2000. [Fita n. 44].

²⁰¹ Ibidem.

a queima do nome das chefias repressoras, lia o nome dos chefes em voz alta e ia queimando e o povo vaiando²⁰².

Andar pela cidade expondo publicamente os nomes daqueles que eram identificados como repressores, era um ato que transpunha os limites das relações de trabalho e, ao mesmo tempo, expunha publicamente os abusos ocorridos nessas relações. Atos de rebeldia? Talvez, mas podemos pensar que por meio destas ações coletivas, a população da cidade passava a conhecer os atritos e tensões internas de um lugar desconhecido para muitos moradores da cidade.

Assim, quando Paulo Henrique traz essas lembranças, mostra-nos que as estratégias de luta daquele tempo também implicavam denúncia dos limites e exposição pública das indignações vividas por muitos trabalhadores que, naquela conjuntura, lutavam por melhores salários e condições de trabalho. Talvez tenha sido esse o sentido que o entrevistado atribuiu “[...] ao ato público com a queima do nome das chefias repressoras, lia o nome dos chefes em voz alta e ia queimando e o povo vaiando”.

As manifestações públicas mostravam a resistência simbólica ao se referirem às opressões de forma a expor publicamente os problemas, de modo interativo entre trabalhadores da universidade e a cidade. As mobilizações, passeatas, ocupações de ruas e praças no centro de Uberlândia, também demarcaram esses espaços como cenário de luta e de experiências de criar publicamente um modo de explicitá-las para fora além da universidade. Um território, no qual trabalho, cidade e cidadania eram valores que compunham-se num mesmo enredo político de lutas por direitos com autonomia e justiça social.

E. P. Thompson, em seus estudos sobre “rough music” ou “charivari”, no livro “Costumes em Comum”, contribui para o tema ao analisar os rituais de exposição pública nas artes de rua no século XVIII. Em “Folclore, Antropologia e História Social” (2001), o autor escreve que “as cerimônias expõem um infrator” sob ritual “vexatório”, como formas dinâmicas que adquirem importância, uma vez que os rituais identificam os “males sociais” como causas que ainda “estão por curar”, revelando as “normas da comunidade”. Assim, Thompson analisa: “[...] se o que acontece dentro das formas

²⁰² SANTOS, Paulo Henrique dos. Projeto Memória SINTET-UFU. Entrevista concedida a Célia Rocha Calvo. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 26/10/2000. [Fita n. 44].

muda, estas continuam importantes, e elas próprias informam o simbolismo derivado do sistema cognitivo oculto pertencente a uma comunidade”²⁰³, demonstrando o processo oculto.

Os rituais sinalizam as “mediações sociais” porque requerem determinado limite de um contexto particular não isolado do “conjunto de relações sociais”, mas que necessita ser analisado e carece de reflexão para delimitar normas. Para o autor, as maneiras de revelar o lado oculto da estrutura particular ou organização social, no sentido de impor limites diante de determinada infração, afirmam tanto o significado de advertência quanto o de alargar a visibilidade pública no conjunto social.

Os atos coletivos e públicos nos espaços da cidade e da UFU foram práticas constitutivas da experiência dos trabalhadores técnico-administrativos no processo das lutas, no contexto de aspirações por mudanças sociais. As histórias narradas por aqueles que vivenciaram esses tempos de dificuldades (década de 1980) em busca de melhores condições de trabalho, manifestam o sentimento positivo, reconhecendo a força de vontade do(a)s trabalhadores(a) técnico-administrativo(a)s. Lázara Divina Neves, em entrevista concedida em 1996 à revista comemorativa, “Lutas e conquistas”, do Sindicato (SINTET-UFU), na coluna “os servidores falam”, compartilha experiência do passado:

[...] Tinha-se repressão [no início do movimento], nós tivemos dias descontados e depois de muito acordo foram descontados em férias prêmios, ameaças de corte do ponto e as chefias pressionavam muito. Mas tínhamos uma garra muito grande e maior do que repressão, era a nossa garra e a vontade de pelo menos chegar onde a gente chegou²⁰⁴.

A perspectiva de “chegar onde a gente chegou” sinaliza a luta até a criação do sindicato. Lázara mostra a visão positiva das batalhas do passado como conquistas futuras, pela força e superação dos trabalhadores e trabalhadoras técnico-administrativo(a)s que estavam surgindo no processo de formação de identidade - reconhecimento. O diálogo reforça que se sentiam fortes e encorajados para questionarem a necessidade das mudanças nos padrões culturais do período, não só pelo direito à “liberdade de expressão”, mas por melhores salários. Tudo isso num

²⁰³ THOMPSON, E. P. *Op. cit.*, 2001, p. 249

²⁰⁴ Lázara Divina. Entrevista. In: *SINTET-UFU. Lutas e Conquistas. Rumo ao futuro. Revista comemorativa*. Uberlândia, MG: SINTET-UFU, 1996, p. 28-29.

“período de arrocho”, entretanto, “maior do que repressão era a nossa garra” acima de quaisquer intimidações e pressões vividas sob ameaças e penalidades.

Foi também com esse sentido que a edição comemorativa do jornal *Ligeirinho*, de 2012, assinalou que “[...] sem medo, os trabalhadores não se renderam até conquistarem, no dia 22 de novembro de 1990, o registro do Sindicato”²⁰⁵, representados pela “Comissão em Defesa do Servidor”, articulada junto aos trabalhadores, que apesar das “ameaças de demissões” e de “corte de ponto”, ainda assim, persistiram na resistência. Um caminho de dura mobilização marca o processo de criação e de conquistas do sindicato, que surge como resposta aos problemas vividos, acolhendo de dentro para fora e de fora para dentro, o protagonismo da lutas.

Desse modo, podemos dizer que as memórias das greves dizem muito desse percurso de lutas por melhores condições de vida e trabalho, bem como a necessidade de criação do sindicato. Dulcidelma (P/M) lembra da greve de 1986, cuja pauta era a defesa do ensino público e gratuito, democratização de salários e melhores condições de trabalho:

As greves em Uberlândia foram fortes, houve um Reitor que colocou na TV o retorno ao trabalho sob pena de corte de ponto e demissão, e nós achávamos que no dia seguinte não ia aparecer ninguém na assembleia, e para surpresa nossa a assembleia estava lotada e com mais força ainda²⁰⁶.

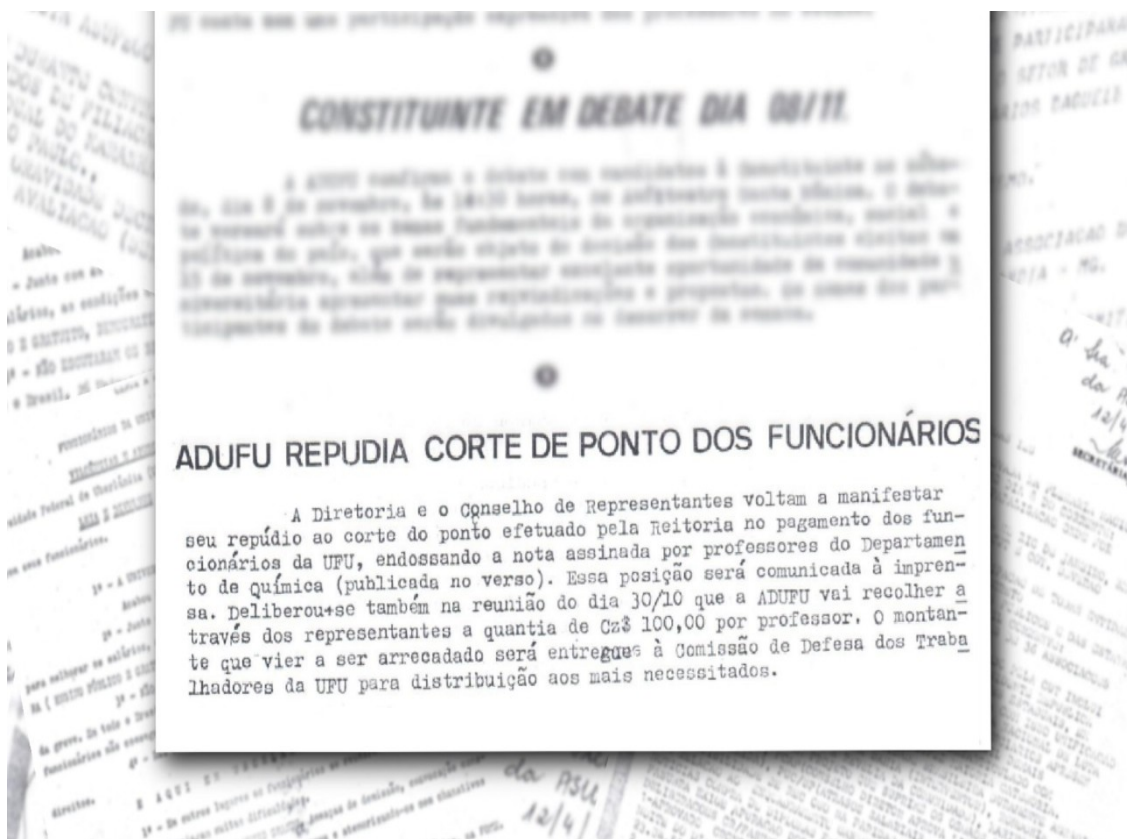
A pressão do “Reitor” surtiu efeito contrário: o engajamento e a força de impulsão do movimento eram maiores do que as ameaças pela televisão. A perspectiva de Dulcidelma também está presente nas narrativas de Paulo Henrique e Lílian, além de materiais impressos do acervo do Pró-memória, que ampliam as práticas do debate, dizendo na “carta à população de Uberlândia” que “[...] a pressão foi muito grande [...] atemorizando-os com chamativos pela televisão”. Porém, foram as ações e reações em resposta às ameaças de “corte de ponto” e “demissão” que exerceram efeito de punição, na tentativa de dificultarem a organização e participação de trabalhadores e trabalhadoras nos movimentos grevistas.

²⁰⁵ *Jornal Ligeirinho*, n. 448, 26/11/2012. Texto da Coordenação Colegiada (2012/2014).

²⁰⁶ Dulcidelma Rosa. Depoimento. In: *SINTET-UFU. Lutas e Conquistas. Rumo ao futuro*. Revista comemorativa. Uberlândia, MG: SINTET-UFU, 1996, p. 26.

O informativo da ADUFU, de novembro de 1986, traz nota de repúdio da Associação dos docentes da UFU, manifestando solidariedade, apoio financeiro e político aos trabalhadores técnico-administrativo(a)s.

Informativo ADUFU-nov/1986



Fonte: Projeto Memória do SINTET-UFU [Pasta n. 39] (cópia do original)

Merecidos agradecimentos à Associação dos Docentes pelos laços sindicais e pela colaboração, se solidarizando com a “Associação dos trabalhadores técnico-administrativos”. Cooperação que historicamente se apresenta na relação solidária, do ponto de vista representativo/sindical, entre ADUFU e ASUFUB e depois com o SINTET-UFU. É importante dizer que do ponto de vista que se estabelece a relação de trabalho difere do significado sindical, quando é marcada pela dinâmica de forças de um segmento sobre o outro, pela subordinação, compondo as contradições cotidianas.

Analisando as fontes do período, à luz de acontecimentos e contradições políticas nesta conjuntura, percebe-se que as ações da Administração da UFU contrariam o ordenamento político dado pelo Ministério da Educação. Assim, pode ser visto na narrativa de um Pró-reitor do período:

Quando tivemos a greve em 1987, a Universidade Federal de Uberlândia tomou a decisão de que os grevistas seriam penalizados com o desconto em folha. Tomamos a decisão num dia, no outro, chegou um telex do Ministério dizendo que não era para punir ninguém. O problema então é a nível nacional. Não se consegue administrar. Nossas discussões são sempre assim: será que podemos fazer isso ou vamos ser penalizados pelo governo?”²⁰⁷

A frase do pró-Reitor “[...] chegou um telex do Ministério dizendo que não era para punir ninguém” acena para o começo de um projeto possível na constituição das mudanças no campo de forças em torno dos objetivos democráticos, para o segmento de trabalhadores e trabalhadoras técnico-administrativa(o)s. Trata-se da transformação cultural da abertura política no cenário social brasileiro. No depoimento, mesmo confusos diante do estranhamento que representava aquele “telex”, perceberam que havia sinais de arrefecimento das legitimações de poder e demonstraram estar preocupados: “[...] será que podemos fazer isso ou vamos ser penalizados pelo governo?”

Embora ancorados no ordenamento de interesse que emana do Estado, havia mandos de cortes de ponto punindo o funcionalismo público. Na década de 80 tiveram início as reivindicações por aumento salarial e havia medo da perda do emprego num período de condições de vida difíceis. O trabalhador Eli Alves da Cruz, em depoimento à revista “Lutas e Conquistas” do Sindicato (SINTET-UFU), na coluna “os servidores falam”, diz o que sente sobre a “acomodação” de muitos do movimento: “[...] a mídia que mostra a pobreza, a fome, a miséria, faz com que muitos comecem a pensar que ter um emprego, um chefe, mesmo que se ganhe pouco é melhor do que não ter e ficam com medo [...]”²⁰⁸. De modo que o temor sinaliza a dificuldade de participação dos trabalhadores nos movimentos.

Silnando (P/M) compartilha da experiência de “medo”, quando disse:

Essa é uma estratégia que o governo sempre usou inclusive, inclusive em toda greve já é de praxe, em toda greve os primeiros, até os primeiros 5 dias que deflagra a greve já tem um fax que é costumeiro: “o governo determina corte de ponto aos trabalhadores em greve”, isso é de fato. Depois com tantos dias mais ou menos 30

²⁰⁷ Entrevista com Reinaldo Campos Andraus. Pró-Reitor acadêmico e professor do curso de Economia. In: CAETANO, Coraly; DIB, Miriam M. Cury (Orgs.). *A UFU no imaginário social*. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 1988, p. 153.

²⁰⁸ SANTOS, Eli Alves dos. In: *SINTET-UFU. Lutas e Conquistas. Rumo ao futuro*. Revista comemorativa. Uberlândia, MG: SINTET-UFU, 1996, p. 28.

dias, 20, 30 dias a gente já espera o segundo fax: “o governo afirma que vai cortar o ponto”, entendeu²⁰⁹.

A ameaça - “corte de ponto” - era estratégia de controle que pretendia fazê-los voltar ao trabalho com medo de perderem o emprego. Enfim, é a essas estratégias de controle/terror durante o movimento grevista, que muitos trabalhadores e materiais se referem.

A greve e os atos públicos eram instrumentos de insatisfação dos trabalhadores e forma de exercer pressão para as conquistas de direitos, que certamente eram negociados. A greve de 1988 também encampou essa perspectiva de negociação salarial com o governo ao mesmo tempo em que trazia o debate sobre a necessidade de democratizar as relações de trabalho e de ensino. Paulo Henrique (P/M) conta sobre uma atividade que marcou sua memória nesta greve:

[...] Queimamos o [reitor] em praça pública e toda a administração da Universidade, então fizemos essa manifestação [...]. Primeiro na Educação Física aí a gente descia, aí na Praça Tubal Vilela ainda tinha manifestação, e as pessoas também pronunciavam, denunciando para a população o que tava acontecendo dentro da Universidade. [...] Foi de improviso [...], saímos em passeata com esse caixão e os bonecos (com a participação de alunos da artes [curso] que fizeram os bonecos), colocamos e fez um tempão lá o funeral com um longo tempo na praça.

[Entrevistadora: vocês falavam palavras de ordem?] Olha, as palavras de ordem era: “abaixo a repressão”, agente gritava “abaixo a ditadura”, “queremos salário”, e assim a gente mexia com a população né, tinha muita coisa que vinha das palavras de ordem dita pela CUT, porque os companheiros da CUT que tava acompanhando e outros sindicatos puxavam aquelas palavras de ordem e o povo ia acompanhando [...], “olha você aí parado também é explorado”, aí ficava cantando aquilo até chegar a Praça Tubal Vilela²¹⁰.

Na prática das disputas, com as diversas formas de linguagem simbólica, pretendia-se a expulsão das “imagens de poder” a fim de modificar a conjuntura daquele contexto histórico, em que praças e ruas eram cenários dessas práticas. Nas palavras de Paulo Henrique: “a gente mexia com a população”, afinal, a população estava atenta às mensagens do movimento, devido à visibilidade pública, “e as pessoas

²⁰⁹ FERREIRA, Silnando Silvério. Projeto Memória-SINTET-UFU. Entrevista concedida a Ylana Carolina Nunes. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 8/01/2001, [Fita n. 23], p. 27 (impressa).

²¹⁰ SANTOS, Paulo Henrique dos. Projeto Memória SINTET-UFU. Entrevista concedida a Célia Rocha Calvo. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 26/10/2000. [Fita n. 44].

participavam, ninguém arredava o pé”. A narrativa chama atenção aos expectadores ativos do movimento que ganharam relevância social.

Os trabalhadores técnico-administrativos e de “outros sindicatos” e a sociedade se solidarizavam na atenção e interação dada ao “protesto popular” e aos problemas vividos no interior da Universidade. Paulo Henrique (P/M) afirma que “[...] aí saiu no jornal da Rede Globo, não teve como a imprensa esconder”. Silnando (P/M) também se refere ao modo como a TV noticiou o ato do “enterro simbólico”, lembrando da mensagem negativa que foi transmitida por esse órgão: a “[...] televisão já começou a mostrar, mostrava como vandalismo você entendeu?”²¹¹. A frase diz da indignação deste trabalhador com o modo como os meios sociais de comunicação de massa constroem a imagem dos atos dos trabalhadores em defesa dos seus direitos, posto ser assim que, historicamente, a mídia televisiva atua - sem isenção de interesses.

Para forjar os próprios sentidos das lutas, os trabalhadores criaram o jornal “Ligeirinho” como a voz das ações estratégicas do grupo, de suas propostas e organização, constituindo-se instrumento de resistência dentro e fora da categoria dos trabalhadores técnicos. O jornal distribuía e difundia todas as atividades de mobilização, como narrado por Dulcidelma Rosa (P/M) sobre o começo da proposta de “imprensa”:

Um grupo começou a pensar a melhor forma de chegar mais rápido e mais perto do trabalhador, uns quatro trabalhadores criaram o Ligeirinho, pois queria que todos os trabalhadores tivessem no movimento para dentro da ASUFUB, era sarau, seresta meia noite, duas da manhã, era cartaz, era reunião²¹².

Considerando a necessidade de comunicação e para maior aproximação dos trabalhadores pela oportunidade de se conhecerem, foi pensado “o Ligeirinho”, o jornal do sindicato (à época “Associação”). Dulcidelma participou como mentora da proposta, portanto, o “Jornal Ligeirinho” também encampou a luta pelos projetos da Universidade Pública.

Nesse período, as diversas ações eram recurso de aproximação dos trabalhadores para as diferentes formas de protesto e resistência. Durante os tempos

²¹¹ FERREIRA, Silnando Silvério. Projeto Memória-SINTET-UFU. Entrevista concedida a Ylana Carolina Nunes. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 8/01/2001, [Fita n. 23], p. 20 (impressa)

²¹² Dulcidelma Rosa. Projeto Memória-SINTET-UFU. Entrevista concedida a Renato Jales. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 06/06/2000. [Fita n. 04]. Duração 1h10min.

de luta foram realizadas outras atividades, algumas delas relacionadas à arrecadação de recursos financeiros para produção de materiais de comunicação, viagens e outras finalidades do movimento. Neste contexto, foram organizadas festividades e ações de lazer como parte integrante dos movimentos. A sociabilidade dos trabalhadores promovia o “canal de comunicação” e a troca de experiências para além das pautas reivindicatórias.

Muitas foram as lembranças sobre essas formas de resistência e sociabilidade.

Relata Carlos Humberto (P/M):

Das discussões todinha precisava de dinheiro para panfleto e um punhado de coisa [...], o pessoal usava o DAGEMP que era o diretório da Engenharia, que era o diretório Acadêmico Genésio Neves Pereira, que era dos alunos da Engenharia e o DCE também utilizava aquele espaço, então a gente utilizava lá para fazer algumas festas que era para arrecadação de dinheiro [...].

[Entrevistadora: Você se lembra dessa greve Carlinhos?] Lembro, [...] eu me lembro duma questão interessante né, o cardápio colocado, o nome do cardápio das comida sempre dava destaque para alguma coisa. Eu me lembro que a porção de batatinha chamava “peleguinho”, que era alguns funcionários pelego que não participava, então estava caracterizado ali na festa que tinha algum pelego furando a greve. A porção de calabresa chamava “chefe repressor”, e assim por diante, sempre alguma coisa que dava destaque na greve era colocado no cardápio também, quer dizer a gente festando, fazendo festa, advertindo, mas caracterizando a questão política ligado alguma coisa que marcava naquele movimento grevista²¹³.

Pelas lembranças de Carlos Humberto é possível vislumbrar a criatividade, que ancorava as ações desses agentes, nos significados presentes no cardápio, relacionados à política. Era a forma de se divertirem e ao mesmo tempo denunciarem os trabalhadores que não aderiram à greve.

Podemos dizer que o “movimento grevista” de 1989, em função das pressões das ameaças pelos meios de comunicação e no cotidiano da Universidade, motivou festividades populares no período. Nas práticas de mobilização havia diferentes formas de nominar a organização do lazer, com “destaque” para o “baile do travesseiro” (nome sugerido pelos trabalhadores em menção aos opressores, para pensarem a conduta praticada), e a dança de “quadrilha” na festa junina realizada em frente à

²¹³ CORRÊIA, Carlos Humberto. Projeto Memória SINTET-UFU. Entrevista concedida a Célia Rocha Calvo. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 26/10/2000. [Fita n. 44].

antiga garagem da UFU, no campus Umuarama, chamada de “arraiá do tio Toninho”, faz menção política ao nome do Reitor. São alternativas para identificar, reconhecer, expressar o sentimento de ser controlado e de viver as adversidades políticas que se transformam em resistência à subordinação.

As memórias dos trabalhadores e trabalhadoras, quando se reportam a essas estratégias de organização, denotam também que não havia homogeneidade de visões, mas muitas diferenças entre os trabalhadores. No depoimento de Lázara Divina na coluna “Os trabalhadores falam” da revista comemorativa “Lutas e conquistas”, essas diferenças foram destaque, sobretudo, quando se refere ao que podia ser falado ou não naquela conjuntura de repressão:

No período de 86 vivíamos um período de repressão muito grande, não se podia falar em conscientização política [...].
[...] No início do movimento nós éramos chamados de barriga verde, porque não sabíamos nada, chegávamos no congresso sem saber do que se tratava, era uma sede de saber, mas não éramos informados, não sabíamos dos nossos direitos, vivíamos um regime rigoroso, não podia fazer greve, não podia nada, só podia trabalhar²¹⁴.

Os trabalhadores, imersos no cotidiano, viveram fora dos processos de participação e decisão por muito tempo. A construção da identidade e consciência política e dos direitos, que não existiam, foram conquistas que aconteceram no decorrer das décadas de luta contra as restrições da capacidade de ação dos trabalhadores.

Desde 1986, trabalhadores passaram a participar de congressos da FASUBRA, numa aproximação com outras universidades. Silnando Silvério (2004) fala sobre como ocorreu essa interação: “[...] as visitas a outras Universidades, mostraram a estes trabalhadores, práticas de organização nos setores de trabalho, reivindicações de carreiras e de salários”²¹⁵. Sobre como se deram essas oportunidades, escreve: “[...] foi através de cursos ou atividades esportivas, campeonatos de futebol, nas ações de interação social e lazer”²¹⁶.

E neste princípio, a “Associação” (ASUFUB) atendia os interesses dos trabalhadores com ajuda financeira, patrocinando ônibus e acompanhando-os nos

²¹⁴ Lázara Divina. Entrevista. In: *SINTET-UFU. Lutas e Conquistas. Rumo ao futuro. Revista comemorativa*. Uberlândia, MG: SINTET-UFU, 1996, p. 28.

²¹⁵ FERREIRA, Silnando Silvério. *Op. cit.*, 2004, (s/n).

²¹⁶ *Ibidem*.

congressos, ação que começou a se estruturar a partir da realização do congressos da FASUBRA.

Em depoimento concedido à “Revista Lutas e Conquistas”, Dulcidelma Rosa disse que:

No [III] congresso da FASUBRA, que aconteceu em Cuiabá em 86, ao chegarmos, vimos que os colegas de outras Universidades estavam fazendo, e percebemos que o que se começava aqui já estava sendo feito em outras Universidades. [...] Logo após este Congresso da FASUBRA, nós participamos de um Congresso da CUT em Belo Horizonte [1986] e foi aí que percebemos a importância de estarmos filiados a esta Central²¹⁷.

Para Dulcidelma, presenciar e participar de atividades de representação sindical, bem como, compartilhar experiências com “outras Universidades” ajudaram a compreender o “terreno” da luta. Conjunturalmente, a partir da importância das estruturas sindicais, mesmo que uma organização coletiva possuísse outras possibilidades de representação como sindicato, partido, entre outros coletivos que representam algo para a sociedade ou país. Dulcidelma, desde os princípios da aproximação com a FASUBRA, contribuiu com a formação da consciência política, inexistente entre os trabalhadores técnico-administrativos, sobre este começo relata: “[...] o III congresso da FASUBRA, em Cuiabá, que era Associação dos Servidores das IFE(s), foi a Associação da ASUFUB que levou, não foi a Comissão, os que participaram acreditavam que estavam politizados”²¹⁸. Ali, trabalhadores percebiam os sentidos sociais e políticos da sua realidade.

Em outra entrevista, Dulcidelma Rosa (P/M) traz a memória do movimento de criação do sindicato:

No início da gestão da ASUFUB, tudo era novo, época de maior números de associados, atividades culturais e políticas, passeatas de quatro quarteirões, parece que os trabalhadores começaram a se libertar, era fato novo, e naquele momento não tinha consciência²¹⁹.

Esta também parece ser a percepção de Lázara Divina ao dizer “era uma sede de saber”, ou quando se refere ao reconhecimento da constituição do Sindicato: “[...] foi

²¹⁷ Dulcidelma Rosa. In: *SINTET-UFU. Lutas e Conquistas. Rumo ao futuro. Revista comemorativa.* Uberlândia, MG: SINTET-UFU, 1996, p. 26

²¹⁸ Ibidem.

²¹⁹ Dulcidelma Rosa. Projeto Memória SINTET-UFU. Entrevista concedida a Renato Jales. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 06/06/2000. [Fita n. 4], Duração 1:10 min

um período muito bom porque tínhamos muita sede, muita vontade de conseguir, de descobrir e aprender muitas coisas [...] ²²⁰.

A criação do sindicato teve significados como libertar, “descobrir e aprender”, lutar pela construção democrática das relações de trabalho e do plano de carreira, mas também de reconhecimento do “ser” técnico(a) como identidade. Porém, no campo social, a luta do sindicato é a luta dos trabalhadores técnicos administrativos em educação no projeto da Universidade Pública.

Desde a fundação do sindicato (SINTET-UFU), a sua organização não possui um cargo executivo personalizado, mas uma direção colegiada que tem como primeiro pronunciamento o “congresso de delegados”, o segundo, a “assembleia geral” e em terceiro, a “coordenação colegiada” dos processos decisórios e representativos. Sobre os fins estabelecidos em estatuto, há a defesa e representação legal de trabalhadoras e trabalhadores técnico-administrativos em educação.

Na longa trajetória histórica e na experiência das mudanças vividas na prática e na técnica, mas também na construção das relações sociais, busquei evidenciar a perspectiva dos entrevistados da participação no sindicato no conjunto das transformações históricas. Perguntado como foi a participação sindical, Luiz respondeu:

Luiz [1977 – sindicalizado]: Olha, sou filiado né assim, tá, adoro o sindicato sim, é, embora, eu entrei duas greves até hoje, embora eu tenha entrado em duas greves, mas eu acho o sindicato espetacular e vou falar porquê: o sindicato ele, ele nos trouxe uma certa confiança, principalmente assim, do ponto de vista meu, tem professor aqui na Universidade, eles se achavam dono, se julgam donos, antes desrespeitavam muito o funcionário, os servidores, acha, achavam que tinha que trabalhar, pronto e acabou tá. Tão, por exemplo, o professor ofendia o funcionário, tá, não acontecia nada, depois que surgiu o sindicato a pessoa pensa duas vezes para isso tá, então, o sindicato é esplêndido, nossa é uma coisa acho espetacular o sindicato, ele, ele traz assim confiança, segurança é isso que eu acho do sindicato. A gente tem muito respeito, é recíproco né, hoje nem sei quantas pessoas deixaram de ser filiados, mas eu acredito que maioria continua filiado, e esses, esses ganhos de, na justiça né, e

²²⁰ Lázara Divina. Entrevista. In: *SINTET-UFU. Lutas e Conquistas. Rumo ao futuro. Revista comemorativa*. Uberlândia, MG: SINTET-UFU, 1996, p. 28.

não podemos esquecer isso né, é uma coisa boa, muito boa o sindicato, é isso que eu acho”²²¹.

E no sentido de apreender a estruturação das lutas, a partir da perspectiva dos trabalhadores entrevistados, perguntei se o sindicato melhorou a vida deles:

Luiz: [...] melhorou e muito né, porque, hoje o coordenador nos respeita tá isso é tudo do sindicato, o sindicato foi a luta sim tá, nós somos respeitados porque o sindicato entrevistou e hoje se desacatar um servidor o sindicato tá do seu lado, num tô falano assim se você tivé errado né nada disso, o problema, assim, nós num somos mais objeto deles, dos professores, num tô falano que isso é uma rixa, uma disputa, num é nada disso, nós passamos a ser respeitados depois do surgimento do sindicato, eu acho isso, gosto muito do sindicato, num tenho nada a reclamar de jeito nenhum²²².

Silvino [1978]: Olha, melhorou, sem dúvida melhorou, mas, eu tenho hoje, uma mágoa, uma insatisfação né, porque na época nós, nós cedemos, nós cedemos o nosso direito ao fundo de garantia em troca do direito de aposentadoria integral, eu vejo que eu estou, vou ser beneficiado ainda dessa época, mas eu vejo que os meus colegas que estão chegando agora eles já não vão ter a aposentadoria por tempo de serviço, o meu tempo, o meu, a minha aposentadoria não vai ser por tempo de serviço ela vai ser, é um sistema, uma lei nova, uma lei que veio depois, ou seja, o que acontece é que o governo elabora lei que uma vai engolindo a outra sabe, e a gente vai perdendo direitos em relação a isso, e o sindicato ele é o responsável por brigar por nós, mobilizar os servidores, levá-los direto pra assembleias pra constituir um movimento, constituir números né, visibilidade pra poder então brigar, pra ter então apoio e sustentação pra brigá pelos nosso direitos²²³.

Julio Onório [1978 – sindicalizado]: Ah, sim, ajudou, uai, me deu mais incentivo né no atletismo. [...] O sindicato sabia que eu tava no caminho do álcool²²⁴.

Lucia Helena [1987 - sindicalizada]: Olha eu creio que sim, que ajudou porque eles lutam né pelos direitos dos trabalhadores, se não fosse eles muitas coisas do que a gente conseguiu não teria conseguido, o sindicato é muito importante²²⁵.

Ide Santos [1979 – sindicalizada]: Ajudou muito, nois era escravo, [...] ²²⁶.

²²¹ SILVA, Luiz Humberto. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Santa Mônica [Bloco 3P], 02/0/2015. Duração 1h13min.

²²² Ibidem.

²²³ CORREA, Silvino. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiroz. Santa Mônica [Engenharia Química], 30/11/2015. Duração 1h.

²²⁴ ONÓRIO, Júlio. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Umuarama [antessala de audiovisual, bloco 4K], 28/09/2015. Duração 1h e 30min

²²⁵ Lúcia Helena. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Santa Mônica [Bloco H], 28/09/2015. Duração 30min.

²²⁶ SANTOS, Idê. Entrevista concedida a Luceleide Freitas Queiróz. Campus Umuarama, [Bloco 2 X], 28/09/2015. Duração 1h e 11min.

Pensando o porquê do sindicato, indaguei sobre os movimentos de luta e muito rápido e incisivo Luiz advertiu: “[...] justos, é pensa bem se não fosse o sindicato, a FASUBRA, o que seria de nós?”. Com breve pausa e compassadamente, respondeu a si mesmo: “ai de nós, é... ai de nós...”, com o olhar fixo no passado e as mãos sobre o joelho, silenciou por instantes. Luis parece rebobinar o sentido da imagem política construída na memória marcada pelo tempo e reconhecendo o sindicato como organização dos interesses coletivos.

As entidades sindicais forjaram a identidade coletiva e social destes trabalhadores, essa luta permanece em processo de construção pelos direitos profissionais, destituindo a tradição das Instituições Federais de Ensino superior-IFE(s) do imaginário relacionado ao “status” ou escravidão sem direito. Até 1999, o espaço de representação dos trabalhadores técnico-administrativos nos Conselhos Superiores da Universidade se constituía de único representante no Conselho Universitário, com direito à voz e sem direito ao voto, e nos demais conselhos, sem acesso à representação. Nas palavras de Dulcidelma (P/M):

A UFU tem ouvido sempre, sempre ouviu, hoje [2000] é mais fácil. O último ganho foi a participação do técnico-administrativo no Conselho Diretor [com direito a voto]. Se na época do corte de ponto, só tinha direito à voz e não de voto. Não queremos lutar só por salário, mas por emprego, porque amanhã podemos não ter ele²²⁷.

E continua:

Na minha visão, a gente nunca foi derrotado. Se não houve ganho salarial, houve ganho político. Desde a Comissão já tivemos muitos ganhos, cargos e salários, ter sindicato representativo, ter uma federação, a Lílian, uma das fundadoras da Comissão e do sindicato e responsável pelo ganho de nossa voz dentro da instituição [...]. Acredito numa Universidade melhor e força de vontade política para conseguir²²⁸.

As narrativas dos trabalhadores analisados que viveram nesse tempo resgatam nas memórias do passado a validade do processo das lutas sindicais, presente no coletivo dos trabalhadores técnico-administrativos ainda hoje. Elas registram um marco de resistências históricas do passado que alcança o presente, por meio do

²²⁷ Dulcidelma Rosa. Projeto Memória SINTET-UFU. Entrevista concedida a Renato Jales. Sede do Sindicato - SINTET-UFU, 06/06/2000. [Fita n. 4]. Duração 1h10min.

²²⁸ Ibidem.

reconhecimento das mudanças culturais nas relações de trabalho e de emprego, associado às transformações, no sentido ético e social, caracterizadas pelas disputas políticas que compõem a história dos trabalhadores no Brasil.

O SINTET-UFU é uma instituição social e política criada pelos trabalhadores técnico-administrativo(a)s com fundamento legal pela garantia dos direitos e conquistas constitucionais, relação de emprego, plano de carreira, Regime Jurídico Único, e intervindo sempre pelo reconhecimento social e político para construir identidade profissional nas relações de trabalho. O sindicato traz perspectiva de luta, organiza e articula o protagonismo coletivo no sentido de liderança do movimento. Diversas práticas, além dos interesses corporativos, os Técnico-Administrativos em Instituições Federais de Ensino superior da UFU dão visibilidade pública à defesa de grandes projetos sociais de democratização da sociedade, de educação LDB, e da garantia da universidade pública de qualidade, além de demandas de democratização da universidade, saúde pública, frentes sociais dos setores populares, segurança, defesa da mulher, do meio ambiente, causas sociais e problemas globais. A continuidade no enfrentamento de desafios faz parte do cotidiano das frentes sindicais, atividade sem fim diante dos interesses coletivos e posições políticas propensas a divergências em meio a diferentes funcionalidades dos trabalhadores. Portanto, se ocupa com expressão e continuidade dos processos de luta e disputa nas representações sociais, políticas, institucionais e administrativas.

Uma trajetória de representação social e política, presença e força que se organiza para discutir a luta, desde a tarefa de formação sindical, até o movimento da contra-hegemonia para superação da invisibilidade produzida no passado, herança social que permanece configurada pelo tempo.

São sujeitos históricos que mudaram o imaginário discriminatório em relação ao coletivo dos trabalhadores técnico-administrativo(a)s, assim como deram visibilidade histórica para diversos coletivos, como os dos negros, sem-terra, índios, mulheres, entre muitos outros.

O poeta Carlos Drummond de Andrade expressa em “Mãos Dadas” o sentimento de esforço coletivo. O poema consta do “Jornal Ligeirinho”, edição n. 212 de 19/12/1996, “Projeto Memória”.

Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.

A expressão de “mãos dadas” - para o trabalho, garantia do emprego e por salários dignos, melhores condições de trabalho, e para não serem derrotados na vida e na luta - pode se somar à sabedoria da frase de Charles Chaplin (1889-1977): “nossos esforços conjuntos desafiam as impossibilidades”²²⁹, como sugere o chamado do cartaz no início deste capítulo: NOSSA UNIÃO NOS LEVARÁ A VITÓRIA. Portanto, são olhares que significam a construção coletiva dos trabalhadores, mesmo em meio a contradições.

Sobre os estudos que apontam a dificuldade de participação coletiva na vida política de trabalhadores do serviço público, começaram a surgir na década de 1990 pesquisas com enfoque nos técnico-administrativo(a)s, a partir da dissertação de mestrado de Bárbara Heliodora França (1990a), defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP, intitulada “Barnabé: consciência política do pequeno funcionário público”. De 50 entrevistas realizadas, 11 eram com trabalhadores técnico-administrativos vinculados ao MEC do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa busca compreender o grau de consciência política dos trabalhadores de nível médio. A autora analisou cargos e faixas salariais diferenciadas junto à condição precária de vida, baixa escolaridade, jornada de trabalho etc. Situação que dificultava a interação dos trabalhadores e a participação coletiva, não favorável à constituição de uma identidade política e profissional, além das “poucas oportunidades efetivas de participação que o serviço público oferecia”. Reduzido à condição de “Barnabé”, ensimesmado e sem consciência política, não se constituía sujeito trabalhador.

O historiador Prof. Dr. Antônio de Almeida, do Instituto de História da UFU, na entrevista concedida em 1996 à “Revista lutas e conquistas”, sobre a compreensão do papel social do sindicato na constituição dos trabalhadores, reforça a expectativa

²²⁹ Projeto-Memória – SINTET-UFU. *Jornal Ligeirinho*, n. 212, 19/12/1996.

dos materiais do “Projeto Memória” do SINTET-UFU e de diversas narrativas do grupo de entrevistados deste projeto.

Ao longo desses anos, eu pude presenciar por diversas vezes não só uma preocupação muito presente em defesa da universidade pública, defesa dos interesses do pessoal vinculado à educação, mas também pude acompanhar e participar por vários momentos da preocupação com a própria formação sindical, organizando encontros, seminários, congressos, enfim, uma preocupação que tem o caráter claro de formar as pessoas pra uma formação sindical [...] com a perspectiva em primeiro lugar defender a universidade pública que está constantemente ameaçada e, em segundo lugar, numa tentativa de melhoria das condições de trabalho, das condições de ensino, já que tudo isso faz parte de um todo na nossa perspectiva como comunidade universitária²³⁰.

A mobilização política e “formação sindical” constituem parte da experiência que engendra o processo de organização dos trabalhadores técnico-administrativo(a)s da UFU, resultado das transformações nas relações de trabalho. A atuação nas disputas levou os trabalhadores técnico-administrativos a se constituírem e se integrarem, social e politicamente, numa perspectiva mais ampla. Ao serem confrontadas as memórias hegemônicas e práticas culturais do imaginário “escravo”, “patrão”, surge a superação do tempo de sujeições com novas necessidades, novas perspectivas das relações de trabalho, que transformam a experiência - avanço, luta, derrota, esperança e afirmação - do sujeito ativo, que se faz e se refaz na consciência social e no aprimoramento cultural na experiência de trabalho, em busca de reconhecimento e construção da própria identidade.

Reconhecer a relevância social do trabalho técnico(a)-administrativo(a) na função pública tem sido uma luta permanente neste processo de construção coletiva dos trabalhadore(a)s. A “Comissão em defesa do servidor” compartilhou da disputa de um novo projeto no interior da Universidade num período em que a palavra democracia nem sempre era compreendida como “sistema político”, mas como “democratite”, sentido que sugere subversão.

Os trabalhadores novos não conheceram os desafios da primeira geração que lutou pela universidade pública num projeto nacional de educação, porque chegaram pós-direito constitucional e liberdade de expressão. Eles são os atores sociais do seu

²³⁰ Entrevista com o professor e historiador Antônio de Almeida. In: *SINTET-UFU. Lutas e Conquistas. Rumo ao futuro*. Revista comemorativa. Uberlândia-MG, 1996, p. 27.

próprio tempo, daí a importância da troca entre gerações, porque a Universidade ainda é lugar de diálogo e de uma história que não termina aqui. A velha-guarda abre caminho para a nova geração e os avanços são parte das “outras histórias”, uma janela da realidade social, em detrimento de muitas “outras histórias e muitas memórias” não suficientes para abarcar o volume de trabalho que fará parte do futuro dessa história(s).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história das trabalhadoras e dos trabalhadores técnico-administrativa(o)s não se restringe ao recorte temporal desta pesquisa. Nos últimos anos, avanços e recuos são marcas da luta desta categoria social. Na atual conjuntura política e social do país pós-golpe parlamentar de 2016, quando se instala o Estado de exceção que duramente ataca os pilares do Estado Democrático de Direito, a quebra de instituições democráticas, a Constituição Federal e a CLT, jogando os patamares da relação capital x trabalho para um século atrás, se faz importante explicar o que o golpe representou para a classe trabalhadora²³¹.

Algumas conquistas e certezas constituídas ao longo da década de 1980 foram abaladas com a constituição de um Estado pós-democrático. O que parecia estabelecido pela solidez dos avanços constitucionais se tornou suscetível ao retrocesso como ficção da realidade ou ilusão social temporária. O golpe absorveu o mercado e condenou os trabalhadores a retroagirem em seus direitos, forçando-os a apresentar uma nova agenda de lutas com resultados ainda indefinidos. Uma reflexão acerca do processo histórico-social certamente ajuda a direcionar caminhos e horizontes de lutas atuais, muitas vezes marcadas pelo pessimismo e indecisões.

Esta pesquisa verifica o que foi conquistado no período analisado a partir das reflexões e experiências constituídas nas trajetórias dos trabalhadores entrevistados, reportando à construção do sindicato. Enfim, a pesquisa analisou as memórias, as lutas e conquistas dos agentes no percurso das experiências sociais de trabalhadoras e trabalhadores técnico-administrativos na UFU, que cotidianamente ampliaram/ampliam a sua capacidade de experiência no processo de mudanças no mundo do trabalho.

As narrativas e levantamentos documentais permitem compreender a história de trabalhadores, devolvendo a memória aos sujeitos históricos que chegaram à cidade e à Universidade, vista como oportunidade de trabalho no processo de federalização, quando iniciaram as lutas durante sua organização (década de 1980).

²³¹ SOUZA, Jessé. *A Radiografia do golpe*: entenda por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SINGER, André et. al.. *Por que gritamos golpe?* Para entender o *impeachment* e a crise no Brasil. São Paulo. Boitempo, 2016.

Eram tempos de reabertura política no Brasil, com a construção das mobilizações e ações frente à nova agenda política que marcaram as transformações do trabalho e dos trabalhadores.

Na pesquisa, as questões sobre relação de trabalho foram analisadas como desdobramentos da vida cotidiana de trabalhadores, não somente nas práticas e contradições, mas na constituição do sujeito. É importante a gratidão dos trabalhadores e o reconhecimento do significado da Universidade em suas vidas, pois juntos se consolidaram no processo de identificação e construção das relações no trabalho.

Desde o final dos anos 70 e década de 80, o protagonismo das lutas inseriu, no contexto social, a valorização e reconhecimento das trabalhadoras e trabalhadores técnico-administrativa(o)s na conquista de avanços, embora permaneça, isso é parte dos processos desafiadores no cotidiano dessas disputas. Neste percurso, as memórias das lutas por melhores condições de trabalho, direitos sociais e políticos aparecem nas narrativas ao afirmarem o significado da “Comissão em Defesa do Servidor” como “passaporte” para a consolidação do sindicato.

Os trabalhadores viviam segregados pela estrutura organizacional, demonstrando que tinham pouca consciência dos direitos e dos dissabores vividos naquele tempo, pois nem sempre foram relações harmônicas. No momento em que entendem e recusam as contradições, encampam o processo de construção da consciência social e coletiva para além do ofício executivo e se afirmam como sujeitos dessas transformações históricas. Desafios pela “estabilidade” financeira e de emprego, defesa da universidade pública e relações democráticas são temas que estão no campo de forças (que estão na pauta novamente e que direitos estão sendo destruídos) como precedentes históricos.

Vimos na história de trabalhadores que as demissões e os autoritarismos estão impregnados nas relações sociais, políticas e culturais, que se confundem com o aparato ideológico do Estado. Assim, com base nas fontes, afirma um ex-digente: “[...] havia um sistema de informação que funcionava dentro das universidades e passava as

informações para outras esferas do sistema”²³². Isso nos reporta às práticas do regime militar brasileiro sobre os segmentos de trabalhadores e estudantes das universidades.

É importante o reconhecimento de que em diversos momentos históricos as universidades públicas foram/são instituições aliadas e comprometidas com a garantia dos princípios democráticos, sendo que a resistência nasce no interior dessas universidades pelas vozes que nunca se calaram. Em outro sentido, no período analisado em relação ao quadro de trabalhadores não oferecem um parâmetro em relação ao crescimento institucional, uma vez que o quadro de trabalhadores técnico-administrativos efetivos não foi ampliado na proporção das mudanças nas décadas seguintes, resultantes da expansão de estrutura física e acadêmica. Nos materiais pesquisados, como a “Carta à população de Uberlândia”, encontramos a informação de que havia 3 mil trabalhadores em 1986, dado que nos ajuda a perceber a (in)evolução do quantitativo em relação às mudanças que vieram depois, a partir da redução de concurso na década de 1990.

Diante de incertezas em relação à pouca garantia do Estado para a função pública, principalmente na base das relações de trabalho, o trabalhador técnico administrativo. Historicamente, houve uma perda de reposição do quadro de pessoal técnico-administrativo na universidade.²³³ Sua importância operativa como agente público em ação direta na sociedade dá suporte ao funcionamento da estrutura do Estado, sendo assim, se o trabalhador parar, o sistema de capital também para em qualquer organização, pública ou privada.

Muitos foram os significados revelados pelos trabalhadores técnico-administrativos sobre as mudanças, desde as modificações no trabalho manual até os elementos da conjuntura do período. Modificações nas relações sociais, na forma de ingresso, nos modos de trabalhar, sobretudo, porque alteram a vida e as tradições do trabalhador.

²³² Entrevista com o ex-dirigente e professor Ataulfo Marques Martins da Costa. In: GOMES, Aguinaldo Rodrigues; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes; NETTO, Miguel Rodrigues de S. (Orgs.). *Fragmentos, imagens, memórias: 25 anos de federalização da Universidade Federal de Uberlândia*. Memória da cidade. Uberlândia, MG: EDUFU, 2003. p. 32.

²³³ Desde 2005, (Lei.11.091, Art. 4º, item I e II) Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino que a demanda de contratação (concurso) significa somente reposição equivalente da vaga (quadro de ativo) desde que não seja função em extinção no plano de carreira.

As lutas políticas também fizeram parte dessas transformações. O engajamento na “Comissão em Defesa dos Servidores” ressignifica caminhos frente ao novo projeto pensado para as relações de trabalho e em defesa da Universidade pública, uma vez que os trabalhadores sabiam das ameaças políticas e mesmo assim lutaram pela garantia do emprego. Essas pessoas não cruzaram os braços para as demandas do coletivo e da classe trabalhadora, exercendo papel social importante em diversos momentos históricos do país, constituindo-se como legado. Assim se deram as novas perspectivas das relações de trabalho, jornada, horário, hierarquia, direitos, plano de carreira, de modo que as relações tensas foram modificadas ou arrefecidas pelos avanços democráticos.

Os trabalhadores e trabalhadoras reconhecem que as relações hierarquizadas foram alteradas pela conjuntura do país. Foi um período difícil para aqueles que estavam começando na luta porque viviam as dificuldades, mas não conheciam os seus direitos, embora, sob o regime político do período, a representação sindical estivesse sob amarras do Estado. Mesmo proibidas, muitos coletivos de trabalhadores organizados se constituíram, até que a ditadura não conseguiu mais impedir as lutas. O sindicato se constituiu nessa luta, foi uma conquista da categoria diante das lutas cotidianas que vinham sofrendo. Porém, diante das perspectivas, os embates enfrentados cotidianamente pelos trabalhadores analisados visavam a busca pela concretização das conquistas sociais e políticas, produzidas historicamente no conjunto da sociedade e da classe dos trabalhadores. Entretanto, o “conservadorismo cultural” faz com que fiquem suscetíveis às variações pelos desafios de cada conjuntura.

Assim sendo, espero que a memória ative a importância da luta para as novas gerações de trabalhadoras e trabalhadores, possibilitando-lhes o reconhecimento como sujeitos de uma história que começa no passado e não termina aqui e que fez parte de “outras histórias” que muitos não conheceram, mas que comporão o futuro, e de “outras histórias” para se pensar os projetos futuros nas relações de trabalho como condição de vida para sobrevivência dos trabalhadores de todos os povos.

Fontes/acervo/bibliografias:

Entrevistas concedidas a Luceleide de Freitas Queiroz

Julio Onório, 62 anos, nasceu na cidade Arcos, Minas Gerais, e chega a Uberlândia na década de 1970 com a esposa e quatro filhos menores. Entrevista concedida a Luceleide de Freitas Queiroz em 02 de outubro de 2015, na antessala do audiovisual, bloco 4K-UFU, campus Umuarama.

Silvino Joaquim Correa, 56 anos, nasceu em Lagamar, Minas Gerais, e chegou em Uberlândia no final de 1976, com 18 anos. Entrevista concedida a Luceleide de Freitas Queiroz em 30 de novembro de 2015, em sala da Faculdade de Engenharia Química no campus Santa Mônica.

Lúcia Helena Peres Ramos, 57 anos, de Ituiutaba, Minas Gerais, ingressou na UFU em 1987 e, antes, trabalhou no comércio e na escola estadual. Entrevista concedida a Luceleide de Freitas Queiroz em 30 de novembro de 2015, em sala do Instituto de Geografia no campus Santa Mônica.

Luis Humberto, 57 anos, é natural de Uberlândia e ingressou na UFU em 1977. Em 1974 e 1975 trabalhou na “indústria”. Entrevista concedida a Luceleide de Freitas Queiroz em 02 de outubro de 2015, na Diretoria de Controle Acadêmico localizada no bloco 3P do campus Santa Mônica.

Idê Santos, viúva, 68 anos, nascida em Uberlândia, há 36 anos trabalha na UFU no setor de serviços gerais. Ingressou em 1979, antes, trabalhou onze meses na Souza Cruz como auxiliar de cozinha de uma empresa terceirizada. Entrevista concedida a Luceleide de Freitas Queiroz em 19 de novembro de 2015, em sala localizada no bloco 2X (Divisão de Obra), campus Umuarama.

Nelma Maria Xavier, 58 anos, casada, natural de São João da Serra Negra, município de Patrocínio, Minas Gerais, ingressou a UFU em 1992 no setor de serviços gerais. Entrevista concedida a Luceleide de Freitas Queiroz em 19 de novembro de 2015, em sala localizada no bloco 2X (Divisão de Obra), campus Umuarama.

Maria Helena Moura, 55 anos, nascida em Uberlândia, Minas Gerais, aposentada, ingressou em 1991 no Instituto de História da UFU, antes, trabalhou no comércio da cidade. Entrevista concedida a Luceleide de Freitas Queiroz em 28 de setembro de 2015, na Diretoria do Instituto de História, campus Santa Mônica.

Luciana Lemes de Andrade Barbosa, 38 anos, casada, natural de Uberlândia, ingressou em 2004 como assistente em administração no Instituto de História e, depois, como Técnica em Assuntos Educacionais (2011) no mesmo local. Antes, trabalhou como menor (jovem aprendiz) no Banco do Brasil dos 14 aos 18 anos de idade e depois e na CTBC-Companhia de Telecomunicações do Brasil Central, no atendimento, por mais ou menos 5 anos. Entrevista concedida a Luceleide de Freitas Queiroz em 28 de setembro de 2015, na Diretoria do Instituto de História, campus Santa Mônica.

Maria Cecília Marques Ribeiro, 43 anos, casada, natural de Araguari, ingressou em 2009 como assistente em Administração na coordenação do curso de graduação da Faculdade de Engenharia Química e depois na pós-graduação. Antes trabalhou no IBGE. Entrevista concedida a Luceleide de Freitas Queiroz em 30 de novembro de 2015, em sala localizada na Faculdade de Engenharia Química, campus Santa Mônica.

Maria Amália Rocha, 51 anos, ingressou em 2004 na função de Editora de Publicações, antes, de 2001 a 2004, trabalhou na Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Uberlândia. Entrevista concedida a Luceleide de Freitas Queiroz em 30 de novembro de 2015 no espaço da Diretoria da Editora da UFU, campus Santa Mônica.

Laura Ferreira, 65 anos, aposentada, natural de Uberlândia, ingressou em 1980 na função de Encadernador. Entrevista concedida a Luceleide de Freitas Queiroz, em 8 de novembro de 2015, na sede do sindicato SINTET-UFU.

Acervo Projeto Memória – SINTET/UFU (1986-2001).

Fontes orais:

Paulo Henrique dos Santos Rodrigues, 42 anos, casado, natural de Araguari, mudou-se para Uberlândia em 1970, trabalhou no supermercado Alô Brasil em

1972/73, depois no Cajubá Clube e na construção civil. Ingressou na UFU em 1977, contratado pela FEMECIU como Auxiliar de Laboratório na Engenharia Elétrica e depois como Técnico em Eletrotécnica. Foi membro fundador da “Comissão de Defesa do Servidor” e do SINTET-UFU; presidente da “Associação” da ASUFUB por duas gestões; diretor do sindicato em 4 gestões. Entrevista coletiva concedida a Célia Rocha Calvo em 26 e 27 de outubro de 2000, na sede do sindicato SINTET-UFU, (Fitas n. 42 a 45).

Silnando Silvério Ferreira, 42 anos, nascido em Coromandel, Minas Gerais, chegou em Uberlândia em 1973. Trabalhou na construção civil, como entregador de mercadoria nas “Bicicletas Cargueira”, nos “armazéns” da cidade e na “rodoviária na empresa Nacional Expresso”, e algumas vezes na “área de marcenaria”. Ingressou na UFU em 1977 “na antiga Faculdade de Economia”, onde hoje é “o Colégio Doutor Duarte”, no centro da cidade. Na federalização, em 1979, trabalhava na biblioteca e ajudou a mudá-la para o campus Santa Mônica no período em que a faculdade de Artes, de Economia, entre outras, foram transferidas para o mesmo local. Nesta época, ao campus Umuarama foram agregados os cursos de Direito, Psicologia e Veterinária. Entrevista concedida a Ylana Carolina Nunes em 08 de janeiro de 2001, sede do sindicato SINTET-UFU (Fita n. 23).

Carlos Humberto Corrêia, 42 anos, casado, natural de Estrela do Sul, distrito de Uberlândia, trabalhou em Goiás como agricultor até os 17 anos de idade; chegou em Uberlândia em 1979 e começou a trabalhar na construção civil. Em 1985 ingressou na FAEPU e depois, em 1987, na Universidade. “Participou ativamente da luta dos trabalhadores dentro da UFU, questionando a política implantada na Universidade. Juntou-se ao grupo que formou a Comissão de defesa dos Servidores e fez parte da diretoria do SINTET-UFU em 2000-2002” (Catálogo do acervo - Fontes Orais, p. 79). Entrevista coletiva concedida a Célia Rocha Calvo nos dias 26 e 27 de outubro de 2000, na sede do sindicato, SINTET-UFU (Fitas n. 42 a 45).

Lílian Machado de Sá, 45 anos, Assistente Social, natural de Monte Alegre de Minas, ingressou em 1978 na UFU na unidade de saúde (ambulatórios periféricos); foi uma das fundadoras da “Comissão de defesa do servidor” e do SINTET-UFU; presidente da “ASUFUB” por duas gestões; e diretora da FASUBRA. Entrevista concedida a Ylana

Carolina Nunes em 21 de fevereiro de 2001 na cidade de Belo Horizonte-MG, (Fita n. 36).

Dulcidelma Rosa, natural de Uberlândia, Minas Gerais, trabalhadora da UFU desde 1 de junho de 1983 (disse que não existia concurso público, mas fez exame de seleção e passou), entrou com 18 anos como auxiliar de enfermagem no setor de clínica 2 (Ambulatório de Ginecologia). “Participou da chapa Defesa dos Servidores em 1986, ganhando as eleições para a ASUFUB, onde participou da Diretoria de 1986 a 1990, até a fundação do SINTET-UFU, no qual participou da primeira gestão. Foi uma das idealizadoras do Jornal ‘Ligeirinho’, órgão de imprensa do SINTET-UFU”. (Catálogo do Acervo 1986-2001, p. 68). Entrevista concedida a Renato Jales em 6 de junho de 2000, na sede do sindicato SINTET-UFU (Fita n. 4).

Impressos - Acervo Projeto Memória – SINTET/UFU (1986-2001).

Jornal Ligeirinho. (informativo de greve s/n 20.05.1994-pasta22.3B); n.212 de 19-12-1996.

SINTET-UFU-Revista comemorativa: “Lutas e Conquistas”, Uberlândia-MG: Impresso gráfica e Editora Ltda. Tiragem 4000 exemplares. Novembro de 1996.

Comissão em Defesa do Servidor. Carta à população de Uberlândia. Impresso, Uberlândia-MG: xerox, s/n, 10.11.1986

Comissão em Defesa do Servidor. Carta ao professor Paulo Freire. cópia do original, Uberlândia-MG: s/n, 16.10.1986.

Grupos de apoio/Comissão em Defesa do Servidor. Nota de apoio. Impresso, Uberlândia-MG: xerox, 28.02.1986.

Comissão em Defesa do Servidor. Mensagem. Telex enviado as Associações de Servidores das Universidades Federais. (FUFMS e outras). Uberlândia-MG, 18.09.1987.

ADUFU. Informativo. Uberlândia-MG, novembro 1986.

Sem autor. Anotações (manuscrito). Uberlândia-MG, 04.02.1986.

Imagens:

A UFU no imaginário social. Campus Santa Mônica. Uberlândia, 1988.

A UFU no imaginário social. Campus Umuarama. Uberlândia, 1988.

A UFU no imaginário social. Campus Educação Física. Uberlândia, 1988

A UFU no imaginário social. Sede da ASUFUB. Uberlândia, 1988.

Entrevistas:

Técnico-administrativo(a)s:

Funcionário do CETEC (nome não identificado). Entrevista gravada em março de 1988. In: CAETANO, Coraly; DIB, Miriam M. Cury (Orgs.). *A UFU no imaginário social*. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 1988, p. 277;

Entrevista gravada em novembro de 1987, com o Analista de Sistema do NUPRO. In: CAETANO, Coraly; Miriam M. Cury (Orgs.). p. 276.

SANTOS, Eli Alves dos. In: *SINTET-UFU*. Lutas e Conquistas. Rumo ao futuro. Revista comemorativa. Uberlândia, MG: SINTET-UFU, 1996, p. 28

Lázara Divina. In: *SINTET-UFU*. Lutas e Conquistas. Rumo ao futuro. Revista comemorativa. Uberlândia, MG: SINTET-UFU, 1996, p. 28

Historiador:

Entrevista com o professor e historiador Antônio de Almeida. In: *SINTET-UFU*. Lutas e Conquistas. Rumo ao futuro. Revista comemorativa. Uberlândia-MG, 1996, p. 27

Administradores:

DOURADO, José Eustáquio. Ex-presidente da ASUFUB, gestão 1979-83. Entrevista gravada em 1987. In: CAETANO, Coraly; DIB, Miriam M. Cury (Orgs.). *A UFU no imaginário social*. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 1988, p. 270-272; 362;

Entrevista com Reinaldo Campos Andraus. Pró-Reitor acadêmico e professor do curso de Economia. In: CAETANO, Coraly; DIB, Miriam M. Cury (Orgs.). *A UFU no imaginário social*. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 1988, p. 153

Entrevista com o ex-reitor e professor Ataulfo Marques Martins da Costa. In: GOMES, Aguinaldo Rodrigues; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes; NETTO, Miguel Rodrigues de S. (Orgs.). *Fragmentos, imagens, memórias: 25 anos de federalização da Universidade Federal de Uberlândia*. Memória da cidade. Uberlândia, MG: EDUFU, 2003. p. 32.

Imprensa:

JORNAL LIGEIRINHO. Uberlândia, MG, 26/11/2012, n. 448.

JORNAL LIGEIRINHO. Uberlândia, MG, 11/08/2014, n. 465.

Documento:

SINTET-UFU. Estatuto 2011. (20 anos 1990-2010), Uberlândia, MG, 2011.

Documentos fornecidos pela UFU:

Diretoria de Administração de Pessoal-DIRAP/DIEDI - Divisão de Estruturação de Dados e Informação. Quantitativo de trabalhadores (1972-1980). PROGEP-Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, UFU, Uberlândia, MG, 05/2017.

Documentos digitais:

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos das Universidades Brasileiras. Disponível em: <www.fasubra.org.br>. Acesso em: 20/03/2017 .

Sindicatos dos Trabalhadores Técnico-administrativos da UFU. Disponível em: <www.sintetufu.org>. Acesso em: 20.11.2015.

Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <www.ufu.br>. Acesso em: 30.05.2016.

Planalto da Presidência da República. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10.10.2016.

Fasubra/Projeto Memória. Disponível em: <www.sintufrj.org.br>. Acesso em: 20.07.2017.

uberlandino. Disponível em: <<https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia>>. Acesso em: 12.09.2017.

Bibliografias:

ALMEIDA, Paulo Roberto de; MORAIS, S. P.; RESENDE, R. C.. Entrevista com Eurípedes Batista Ferreira Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Centralina e Araporã. Apresentação, Transformações Sociais e Questões Ambientais na Região do Triângulo Mineiro. In: *História & Perspectivas* (UFU), v. 41, 2009, p. 213-227.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. “cada um tem um sonho diferente”: Histórias e narrativas dos trabalhadores no movimento de luta pela terra. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d’água, 2006.

_____. Encantos e desencantos da cidade: trajetórias, cultura e memórias de trabalhadores pobres de Uberlândia. 1970-2000. In: FENELON, Déa Ribeiro et. al. (Orgs.). *Muitas memórias Outras histórias*. São Paulo: Olho d’água, 2005.

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2006.

BEYNON, H. A destruição da classe operária inglesa? In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 27, p. 5-17, 1995.

BRASIL - Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em: <<http://planalto.gov.br>>. Acesso em: 12.03.2017.

_____. *Lei n. 8.112/90*. Regime Jurídico Único. Disponível em: <<http://planalto.gov.br>>. Acesso em: 30.11.2016.

_____. *Decreto n. 94.664 de 23.07.87* - Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596 de 10 de abril de 1987. Disponível em: <<http://planalto.gov.br>>. Acesso em: 13.06.2016.

CAETANO, Coraly; DIB, Miriam M. Cury (Orgs.). *A UFU no imaginário social*. Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG, 1988.

CALVO, Célia Rocha. *Muitas Memórias e História de uma Cidade: Experiências e lembranças de viveres urbanos (1938-1990)*. São Paulo. 2001. Tese (Doutorado). PUC-São Paulo. Programa Estudos Pós-graduados em História Social, 2001.

_____. Narrativas orais, fontes para investigação histórica: culturas, memórias e territórios na cidade. In: *Revista História e Perspectivas*. v. 23, n. 42, p.11-29. Uberlândia-MG: INHIS. PPHIS. UFU, Edufu. 2010.

_____. CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco; ALMEIDA, Paulo Roberto de. Trabalho e Movimentos Sociais: histórias, memórias e produção historiográfica. In: CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco; MACHADO, Maria Clara Tomaz (Orgs.). *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens*. Uberlândia: EDUFU, 2005.

_____. (Org.). *Projeto memória – SINTET-UFU*. Uberlândia, MG: SINTET/UFU, 2002.

CASTORIADIS, Cornélio. *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CHALHOUB, Sidnei; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: Escravos e trabalhadores na Historiografia Brasileira desde os anos 1980. In: *Cadernos ALE*, v. 14, n. 26, Campinas, SP: IFCH/Unicamp, 2009.

COSTA, Maria Lygia Silva Magalhães. *Cidadania vis-à-vis democracia*: Estudo analítico-interpretativo das greves, nos anos 80, como fenômeno indicador de mudanças nas relações do trabalho em instituições universitárias da administração pública federal: UFRJ e UFF. Rio de Janeiro. 1992. Dissertação (Mestrado). v. II. Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública, RJ, 1992.

COSTA, E. V. da. A dialética invertida: 1960-1990. In: *Revista Brasileira de História*, v. 14, n. 27, p. 9-26, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994.

COSTA, Ricardo. Gramsci e o conceito de hegemonia. In: *Cadernos do ICP*, n. 1, p.88, Salvador, BA: Quarteto; São Paulo: ICP, 2011.

CRUZ, Heloisa de F. Comunicação Popular e Trabalhadores – Redes de Comunicação e Impressos dos movimentos Sindicais e populares de São Paulo – 1970/1990. In: *Projeto História*: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n. 48, São Paulo: EDUC, 2013.

_____. *Trabalhadores em serviços*: Dominação e Resistência (São Paulo, 1900-1920). 1ª ed. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.

_____. PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. In: *Projeto História*: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, n. 35, São Paulo: EDUC, 2007.

CRUZ, Heloisa de Faria et. al. *Introdução*. Outras Histórias: Memórias e Linguagens. São Paulo, Olhos d'água, 2006, p. 9-21.

_____. *Trabalhadores em serviços*: dominação e resistência (São Paulo – 1900/1920). São Paulo: CNPq/Marco Zero, 1991.

DAVIS, Natalie Zemon. O povo e a palavra impressa. In: *Culturas do povo*: sociedade e cultura no início da França moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 157-185.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular*: movimentos sociais e participação política no Brasil pós -70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.

Fasubra/Projeto Memória. Disponível em: <www.sintufrj.org.br>. Acesso em: 20.07.2017.

FENELON, Dea Ribeiro. Trabalho, Cultura e História Social: perspectivas de investigação. In: *Projeto História*: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, n. 4, São Paulo: EDUC, 1985.

_____. Cultura e História Social. In: *Projeto História*: Revista do programa de Estudos Pós Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, n. 10, São Paulo: EDUC, 1993.

_____. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? In: *História e Perspectivas*, Uberlândia, MG: EDUFU, n. 6, p. 5-23, jan/jun, 1992.

_____. Políticas culturais e patrimônio histórico. In: *Direito à Memória*. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura Municipal de São Paulo, 1992.

FERREIRA, Carla Borges Ferreira. *O processo de intensificação e precarização do trabalho na Universidade Federal de Uberlândia: o caso dos técnicos administrativos*. Universidade Estadual de Londrina. 2012. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Londrina, 2012.

FERREIRA, Silnando Silvério. *Organização e luta dos trabalhadores técnico administrativos da Universidade Federal de Uberlândia*. 2006. Monografia (Graduação em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2006.(Mimeo)

_____. *SINTET-UFU: o sindicato e a função social*. Projeto apresentado à disciplina “Didática Geral” do curso de História, Professora Cláudia Rodrigues, Instituto de História -UFU, 2003. (Mimeo)

FONSECA, João Eduardo do Nascimento. *Novos atores na cena universitária*. Rio de Janeiro: UFRJ/NAU, 1996.

FONTANA, J. *História depois do fim da história*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

_____. *História: análise do passado e projeto social*. São Paulo: EDUSC, 1998.

_____. *A História dos Homens*. São Paulo: EDUSC, 2004.

FRANÇA, B. H. *O Barnabé*. Consciência política do pequeno funcionário público. São Paulo: Cortez, 1993.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. 12 ed. Brasília: UNB, 1963.

FREUND, Gisele. *La fotografia como documento social*. Barcelona: G. Gil, 1976.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.

_____. O nome e o como: troca desigual no mercado historiográfico. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa, PT: Difel, 1989.

GOMES, Aguinaldo Rodrigues; WARPECHOWSKI, Eduardo Moraes; NETTO, Miguel Rodrigues de S. (Orgs.). *Fragmentos, imagens, memórias: 25 anos de federalização da Universidade Federal de Uberlândia*. Uberlândia-MG, EDUFU, 2003.

GRAMSCI, Antonio (1891-1937). Americanismo e Fordismo. Tradução Gabriel Bogossian. Notas Alvaro Bianchi. São Paulo: Hedra, 2008.

HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário? In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 208-231, 1985.

HOBBSBAWM, Eric. J. *Os Bandidos*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1976.

_____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JACOBI, Pedro. *Movimentos Sociais e Políticas Públicas: demandas por saneamento básico e saúde*. São Paulo. 1974-84. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1993.

KHOURY, Yara Aun. Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores. In: *Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea*. Cascavel, PR: EDUNOESTE, 2009.

_____. A problemática da memória como linguagem social e prática política: a experiência de trabalhadores da Empresa Thyssenkrupp do Brasil. *Revista Histórias e Perspectivas*. Instituto de História-PPHIS-NUPEHCIT/UFU, n. 46, Uberlândia: Edufu/UFU, 2012.

_____. Muitas memórias, outras histórias: Cultura e o Sujeito na História. In: FENELON, Maciel; ALMEIDA; KHOURY (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'água, 2004.

_____. Narrativas orais na investigação da história social. In: *Projeto História: Revista do programa de Estudos Pós Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP*, n. 22, p. 79-103, São Paulo: PUC, 2001.

KOSSOY, B. *Fotografia e História*. São Paulo: Ática, 1989.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do 'popular'. In: SOVIK, Liv (Org.). *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Tradução Adelaide La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003, p.247-263.

HOGART, Richard. *As utilizações da cultura: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora*. Lisboa, PT: Editorial Presença, 1973.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão et al. 4 ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LOUREIRO, Alexandre Pinto. *O direito de greve do servidor público no Brasil diante do princípio do interesse público*. 2009. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo-USP, Faculdade de Direito, Programa de Pós-graduação em Direito do Trabalho, São Paulo, 2009.

MEDEIROS, Mônica Xavier de. *"Bom mesmo é ser metalúrgico": vivências de trabalhadores metalúrgicos na cidade de São José dos Campos-SP*. 2006. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em História. Uberlândia, MG, 2006.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PERROT, Michelle. *A força da memória e da pesquisa histórica*. Entrevista e tradução Denise Bernuzzi de Sant'Anna. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP*, n. 17 (nov.), p. 352-360, São Paulo, 1998.

MORAIS, Sérgio Paulo. *Trabalho e Cidade: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia (1970-2000)*. 2002. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em História, UFU, 2002.

PAOLI, M. C.; SADER, Eder; TELLES, V. S. *Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico*. In: *Revista Brasileira de História*, n. 6 (set.), p. 129-149, São Paulo: Marcco Zero, 1986.

_____. *Memória História e Cidadania: O Direito ao Passado*. In: *O Direito à memória*. São Paulo: DPH/SMC/PMSP, 1992.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: *Revista Tempo*, v. 1, n. 2, p.59-72, Rio de Janeiro: Tempo, 1996.

_____. *O que faz a história oral diferente*. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC /SP*. n. 14, São Paulo: EDUC, 1997.

_____. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP. Ética e História Oral*. n. 15, p.13-48, São Paulo: EDUC, 1995.

RAPHAEL, Samuel. Teatros de memória. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC /SP*, n. 14, p. 44, São Paulo, fev. 1997.

_____. História local e história oral. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 9, n. 9, set. 1989/fev. 1990.

REIS, Máucia Vieira dos. *Entre viver e morar: experiência dos moradores de conjuntos habitacionais (Uberlândia - anos 1980-1990)*. 2003. Dissertação (Mestrado). UFU/PPGHIS, Uberlândia, 2003.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALES, Telma Bessa. *Trabalho e reestruturação produtiva: o caso da Volkswagen em São Bernardo do Campo*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

SAVAGE, Mike. Espaço, redes e formação de classe. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 3, n. 5, p. 06-33, ANPUH: publicação eletrônica, janeiro/junho 2011.

SOUZA, Jessé. *A Radiografia do golpe: entenda por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SINGER, André et. al.. *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise no Brasil*. São Paulo. Boitempo, 2016.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, Edward. P. *A formação da classe operária inglesa*. v. 1, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A Lógica histórica e o Termo Ausente: a Experiência*. In: *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clases?* In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editorial Crítica, 1984. p. 13-61.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular*. São Paulo: Cia. das Letras. 1998.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2001.

_____. *Exploração*. *A formação da classe operária inglesa*. vol. II, São Paulo: Paz e Terra, 1987, p. 11-38.

_____. *Folclore, antropologia e história social*. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. São Paulo, Editora da UNICAMP, 2001, p.227-263.

THOMSON, Alistair. *Recompondo a memória: questões sobre a relação história oral e memórias*. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC /SP*, n. 15, p.51-84, São Paulo, 15/4/1997.

VIEIRA, F. O. *(Des)qualificados na Universidade*. A condição dos servidores técnico-administrativos. Rio de Janeiro: Seropédica, 2000.

WILLIAMS, Raymond. *A escrita*. In: *A produção social da escrita*. São Paulo: Unesp, 2014, p. 1-9.

_____. *A imprensa e a cultura popular: uma perspectiva histórica*. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 15-26, dez. 2007.

_____. *O campo e a cidade*. Na história e na literatura. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.

_____. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.